



Mayra Cristine Pessoa Antas

**Que tal os da favela?
A construção da noção de favela a partir
do humor na Primeira República**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro
Outubro de 2023



Mayra Cristine Pessoa Antas

**Que tal os da favela?
A construção da noção de favela a partir
do humor na Primeira República**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profa. Inez Terezinha Stampa

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Romulo Costa Mattos

Departamento de História – PUC-Rio

Prof. Edson Miagusko

UFRRJ

Prof. José Costa D'Assunção Barros

UFRRJ

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Mayra Cristine Pessôa Antas

Graduou-se em História na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) em 2015. Pós-Graduou-se em Ciências Sociais (stricto sensu) na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) em 2018. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas LEUS (Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais), do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro).

Ficha Catalográfica

Antas, Mayra Cristine Pessôa

Que tal os da favela? : a construção da noção de favela a partir do humor na Primeira República / Mayra Cristine Pessôa Antas; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2023.

293 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Favela. 3. Revista Ilustrada. 4. Charge. 5. Caricatura. 6. Primeira República. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

A Deus pela sua bondade e pela sua fidelidade.
À minha família e aos meus amigos por sempre segurarem
na minha mão e não permitirem que eu desista.

A todos que lutaram da maneira que puderam para que
saíssemos com vida da pandemia de Covid-19.

Agradecimentos

Cursar um doutorado é um momento muito único na vida de um acadêmico, são inúmeras descobertas, aprendizados e crescimento. Os momentos de troca com os colegas e professores sempre enriquecem muito e contribuem com as pesquisas e com a formação. Mas, também é um momento muito desafiador e repleto de dificuldades, já que há muito para ser feito e construído em pouco tempo. Além de todos os desafios normalmente enfrentados em um doutorado, a minha formação foi marcada por dois momentos extremamente difíceis: a pandemia de Covid-19 e quatro anos (2019-2022) de caos político no Brasil. Passar por esses dois problemas que ocorreram enquanto eu cursei o doutorado tornou tudo muito mais difícil e por isso não há como concluir essa tese sem fazer alguns agradecimentos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por todo o cuidado e zelo com a minha vida e com a minha família. Sem Ele nada disso seria possível.

Gostaria de agradecer a PUC-Rio que me deu o privilégio de ser bolsista e de ter toda uma estrutura disponível para estudar, pesquisar, participar de congressos (até mesmo no exterior), a estar inserida em um excelente grupo de pesquisa (LEUS – Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais). Pelo ambiente acolhedor e que proporciona um crescimento acadêmico e pessoal ímpar. Por ter um excelente quadro de pessoas dispostas a colaborar com o crescimento dos discentes. Em especial aos professores do Departamento de Serviço Social, mas

em especial aos professores Andréia Clapp, Antônio Carlos de Oliveira e Nilza Rogéria de Andrades Nunes que marcaram a minha formação, ministraram aulas incríveis e foram tão gentis em tempos tão difíceis. E pela secretária do departamento Joana Felix, que está sempre disposta a ajudar e cuidar de todos com muita gentileza e generosidade.

Ao meu orientador Rafael Soares Gonçalves que sempre me apoiou, incentivou e me ensinou a ter um olhar mais generoso comigo e com o meu trabalho. Por ser uma pessoa que contribui significativamente na vida de todos os seus orientandos e por dar espaço e respeito para que as ideias sejam ouvidas e trabalhadas. Por ter me dado muitas oportunidades em outras pesquisas e ter me ensinado com a orientação, as aulas e no grupo de pesquisa.

A Professora Inez Stampa que me ensinou tanto sobre arquivos e como trabalhar com documentos históricos. Pela sua amabilidade, gentileza e cuidado.

Aos professores José D'Assunção e Edson Miagusko por todos os aprendizados, pelas aulas excelentes, pelas trocas de conhecimento, pela paciência com as minhas muitas dúvidas e pela simplicidade que possuem ao torna compreensível coisas tão complexas. Ao professor Rômulo Mattos por contribuir tanto com o meu trabalho desde o mestrado e por seus importantes apontamentos e sugestões ao meu trabalho. Ao professor Mauro Amoroso pela rica contribuição que fez na banca de qualificação desse trabalho. E a todos os professores que eu tive até hoje, por compartilharem da melhor forma possível seus conhecimentos e me ajudarem a construir a escada pra chegar até aqui.

Em casa eu encontro apoio, cuidado e amor, elementos essenciais para fazer alguém ter combustível nos dias mais difíceis. Por isso, gostaria de agradecer a minha mãe, Márcia Pessôa, e ao meu padrasto, Marcello Nogueira, por me proporcionarem esse ambiente acolhedor e impulsionador. Ao meu irmão, Richard Pessôa, e a minha cunhada, Ingrid Pessôa, pelo amor e cuidado, mas principalmente por terem me dado meus sobrinhos, Apollo Pessôa e Alícia Pessôa. Eles chegaram em um período difícil de pandemia e luto, mas conseguiram dar tanta alegria que muitas vezes tornaram as tristezas quase nulas.

Aos meus avôs, Braz Pessôa e Luzia Pessôa, que mesmo com pouca instrução e sem entender muito bem o mundo acadêmico vibram e comemoram cada conquista minha. Aos meus primos Delayne Silva, Elizabeth Nunes, Elieth Santos, Evelyn Oliveira e Everton Oliveira, minha vida é muito melhor por saber que vocês fazem parte dela. A minha tia Ilma Nunes pelas palavras de encorajamento e pelos abraços quentinhos. A minha irmã Thaís Antas pelas boas conversas, apoio e por me dar a alegre notícia que vem mais um bebê lindo para eu amar. As minhas sobrinhas do coração, Ana Júlia Pina e Milena Espindola, que vocês se tornem quem vocês almejam ser e não o que os outros dizem que vocês devem ser. Ao meu sobrinho do coração Juan Oliveira, que com um sorriso lindo e uma força de vontade gigante deu aula de como sorrir em dias difíceis.

Nossa família é sempre uma parte muito importante da vida e há amigos que passam a ser dela por toda uma trajetória que constroem ao nosso lado. Amigos são a parte da família que nós escolhemos ter. Por isso, gostaria de agradecer a Aline Lourenço que foi a pessoa que dividiu alegrias e desesperos, risadas e dúvidas, apoio e solidariedade, e ficou por quase cinco anos a me falar “Morango, nós vamos conseguir!”. Aline, a conclusão do curso chegou mas a sua amizade eu quero pra sempre. A vida acadêmica nos traz pessoas em diversos momentos que chegam pra somar, contribuir e apoiar, por isso eu gostaria de agradecer a Betânia Ramos, Daniel Albuquerque, Guilherme Cabral, Juliana Márcia, Maria Goretti, Patrick Soares, Rimyla Barbosa, Vinicius Pena que chegaram em momentos diferentes e fizeram o diferencial. Eu tenho amigos que já estiveram comigo em dias bons e ruins e que acompanharam o meu curso de formas distintas, mas cheia de afeto e companheirismo, por isso eu gostaria de agradecer a Adriana Santos, Andreia Santos, Ariane Carla, Cíntia Hirata, Elaine Araújo, Fábio Pereira, Henrique Freitas, Juliana Pina, Leonardo Silva, Marcelo Adriani, Pamela Campos, Thaís Xavier, Thales Mendes por não soltarem a minha mão. Ao Danilo Dias, que cuidou da minha saúde emocional e me ajudou a organizar meus pensamentos para elaborar a tese.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Antas, Mayra Cristine Pessôa; Gonçalves, Rafael Soares. **Que tal os da favela? A construção da noção de favela a partir do humor na Primeira República.** Rio de Janeiro, 2023. 293p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro passou por inúmeras mudanças durante a Primeira República. A então capital do país, vivia profundas mudanças, tais como a abertura da Avenida Central ou a derrubada do morro do Castelo. Foi o momento também da formação das primeiras favelas, que se tornaram elemento incontornável para pensar a cidade. As revistas ilustradas descreveram essa nova cidade que se desenhava com seus valores burgueses. A presente tese identificou o conjunto de caricaturas e charges publicadas pelas revistas O Malho, Careta, Fon Fon, Para Todos, D. Quixote e Tagarela, que, de alguma forma, abordaram direta ou indiretamente as favelas durante a Primeira República. Tais revistas descreveram e representaram a realidade desses espaços e de seus moradores. Esse trabalho buscou compreender o papel do humor no processo de construção das favelas como realidade urbana do Rio de Janeiro.

Palavras-chave

Favela; Revista Ilustrada; Charge; Caricatura; Primeira República.

Abstract

Antas, Mayra Cristine Pessôa; Gonçalves, Rafael Soares (advisor). **How about those in Favela? The construction of the notion of favela through humour in the First Republic** Rio de Janeiro, 2023. 293p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The city of Rio de Janeiro underwent numerous changes during the First Republic. The then capital of the country was experiencing profound changes, such as the opening of Avenida Central or the demolition of Morro do Castelo. It was also the moment for the formation of the first favelas, which became an unavoidable element in thinking about the city. The illustrated magazines described this new city that was designed with its bourgeois values. This thesis identified the set of caricatures and cartoons published by the magazines O Malho, Careta, Fon Fon, Para Todos, D. Quixote and Tagarela, which, in some way, directly or indirectly addressed the favelas during the First Republic. Such magazines described and represented the reality of these spaces and their residents. This work sought to understand the role of humor in the construction process of favelas as an urban reality in Rio de Janeiro.

Keywords

Favela; Illustrated Magazine; Charge; Caricature; First Republic.

Sumário

1. Introdução	20
2. A construção de algumas noções a partir dos estigmas	59
2.1. As revistas como manuais de comportamento feminino	61
2.2. Truculentos ou regenerados: a presença de militares nos morros	72
2.3. O Rio por fora e por dentro...	77
2.4. A construção de um perigo em potencial	83
2.5. A construção da noção de um espaço formado por fome e miséria	86
3. Uma percepção a partir da percepção do outro	93
3.1. O “ideá” é apenas “sabê” se comunicar?	100
3.2. Malandros, brutos e viciados	105
3.3. Quem é o “tá”?	109
3.4. Alugam-se cômodos arejados	114
3.5. A busca rotineira de um tesouro	118
4. Entre traços e textos: as semelhanças entre as colinas	124
4.1. Preservar o passado ou abraçar o futuro?	129
4.2. O primeiro centenário da independência do Brasil	133
4.3. Trajetórias distintas e representações semelhantes	138
5. Considerações Finais	144
6. Referências Bibliográficas	147
7. Anexo – Fontes	152
8. Apêndice – Tabela	249

Lista de figuras

Figura 1 - Os nossos caricaturistas, de K. Lixto.	33
Figura 2 - AMARAL, Tarsila do. Morro da Favela. 1924. Pintura a óleo sobre tela. 64 x 76 cm.	43
Figura 3 - Mulheres negras	67
Figura 4 - Mulheres brancas	68
Figura 5 - Lavadeiras	69
Figura 6 - Militares	73
Figura 7 - Estrangeiros	77
Figura 8 - Blackface	97
Figura 9 - Malandros, brutos e viciados	107
Figura 10 - Prefeito Prado Jr.	111
Figura 11 - Sousa Aguiar e Carlos Sampaio	112
Figura 12 - Washington Luís, Marinetti e Oswaldo Cruz	114
Figura 13 - Alugam-se commodos arejados (recorte da Fonte 28)	117
Figura 14 - Lata d'água	118
Figura 15 - Água	120
Figura 16 - Alagamento	122
Figura 17 - "Fundação da Cidade do Rio de Janeiro", de Antônio Firmino Monteiro, 1881.	124
Figura 18 - "Panorama do terraço da Igreja da Glória", de Richard Bate, 1807.	126
Figura 19 - Os jatos de água	128
Figura 20 - O Centenário	135
Figura 21 - Semelhanças	142

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Edições das revistas ilustradas	50
Gráfico 2 - Edições	51
Gráfico 3 - Charges encontradas	51
Gráfico 4 - Produção de charges por anos	52
Gráfico 5 - Fontes sobre o morro do Castelo	56
Gráfico 6 - Vestimenta das mulheres	66

Lista de tabela

Tabela 1 - Morros que aparecem nas fontes	24
Tabela 2 - Organização das fontes primárias	48
Tabela 3 - Classificação das fontes	55
Tabela 4 - Personificações Femininas	65
Tabela 5 - Palavras escritas propositalmente de forma incorreta	101
Tabela 6 - Figuras Públicas	110

Lista de fontes

Fonte 1 - O Malho. 03 dez 1904. p. 27	152
Fonte 2 - O Malho. 01 jul 1905. p. 39	153
Fonte 3 - O Malho. 29 jul 1905. p. 22	153
Fonte 4 - O Malho. 02 set 1905. p. 20.	154
Fonte 5 - O Malho. 09 dez 1905. p. 6.	154
Fonte 6 - O Malho. 19 jan 1907. p. 21.	155
Fonte 7 - O Malho. 09 fev 1907. p. 24.	155
Fonte 8 - O Malho. 09 mar 1907. p. 33.	156
Fonte 9 - O Malho. 06 abr 1907. Capa.	157
Fonte 10 - O Malho. 06 abr 1907. p. 32.	158
Fonte 11 - O Malho. 04 mai 1907. p. 32.	159
Fonte 12 - O Malho. 08 jun 1907. p. 20.	159
Fonte 13 - O Malho. 15 jun 1907. p. 7.	160
Fonte 14 - O Malho. 22 jun 1907. p. 28.	161
Fonte 15 - O Malho. 22 jun 1907. p. 38.	161
Fonte 16 - O Malho. 13 jul 1907. p. 9.	162
Fonte 17 - O Malho. 13 jul 1907. p. 19.	162
Fonte 18 - O Malho. 13 jul 1907. p. 20.	163
Fonte 19 - O Malho. 27 jul 1907. p. 30.	164
Fonte 20 - O Malho. 09 jan 1909. p. 35.	165
Fonte 21 - O Malho. 09 jan 1909. p. 47.	166
Fonte 22 - O Malho. 04 dez 1909. p. 46.	166
Fonte 23 - O Careta. 11 jun 1910. p. 15.	167
Fonte 24 - Fon Fon. 27 ago 1910. p. 30.	167
Fonte 25 - Fon Fon. 16 dez 1911. p. 27.	168
Fonte 26 - O Malho. 17 dez 1910. p. 18.	169
Fonte 27 - O Malho. 11 nov 1911. p. 23.	170

Fonte 28 - O Malho. 20 abr 1912. p. 43.	170
Fonte 29 - O Malho. 08 jun 1912. p. 29.	171
Fonte 30 - O Careta. 21 jun 1913. p. 14.	171
Fonte 31 - O Malho. 02 ago 1913. p. 46.	172
Fonte 32 - O Malho. 28 fev 1914. p. 14.	172
Fonte 33 - O Malho. 18 abr 1914. p. 33.	173
Fonte 34 - O Malho. 08 mai 1915. p. 23.	173
Fonte 35 - O Malho. 10 fev 1917. p. 16.	174
Fonte 36 - O Malho. 26 mai 1917. p. 43.	174
Fonte 37 - Fon Fon. 28 set 1918. p. 13.	175
Fonte 38 - Fon Fon. 07 dez 1918. p. 44.	176
Fonte 39 - D. Quixote. 08 jan 1919. p. 10.	177
Fonte 40 - O Careta. 11 jun 1919. p. 9.	177
Fonte 41 - Para Todos. 26 abr 1919. p. 18.	178
Fonte 42 - D. Quixote. 16 jul 1919. p. 18.	179
Fonte 43 - O Careta. 03 abr 1920. p. 27.	180
Fonte 44 - D. Quixote. 28 abr 1920. p.13.	180
Fonte 45 - D. Quixote. 23 jun 1920. p. 16.	181
Fonte 46 - O Malho. 30 jul 1920. p. 11.	181
Fonte 47 - D. Quixote. 28 jul 1920. p. 12.	182
Fonte 48 - D. Quixote. 18 ago 1920. p. 15.	183
Fonte 49 - O Careta. 28 ago 1920. Capa.	184
Fonte 50 - D. Quixote. 08 set 1920. p. 17.	185
Fonte 51 - D. Quixote. 15 set 1920. p. 19.	185
Fonte 52 - O Careta. 16 out 1920. p. 19.	186
Fonte 53 - O Careta. 06 nov 1920. p. 17.	186
Fonte 54 - Fon Fon. 28 ago 1920. p. 41.	187
Fonte 55 - O Careta. 20 nov 1920. Capa.	188
Fonte 56 - D. Quixote. 17 nov 1920. p. 18.	189

Fonte 57 - Fon Fon. 20 nov 1920. p. 37.	189
Fonte 58 - Fon Fon. 04 dez 1920. p. 42.	190
Fonte 59 - D. Quixote. 29 dez 1920. p. 19.	191
Fonte 60 - O Careta. 19 fev 1921. p. 26.	192
Fonte 61 - O Careta. 26 fev 1921. p. 19.	192
Fonte 62 - D. Quixote. 09 mar 1921. p. 19.	193
Fonte 63 - O Careta. 26 mar 1921. p. 17.	193
Fonte 64 - O Careta. 02 abr 1921. p. 15.	194
Fonte 65 - O Careta. 02 abr 1921. p. 25.	194
Fonte 66 - O Careta. 16 abr 1921. p. 38.	195
Fonte 67 - O Careta. 23 abr 1921. p. 19.	195
Fonte 68 - D. Quixote. 25 mai 1921. p. 19.	196
Fonte 69 - D. Quixote. 01 jun 1921. p. 10.	196
Fonte 70 - O Careta. 11 jun 1921. p. 21.	197
Fonte 71 - O Careta. 16 jul 1921. Capa.	198
Fonte 72 - O Careta. 23 jul 1921. p. 19.	199
Fonte 73 - D. Quixote. 27 jul 1921. p. 19.	200
Fonte 74 - O Careta. 13 ago 1921. p. 23.	201
Fonte 75 - O Careta. 10 set 1921. p. 19.	201
Fonte 76 - Fon Fon. 05 nov 1921. p. 45.	202
Fonte 77 - O Careta. 15 out 1921. p. 17.	203
Fonte 78 - D. Quixote. 19 out 1921. p. 18.	203
Fonte 79 - O Careta. 29 out 1921. p. 21.	204
Fonte 80 - Fon Fon. 29 out 1921. p. 44.	205
Fonte 81 - O Careta. 05 nov 1921. Capa.	206
Fonte 82 - O Careta. 12 nov 1921. p. 15.	207
Fonte 83 - Fon Fon. 03 dez 1921. p. 49.	207
Fonte 84 - O Careta. 10 dez 1921. p. 15.	208
Fonte 85 - D. Quixote. 25 jan 1921. p. 21.	208

Fonte 86 - O Malho. 11 mar 1922. p. 37.	209
Fonte 87 - O Malho. 18 mar 1922. p. 23.	209
Fonte 88 - O Malho. 18 mar 1922. p. 38.	210
Fonte 89 - D. Quixote. 22 mar 1922. p. 14.	210
Fonte 90 - D. Quixote. 29 mar 1922. p. 12.	211
Fonte 91 - D. Quixote. 29 mar 1922. p. 15.	211
Fonte 92 - O Careta. 01 abr 1922. p. 19.	212
Fonte 93 - D. Quixote. 05 abr 1922. Capa.	213
Fonte 94 - D. Quixote. 19 abr 1922.p. 23.	214
Fonte 95 - D. Quixote. 19 abr 1922. p. 24.	214
Fonte 96 - O Malho. 06 mai 1922. p. 35.	215
Fonte 97 - Fon Fon. 05 ago 1922. p. 42.	215
Fonte 98 - O Malho. 12 ago 1922. p. 25.	216
Fonte 99 - D. Quixote. 30 ago 1922. p. 14.	216
Fonte 100 - O Careta. 10 fev 1923. p. 19.	217
Fonte 101 - D. Quixote. 18 abr 1923. p. 21.	218
Fonte 102 - D. Quixote. 18 abr 1923. p. 22.	219
Fonte 103 - O Careta. 05 mai 1923. p. 22.	219
Fonte 104 - O Careta. 26 mai 1923. p. 35.	220
Fonte 105 - D. Quixote. 04 jul 1923. p. 26.	220
Fonte 106 - O Careta. 21 jul 1923. p. 31.	221
Fonte 107 - Para Todos. 04 ago 1923. p. 14.	221
Fonte 108 - D. Quixote. 28 nov 1923. p. 16.	222
Fonte 109 - Careta. 21 dez 1923. Capa.	223
Fonte 110 - D. Quixote. 05 mar 1924. p. 17.	224
Fonte 111 - D. Quixote. 02 abr 1924. p. 15.	224
Fonte 112 - O Malho. 12 abr 1924. p. 39.	225
Fonte 113 - O Careta. 20 set 1924. p. 36.	225
Fonte 114 - O Careta. 29 nov 1924. p. 41.	226

Fonte 115 - O Careta. 07 fev 1925. p. 47.	226
Fonte 116 - O Malho. 14 fev 1925. p. 36.	227
Fonte 117 - O Careta. 30 jan 1926. p. 45.	227
Fonte 118 - O Careta. 17 abr 1926. p. 38.	228
Fonte 119 - O Malho. 29 mai 1926. Capa.	229
Fonte 120 - O Malho. 05 jan 1926. p. 24.	230
Fonte 121 - O Malho. 12 jun 1926. p. 29.	230
Fonte 122 - O Malho. 25 set 1926. p. 62.	231
Fonte 123 - O Malho. 11 dez 1926. p. 24.	231
Fonte 124 - O Careta. 25 dez 1926. p. 19.	232
Fonte 125 - O Malho. 05 fev 1927. p. 42 e 43.	232
Fonte 126 - O Malho. 19 mar 1927. p. 35.	233
Fonte 127 - O Careta. 28 mai 1927. p. 27.	233
Fonte 128 - O Malho. 23 jul 1927. p. 27.	234
Fonte 129 - O Malho. 30 jul 1927. p. 10.	234
Fonte 130 - O Careta. 30 jul 1927. Capa.	235
Fonte 131 - O Malho. 13 ago 1927. p. 11.	236
Fonte 132 - O Careta. 10 set 1927. p. 27.	236
Fonte 133 - O Careta. 24 set 1927. p. 31.	237
Fonte 134 - O Careta. 29 out 1927. p. 26.	237
Fonte 135 - O Malho. 12 nov 1927. p. 25.	238
Fonte 136 - O Malho. 26 nov 1927. p. 60.	239
Fonte 137 - O Careta. 10 dez 1927. p. 29.	240
Fonte 138 - O Malho. 14 abr 1928. Capa.	241
Fonte 139 - Para Todos. 28 abr 1928. p. 18.	242
Fonte 140 - O Careta. 06 out 1928. p. 16.	242
Fonte 141 - O Careta. 27 out 1928. p. 23.	243
Fonte 142 - O Careta. 01 dez 1928. p. 31.	243
Fonte 143 - O Careta. 08 dez 1928. p. 31.	244

Fonte 144 - Para Todos. 06 abr 1929. p. 14.	244
Fonte 145 - Para Todos. 11 mai 1929. p. 14.	245
Fonte 146 - Para Todos. 11 mai 1929. p. 15.	246
Fonte 147 - O Careta. 15 jun 1929. p. 35.	247
Fonte 148 - O Careta. 28 set 1929. p. 17.	247
Fonte 149 - O Careta. 05 out 1929. p. 35.	248

1

Introdução

A presente pesquisa buscou compreender o processo de construção da noção de favela a partir de representações feitas sobre esses espaços em revistas ilustradas nas três primeiras décadas do século XX. Ela surgiu inicialmente através de um levantamento bibliográfico, realizado durante a graduação, no qual foram encontradas charges que representavam as favelas e os favelados no início do século passado. Assim, surgiu o trabalho de mestrado (Antas, 2018). A intenção desse primeiro trabalho foi pesquisar três revistas: *O Malho*, *Careta* e *Para Todos*. Só que em um prazo de apenas dois anos para realizar a pesquisa e cumprir todas as demandas do curso, foi necessário fazer um recorte, o que nos levou a escolher apenas uma revista para prosseguir, e, assim, a revista *O Malho* foi a selecionada. Ela era considerada por quase todos os autores, que discutiam sobre revistas ilustradas, a mais relevante do período (Lima, 1963; Lustosa, 1993; Motta, 2006; Saliba, 2002; Teixeira, 2005).

Realizar uma pesquisa com um rigor científico é algo difícil e gratificante em vários momentos. E dentro desses momentos de dificuldade estão os cortes. Além do recorte que foi feito nas fontes que seriam utilizadas, foi necessário deixar algo que também era relevante, mas que era inviável: todo o período das publicações (já que *O Malho* existiu entre os anos de 1902 e 1953). Assim, dentro do recorte temporal realizado foi decidido que a pesquisa iria se focar apenas durante a Primeira República. Apesar da Era Vargas ter tido ótimas charges, foi um período marcado por períodos de censura, o que limitou bastante a liberdade de expressão dos artistas. Para a pesquisa da dissertação, foram analisadas 1415 edições da revista ilustrada *O Malho*. Dentre elas, 48 edições tinham charges sobre favelas – em um total de 54 charges. O que foi um amplo levantamento de fontes seriais e produziu um trabalho que colaborou com a ampla lacuna historiográfica sobre favelas durante esse processo. No entanto, constatei que ainda havia muito para ser pesquisado e, por isso, decidi dar continuidade a esse trabalho no doutorado.

A proposta inicial do pré-projeto para o Programa de Pós-Graduação foi dar continuidade a pesquisa e analisar as charges sobre as favelas cariocas nas revistas *Para Todos* e *Careta*, com o mesmo recorte temporal. Após todas as

experiências ao longo do mestrado e ao longo dos três semestres do doutorado, a pesquisa permaneceu em andamento. O projeto inicial de pesquisar as revistas *Careta* e *Para Todos*, dentro deste período, foi realizado. Por isso, como ainda havia tempo hábil, optei por ampliar a pesquisa com novas revistas ilustradas: *Fon Fon*, *D. Quixote* e *Tagarela*.¹ Foi cogitada a possibilidade de a pesquisa ser ampliada até a *Revista Ilustrada*, mas, devido a todos os problemas e desgastes que ocorreram devido a pandemia de Covid-19 e aos sérios problemas políticos vivenciados no Brasil que afetaram toda a comunidade acadêmica, não houve condições adequadas para estender a pesquisa para essa última revista.

Existem excelentes trabalhos acadêmicos sobre a Primeira República e muitos se misturam, em especial, com a história da cidade do Rio de Janeiro nesse período (Carvalho, 1986; Carvalho, 1991; Carvalho, 2001; Costa, 1979; Costa, 2010; Fausto, 1989; Ferreira, 2017; Ferreira; Delgado, 2016; Gomes, 1988; Gomes, 1994; Janotti, 1986; Viscardi; Alencar, 2016; Sevcenko, 1989; Velloso, 1988; Vianna, 1981). A ampla reflexão historiográfica sobre o Rio de Janeiro nesse período se explica pelo fato de a cidade ser, ainda, a capital do país. Contudo, mesmo com todos esses trabalhos, ainda existem lacunas na historiografia, que se tornam ainda maiores quando se trata das favelas cariocas nesse período. Essa pesquisa pretende contribuir com a história das favelas durante a Primeira República a partir das formas que eram tratadas pelas charges publicadas nas revistas mencionadas. Pretende-se compreender melhor sobre como essas pessoas e esses espaços estavam sendo pensados, imaginados e representados.

Dentro da imprensa carioca deste período, cada editorial possuía as suas prioridades de debates, os seus pontos de vistas, as suas formas de promover as críticas sociais. Em alguns momentos, a imprensa se posicionou de forma distinta sobre os assuntos, sobretudo nos períodos de eleições, na qual os editoriais apoiavam candidatos distintos, e as divergências ficavam mais claras. Mesmo com focos distintos, as revistas ilustradas tinham na maioria das vezes muitos dos seus colaboradores circulando por várias delas. Assim, é possível

¹ Nesse momento havia a possibilidade de estender o recorte temporal da pesquisa até o ano de 1953, ano que foi encerrada a revista ilustrada *O Malho*, ou ampliar o número de revistas ilustradas que seriam analisadas. Na busca por uma compreensão mais ampliada sobre como os editoriais das revistas ilustradas colaboraram com a formação da noção do que seria uma favela, optou-se por ampliar o número de editoriais e deixar para aumentar o recorte temporal em uma pesquisa futura após a conclusão desse trabalho.

perceber o que o editorial havia pedido para determinado debate, mas também era possível notar os traços e as ideias de seus colaboradores.

Segundo Sevcenko (1999), boa parte das pessoas, que trabalhavam na imprensa no período da Primeira República, eram escritores letrados que não conseguiram tantas oportunidades na literatura e viram no jornalismo uma forma de encontrar o seu sustento. Ainda que não utilizassem uma linguagem muito literária, o trabalho nos jornais não deixava de ser uma possibilidade de levar suas ideias para outras pessoas. Segundo Sodré (2007), se nos jornais esses intelectuais letrados encontraram dificuldades de manter o seu rebuscado padrão literário, nas revistas ilustradas eles encontraram um refúgio para manter muito mais de suas formas de escrita originais, ainda que parcialmente. Assim, esses textos, com um caráter mais literário e acompanhados pelas ilustrações, passam a compor as revistas ilustradas e a ganharem cada vez mais espaço.

Mattos (2004), baseado nos estudos do historiador Edward Palmer Thompson para o caso inglês, aponta que apesar do alto número de analfabetos no período da Primeira República, a imprensa tinha uma relevância importante também na cidade do Rio de Janeiro, pois uma pessoa poderia ter acesso a um periódico de formas distintas. Havia algumas formas de sociabilizar, de forma integral ou parcial, as notícias. Alguém que comprasse um jornal poderia compartilhar a sua aquisição ou, ao se desfazer dele, poderia chegar até outras pessoas. Além disso, em alguns lugares ou situações, era realizado um tipo de leitura coletiva, na qual uma pessoa alfabetizada lia para os demais presentes as informações contidas naquela publicação. Dentro desse contexto, as charges passaram a ganhar um alcance ainda maior. Com poucas palavras e com traços marcantes, uma notícia poderia ser sintetizada e expressar muitas informações.

Esse tipo de publicação e temática representaram vários setores da cidade do Rio de Janeiro e os diversos problemas que ela vivia. Encontramos nas charges várias figuras políticas e problemas clássicos da cidade como a questão da água (ora a escassez e sem conseguir chegar em todos os cantos da cidade, ora excesso por causa das grandes tempestades que inundavam a cidade). E dentre todas essas questões, um problema que começa a ser debatido no início do século XX é a ocupação que ocorria em alguns morros da cidade. Nesse período, a ideia de favela como habitações precárias normalmente nos morros ainda não estava plenamente delineada. O que existia, ao menos até os anos 1920, era uma nomeação popular para o Morro da Providência, que o

chamavam de Morro da Favella. Entre os morros que passavam pelo processo de ocupação, ele foi o que mais saiu na imprensa (principalmente relacionado a problemas com a polícia). Essas áreas começavam a chamar a atenção da sociedade carioca e a gerar alguns tipos de curiosidades sobre como funcionavam, sobre quem por lá morava e que tipo de construções diferentes e precárias eram aquelas. Assim, as charges produzidas pelas revistas ilustradas colaboraram com a formação de algumas representações e estereótipos sobre esses espaços. Visões que não necessariamente os chargistas haviam produzido, mas que de algum modo também já começavam a circular pelos imaginários de alguns setores da sociedade.

Através dessas fontes iconográficas seriais, acredito ser possível realizar uma aproximação maior do pensamento de moradores da cidade do Rio de Janeiro sobre como era a realidade dos morros da cidade e sobre como eram as pessoas que por lá viviam. Além disso, muitas dessas fontes possuem características muito semelhantes, já que boa parte dos artistas, como já mencionado, circulava entre vários destes periódicos. Assim, o que talvez mude um pouco seja o tom que cada editor gostaria de dar para o seu jornal ou revista. Como foi possível notar durante o levantamento bibliográfico, não existem muitos trabalhos e pesquisas sobre favelas da cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República.² Além disso, as charges mais conhecidas sobre as favelas cariocas aparecem frequentemente como ilustração de trabalhos acadêmicos sobre o período, sem serem analisadas como fontes históricas e muito menos como o próprio objeto de pesquisa.

² Aqui, podemos citar algumas exceções. Alguns trabalhos, de abordagem mais ampla em termos históricos sobre as favelas, abordaram parcialmente o período Valladares (2005) e Gonçalves (2013). O trabalho recente de Pereira (2023) se focou sobre a análise do Morro da Providência. No entanto, foi Mattos, quem mais abordou o período. Dentre seus trabalhos, podemos citar: (Mattos, 2004; Mattos, 2008).

Tabela 1 - Morros que aparecem nas fontes

Nome do morro	Quantidade de vezes que aparece nas fontes
Morro da Babilônia	1
Morro da Conceição	1
Morro da Favela	53
Morro da Mangueira	2
Morro da Viúva	2
Morro de Santo Antônio	13
Morro de São Bento	1
Morro de São Carlos	1
Morro do Castelo	53
Morro do Nhéco	1
Morro do Pinto	6
Morro do Salgueiro	1
Morro do Vintém	1
Sem informação	20

Fonte: Autoria própria (2023).

Alguns morros foram representados de forma mais constantes, como o da Favella. Outros já apareceram de forma bem esporádica ou nem mesmo tiveram seus nomes identificados, ou, na verdade representaram mais um ideia do que um lugar específico.

Charges e caricaturas

Para pensar sobre as charges e caricaturas e o papel delas dentro da imprensa brasileira, é necessário inicialmente compreender que tipo de humor gráfico elas representam. Humor esse que, por muitas vezes, é confuso na distinção entre charges, caricaturas e cartuns³. Os três possuem suas características próprias, mas também são compostos por algumas semelhanças, como aponta Arrigoni (2011, p. 2062): “o texto de humor deve possuir cinco atributos: a ausência de medo ou piedade, o exagero, o inusitado (ou seja, o que é contrário à lógica), a metáfora e a superioridade.”

A charge é uma palavra francesa que significa carga, peso, fardo, exagero, ataque violento etc. E nela são contidas as cargas dos questionamentos

³ Muitos pesquisadores da área de imagem concordam que charge e caricatura são diferentes. Contudo, há trabalhos como o do venezuelano Carlos Abreu (2000) que compreendem que não há diferenciação entre ela. Rodrigo Patto Sá Motta (2006), apesar de compreender que charge e caricatura são diferentes, as aborda do mesmo modo. Todavia, neste trabalho, é compreendido que há uma diferença entre esses dois gêneros.

presentes dentro de um tempo e espaço com os exageros dos seus traços, ou seja, uma charge está inserida em um contexto histórico específico. Por isso, ela pode ser compreendida pelos que estão acompanhando alguns processos e questões sociais, ainda que esse alguém não seja uma pessoa com muita instrução. Essa obrigatoriedade de trabalhar com a realidade sobre pessoas, episódios ou conceitos são um ponto importante de diferenciação da charge, já que o cartum e a caricatura não levam com eles essa obrigatoriedade.

A charge é um desenho de humor que estrutura sua linguagem como reflexão e crítica social. Produto típico de classe média, *alter ego* de seus leitores, ela resume sua consciência muda, identificando e reproduzindo seus valores dominantes. A charge é uma arma de grosso calibre a serviço da manifestação de uma “opinião pública”, canalizando sua agressividade latente contra quem se evidencia na atividade pública, na prática da controvérsia política. A proposta da charge não é registrar o real, mas significá-lo. Sendo assim, a especificidade de seu discurso – informação por imagem – nos informa menos sobre a sociedade e mais do exercício de tolerância política que ela assegura a seus cidadãos” (Teixeira, 2005, p. 12).

As charges, dentro dos seus exageros, não deixam de produzir um tom cômico através de sua subjetividade quando algo não é totalmente dito. Sem o compromisso de representar plenamente a realidade de forma objetiva, ela é capaz de alcançar veracidade dentro do que ela se permite propor ao banalizar o que naquele momento é real. “De resto, o inverso dessa razão não é a desrazão, negá-la não implica celebrar o irracional” (Teixeira, 2005, p. 12). Além disso, esse gênero textual produz um tipo de comunicação não verbal através de seus traços polifônicos que permitem interpretações distintas e até mesmo interpretações contraditórias. E, na maioria delas, também utiliza uma comunicação verbal através de uma palavra ou pequeno texto para expressar algo de forma normalmente irônica e/ou metafórica. E, além disso, ela pode ir além dos interesses da classe média e expressar o ponto de vista de um grupo sócia que não pertence a essa classe, de algum interesse privado ou poder específico, etc. Dentro dessas contradições de sua produção, nem sempre ela faz parte de uma crítica transgressora ao poder estabelecido, mas em dados momentos também pode ser utilizada favorável a um grupo repressor ou um grupo que produz tais charges para distorcer a realidade.⁴

O gênero textual charge consegue desenvolver críticas que nem sempre seriam tão socialmente aceitas se tivessem sido produzidas por meio de

⁴ Em alguns momentos históricos, como por exemplo na Alemanha no período do nazismo, as charges foram utilizadas por grupos que as produziam para ajudar a consolidar as bases repressoras do governo.

palavras. O humor consegue romper algumas barreiras do não dito e das entrelinhas. Por isso que muitas vezes é possível que o chargista consiga passar muito mais detalhes de uma informação que o jornalista não pode redigir. Assim, produz o que deveria ter sido noticiado e do modo que o editorial do periódico deseja que seja noticiado. Travessa e transgressora, consegue apresentar algumas perspectivas da realidade quando foge da realidade e produz suas peripécias impregnada de subjetividade. Deste modo, ela transforma o mundo real em um mundo fictício e um sujeito em um personagem. Mas seus diversos elementos trazem os significados das questões reais, produzidas sobre pessoas reais.

Ao longo dos anos, a charge foi se transformando, ganhando novas características. As primeiras produções das revistas ilustradas no Brasil⁵ são traços de charge, ainda que distintas do que muito se conhece atualmente como charge. Segundo Teixeira (2001), inicialmente as charges representam os personagens presentes na imagem o mais próximo possível do que eles verdadeiramente são. Já que em seus primeiros anos, devido forte à influência do pensamento cartesiano, exigia um realismo na imagem. No final do período imperial, além de produzir algumas críticas e insatisfações sociais, as charges passam a apresentar críticas políticas relacionadas às crises existentes no Brasil e no governo. As campanhas abolicionistas e republicanas muitas vezes foram grandes marcos trazidos nas charges de Angelo Agostini. Mas, muitas vezes, essas charges foram muito mais marcadas por seguirem um modelo de quadrinho, na qual existem muitos quadros e é composta por vários textos. Porém, neste momento, a representação cartesiana do mais próximo da realidade ainda é uma característica. Esses primeiros anos de produção das charges possibilitaram experimentações sobre como fazer e o amadurecimento de técnicas. O sujeito representado na charge deixou de ser necessariamente nos traços como na realidade ele era. E o que passou a ser o foco da realidade foram as ações e intenções realizadas por esse sujeito. Então, por mais que os traços muitas vezes não apresentassem de forma plena o sujeito tal como ele era fisicamente, ocorria um processo de identificação em relação a ele.

Nos anos iniciais da Primeira República, a censura impediu que as charges viessem a cumprir as suas funções e quase todas desapareceram. Mas a partir dos governos de Prudente de Moraes e Campos Sales, elas voltaram a circular e

⁵ A primeira revista ilustrada brasileira a circular de modo regular foi a *Semana Ilustrada*, fundada em dezembro de 1860, pelo alemão Henrique Fleiuss.

a serem liberadas. E, no início do século XX, em clima de Belle Époque, as charges ganharam novos traços e novas temáticas. O que era descontraído e coloquial passou muitas vezes a fazer parte da composição. Personagens fictícios passam a ser criados, como o Zé Povo, que trazia várias questões e ideias que poderiam ser encontradas em muitas pessoas e que representava grupos bem específicos. Nessa transição, grupos que muitas vezes eram invisibilizados por não fazerem parte da elite política passaram a ser representados, como é o caso das favelas e de seus moradores. Os traços deixaram de ser um apoio ao texto e o texto passou a ser colocado como um pequeno complemento. O traço em si se tornou quase totalmente suficiente na produção da realidade proposta. Assim, a estrutura de quadros repletos de textos foi abandonada aos poucos. “Hoje, a imagem da charge é a gramática de seu traço, e o traço da charge é a escrita do seu texto” (Teixeira, 2005, p. 18). E, com o uso cada vez mais frequente da fotografia como fonte de informação, a charge passou a ganhar cada vez mais liberdade para criar a sua realidade para trabalhar o que de fato era real.

A caricatura é um gênero textual que busca exagerar características do que ela propõe representar. O seu humor está baseado principalmente nessas desproporções anatômicas na hora dela ser composta. E ela não precisa criar um mundo fictício para falar do real, nela o mundo real continua a ser sua base e o sujeito permanece sendo quem é apesar dos exageros. Não são desproporções aleatórias, muitas vezes elas estão relacionadas diretamente às críticas que pretendem ser feitas. Nessas alterações não necessariamente ocorre a ampliação ou diminuição de uma parte do corpo. O corpo também pode vir a ganhar partes características de outros animais, plantas ou objetos, por não se ter o compromisso de ser algo completamente real. Contudo, a caricatura procura manter sempre os elementos mais importantes de quem ou o que ela pretende retratar, já que são esses elementos que permitem a associação com o que se quer apresentar.

[...] a caricatura é um gênero mais afeito à exaltação que à crítica, um traço de *superfície* que não aprofunda sentimentos, não desnuda emoções, um exercício formal de afetividade entre criador e criatura. Ela é em geral – a não ser quando, modernamente, inserida no interior de uma charge um desenho de humor leve e amável, uma transgressão da anatomia humana com a finalidade de provocar o riso e tornar *mais semelhante* o personagem em relação ao sujeito real (Teixeira, 2001, p. 23).

O cartum, como toda produção humana, é fruto do seu tempo e traz questões e traços de acordo com o tempo e o espaço no qual ele foi construído. No entanto, não fica necessariamente preso na questão temporal e nas notícias do período de sua construção. Ele é feito a partir de um mundo fictício com personagens que não são reais. Tudo isso apresenta muitas questões de uma identidade coletiva, que pode ser aplicada em diversos momentos a diversos grupos e/ou sujeitos. Ele pode usar o humor, mas com uma produção muito próxima da realizada nos quadrinhos, como quadros com algumas cenas, balões de fala e onomatopeias.

No cartum, a ficção é real e o real, ficção. Seu personagem não se refere ao *outro*, como na charge, nem ao mesmo, como na caricatura, mas a temas imaginários que não se referem, necessariamente, a sujeitos ou realidades individuais e particulares. No cartum, cada personagem é um “sujeito coletivo” que ele sintetiza e pretende representar; ou, dito de outro modo, cada personagem do cartum é um “coletivo” de sujeitos particulares (Teixeira, 2005, p. 23).

Os três gêneros textuais trabalham a partir da perspectiva do humor sem terem o compromisso de utilizarem uma racionalidade para apresentar o que propõe. São baseados em questões sociais, políticas e econômicas vividas pelos artistas. A razão não é a condutora dos traços, e sim o humor e as verdades que não são ou não podem ser ditas. Dentro da pesquisa, o único dos três gêneros textuais que não foi trabalhado foi o cartum. Em alguns momentos foi visto como uma possibilidade abandonar as caricaturas, mas elas trouxeram um enriquecimento para o trabalho. Por isso, ao se referir à pesquisa sobre o material trabalhado optou-se por utilizar a palavra “fonte”, já que charges e caricaturas foram utilizadas como fontes históricas. E, ao invés de falar das pessoas que produziram esses traços como chargistas ou caricaturista, optou-se por os chamar de artistas. Já que seus desenhos foram uma forma de arte bem humorada que enriqueceu e alegrou a cidade.

Revistas ilustradas e seus artistas

A virada do século XIX para o XX é marcada por mudanças. O avanço da tecnologia e da ciência, as epidemias e possíveis soluções para elas, a forma de se olhar para a sociedade e hierarquizar quem estava em um nível mais civilizado apontavam por mudanças que aconteciam no ocidente de forma macro e indicavam transformações regionais que aconteciam dentro do micro. O Brasil

estava inserido nesse cenário de mudanças de perspectivas dos mais diversos âmbitos sociais, políticos, econômicos e culturais. E como muitos outros países, tentou se adequar à nova realidade existente que tentava apagar características do passado.

Desde o fim do período imperial⁶, um dos locais que foi palco das principais reformas urbanas foi a cidade do Rio de Janeiro. Por ser a capital federal, houve a necessidade de torná-la vitrine para os demais centros urbanos do país e de apresentar ao mundo que o Brasil poderia ser tão civilizado quanto Paris. A República trazia um novo governo – que, muitas vezes, era composto por antigas figuras públicas. O ideal monarquista foi gradualmente extinto, e, juntamente com ele, os que o apoiavam. As relações internacionais eram estreitadas com o aumento do financiamento do capital estrangeiro. O império havia partido, mas deixou algumas de suas dificuldades presentes e sem soluções concluídas. A febre amarela ainda assolava a cada verão – e fazia vítimas por toda a capital. A população mais pobre ainda morava pelo centro e as ruas estreitas dificultavam o escoamento da produção. A paisagem carioca não representava o moderno tão almejado. A forma encontrada para resolver essas e tantas outras questões foi arbitrária e desempenhada sem muito diálogo com toda a população.

A habitação popular se tornou um grande problema, pois não era viável permitir que fossem mantidas no principal centro político do país. As reformas eram clamadas pelos grupos dominantes, e aquela população mais pobre não combinava com o estilo francês a ser adotado. O que fazer com toda essa gente não era o foco de preocupações por parte dos governantes. As obras públicas precisavam de mão de obra para serem feitas, assim como alguns outros setores. Logo, as vestes e os hábitos desse grupo destoavam do padrão considerado como aceitável, porém a sua mão de obra era indispensável. As regiões pericentrais foram uma possível solução, mas nem todos os que já estavam na cidade e os que chegavam podiam lá se instalar. Os subúrbios também passaram a ser habitados, mas para quem não tinha uma renda fixa e/ou suficiente para o sustento também para lá não havia como recorrer. A favela, que até então era um espaço em lento processo de crescimento, rapidamente se tornou um espaço de moradia para esses trabalhadores ao ponto que não apenas os morros da Providência e de Santo Antônio

⁶ Segundo Rodrigues (2015), as grandes transformações no Rio de Janeiro se iniciam na década de 1870 com as propostas de melhoria do porto e transformação do espaço urbano.

comportarem o número de pessoas que chegavam. Logo outros morros da cidade também passaram a ser ocupados.

Ainda que não reconhecida oficialmente⁷ como existentes na cidade, a expansão das favelas durante a Primeira República não passava despercebida. Os jornais relatavam as notícias que de lá chegavam, e sobretudo as ocorrências policiais (Mattos, 2004). Outra forma de retratar esse espaço, considerado ao mesmo tempo em ascensão e em degradação, foi através das revistas ilustradas produzidas no período. Essas revistas produziam, através da perspectiva dos intelectuais letrados, a expressão e a representação da sociedade através da sua própria leitura. Com as charges repletas de críticas e humor, um imaginário construía, em forma de desenhos e compactos textos. opiniões sobre o que a cidade vivia. Destinada a uma burguesia letrada, as charges, que desde o século XIX já haviam ganhado espaço na imprensa, divertiam e orientavam sobre o que ocorria no cotidiano da cidade. Essas revistas ilustradas que circulavam durante a Primeira República traziam os principais debates através do humor.

As revistas ilustradas, como uma das principais agências de produção da imagem fotográfica, contribuíram para a “divulgação, aceitação e naturalização de um modo de vida associado a signos de distinção e representação social tipicamente burgueses”. A minuciosa descrição da paisagem correspondia ao ato de denunciar as péssimas condições de moradias existentes no morro – ao mesmo tempo que podemos ver referência à suposta falta de higiene e ironia quanto à forma das casas (palavra essa que era acompanhada por um ponto de exclamação) (Silva, 2014, p. 51).

Elas conseguiram registrar muitas temáticas e formular críticas à realidade. Entre elas estão as questões urbanas que envolviam as favelas, anteriormente associadas aos cortiços. Em meio às matérias e críticas, é possível encontrar charges que abordem diversas questões da habitação e da realidade de seus moradores. Muitas delas enfatizavam o modo como as favelas cariocas, seus moradores e os costumes ali existentes eram percebidos pelos letrados como algo negativo e que mereciam uma atenção por parte do Estado. É possível identificar diferentes abordagens temáticas em relação às favelas cariocas. As ilustrações eram produzidas por pessoas que não habitavam dentro das favelas e que talvez nem contato tivessem com o local e seus moradores. Por isso, mesmo que tenham formulado críticas sociopolíticas, não conseguiam romper

⁷ Segundo Gonçalves (2013, p. 119), pela primeira vez que ocorreu uma definição jurídica do que é uma favela foi no Código de Obras de 1937 (Decreto Municipal nº 6000, de 1º de julho de 1937), no Art. 349. Por isso, compreende-se aqui que oficialmente só houve um reconhecimento oficial do que seriam as favelas em 1937.

com os estereótipos existentes e reforçavam a perspectiva da favela como um local de risco para os demais moradores da cidade.

Ainda que não aparecessem de forma tão recorrente nas revistas ilustradas quanto apareciam nas páginas policiais dos jornais da cidade, as favelas também foram ali representadas. Representações que na maioria das vezes acompanhavam a retórica das páginas policiais, representando as favelas como espaços à parte da cidade, violentos e problemáticos. Por vezes eram também representadas como áreas precárias e quase rurais. Tudo isso faz com que algumas questões sejam levantadas. Qual foi a contribuição das charges sobre favelas das revistas ilustradas da cidade do Rio de Janeiro, durante a Primeira República, na formação da concepção do que eram as favelas e de quem eram os seus moradores? Quais as funções sociopolíticas dessas charges, neste período, e como colaboraram com a formação dos estereótipos sobre as favelas e seus moradores?

A Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912) é uma charge publicada na revista ilustrada *O Malho*, chamada de *Instantaneo a Lápis*, de Yantok, aborda com clareza muito do que foi apresentado pelos mais diversos periódicos na cidade do Rio de Janeiro à época. Em muitas das diversas situações que aparecem nesses traços, é possível identificar perfeitamente inúmeras matérias publicadas ao longo da Primeira República. Cenas que também dizem muito sobre os mais diversos estigmas, que vão se consolidando sobre as favelas, sobretudo a partir da década de 1920⁸.

Ao observar as charges desse período, é possível localizar dois acontecimentos importantes para a cidade do Rio de Janeiro. O primeiro evento foi no ano de 1907, quando ocorreu uma tentativa por parte de Oswaldo Cruz de remover a população que habitava no Morro da Providência. Motivo esse que fez com que fosse o ano que O Malho mais produzisse charges relacionadas as favelas, num total de 12 charges. Dentre elas está a mais conhecida e reproduzida, é a Fonte 12 (O Malho, 08 jun. 1907), da revista *O Malho*, que é a de Oswaldo Cruz a pentear o morro da Favella, enquanto era questionado se essas habitações poderiam ou não por lá permanecer. Ela representa os moradores como parasitas que atormentam a cabeça da polícia. Essa representação é perfeita para pensar o ano de 1907 e as tentativas de Oswaldo

⁸ Em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Erving Goffman (2017) traz diversas abordagens sobre estigmas e sobre como eles podem dar uma característica desacreditada ou desacreditável para algo ou para alguém.

Cruz de remover as habitações dos moradores daquele espaço. Além de apresentar um indicativo dessa possibilidade se expandir para outros pontos da cidade.

Outras questões importantes também circularam nas charges nesse momento, como, por exemplo, o acesso à água, que marcava a maioria das pessoas que por essas colinas buscavam construir as suas habitações. A Fonte 6 (O Malho, 19 jan. 1907) traz essa questão que era muito discutida na cidade do Rio de Janeiro desde a sua fundação. A água é um elemento vital para reprodução da vida, mas seu acesso na cidade e, sobretudo, nos morros era precário. O ato de buscar água pelas bicas e chafarizes da cidade por parte dessa população gerava um grande debate, essa busca fazia com que a população dos morros tivesse que circular pela cidade várias vezes ao dia, o que contrariava o projeto moderno que se desenhava para a capital da República.

Um segundo momento importante foi o processo de remoção não de uma população, mas de um morro inteiro. Foi o caso do arrasamento do Morro do Castelo entre os anos de 1920 a 1922. No entanto, esse morro, considerado como berço da cidade, não é considerado como favela. O interesse em inserir o debate sobre o Castelo reside nas representações ali evocadas pelas revistas, que se aproximavam daquelas sobre as favelas na mesma época. A análise desse material nos permite discutir o processo ambíguo de consolidação das favelas como uma realidade geográfica específica da cidade durante os anos 1920. O cerne da reflexão é compreender que a noção de favela não é algo bem delimitado, mas é o resultado de processos sociais, que contaram também com a participação do humor nessa produção.

Apesar do principal foco das revistas ilustradas não terem sido apenas o humor, o humor deu a elas uma projeção maior. Não eram apenas propagandas, moda ou eventos sociais, tampouco o padrão mais formalizado presente nos jornais. Com um humor repleto de reflexões e questionamentos sobre a sociedade, marcado pelo ponto de vista da redação e de seus artistas, essas revistas ganharam muito espaço dentro da sociedade carioca (chegaram até mesmo a serem vendidas fora da própria capital). Entre as revistas de maior circulação encontramos as revistas: *Careta*, *Fon-Fon*, *Dom Quixote*, *O Malho* e *Para Todos*. Dentro dos seus inúmeros colaboradores, encontramos artistas muito conhecidos e outros nem tanto (porém não menos importantes e que também colaboraram com o sucesso destas). Nem sempre, ao se ter contato com esses trabalhos, foi possível identificar os artistas que as fizeram. Alguns

não assinavam seus trabalhos e em outros casos não foi possível identificar as assinaturas. Entre as identificadas foi possível encontrar os seguintes chargistas: Alvaro Perdigão, Andrés Guevara, Angelo Agostini, Aryosto, Augusto Rocha, Calixto Cordeiro, Di Cavalcanti, Fritz, J. Carlos, J.R. Lobão, Jayme, Jefferson, Leônidas Freire, Max Yantok, Osvaldo Navarro, Raul Pederneiras, Santiago e Théo.



Figura 1 - Os nossos caricaturistas, de K. Lixto.

A revista ilustrada *Careta* foi fundada por Jorge Schmidt, em junho de 1908, na qual assumiu o cargo de proprietário e de editor. Ele, segundo Sodré (1966), já havia tido uma experiência anterior na revista ilustrada *Kosmos*. Trazia em sua primeira revista características inovadoras que levou para a *Careta*. Até 1921, J Carlos dirigiu e ilustrou a revista de forma brilhante e talentosa. Suas edições chegaram a ser as mais populares da cidade. Desde sua fundação, teve as sátiras políticas como uma grande marca, e demonstrava o seu posicionamento sobre os principais assuntos já em suas capas. Estas que sempre traziam traços marcantes e fortes críticas à política e as principais questões sociais que circulavam pela cidade. Além disso, abria espaço para uma participação popular. Nas suas últimas páginas, as ideias dos leitores eram publicadas. Foi considerada um símbolo de modernidade tanto na sua composição gráfica quanto nos pensamentos que defendia.

Segundo Renata Franqui (2016), fundada em 1907 por Lima Campos, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes, a revista que já demonstrava a sua modernidade no nome ao representar o som produzido por uma buzina de automóvel, *Fon-Fon*. Suas críticas, muitas vezes os caprichos e a altivez da alta sociedade carioca, eram misturadas as belas fotografias e gravuras sobre a cidade do Rio de Janeiro e sobre os hábitos e gostos carioca. Sempre repleta de conteúdos alegres que de forma discreta pretendia promover brincadeiras e anedotas. Em 1915, ela entrou em uma segunda fase, e passou a ter como proprietário e diretor Sérgio Silva. A revista passou a se aproximar cada vez mais dos ideais modernistas que afluíam pelo país.

Inspirada na revista de Ângelo Agostini que circulou no Brasil no fim do século XIX, a revista ilustrada *D. Quixote* foi fundada em 1917 por Manuel Bastos Tigre. Falava dos problemas políticos e sociais vividos pelo país, mas em especial pela capital e utilizava os principais personagens de Miguel de Cervantes como as principais figuras do editorial. Segundo Velloso (1996), foi uma revista que se propôs a debater a memória nacional. Por isso, nação, história e memória foram grandes pontos presentes em seus debates. Além disso, trouxe a perspectiva de que também era necessário pensar e associar a nacionalidade a partir do humor como forma de salvar a nação. Entre os seus trocadilhos e piadas criou um calendário próprio.

Uma das principais funções do calendário é ritmar as dialéticas do trabalho e do tempo livre, do tempo regular e do tempo linear, do tempo cíclico e da festa. O que *D. Quixote* faz é justamente baralhar esses tempos, mostrando a imprecisão da cronologia oficial e a falta de sentido de nossas festas, feriados e comemorações. Assim, de acordo com o calendário humorístico, o carnaval não se restringe ao espaço de quatro dias, mas extrapola o tempo final da folia para entrar no tempo da política. [...] No calendário humorístico, cada mês se anuncia por meio de um registro: a piada do mês. Assim, contabiliza-se o tempo (dia, mês, ano) sempre através do riso e do humor. [...] No mês de dezembro o espírito natalino se confunde com o carnavalesco, da mesma forma que em março, mês das eleições, continua-se vivendo o clima de folia do Momo. Portanto, carnaval e política acabam tendo uma relação bem mais profunda do que se costumava mostrar habitualmente (Velloso, 1996, p. 176).

E, assim, demonstrava que, dentro de sua perspectiva, a política existente no país era inadequada e uma verdadeira farsa. Afirmava, que os políticos encenavam papéis e não faziam o que realmente deveria ser feito.

Ao contrário das revistas anteriores, a revista *Para Todos*, fundada em 1918, abriu um espaço para as ilustrações, mas estas não eram o seu principal

destaque. Contudo, um dos seus principais diretores foi J. Carlos, que criou algumas das capas que ganharam mais destaques neste periódico. Foi voltada para diversas formas de expressões artísticas e tinha como o seu público-alvo jovens de classe média alta. Ela pertenceu ao mesmo grupo da revista *O Malho*, e por isso, em alguns momentos, reproduz em sua arte algumas questões sócio-políticas vistas pelo grupo editorial. Mas em quase todos os momentos tentou levar a modernidade através do discurso, do design gráfico e das fotografias.

A revista ilustrada *O Malho*, segundo Sodré (1966), foi uma das mais relevantes do período. Ela estreou em 1902, e trouxe na sua primeira capa e no seu nome um recado bem claro que iria produzir críticas e/ou sátiras sociopolíticas. Foi uma revista que conseguiu se manter no mercado por uma pouco mais de meio século e por ela passaram os mais brilhantes e importantes artistas da época. Além disso, contava com importantes intelectuais da época. Cada ilustração, muito bem-feita, atraía à atenção dos leitores. Em 1910, passou a ter como proprietário o deputado Antônio Azeredo – que, no mesmo ano, ajudou a fundar o Partido Republicano Conservador, o que acabou modificando a linha política do periódico.

A revista *Tagarela* foi fundada em 1902 por Raul Pederneiras e por K. Lixto. Foi pensada como uma revista humorística, algo entre *O Malho* e *Kosmos*, mas não teve uma longevidade e foi encerrada já em 1904. Contudo, serviu como espaço para consolidar trabalhos de grandes desenhistas como o próprio K. Lixto. Foi a única revista que trabalhamos na qual não foi encontrada nenhuma charge sobre o que estava acontecendo nos morros.

Pensar sobre o momento em que essas revistas foram publicadas, que se inventaram e reinventaram é uma das possibilidades de pensar sobre o modo contemporâneo que as favelas da cidade do Rio de Janeiro se consolidaram no espaço urbano.

Revisão histórica

Desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, é possível observar vários problemas relacionados à habitação na cidade do Rio de Janeiro. Quando os navios desembarcaram, não havia uma estrutura habitacional para receber tantas pessoas. Muitas pessoas receberam ordem de despejo de suas próprias casas para que elas fossem dadas para os que

chegaram junto com D. João VI. A cidade cresceu, expandiu-se para outras regiões ao longo do tempo, mas o acesso à habitação continuou a ser problemático. Segundo Vaz (1998), entre o período imperial e a construção da Primeira República, muitas mudanças sociais, políticas, econômicas, espaciais e culturais aconteceram no país. E dentro desse contexto histórico, ocorreu um crescimento populacional significativo na cidade do Rio de Janeiro.

Resultam nesta transição a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a formação de mercados e a mercantilização de bens, inclusive a moradia e o trabalho, a decadência da cafeicultura fluminense, o desenvolvimento dos setores secundários e terciários da economia, a definição de novas categorias sociais e a substituição de elites no poder, com a queda do Império e a Proclamação da República. O crescimento populacional é intenso: a população aumenta de 235.000 habitantes em 1870 para 522.000 em 1890. Modernos serviços públicos são criados: sistema de transporte coletivo [...], de esgoto, de abastecimento d'água, telégrafo, iluminação a gás, telefone, energia elétrica etc. (Vaz, 1998, p. 39-40).

Dentro desse contexto de ausência de habitações para essa faixa da população, algumas formas de moradia, ainda que precárias, contribuíam para diminuir os problemas existentes. “Entre 1869 e 1888, o número de cortiços e estalagens passou de 642, com 9.671 quartos e 21.929 pessoas, para 1.331, com 18.866 quartos e 46.680 pessoas.”(Mattos, 2008, p. 59). Mas em meio as reformas urbanas e as políticas higienistas que seriam aplicadas na capital do país, esses tipos de habitações precárias não poderiam continuar a existir. Todos os anos o Rio era atormentado por epidemias de febre amarela, cólera e varíola.

Segundo Chalhoub (1996), desde 1850, os médicos higienistas já faziam campanha contra essas habitações precárias, mas durante o surto de febre amarela de 1873, os cortiços foram apontados como o epicentro do problema. Essa doença atingia sobretudo a população branca e estrangeira e era vista como um perigo para as relações econômicas internacionais do país. Dentro dos cortiços, por sua vez, a tuberculose também estava presente e fazia vítimas em todas as estações do ano. A tuberculose estava diretamente relacionada com as condições da moradia e com a alimentação da população. Essa doença atingia principalmente a população negra, mestiça e pobre, com um percentual de mortes muito maior do que em relação à população branca atingida pela febre amarela. No entanto, a tuberculose não ganhava tanta atenção quanto a febre amarela e a colera.

Na década de 1890, os cortiços passaram a ser notificados que seriam demolidos com somente 48h de antecedência. O mais famoso deles, o Cabeça de Porco, foi demolido em 1893 com seus 2 mil moradores. Segundo Rômulo Mattos (2008), neste período, havia algumas questões principais que serviram como tripé motivacional para as medidas implementadas pelo Estado contra os cortiços: a higiene, a ordem pública e os interesses imobiliários. E para que o programa de Renovação Urbana fosse bem-sucedido, as esferas federal e municipal, segundo Lilian Vaz (1998), se uniram para executar um plano baseado no controle sanitário, urbanístico e na circulação.

Na década seguinte, a remodelação do centro da cidade promovida pelo prefeito Pereira Passos manteve o combate contra tais habitações:

Como o de que a derrubada de 2.240 prédios entre 1902 e 1906 provocou a retirada de 36.900 pessoas daquela mesma área central que Pereira Passos supostamente pretendia integrar ao cotidiano dos trabalhadores. Não obstante, o efeito multiplicador dessa ação dificilmente poderá ser calculado, assim como a quantidade de cortiços desaparecidos nesse processo. [...] Só as obras da Prefeitura derrubaram 1.040 prédios e deixaram cerca de 10.400 pessoas desabrigadas (Mattos, 2008, p. 56).

Algumas possíveis soluções foram propostas para tentar resolver parte dos problemas habitacionais. Uma delas foi estimular que uma parcela dessa população removida fosse morar no subúrbio. Outra foi o Estado liberar concessões para empresas construírem casas operárias desde que tais empresas se comprometessem em fazer habitações higiênicas. Essas empresas também poderiam fazer quartos mais simples, com um custo mais baixo, que seriam destinados aos celibatários. O próprio município chegou a criar 120 casas no modelo de vilas operárias, a partir do decreto nº 391 de 1903. As obras dessas casas foram iniciadas em 1903 durante o mandato de Pereira Passos, mas só foram concluídas em 1908, já durante o mandato de Francisco Marcelino de Souza Aguiar

Entre 1887 e 1895, as companhias Saneamento do Rio de Janeiro e Evoneas Fluminense construíram para 6.800 pessoas; a Companhia Fiação e Tecidos Aliança para 420 operários; e a Fábrica de Tecidos São João, o Banco Operário e a Companhia Technico Construtora, para 1.200 operários. Essas moradias podiam atender a um total aproximado de 8.420 pessoas, ao passo que, em 1887, o número de moradores de habitações coletivas era estimado em 36.830 (Mattos, 2008, p. 62).

Segundo Diego Carvalho da Silva (2017), o número de casas populares construídas neste período não foi suficiente para atender a demanda dos

trabalhadores. Muitas vilas operárias foram idealizadas, mas nunca foram concretizadas. E muitas das que foram construídas, a maioria dos trabalhadores não podiam pagar os aluguéis. A proposta para os subúrbios era impregnada de dificuldades, como a do difícil deslocamento que os trabalhadores deveriam ter que fazer diariamente e a ausência de infraestrutura. Alguns trabalhadores se instalaram em quartos de aluguéis em residências particulares ou em casas de pensões e hospedarias. Outros viveram até mesmo em casas coletivas na qual residiam vários trabalhadores.

E se para os trabalhadores com renda fixa foi extremamente complicado, para os trabalhadores que eram jornaleiros a situação foi ainda mais difícil. Eles precisavam se deslocar até o centro diariamente para exercer as suas profissões. Além de outra questão muito problemática para esse grupo, muitas profissões exercidas pelos jornaleiros foram proibidas de serem exercidas ao menos no centro, já que passaram a não se enquadrar dentro da proposta modernizadora para o centro da cidade. Um local que passou a ser visto por esses trabalhadores como uma possibilidade de mantê-los no centro foi a de construir suas habitações nos morros. Inicialmente, nos morros da Providência e de Santo Antônio, e depois por outros tantos. Além da expulsão dessas pessoas e de suas habitações do centro, também existem fatores que contribuíram para a chegada de mais pessoas aos morros.

Segundo Vaz (1998), nem toda a população mais pobre habitava nos cortiços e não tinha como pagar o aluguel de quartos e casas. Por isso, antes mesmos dos cortiços serem removidos, já havia relatos de alguns poucos casebres presentes em alguns morros da cidade. Quando ainda eram poucas casas não chamavam atenção, mas quando se adensavam passaram a ganhar destaque. Segundo Mattos (2004), existem marcos importantes que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro que colaboram para os estudos sobre o início das favelas. Entre eles podem ser destacados a Revolta da Armada e o mencionado arrasamento do cortiço Cabeça de Porco, o retorno dos soldados de Canudos (em 1897), e o momento em que a imprensa começa a publicar matérias (principalmente sobre o Morro da Favella) sobre os morros da cidade. Tais reportagens passam a nortear as questões sobre quais eram as condições desses espaços e de suas habitações, além de pensar sobre os próprios habitantes. Esses espaços, como o Morro da Providência, ainda que localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro eram vistos como algo às margens da cidade, como algo para além dos limites do município.

A partir da descoberta desses espaços, as aparições destes foram cada vez mais frequentes na mídia, em especial nas páginas policiais. O que fosse negativo e contrário ao que era considerado à boa conduta e a ordem era constantemente associado às colinas cariocas e aos seus habitantes. Mas não a qualquer colina, morros como o da Providência e o Santo Antônio eram mais citados. Algo que também foi acrescentado aos ingredientes editoriais foi o juízo de valor. Fator que começou a apontar para a ausência das virtudes de seus moradores e do perigo em potencial de passar por esses morros ou ter que lidar com os habitantes destes lugares, o que colaborou com esse processo inicial de formação das ideias pejorativas das favelas e dos favelados.

Segundo Valladares (2015), logo no início do século XX, o morro da Providência já havia sido chamado de Morro da Favella e associado à planta favela apresentada por Euclides da Cunha no livro “Os sertões”. Características de miséria, desorganização, ausências, algo indesejado e carência acompanham essa descrição. Nome que, segundo Mattos (2004), não demorou a ser usado pelos jornais. Inicialmente apenas para o Morro da Providência, mas depois, nos anos 1920, de forma generalizada, a palavra favela passou a ser aplicada aos morros com habitações consideradas precárias. Assim, neste período, a imagem das favelas muitas vezes oscilava entre a pureza (por serem associadas ao campo) e a completa barbárie. Esses espaços que estavam em um processo de construção bem distinto da proposta de reformas urbanas e avanço técnico da Belle Époque. Segundo Topalov (2015), essas reformas urbanas promovidas pelos ideais da Belle Époque tinham como objetivo realizar uma remodelação, uma aplicação de infraestrutura nos espaços e em quem por esse espaço tivesse que passar e/ou viver.

Nas primeiras décadas do século XX, o mundo e o Brasil passaram por diversas transformações e fatos históricos importantes. E entre eles, muitos marcaram direta ou indiretamente a cidade do Rio de Janeiro. As epidemias que assolavam a cidade desde o século anterior fizeram com que muitos debates e possíveis soluções fossem levantados. Durante a gestão de Pereira Passos, muitas obras foram realizadas para tentar resolver alguns desses problemas. Não bastaria apenas remodelar a cidade e remover a insalubridade, medidas mais firmes deveriam ser tomadas no combate contra essas doenças. Para combater a varíola, por exemplo, tornou-se obrigatório na cidade a vacinação e a revacinação. Contudo, como aponta Chalhoub (1996), havia alguns pensamentos disseminados entre boa parte da população de que as vacinas

seriam prejudiciais à saúde e que também seria uma possível estratégia do governo para exterminar os pobres, ou até mesmo que a vacina da varíola poderia deixar algumas pessoas com feições bovinas. Algumas pessoas que foram vacinadas chegaram a contrair a doença tempos depois e outras contraíram sífilis após tomarem a vacina. Tudo isso fazia com que boa parte da população desenvolvesse um certo nível de rejeição e / ou desconfiança em relação a ideia de ser vacinada contra a varíola.

A obrigatoriedade da vacinação era algo presente na questão legislativa desde o período do império, contudo não havia sido tomada medidas efetivas para que essa resolução entrasse em vigor. Mas, em 1904, o diretor geral de saúde pública da cidade do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz, iniciou alguns projetos para exterminar os focos das doenças. A febre amarela foi combatida através da caça aos mosquitos e a peste bubônica através da limpeza pública que evitava a proliferação dos ratos. Mas, para combater a varíola, Oswaldo Cruz via a necessidade de realizar uma vacinação nacional para erradicar a doença. Para estimular as pessoas a tomarem a vacinação, Oswaldo Cruz propôs dificultar o acesso dos não-vacinados a alguns serviços, assim como promoveu campanhas de vacinação em massa da população. Esse projeto de lei foi levado ao Congresso pelo senador Manoel José Duarte, em junho de 1904, e foi aprovada no fim de outubro do mesmo ano. Em novembro, ele foi regulamentado e muitas casas foram invadidas para que os não vacinados pudessem ser vacinados à força.

No período que a proposta ainda tramitava e não havia sido aprovada, opositores do presidente Rodrigues Alves declararam que o projeto era inconstitucional e resgataram algumas crenças sobre os riscos que a vacinação poderia causar nas pessoas. Além disso, também apelaram para a questão da moralidade ao apontar que pessoas estranhas entrariam nas casas e tocariam nas esposas e filhas para as vacinarem e mexeriam nos ambientes caso considerassem necessária uma possível desinfecção do espaço. Segundo Jayme Ribeiro (2017), a imprensa participou ativamente dos debates sobre esse projeto de lei e colaboraram com a formação de um consenso de boa parte da população sobre como era absurdo e autoritário o projeto e sobre como a maioria dos agentes de saúde não tinham qualificação adequada para executarem tal medida. Na revista ilustrada *O Tagarela*, do dia 29 de setembro de 1904, foi publicado um poema de Jass que expressou o que boa parte da imprensa pensava sobre a obrigatoriedade da vacinação.

Vacinação Obrigatória

Bem dura na verdade a nossa sina!
Inda um mal não termina, outra começa.
Vamos perder de veras a cabeça:
A obrigatoriedade da vacina!

Mais uma vez agora a medicina
Vai se mostrar a todos nós avessa
Ninguém por certo existe a quem pareça
Justo aquilo que a todos nós amofina.

Das moléstias valendo-se, a Higiene
Segue do povo a opressão infrene,
Da tirania o pavilhão desfralda

Lícito é, pois, que o povo erga o seu brado.
Por ter de ser a força vacinado
Por estes *cafajestes de esmeralda*.

Após a aprovação do congresso, grupos começaram a se mobilizar e chegaram a criar uma liga que seria contrária a vacinação obrigatória. A partir do dia 10 de novembro de 1904 esses grupos começaram a se reunir principalmente no Largo de São Francisco, e era composto por muitos estudantes. A polícia recebeu ordem nesse período para proibir essas reuniões públicas. Assim começam algumas manifestações populares que ficaram conhecidas como Quebra-Lampiões ou Revolta da Vacina. Enquanto muitos protestavam, a polícia reprimia, mas não impediu que muitos outros focos de protestos surgissem pela cidade. Segundo Ribeiro (2017), enquanto protestos começavam, combustores e vidraçarias eram quebrados, bondes eram virados e barricadas eram levantadas. Também eram ditas frases como “Abaixo a vacinação obrigatória!”, “Morra a polícia, viva a liberdade!”, “Morra a polícia, abaixo a vacina!”. Para muitos jornais, esses protestos foram puros atos de vandalismo na qual representantes destruíam as coisas e provocavam os policiais. Além disso, muitos também tentaram apresentar a Revolta da Vacina como um simples movimento que foi incitado pela oposição de Rodrigues Alves, que a população foi apenas uma massa de manobra desses políticos e que principalmente os desordeiros que concordaram de participar.

Entre tantos conflitos, um local que ganhou destaque foi a Zona Portuária, em especial o bairro da Saúde que foi apelidado pela imprensa de Porto Arthur em uma analogia aos violentos conflitos que aconteceram nesse local durante a guerra Russo-Japonesa. E um dos principais líderes do conflito deste lugar foi um capoeirista, Horácio José da Silva, conhecido como Prata Preta. Essa era uma área muito marcada por boa parte de sua população ser negra e pelas

tradições afro-brasileiras serem muito presentes. Segundo Romulo Mattos (2004), na década de 1980, houve uma construção histórica que denominou esse espaço como Pequena África. Além da Zona Portuária, abrangia também a região da Cidade Nova e Praça Onze. Diante de todas essas tradições e culturas ali presentes, a região recebia os estigmas que acompanhavam os negros durante a Primeira República e era considerada algo oposto ao projeto urbanístico moderno, que aplicavam na cidade naquele período. Com a Revolta da Vacina, e com vários acontecimentos ocorrendo aos pés do Morro da Favella, o lugar passou a ser visto como ainda mais perigoso e nocivo.

A Fonte 1 (O Malho, 03 dez. 1904) sobre favelas, encontramos uma charge que apresenta um policial e um morador do Morro da Favella após a Revolta da Vacina. Ao mesmo tempo em que ela traz a questão da polícia ter utilizado o critério que achasse melhor para prender pessoas nesse período, caso considerasse alguém suspeito, também aponta sobre os conflitos que aconteceram próximo ao Morro da Favella e indica que alguns moradores de lá participaram das manifestações. No entanto, desqualifica alguns ao dizer que teve quem não participou por não gostar de trabalhar e por ter o perfil de malandro.

Depois da Revolta da Vacina, Oswaldo Cruz aparece mais uma vez envolvido em outro conflito relacionado aos moradores da Favella. Em 1907, o médico sanitarista inicia uma tentativa de remoção dos moradores do Morro da Favella. Moradores que já estavam marcados como membros ativos da revolta, passam a verem um projeto de remoção bater em suas portas. Segundo Mattos (2007), o *Correio da Manhã* noticiou, em 19 de março de 1907, que as autoridades públicas dariam um prazo de vinte dias para que os moradores deixassem os morros, e que a Delegacia de Higiene emitiria a ordem de despejo, mas a população não deu muita credibilidade. No dia 01 de junho de 1907, o jornal *Gazeta de Notícias* divulgou que o prazo já havia vencido e que Oswaldo Cruz só daria mais dez dias para a população abandonar as suas casas. Dez dias depois dessa última notícia, a imprensa publicou que Oswaldo Cruz havia estendido o prazo por mais quarenta dias para que as obras de saneamento fossem iniciadas no morro e que todas as habitações que lá estivessem seriam demolidas. Ao final desse prazo a população não foi removida. Mas, cada vez que um desses prazos foi lançado à repercussão foi muito negativa, ainda que a imprensa concordasse com a necessidade de sanear e higienizar aquela área.

Ao longo da década de 1910, as principais aparições das favelas foram principalmente relacionadas às páginas policiais da cidade, mas não foram as únicas formas de produção. Nesta década, a ideia da favela como habitações precárias existentes principalmente nos morros da cidade do Rio de Janeiro ainda não era algo bem consolidado, mas o que se ressaltava eram os estereótipos referentes a população que ali habitava. A questão racial é de extrema importância para pensar a situação das favelas neste período. Ainda que houvesse estrangeiros europeus, a população majoritária das favelas era negra. Para pensar os estigmas produzidos na gênese da favela é necessário acrescentar a questão racial. Grande parte das charges representavam a população das favelas como negros.

Durante a década de 1920, a favela passou a ser pensada pelo movimento modernista brasileiro. Na busca pelos elementos genuinamente brasileiros, os modernistas alçaram as favelas como algo representativo do país.

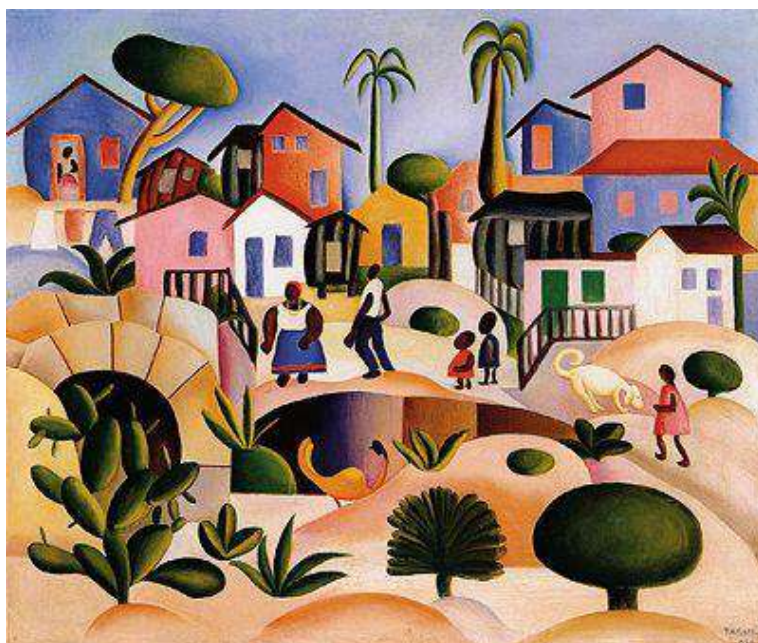


Figura 2 - AMARAL, Tarsila do. Morro da Favela. 1924.
Pintura a óleo sobre tela. 64 x 76 cm.

No quadro acima da Tarsila do Amaral, é possível notar as características rurais que predominam em sua obra e como a questão racial é bem-marcada. Apesar de aparentar estar à parte da cidade, esse morro fica localizado no centro do Rio de Janeiro, ao lado da estação central do Brasil. Essa questão entre campo e cidade é muito ambígua neste período. E no mesmo ponto que

alguns se apoiavam para realizar a defesa, era o mesmo ponto que outros utilizavam para elaborar as suas críticas.

Cidade e campo são palavras poderosas que detonam um conjunto de sentimentos fortemente arraigados na vivência humana. O campo ora é associado a uma forma natural de vida, de paz, de inocência e virtudes simples, ora é visto como o lugar do atraso, da ignorância e da limitação. A cidade associa-se à idéia de centro de realizações, de saber, comunicações, mas também de barulho, corrupção e perdição. Cristalizadas no imaginário social, forjadas principalmente pela literatura, essas imagens positivas e negativas de campo e cidade são constantemente atualizadas e acionadas (Motta, 1992, p. 34).

Se os modernistas valorizavam as favelas, essas continuavam a ser consideradas como o principal problema urbano da cidade, conforme demonstra a campanha promovida pelo agente do mercado imobiliário Mattos Pimenta contra as favelas no final dos anos 1920 (Gonçalves, 2013). Essas campanhas afirmavam que as favelas destoavam do projeto que se tinha para a cidade e promoviam insegurança para as outras regiões.

Essa percepção ambígua das favelas atraiu o interesse de vários estrangeiros ilustres em passagem pelo país. Filippo Marinetti, Alfred Agache, Le Corbusier, Blaiser Cendrars e outros as visitaram. Muitas dessas visitas foram objetos também de charges. Dentro dessa agitada década também encontramos o centenário da independência do Brasil, algo que, segundo Marly Motta (1992), movimentou a população em geral, mas em especial os intelectuais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Dentre os preparativos para o centenário que ocorre ao mesmo tempo em que o modernismo ganha força, a questão sobre o que é a identidade nacional brasileira e o que é tipicamente brasileiro entra também em cena. E para realizar a tarefa de criar a nação e a identidade nacional fosse bem-sucedida, estudar o Brasil e suas diversas regiões e realidades foi visto como algo necessário. Além disso, para as comemorações era necessário apresentar um Brasil moderno, o que significava novas intervenções na capital.

No campo ou na cidade, na tradição ou na vanguarda, o que se buscava era o segredo da sempre prometida, e nunca conseguida, modernidade. Ser moderna, eis a aspiração que animava a sociedade brasileira às vésperas do Centenário da Independência, momento ímpar não só para a realização de um efetivo balanço das "reais" condições do país, como para a elaboração de projetos que apontassem soluções para a questão nacional. Longe de representar um projeto único e homogêneo, tal aspiração envolveu diferentes concepções de modernidade; longe de se limitar ao âmbito das ideias, buscou se firmar no campo das realizações "concretas". É nesse sentido que entendemos a reforma urbana empreendida na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 20, que visava prepará-la para as festividades do Centenário. Nesse momento, mais do que nunca, "o Rio tem de ser um sol na constelação dos estados" (Motta, 1992, p. 40).

Durante as obras de preparação da cidade do Rio de Janeiro uma questão levantada no fim do século XVIII foi retomada, o arrasamento do Morro do Castelo como uma proposta sanitária para diminuir as moléstias que afligiam a cidade. Durante a gestão do prefeito Carlos Sampaio, ele recebe a missão de deixar o Rio pronto para o centenário com obras de infraestrutura e saneamento. Além do Castelo ser apontado como um fator que atrapalhava a saúde e a expansão do centro da cidade, as habitações que por lá existiam eram consideradas inadequadas para serem vistas durante o grande evento na qual a cidade se preparava. Essas habitações, segundo Motta (1992), eram casebres imundos e miseráveis, que deveriam desaparecer, já que o Rio era a vitrine do país.

Como dito anteriormente, o Brasil passava por mudanças em vários âmbitos durante a Primeira República. E, dentre as suas muitas transformações e possíveis resoluções, nem todos os seus principais problemas foram solucionados. A capital, como uma grande vitrine moderna do país, refletia muitos desses problemas que permaneciam, como a questão da habitação popular. Algumas áreas de colinas, como a do Morro do Castelo, já possuíam ocupações históricas, mas outras não. E essas outras, no coração da cidade ou um pouco mais distantes, foram vistas como uma solução para alguns terem um local para habitar. Mattos (2004) aponta que algumas mídias jornalísticas colaboraram com a formação da opinião do ambiente que compunha essas habitações e apresentava suas versões das características das pessoas que por ali residiam. Assim, o presente trabalho busca compreender quais foram as formas de representações utilizadas por desenhistas e editoriais de algumas revistas ilustradas para elaborar charges e caricaturas sobre as favelas e os seus moradores e como elas colaboraram com a noção do que seria finalmente uma favela.

Metodologia

A pesquisa surgiu com uma inquietação após a monografia de graduação. Nossa indagação se voltava para o fato que charges tão interessantes sobre as favelas eram frequentemente usadas apenas como ilustrações de trabalhos históricos. Nossa inquietação se focava sobre o uso dessas charges como fontes iconográficas, o que nos ajudaria a melhor compreender a sociedade carioca e

como se percebia a favela e seus habitantes. Mas como não era a questão da monografia, todas essas perguntas foram guardadas para outro momento e levadas para o mestrado. No mestrado, a proposta a ser trabalhada era muita extensa e não foi viável realizar o trabalho com tantas fontes seriais. Fazer um levantamento de três revistas ilustradas semanais em um período tão grande e em pouco tempo se mostrou inviável. E, por isso, durante o mestrado, como já mencionamos, foi realizada a pesquisa apenas com a revista ilustrada *O Malho*. Mas as respostas não foram o suficiente. Devido a todas essas inquietações e a possibilidade de expandir a compreensão e a aproximação do objeto, a proposta deste trabalho é de aprofundar as pesquisas de mestrado, analisando, nas revistas ilustradas da cidade do Rio de Janeiro, charges que abordem os acontecimentos das favelas durante o período da Primeira República.

Como descrito anteriormente, há pouca reflexão sobre as favelas cariocas na Primeira República. Abreu (1987), Mattos (2004), Gonçalves (2013), Valladares (2015) e Pereira (2023) são algumas das poucas exceções que abordam direta ou indiretamente o período. Do mesmo modo, há muitos trabalhos sobre a imprensa que abordam esse período e até mesmo sobre charges produzidas por essas revistas ilustradas (Ferreira, 2017; Sodré, 1966; Teixeira, 2001), mas esses trabalhos trazem outros temas e não se focam sobre as favelas. Busca-se, assim, através dessa pesquisa contribuir com a lacuna historiográfica existente.

Também é possível identificar a importância social desse trabalho, já que a compreensão das representações sociais sobre as favelas durante a Primeira República permite desnaturalizar as representações negativas sobre as favelas e seus habitantes, que se impõem até os dias de hoje. Trata-se, assim, de compreender o processo de formação das primeiras favelas da cidade do Rio de Janeiro e como a partir desse momento elas e os seus habitantes passaram a ser percebidos pela sociedade carioca.

Para realizar esse estudo sobre a forma que as charges produzidas pelas revistas ilustradas cariocas durante a Primeira República colaboraram de algum modo com a compreensão do que seriam favelas, é necessário realizar um diálogo com os estudos sobre a imprensa do Rio de Janeiro e sobre a produção gráfica deste período. Entre as diversas iconografias representadas nas mídias jornalísticas do período, Rogéria de Ipanema (2007) ressalta que:

A gravura fixou-se através inicialmente da promoção do Estado, contudo é na esfera privada que se expande, respondendo às demandas sociais. Neste desenvolvimento foi que a imprensa humorístico-ilustrada determinou uma das faces das questões autorais da historiografia da arte e da gravura brasileiras, pela característica da criação (Ipanema, 2007, p. 1).

Ipanema (2007) destaca a necessidade de se aprofundar sobre o processo e projetos de criação no momento em que foram executados. Além de compreender que é necessário relacionar produções, como charges e caricaturas, à história da gravura, da imprensa, da comunicação e das técnicas gráficas. E, para isso, é preciso uma aproximação à obra para melhor compreendê-la e certo afastamento, para melhor analisar o objeto. Sem esquecer de se localizar no tempo e no espaço para tentar compreender qual foi o contexto histórico que permitiu que tal sociedade chegasse a produzir tais ideias. Deste modo, seria possível construir críticas contextualizadas histórica e culturalmente, e aptas a dialogar com outras disciplinas.

Segundo Rogéria de Ipanema (2007), é importante nunca esquecer que a iconografia não tem o papel de narrar ou representar, mas sim reproduzir o juízo que o artista fez sobre tal fato. E para pensar tais argumentos traz a reflexão sobre a obra de Daumier, a partir da análise de Giulio Carlo Argan. Então, a partir dessa perspectiva, compreende que ao ser feita uma arte como uma caricatura, mais do que transportar uma imagem e apenas elaborar uma representação de algum fato, há a produção de uma identidade e de significados a partir da visão que o artista tem sobre o fato. Outro ponto que também merece um grande destaque é “como o artista entendia o seu processo de produção e sabia se valer das possibilidades plásticas oferecidas pela técnica” (Ipanema, 2007, p. 36). Dessa forma, produções artísticas como caricaturas e charges, trazem consigo densas informações que demandam um olhar atento. Essas produções não funcionam apenas com meras ilustrações, mas sim como um meio de expressão artística crítica.

Tabela 2 - Organização das fontes primárias

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
	Revista	Ano	Edição	Data	Nº de arquivos encontrados	Ano	Local	Data de acesso	Arquivo(s) encontrado(s) [notação]	Temática	Observação	Caricaturista	Classificação
1	O Malho	1904	Edição 0116	12/03/1904	1	III	Rio de Janeiro	09/01/2017	O Malho_Ano III_Rio de Janeiro_03dez1904_Circunstancia agravante_p.27	/	/	Alfredo Cândido	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Ação
2	O Malho	1905	Edição 0146	01/07/1905	1	IV	Rio de Janeiro	20/02/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_01jul1905_No Morro da Favela_p39.jpg	/	/	Raul Pederneras	Desmanche do Morro do Castelo
3	O Malho	1905	Edição 0150	29/07/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_29jul1905_Discussão do Problema_p22	/	A charge trabalha a questão de habitação e não a temática sobre	Raul Pederneras	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas: Discurso higienista; Habitação
4	O Malho	1905	Edição 0155	02/09/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_02set1905_Descendo o Castelo_p20	/	A charge e sobre pessoas saindo do Morro do Castelo.	Raul Pederneras	Remoção dos moradores do morro (Morro do Castelo); Desmanche do Morro do
5	O Malho	1905	Edição 0169	09/12/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_09dez1905_Tal Qual!_p06	/	A charge trabalha a questão da habitação e não a	Sem Assinatura	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas: Habitação
6	O Malho	1907	Edição 0227	19/01/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_19jan1907_p21	/	/	J. R. Lobão	
7	O Malho	1907	Edição 0230	09/02/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_09fev1907_Medico e doente_p24	/	/	Sem Assinatura	
8	O Malho	1907	Edição 0234	09/03/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_09mar1907_No Morro da Providencia_p33	/	/	Assinatura não identificada	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas: Discurso higienista; Habitação
9	O Malho	1907	Edição 0238	06/04/1907	2	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_06abr1907_Capa. O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_06abr1907_No Morro da Favela_p32	/	/	J. R. Lobão, Assinatura não identificada	9. Figura pública: Discurso higienista; Depreciação dos morros; Depreciação dos moradores do morro. / 10.

Fonte: Autoria própria (2023).

O presente trabalho, como mencionado anteriormente, dá continuidade a pesquisa que havia sido iniciada durante o mestrado. Por isso, foi feita a opção de manter a mesma estrutura metodológica de organização de fontes que foi utilizada anteriormente, a planilha de Excel. Ela se mostrou extremamente eficaz para organizar e localizar todas as informações. E por ser um trabalho com fontes seriais, optou-se por manter a estrutura para não correr o risco de perder alguma informação em meio a tantos dados. Além disso, a estrutura da tabela também foi pensada para oferecer uma facilidade maior na hora de realizar uma referência bibliográfica. É uma tabela composta por 12 colunas, que podem ser subdivididas entre: exigências da ABNT (7 primeiras colunas) e essência documental (5 últimas colunas). E dentro de um arquivo são abertas uma planilha para cada revista (como pode ser observado na imagem a seguir. Dessa maneira, foi possível evitar vários arquivos dentro de uma pasta e evitar o desvio de alguma informação.

Na coluna A está o nome de cada periódico. Na coluna B está o ano em que aquela edição foi publicada. Na coluna C está a edição daquele periódico e o número que o próprio editorial do periódico colocou na capa. Na coluna D está a data completa do dia que saiu a edição analisada. Na coluna E está o número de fontes encontradas naquela edição. Contudo, é importante ressaltar que por 4 edições há duas páginas completas que formam uma fonte da mesma fonte. Elas foram registradas como duas fontes, mas na hora de organizar o material para o apêndice essas duas páginas foram colocadas lado a lado e apareceram como uma fonte só. Na coluna F está o ano que o próprio periódico atribuiu a

sua edição. Na coluna G está a cidade no qual cada periódico foi feito. Apesar de todos terem sido feitos na cidade do Rio de Janeiro, optou-se por manter essa coluna já que na hora de fazer uma referência mais completa é necessário mencionar o local de publicação. Na coluna H está a data que a edição analisada foi acessada no site da Hemeroteca, também como forma de cumprir uma referência mais completa segundo as normas da ABNT de referências sobre arquivos que foram acessados de forma digital. Na coluna I foram colocadas as notações que cada arquivo recebeu ao ser armazenado. A notação completa de cada arquivo é composta por: Nome do periódico, ano do editorial segundo a sua fundação, cidade da publicação, data da publicação, título da fonte (caso haja algum), página, nome do artista que produziu a fonte (caso tenha sido identificado no momento que a fonte foi encontrada no site da Hemeroteca). Esse modelo de notação foi criado para que as fontes ficassem organizadas e para facilitar a citação de cada uma delas. Na coluna J está um espaço disponível para colocar as principais temáticas encontradas em cada fonte. A coluna K foi um espaço desenvolvido para se ao longo da pesquisa, caso fosse considerado importante, ser inserida alguma observação sobre a fonte ou algum comentário. E na coluna L foi um espaço para colocar o nome do artista que produziu a fonte, caso esse fosse identificado.

Todos esses arquivos trabalhados estão disponíveis dentro da base de dados da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca. Em um excelente trabalho realizado pela instituição, os arquivos foram tratados, escaneados e disponibilizados para qualquer pessoa de forma remota através da internet. A hemeroteca tem transformado profundamente as pesquisas no país, já que além de permitir o trabalho dos pesquisadores em suas próprias casas, ela também permite a busca nas edições por palavras-chave, permitindo que o trabalho avance de forma mais rápida. O que antes tinha que ser feito de forma manual nos microfimes da instituição, agora em pouco tempo é feito através do computador pessoal do pesquisador.

Apesar da possibilidade de trabalhar como palavras-chave, decidi analisar todas as edições, de forma a levantar todas as charges publicadas nesse período e identificar aquelas específicas sobre as favelas. De qualquer forma, a noção de favela estava sendo construída e muitas vezes as charges abordam a realidade do que estava sendo paulatinamente considerado como favelas, mas não usavam ainda propriamente essa expressão. Assim como na dissertação, essa estrutura metodológica me possibilitou realizar uma triangulação de

métodos. Ao mesmo tempo que tenho uma pesquisa qualitativa que faz a análise de cada fonte, de cada edição, de cada revista e dos autores de cada charge, eu também tenho uma pesquisa quantitativa com números de edições, de fontes localizadas, com gráficos e porcentagens de diversos elementos, o que tem tornado a pesquisa um pouco mais completa.

Dentro do que foi levantado, é possível realizar um mapeamento quantitativo do material com o número de edições publicadas entre os anos de 1902 e 1930 de cada revista e o número de edições realmente disponíveis na Hemeroteca para análise.

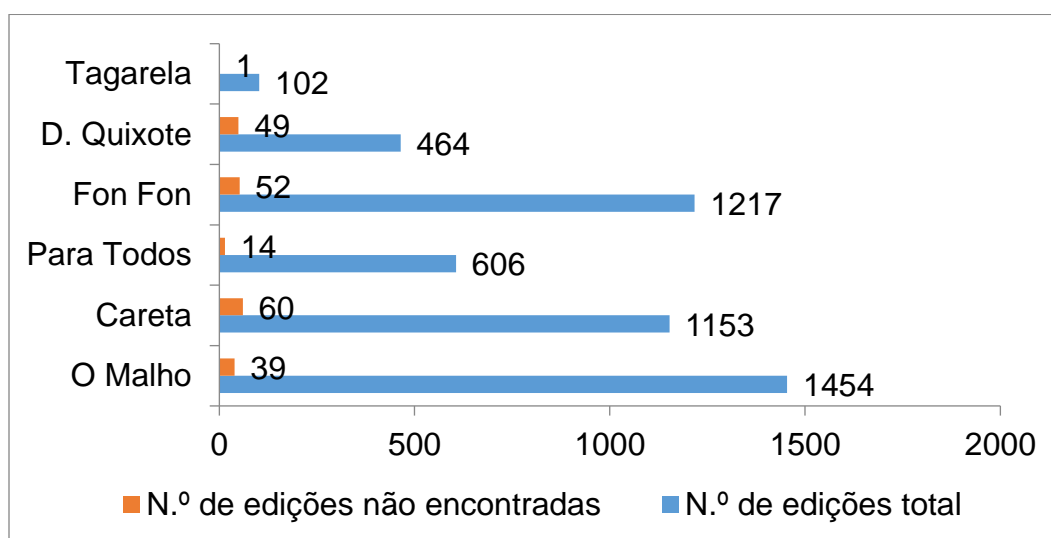


Gráfico 1 - Edições das revistas ilustradas.
Fonte: Autoria própria (2023).

Todas as edições dos periódicos analisados chegam ao número de 4996 edições, contudo 215 dessas edições não estavam disponíveis, o que deixa o número total final de edições analisadas em 4781⁹ edições. Dentre elas, apenas 145 edições possuem algum tipo de charge sobre as favelas, totalizando 149 charges.

⁹ Já somando com as 1415 edições da revista ilustrada *O Malho*.

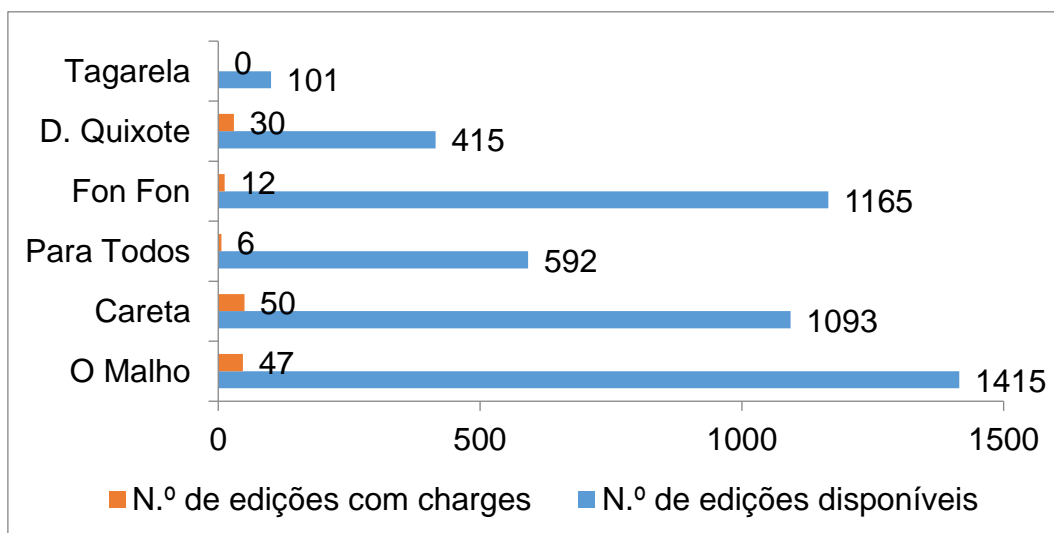


Gráfico 2 - Edições.
Fonte: Autoria própria (2023).

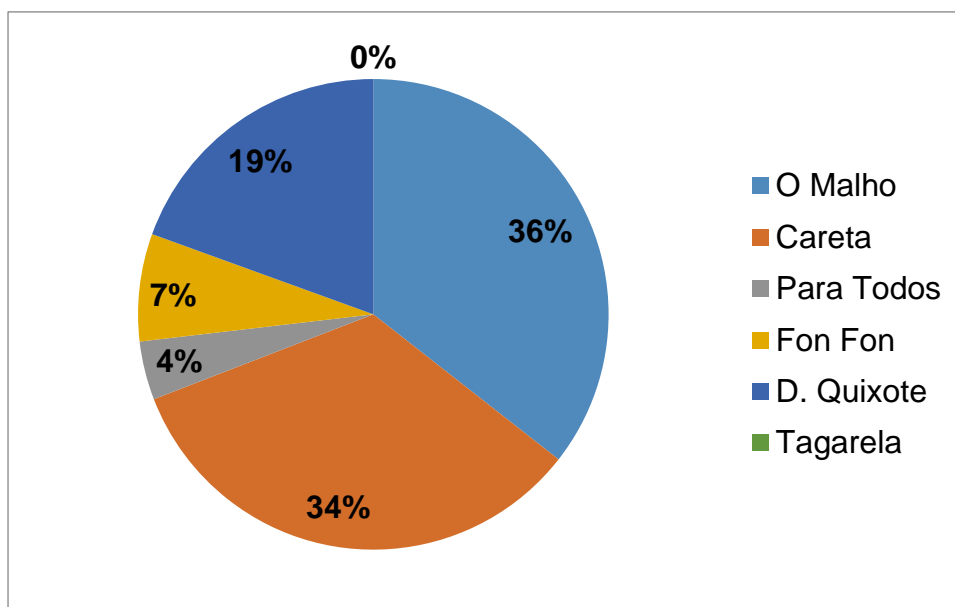


Gráfico 3 - Charges encontradas.
Fonte: Autoria própria (2023).

A próxima análise quantitativa possibilitou observar os resultados preliminares da produção de charges por ano. Contudo, é preciso ressaltar que nem todas as revistas ilustradas existiram ao longo de todo o período do recorte temporal realizado na pesquisa. E que todas as edições estão entre as datas de 01/03/1902 até 26/07/1930¹⁰. E a revista ilustrada *O Malho* é a única que contempla todos os anos do recorte temporal.

¹⁰ A data inicial está relacionada com a primeira edição da revista que iniciou primeiro. A última data está associada ao fim da Primeira República.

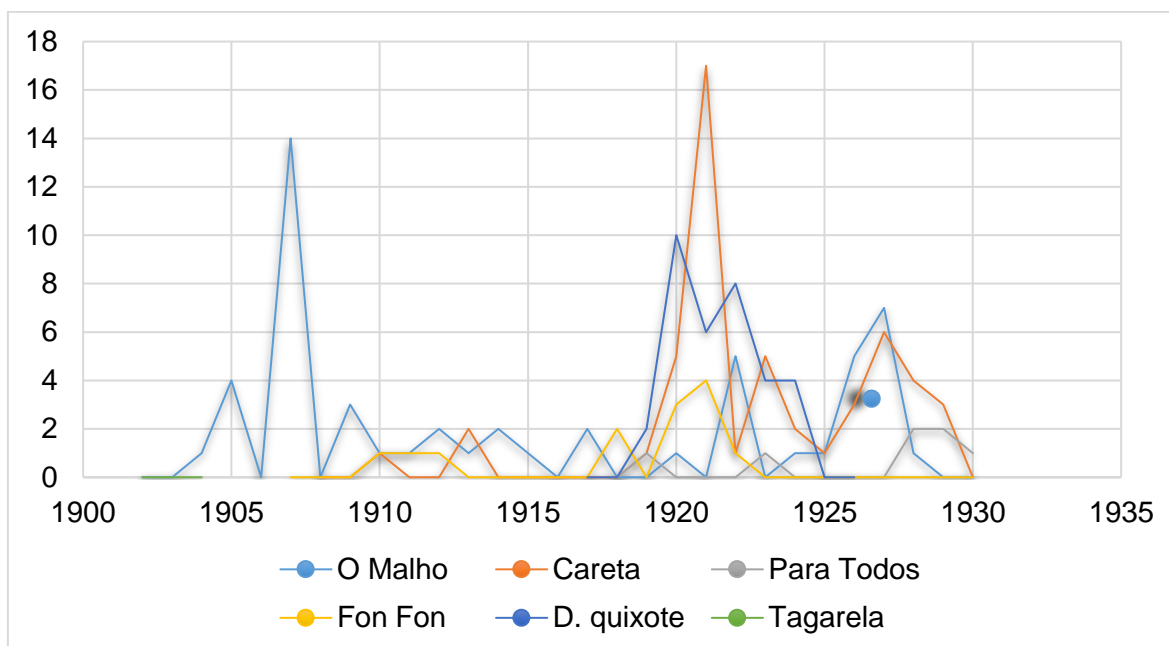


Gráfico 4 - Produção de charges por anos.
Fonte: Autoria própria (2023).

Essas fontes foram organizadas em um primeiro momento em planilhas referentes a cada periódico e depois foi criada uma outra planilha, em ordem cronológica, com apenas as edições que iriam ser utilizadas na pesquisa. Concomitantemente, cada fonte foi armazenada em pastas por periódicos e depois foram organizadas em ordem cronológica em outra pasta. Assim, teve-se ao longo da pesquisa a facilidade de realizar análises em apenas um determinado periódico quanto realizar comparações entre eles de modo mais fácil.

Para realizar a análise das fontes dois trabalhos foram centrais: *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*, de Peter Burke (2017), e *Sob o signo da imagem: A Produção da Fotografia e o Controle dos Códigos de representação Social da Classe Dominante, no Rio de Janeiro, na Primeira Metade do Século XX*, de Ana Maria Mauad de Sousa Andrade (1990). Já que as fontes utilizadas foram iconografias que não serviram meramente para ilustrar o trabalho ou reafirmar conclusões prévias, mas sim como fontes primárias que serviram para que questões fossem levantadas e colaboraram com a busca de respostas por serem evidências históricas.

Imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras. As próprias distorções encontradas em antigas representações são evidência de pontos de vista passados ou “olhares”. [...] imagens podem auxiliar a posteridade a se sintonizar com a sensibilidade coletiva de um período passado (Burke, 2017, p. 51).

A busca pelo que foi dito sem ter sido dito em uma iconografia, ou seja, os detalhes e as entrelinhas são importantes ao observar esse tipo de fonte. Pela sutileza que alguns assuntos são tratados, nem sempre em um primeiro olhar são percebidos. Mauad, a partir de um trabalho fortemente influenciado por Umberto Eco (2014) e por Emilio Garroni (1972), apontou a semiótica como um método adequado para esse tipo de análise. Para ela, a partir dos signos, é possível identificar uma forma de comunicação inconsciente dentro da sociedade. Peter Burke, também influenciado por Umberto Eco, também vê na semiótica uma boa forma de análise iconográfica, mas não a chama de método e sim de “enfoques” “pelo fato de que eles representam não tanto procedimentos novos de pesquisa quanto novos interesses e novas perspectivas” (Burke, 2017, p. 254). Além disso, para ele, um estudo semiótico “precisa ir além da consideração dos signos como meio de comunicação, como código a ser decifrado; ela precisa avançar em direção à consideração dos signos como maneiras de pensar, como idiomas a serem interpretados” (Burke, 2017, p. 262).

Para se aproximar do significado das imagens, algumas perguntas devem ser feitas, como: “quem fez?”, “pra quem fez?, por que fez?”, “quais impactos e significados podem gerar dentro do grupo para qual foi pensada a fonte?”, “quais códigos sociais são trabalhados?”, “há convenções sociais?” Mauad (1990), a partir de uma análise de semiótica de Umberto Eco, afirma que

o ponto de vista semiótico para a análise da Cultura não significa reduzir o conjunto da vida material a puros eventos mentais, significa, acima de tudo, que estudar a Cultura como fenômeno de comunicação baseado em sistemas de significação (códigos), permite esclarecê-la em seus mecanismos fundamentais (Mauad, 1990, p. 6).

Ao estruturar a sua análise, Mauad estabeleceu cinco categorias para compreender os sistemas presentes em suas fontes iconográficas: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço de objeto, espaço de figuração e espaço de vivência. Dentre ele, apenas o primeiro não influenciou essa pesquisa, já que trabalha questões bem específicas da pesquisa dela. Mas, para compreender as formas que os espaços dos morros e da própria cidade eram representados, compreender quais eram os principais elementos que formavam a composição das fontes, compreender mais sobre como as pessoas foram representadas e um pouco mais de quem seriam essas pessoas (tanto as pessoas que representavam alguém especificamente quanto as pessoas que representavam um coletivo), compreender as dinâmicas e atividades dos espaços. Todas essas

categorias foram utilizadas. A partir delas, análises como a forma como as mulheres foram representadas, como as diferenças entre mulheres brancas e negras, foram pensadas, pois permitem olhar para as iconografias e observar detalhes como vestimentas, palavras e objetos. Como as fontes transitaram entre várias temáticas distintas, a cada ponto que foi trabalhado, as fontes que correspondiam a ele, eram identificadas e trabalhadas naquele momento. Sem que houvesse divisões bem rígidas entre elas no qual não permitisse que uma fonte fosse utilizada várias vezes.

A organização do trabalho foi fortemente influenciada pelos trabalhos *Trabalho, lar e botequim*, de Sidney Chalhoub (2018), e *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, de Rodrigo Patto Sá Motta (2006). Chalhoub ao analisar processos criminais, que envolviam trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República, estabeleceu temáticas que foram eixos centrais para que o trabalho fosse desenvolvido. Patto Sá, ao estudar caricaturas sobre Jango não se prendeu a um roteiro com uma ordem cronológica. Conforme ele identificava temáticas centrais, contruía seu texto e organizava sua pesquisa. Não há problemas em construir uma pesquisa em ordem cronológica, mas, nesse trabalho, optou-se por se pensar em eixos centrais temáticos que não ficassem presos a cronologia e que permitisse que a pesquisa perpassasse por todos os capítulos ao invés de temáticas serem trabalhadas em cada capítulo e apenas no último capítulo fossem apresentados os resultados da pesquisa.

Entre as 149 fontes utilizadas nesse trabalho há uma diversidade de informações e que permitem distintas formas de opção de as classificar. Porém, para que houvesse uma organização das principais temáticas abordadas foi realizada uma escolha de 16 temáticas. Há uma compreensão de que formas de classificações possuem limitações e não dão conta de toda a complexidade das fontes, mas todas elas pertencem de algum modo a uma ou mais temáticas propostas por essa divisão.

Tabela 3 - Classificação das fontes

Ação policial	3
Água	4
Centenário	13
Chuva	3
Cotidiano dos moradores	33
Depreciação do (s) morro (s)	31
Depreciação dos moradores do (s) morro (s)	37
Desmanche do Morro de Santo Antônio	8
Desmanche do Morro do Castelo	50
Discurso higienista	11
Figura (s) pública (s)	37
Fome	9
Habitação popular	15
Obras públicas	47
Remoção dos moradores do morro	10
Violência	10

Fonte: Autoria própria (2023).

Dentre elas, a que apareceu de forma mais expressiva foram as fontes sobre o desmanche do morro do Castelo, que ocupou 16% do acervo das fontes.¹¹ Essa temática foi profundamente explorada pelo tamanho da obra e da estrutura necessária para realizar tal feito, pelo tempo que demorou para ser realizado plenamente, pelas histórias de um tesouro por lá enterrado, pelo debate se deveria ser preservado ou não, pelas acusações de que algumas pessoas enriqueceram nesse processo, etc. Todavia, 52% dessas fontes estão localizadas no ano de 1921 (como pode ser observado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Duas obras que acompanharam esse processo do desmanche do morro do Castelo, apesar de não terem números tão expressivos nas fontes, foi o desmanche do morro de Santo Antônio (que ocupou 2% das fontes) e os preparativos para as festividades de comemoração do centenário da independência do Brasil (que ocupou 4% das fontes).¹²

¹¹ O desmanche do morro do Castelo será um assunto retomado no capítulo 3.

¹² Apesar das obras de desmanche dos morros do Castelo e de Santo Antônio também terem sido justificadas em alguns momentos como parte dos desdobramentos das obras das festividades do centenário da independência do Brasil, optou-se nesse trabalho por os colocar em categorias distintas para que os dados da pesquisa ficassem mais detalhados e também por compreender que esses desmanches não aconteceram apenas por causa das festividades.

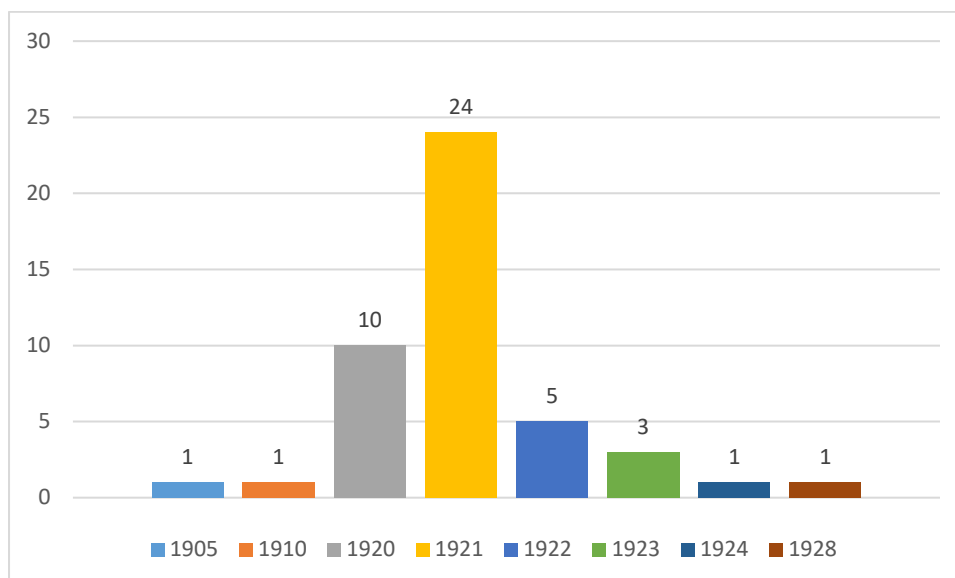


Gráfico 5 - Fontes sobre o morro do Castelo.
Fonte: Autoria própria (2023).

Por ser um recorte temporal que marcou diversas reformas urbanas e muitos planejamentos sobre possíveis obras, a classificação “obras públicas” marcou 15% das fontes. Essas reformas, por mais que não ocorressem diretamente nos morros da cidade, influenciavam a vida de quem lá habitava ou tentavam resolver problemas que afetassem a todos os moradores da cidade (como é o caso dos problemas gerados pelas chuvas que ocupam 1% das fontes). E muitas vezes quando elas ocorriam, levantavam novamente o debate sobre como aqueles espaços eram considerados inadequados pela perspectiva do que era pretendido que a cidade do Rio de Janeiro se tornasse em um futuro não tão distante. Assim, principalmente através do questionamento sócio moral dos moradores dos morros, esse debate era conduzido. Deste modo, a classificação sobre “Depreciação dos moradores do (s) morro (s)” ocupou 12% das fontes. E para realizar esses debates sobre essas obras, sobre esses morros e sobre os seus moradores, na maioria das vezes eram convocados para as cenas figuras de autoridade. Elas apareceram de forma tão frequente que assim como a classificação anterior, a classificação “Figura (s) pública (s)” também ocupou 12% das fontes.

Através de muitas fontes é possível pensar um pouco sobre a rotina dos moradores dos morros em diversas situações, como: buscar água nas bicas e nos chafarizes mais próximos do morro (as fontes relacionadas a questão da água ocupam 1% das fontes), algumas relações sociais, algumas dificuldades enfrentadas (como a fome e a violência que ocupa 3% das fontes cada uma), as abordagens e as atividades policiais em relação aos morros e aos moradores (as

ações policiais ocupam 1% das fontes), etc. Embora sejam pensadas por pessoas que não moram nos morros, as fontes são capazes de transmitir um pouco da compreensão de como essas rotinas eram pensadas. Assim, a classificação “cotidiano dos moradores” ocupa 10% das fontes. E muitas vezes para falar desse cotidiano, desses espaços e dessas pessoas, era muito marcante a utilização de uma depreciação desses morros (o que aparece em 10% das fontes).

Esse cotidiano dos moradores por muitas vezes era afetado por decisões que aconteciam fora dos morros por pessoas que pensavam sobre eles e sobre o futuro da cidade. Muitos desses projetos e discursos eram baseadas no pensamento higienista da época (que aparece em 3% das fontes), nas grandes obras públicas de remodelação da cidade e entre debates sobre o que fazer nesses espaços para conter o avanço daquelas habitações precárias e daquele perfil de moradores que não condiziam com o perfil de pessoas que pretendiam que percorressem o centro da cidade. E, mesmo sem habitações populares (que aparece em 5% das fontes) suficientes, a solução muitas vezes levantada era a de remoção desses moradores dos morros (que aparece em 3% das fontes).

O Capítulo 2 “A construção de algumas noções a partir dos estigmas” trata sobre como, a partir da análise das figuras das revistas ilustradas, as favelas foram sendo representadas de forma extremamente preconceituosa. É possível observar que diferentes aspectos, em termos de classe, raça e gênero, dessas representações aparecem com destaque. E como esse conjunto de informações colaboraram para a circulação de representações do que seriam as favelas e seus moradores.

O Capítulo 3 “Uma percepção a partir da percepção do outro” identifica diferentes características das representações sobre as favelas nas figuras analisadas. É possível identificar, inclusive, que muitas dessas características do humor estão ligadas ao que Adilson Moreira (2019) chama de racismo recreativo. Nesse contexto, o capítulo analisa também situações do cotidiano, como a busca por água, questão da cobrança de aluguéis nos morros e mesmo como algumas figuras públicas aparecem inseridas dentro desse cotidiano.

O Capítulo 4 “Entre traços e textos: as semelhanças entre as colinas” trata mais especificamente sobre o Morro do Castelo, procurando identificar semelhanças e distinções na abordagem sobre esse morro em relação às representações, que vinham se consolidando sobre outros morros da cidade, em

especial ao da Favella.

Por fim, nos apêndices, há a lista de todas as fontes utilizadas para a elaboração do trabalho. Como muitas foram mencionadas várias vezes ao longo do trabalho foi feita a opção de as deixar apenas nos apêndices e também por pegar parte delas e as transformar em mosaicos ao longo do texto.¹³ O segundo apêndice é uma tabela resumida da pesquisa, onde não entraram as informações de todos os periódicos que foram verificados, mas somente os que formam a composição da pesquisa.

¹³ Escolhemos em inserir nos apêndices para ajudar a compreender melhor do que se tratava sem ter que a todo o momento recorrer ao apêndice. Mas, na versão online, foi feito uma referência cruzada entre o momento que uma fonte é citada no texto e o apêndice. Para fazer isso é só pressionar o botão “Ctrl” do teclado e clicar na fonte. E, para retomar ao texto, é só pressionar os botões “Alt” + “seta” do teclado e voltará para onde havia parado de ler.

2

A construção de algumas noções a partir dos estigmas

As revistas ilustradas do período da Primeira República, sejam as que possuíam um caráter mais literário ou as que eram mais irreverentes e zombeteiras, estavam inseridas dentro de uma função social de modernizar hábitos e pensamentos dos grupos que as consumiam por meio das ideias ali evocadas (Voks, 2012). Dentro do contexto histórico da Belle Époque, com as grandes reformas urbanas da então capital da República, regidas pelo pensamento higienista, as revistas apresentam os comportamentos mais adequados para cada situação, segundo o modelo europeu proposto e vendiam em suas páginas esse estilo de vida. Entre as muitas áreas dos editoriais, parte delas eram dedicadas a representações da sociedade a partir das charges, das caricaturas e das ilustrações.

Contudo, entre as revistas ilustradas, a forma como as pessoas e seus hábitos eram representados falavam muitas vezes muito mais sobre a perspectiva de quem as produzia, construindo uma ideia específica de quem era representado. Da mesma forma, identificavam os pontos negativos e quais deviam ser alterados. Segundo Michel Foucault (2014), não há um discurso neutro, já que discursos são controlados, selecionados, organizados e redistribuídos. Os editoriais, a disposição dos ideais burgueses, selecionava quais eram as pautas que deveriam ser abordadas, a partir de quais perspectivas esse material seria organizado e qual era o público alvo que seria o principal receptor dos discursos.

Apesar de haver um controle do discurso e das orientações editoriais, através do humor era possível que alguns discursos, que comumente não eram selecionados, ganhassem espaço e fossem ditos. Dentro do humor nem sempre um discurso é pensado como falso ou verdadeiro, há uma margem para a imaginação, utopias, distopias de forma a pensar a realidade a partir de outras possibilidades. O humor é pensado como algo que não necessita de uma racionalidade. E a loucura e irracionalidade podem ser pensadas como nulas ou como verdades escondidas (Foucault, 2014). Ao negar a razão e a seriedade, as charges e caricaturas são capazes de desorganizarem as verdades mais

comumente aceitas e gerarem reflexões através do riso em temas despercebidos (Teixeira, 2005).

Os artistas, ao produzirem seus traços de humor, criavam uma linguagem cheia de signos sobre as sociedades que estavam inseridos. Como pode ser observado ao olharmos para a percepção que eles produziam sobre a possível realidade existente nos morros da cidade do Rio de Janeiro. A forma como as pessoas que lá residiam era apresentada e como era dada a organização sócio espacial dos morros contribuíram para a formação de um imaginário sobre essas regiões entre as pessoas que eram as principais consumidoras das revistas ilustradas. E dentro do momento de formação e de consolidação do que seriam as favelas e os favelados, essas representações se tornam ainda mais significativas.

Em muitos momentos, é possível observar que houve representações do que se supunha que essas pessoas eram e do que elas deveriam ser. Foram dados atributos aos favelados e às favelas que em muitos momentos os desacreditou e os colocou em locais de inferioridade em relação aos espaços e pessoas que viviam no mesmo centro urbano só que fora dos morros. Esses estereótipos negativos e indesejáveis, vistos como um ponto fraco dentro daquela sociedade, podem ser pensados como estigmas aplicados a essas pessoas e a esses locais, segundo Erving Goffman (2017, p. 11).

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos.

Segundo esse autor, esses estigmas podem ser divididos principalmente em três grupos: os relacionados a questões físicas, os que são associados a culpas de caráter individual e os relacionados a origens, a raça e a religião. Que uma pessoa associada a algum desses tipos de estigmas não é vista como provida plenamente de uma humanidade e por isso são inferiorizadas e classificadas como perigosas. Que tais características dão aspectos de impureza para esses indivíduos e, por isso, quando possível alguns tentam se livrar ou disfarçar alguns estigmas. Deste modo, eles tendem a se autodepreciar, a se auto odiar e a se auto exigir mais do que pessoas que são classificadas dentro dos padrões de normalidade fariam.

Dentro dessas classificações propostas, é possível observar que as representações sobre o que eram boa parte dos morros da cidade do Rio de Janeiro e quem eram os seus moradores perpassam por esses três pontos. Através dos problemas de saúde, dos problemas gerados pela fome e pela miséria ou por atos de violência, produzem casos de estigmas por questões físicas. As vinculações desses espaços e dessas pessoas a ações de vadiagem, promiscuidade ou falta de caráter os impregna de estigmas relacionados a culpas individuais. E por boa parte dos moradores desses espaços serem pessoas negras, muitas delas pertencerem a religiões de matrizes africanas e morarem nesses espaços, há o estigma das origens.

2.1.

As revistas como manuais de comportamento feminino

Apesar de não receberem papeis de destaque em quase todos os setores da sociedade carioca do início do século XIX, as mulheres estão presentes e também são frequentemente representadas nas charges. Muitas revistas ilustradas inclusive eram voltadas especificamente para o público feminino com dicas de moda, beleza e condutas em geral. Eram verdadeiros manuais de comportamento da sociedade burguesa para as moças. No entanto, é preciso ressaltar que o público alvo era a população branca, sobretudo de classes média e alta. Os padrões de vida à la Belle Époque apresentados não estavam ao alcance de boa parte dos moradores da cidade consumir. As revistas ilustradas, analisadas neste trabalho, não estavam integralmente voltadas ao público feminino, mas também chegavam direta ou indiretamente a elas.

As charges e caricaturas que representavam mulheres, o que se esperava delas e quais comportamentos não seriam aceitáveis. Não necessariamente as práticas propostas já haviam sido aderidas por todas as mulheres que tinham contato com essas revistas, mas faziam parte da adoção do padrão de vida europeu almejado no período e visto como civilizado. Às mulheres eram reservados os espaços domésticos e os cuidados com a família. Contudo, as próprias transformações do espaço urbano levaram muitas dessas mulheres às ruas para passear na Avenida Central ou para andar com as amigas sem a companhia de um homem da família.

Segundo Voks (2012), algumas mulheres, de grupos mais abastados, começaram a aprender a dirigir e a frequentar sozinhas cinemas e teatros. Certas ideias propostas nos cinemas e nas peças levaram algumas mulheres do período a pensarem para além dos cuidados domésticos e quererem novas possibilidades para as suas vidas. Só que muitas vezes essas aspirações por mais independência encontravam empecilhos na própria legislação¹⁴ e o pensamento dos médicos higienistas.¹⁵ Por isso, muitas mulheres, que almejavam independência, eram vistas por psiquiatras como alguém que sofria de alguma patologia e que poderia ter atingido algum grau de “loucura moral”, já que não desejava cumprir o seu papel natural de mãe, esposa e dona de casa.

Uma classificação muito utilizada na época era a “loucura moral”. Segundo um psiquiatra da época, esse termo era empregado para mulheres “vaidosas, independentes, voluntariosas, atrevidas por vezes em suas expressões [...] procura exhibir as pernas o mais que pode quando sentada, realçar o contorno dos quadris quando anda”. Nos hospícios havia também uma grande diferenciação entre as mulheres das camadas abastada e as pobres. As mulheres ricas não trabalhavam, exceto por vontade própria. Já para mulheres pobres estavam reservadas atividades “condizentes” com a condição feminina, ou seja, cozinhar e bordar. No discurso da época, presente na imprensa, as mulheres eram retratadas como frágeis, submissas e carentes de proteção; na revista *Careta*, as mulheres eram representadas como um “instrumento” da casa, que não deveria ou não conseguiria administrá-la sozinha e, mais do que isto, era retratada como uma incapacitada em relação ao homem, tanto no mercado de trabalho, como socialmente (Voks, 2012, p. 183).

Para conter as mulheres e evitar que elas se tornassem “histéricas” e apresentassem quadros de “loucura moral” era necessário fazer com que elas compreendessem que a sua maior e melhor profissão seria o casamento. Por serem consideradas como desprovidas de razão, capacidade intelectual e força e serem sensíveis e dependentes, o espaço doméstico e as formas de autoridades serem aplicadas apenas aos homens também era visto como formas de proteção. Assim, as revistas compreendiam a mulher moderna ideal como aquela que, apesar de desfrutar espaços criados para o estilo de vida da Belle Époque, respeitasse a hierarquia social e a superioridade masculina em relação a elas. E as mulheres que quisessem ser modernas, mas não aceitassem o seu local no espaço doméstico e questionassem a autoridade e as funções masculinas, deveriam ser criticadas e combatidas.

¹⁴ Como o Código Civil de 1916 que delegava ao marido o direito de administrar os bens da esposa da forma que achasse mais adequado e a mulher só poderia o administrar se houvesse autorização do marido.

¹⁵ Que orientava qual educação as mulheres deveriam receber e como deveria ser o comportamento e os hábitos delas ao longo da vida. Entre as orientações, as profissões e as atividades políticas não eram consideradas apropriadas para as mulheres.

Apesar de haver toda essa idealização sobre qual seria o papel ideal das mulheres dentro dessa sociedade, esses ideais civilizatórios europeus eram direcionados quase que majoritariamente para as mulheres brancas e de classes médias e abastadas. Porque para as mulheres pobres, apesar de ser exigido que cumprissem as funções domésticas e o cuidado da casa e dos filhos, elas começavam a trabalhar desde a infância. E o trabalho sempre era posto para elas como uma questão de sobrevivência. Muitas não necessariamente também viviam dentro de um casamento formal, mas possuíam companheiros. E outras, seja por um abandono, seja por ser um caso extraconjugal, seja por uma perda precoce do companheiro, eram elas as autoridades familiares, que cuidavam das suas famílias. Deste modo, ao analisar as charges, é possível constatar muitas diferenças relacionadas à classe, à raça e ao gênero quando observamos as representações de mulheres nas revistas ilustradas.

Entre as fontes analisadas, as mulheres também não recebiam papéis de destaque, mas estavam presentes em 42%¹⁶ delas. Na maioria delas são coadjuvantes e em muitas não recebem qualquer tipo de fala. Em outras não aparecem nem no plano principal da imagem. São mais pessoas que figuram na paisagem e demonstram em qual ambiente as figuras em destaque estão. Das 149 charges, constam mulheres em 62, onde aparecem ao todo 126 mulheres. Em 21 charges, as mulheres só aparecem para compor o cenário, e só ganham direito de falar em 25 das charges. Destas, as mulheres brancas ganham espaço de fala em 13, as mulheres negras em 11 e em 1 fonte a cor não pode ser identificada. E em algumas demonstram claramente que só podem falar porque estão no espaço privado de suas casas. E assim expressam aos maridos as suas ideias e pedem que eles resolvam as questões no espaço público.

- Para onde?! Para os palácios da Prefeitura e do Cattete? Pois si nem para gente rica há casas que cheguem!... Não seja molenga: vá dizer aos jornais e ao *seu Aguiar* que nos deixem em paz, já que, a respeito de casas, nos deixaram às moscas...

(J. Carlos. O Malho. Ano VI. Rio de Janeiro. 09 mar. 1907. No Morro da Providência. p. 33).

Como pode ser observado nesse diálogo da Fonte 8 (O Malho, 09 mar. 1907), apesar de transmitir um tom de insatisfação e aspereza na fala ao manter o diálogo com o marido, fica claro que essa mulher compreende que os espaço de reivindicação pública não pertence as mulheres. E, além disso, a forma de

¹⁶ Das 149 fontes utilizadas, é possível encontrar a presença de mulheres em 62 delas.

trato, juntamente com a questão das vestes, indica qual classe essa mulher pertence. E por ser considerada pobre, a sua fala pode conter um tom grosseiro. Tom esse que não aparece na fala de uma mulher rica ou de classe média, quando conversa com o marido sobre alguma insatisfação presente naquele cenário. Como é o caso da Fonte 43 (O Careta, 03 abr. 1920), em que o diálogo gira em torno da ausência da empregada doméstica “Hoje não temos jantar, Lourenço. A Firmina foi veranear no morro da Favella”. De modo mais delicado e com uma figura mais próxima dos padrões de comportamento esperados de uma mulher por aquela sociedade, a esposa leva a questão ao marido.

Uma outra questão que fica bem marcada, além da questão de classe, entre as fontes que as mulheres aparecem, é a questão racial. No total, aparecem 49 mulheres brancas, 47 mulheres negra e em 28 casos não é possível identificar qual é a cor das mulheres, ainda que em alguns casos ocorram alguns indicativos. Como na Fonte 39 (D. Quixote, 08 jan. 1919), em que o grupo é composto por pessoas negras, mas uma mulher se encontra de costas. Tudo indica dentro daquele cenário que essa mulher é negra. Ela está com o grupo e ela usa o mesmo tipo de vestes. Porém, apesar do contexto, os traços dela estão omitidos. Por isso, optou-se por a colocar como sendo uma mulher que a cor não está identificada. Isso acontece também na Fonte 85 (D. Quixote, 25 jan. 1921). O cenário sugere que todas as mulheres são brancas, mas não há como ter plena certeza dessa afirmação. Por isso algumas foram classificadas como sem cor definida.

Um dos primeiros apontamentos que podem ser feitos em relação as questões raciais presentes nas fontes é a forma como as personificações femininas aparecem. Como racialmente as figuras mitológicas, as ideias, os lugares e as situações são representadas.

Tabela 4 - Personificações Femininas

Mulheres brancas	Mulheres negras	Sem cor identificada
A Baía de Guanabara	A Fome	O Morro da Viúva
A Cidade do Rio de Janeiro	A Miséria	/
A Cidade do Rio de Janeiro	/	/
A Cidade do Rio de Janeiro reformada	/	/
A Cidade do Rio de Janeiro sem reforma	/	/
A Estética	/	/
A Justiça	/	/
A ninfa do mar	/	/
A Prefeitura	/	/
A Zona Rural	/	/

Fonte: Autoria própria (2023).

Como pode ser observado na Tabela 4- Personificações Femininas, em 77% das personificações feitas a representação da mulher branca foi utilizada. Em quase todos os casos são mulheres bem vestidas e, mesmo que estejam em alguma situação complicada devido aos contratempos vividos, demonstram um ar de elegância. Entre as personificações femininas brancas, a única que vai apresentar uma situação de precariedade é umas das duas representações da cidade do Rio de Janeiro presente na Fonte 33 (O malho, 18 abr. 1914). Nela há uma comparação entre as áreas com e sem reforma da cidade. E a área sem reforma é representada empobrecida e precária. Em contrapartida, 15% das personificações são representadas por mulheres negras e em 100% delas são representações pejorativas. Enquanto mulheres brancas representam a justiça, a estética e a beleza da Belle Époque, as mulheres negras representam a fome e a miséria. O que revela muito da concepção racial do período. E sem ter como fazer uma classificação mais precisa, na Fonte 47 (D. Quixote, 28 jul. 1920), o Morro da Viúva aparece como prometida em casamento para o Morro do Pinto.

Outra questão que pode ser apontada como uma diferença significativa entre as representações de mulheres negras e brancas está diretamente relacionada com as vestimentas atribuídas a cada uma delas. O número de mulheres negras representadas com vestimentas simples e com indicativo de pobreza é maior do que o número de mulheres brancas com vestes elegantes e de acordo com a moda sugerida pelas revistas da época. Mesmo nos espaços

privados dos seus lares, em situações do cotidiano, as mulheres brancas são representadas com roupas melhores do que a maioria das mulheres negras.

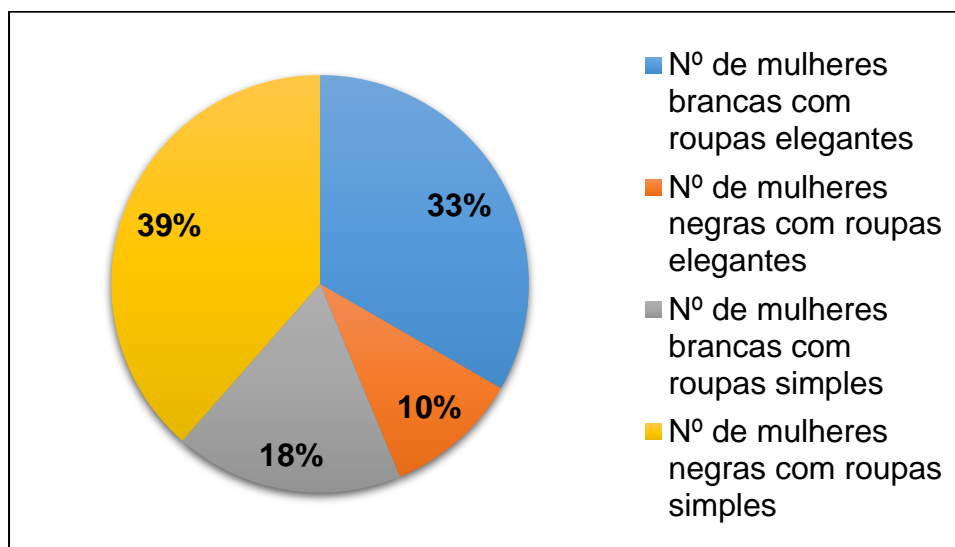


Gráfico 6 - Vestimenta das mulheres.
Fonte: Autoria própria (2023).

Como pode ser observado no gráfico as diferenças são significativas. O gráfico representa 47 mulheres negras e 49 brancas. O que nos indica que 80% das mulheres negras foram representadas como mulheres pobres que usavam vestes simples. E entre os 20% de mulheres negras representadas com vestes melhores encontramos 6 das 10 na Fonte 39 (D. Quixote, 08 jan. 1919), em que ocorre as duas personificações das mulheres negras: a fome e a miséria. E 1 dessas 10 está na Fonte 141 (O Careta, 27 out. 1928), no qual a mulher negra é representada de uma forma mais sensualizada, que é como uma ingrata. Apenas duas fontes dão a entender que é a mesma personagem, a mulher negra é representada no seu cotidiano no morro bem vestida e com uma aparência mais elegante (como podemos observar na Fonte 112¹⁷ e na Fonte 116¹⁸). E em uma delas, essa mulher, denominada como dona Açucena, é intitulada como a nobreza do Morro da Favella. O que nos faz pensar que mesmo entre esses 20% de mulheres negras bem vestidas, estar bem vestida não era necessariamente visto como algo positivo e poderia compor apenas um cenário que caracterizaria uma outra questão pejorativa.

¹⁷ O Malho, 12 abr. 1924.

¹⁸ O Malho, 14 fev. 1925.



Figura 3 - Mulheres negras¹⁹

Como pode ser observado Figura 3 - Mulheres negras, composta por pedaços de algumas imagens, existe um certo padrão nas vestimentas das mulheres negras. Muitas usam lenços amarrados nas cabeças. As roupas são bem distintas da moda francesa da Belle Époque e demonstram terem cortes e tecidos simples. Algumas mulheres usam sapatos brutos e bem distantes dos sapatos de inspiração francesa. E outras mulheres são representadas descalças, uma herança de um passado escravocrata não tão distante.

¹⁹ Fontes utilizadas: Fonte 19, Fonte 25, Fonte 41, Fonte 49, Fonte 102, Fonte 114, Fonte 127, Fonte 130, Fonte 133, Fonte 148.



Figura 4 - Mulheres brancas²⁰

As vestimentas das mulheres brancas podem ser bem distintas dependendo do grupo que é representado. Quando são representadas mulheres de classe média ou ricas, elas são apresentadas com roupas da moda. Contudo, quando são mulheres pobres, elas usam roupas semelhantes as utilizadas por mulheres negras. Porém, em quase todas as fontes não aparecem descalças e nem utilizando lenços na cabeça.

²⁰ Fontes utilizadas: Fonte 6, Fonte 33, Fonte 35, Fonte 85, Fonte 89, Fonte 100, Fonte 132, Fonte 145.



Figura 5 - Lavadeiras²¹.

Apesar da diferença nos dados de representações raciais entre mulheres ser significativo, quando a observação passa para a perspectiva de classe as diferenças são menores. Além das vestimentas, essas mulheres são representadas com duas principais atividades: buscar água e lavar roupa. No início do século XX, para os moradores dos morros terem acesso a água, precisavam buscar em bicas e em chafarizes espalhados pela cidade. Essa ação fazia parte da rotina dos moradores dos morros, e por isso foi representada em vários momentos não só nas fontes utilizadas neste trabalho, mas na música, fotografia, etc.²² Em muitos desses espaços ou nos morros a figura da lavadeira também é relevante. Esse era um trabalho informal realizado por muitas mulheres.

As fontes também apontam um problema presente no cotidiano das mulheres que moravam nos morros neste período, a violência doméstica.²³ A Fonte 132 (O Careta, 10 set 1927) mostra um diálogo entre dois moradores:

- Meu marido chegou ontem tão embriagado que não me reconheceu!
- Porque a senhora diz isso?
- Ora; ele me beijou e me abraçou tanto... (O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 10 set 1927. p. 27. Ed. 1003).

Essa fonte aborda a questão da violência doméstica recorrente dentro das casas como algo quase que normalizado. Ao ponto de a mulher sentir um

²¹ Fontes usadas: Fonte 25, Fonte 35, Fonte 84, Fonte 103, Fonte 114, Fonte 115, Fonte 118, Fonte 128, Fonte 145.

²² No capítulo 3 será retomado o debate sobre a questão da água.

²³ No subcapítulo 3.2.

Malandros, brutos e viciados”3.2.

Malandros, brutos e viciados será tratado um pouco mais sobre relacionamentos conflituosos e violentos.

estranhamento por ter sido tratada carinhosa pelo marido quando ele chegou em casa. A Fonte 147 (O Careta, 15 jun. 1929) reforça essa questão e indica uma aprovação social pela prática de violência doméstica. Nela três homens mantêm o seguinte diálogo:

- Agora aquerdito que o “Trinta e Nove” gosta mesmo da Remunda Quebra-Quebra.
- ??
- Honte ele já deu dois socco nos óio dela... (O Careta. Ano XXII. Rio de Janeiro. 15 jun 1929. Cupido na Favella. p. 35. Ed. 1095).

Essa fonte é intitulada “Cupido na Favella”, e apresenta a violência doméstica como uma prática comum dentro de um relacionamento. Isso reforça o estereótipo de violentos, cheios de vícios e sem civilidade, que os moradores dos morros recebiam a partir das notícias que saíam nas páginas policiais da época.

Além da violência doméstica, as fontes também apresentam outras formas de controle e da percepção do corpo feminino. Como uma sereia ou como uma menina de blusa decotada, o corpo feminino também é explorado de forma mais sensual em algumas fontes. Entretanto, é possível notar uma diferença na forma como a sensualidade é abordada entre as mulheres brancas e as negras. Na Fonte 70 (O Careta, 11 jun. 1921) é possível ver a Baía de Guanabara como uma sereia bem penteada e seios descobertos, que senta suavemente a beira de uma pedra para questionar Netuno sobre o desmanche do Morro do Castelo. E de forma submissa o chama de senhor e pede ajuda para resolver o seu problema. Já em uma outra cena, presente na Fonte 100 (O Careta, 10 fev. 1923), é possível ver uma jovem mulher branca a dançar, trajada com um vestido preto e com cabelos curtos. Pelas roupas, o parceiro de dança dela parece ser um francês. A dança deles parece envolvente e lembra passos de tango argentino. E em outra ponta do salão uma mulher, representada como jovem elegante e moderna admira o casal a dançar e expressa os seus anseios por aventuras românticas com alguns franceses. No texto é possível ler:

- Ella – Ah! O meu ideal era ir a Paris e conviver no meio desses vícios, entre os apaches, e ser amada por um desses brutos...
- Mas não é preciso ir tão longe... Nós aqui temos o Morro da Favella... (O Careta. Ano XVI. Rio de Janeiro. 10 fev 1923. p. 19. Ed. 0764).

É possível observar que as outras pessoas que compõem o cenário aprovam com sorrisos a moça a dançar e ninguém demonstra surpresa ou

demonstram estar escandalizados com o comentário da mulher que compartilha as suas vontades. Porém, ao ler o texto presente na charge, acontece uma colocação de oposição aos que estão presentes naquele salão e um outro grupo que é considerado semelhante aos tais franceses descritos pela mulher. E esse outro são os moradores do Morro da Favela, apresentados como brutos e cheios de vícios.

Ao olharmos para a Fonte 19 (O Malho, 27 jul. 1907) vamos para uma situação cotidiana, como dito anteriormente, no qual mulheres negras descem o morro para buscarem água para as suas casas. E lá no final da fonte o narrador diz “Mais uma preta decotada... [...] um rosário de calamidades, que podia perfeitamente deixar de se exhibir”. Tal fala reforça a ideia racista de que as mulheres negras seriam mais vulgares e cheias de vícios, e por isso se exibiriam mais os seus corpos com decotes. Além disso, nessa mesma fonte, o narrador expressa o quão desagradável era para os grupos mais abastados verem pessoas negras circulando livremente pelas cidades em busca de água.

Na Fonte 141 (O Careta, 27 out 1928) também há essa representação mais sensualizada da mulher negra. Ela que aparece com um vestido com decotes e acima do joelho, com os lábios com uma cor mais acentuada, mão na cintura e com um andar com movimento como se rebolesse, traz um ar mais sedutor. Já a outra figura da charge é um português, que demonstra insatisfação com a mulher e a considera como uma ingrata. O que abre duas possibilidades de interpretação. Na primeira, a de que eles tiveram algo, mas ela não soube valorizá-lo. Na segunda, a de que ele se esforça para conquista-la, mas ela não demonstra interesse.

A forma como ocorre uma abordagem de posturas mais sensualizadas entre mulheres brancas e negras são bem distintas. A sensualidade da mulher branca nessas fontes é expressa como algo que faz parte da sua elegância e das suas virtudes, enquanto a abordagem sobre as mulheres negras é posta como algo que perpassa a vulgaridade e os vícios. A questão da sensualidade dos corpos femininos não pode ser diferenciada por questões de classe, mas sobretudo por uma questão racial.

As mulheres recebem estigmas por serem consideradas secundárias dentro dessa sociedade. Entretanto, entre elas, é possível notar que há uma diferenciação ao se tratar sobre qual é a classe que cada mulher é inserida e sobre qual grupo étnico cada uma pertence. A mulher branca e de classe média

ou alta tem traços, gestos e escolhas mais bem aceitos e em alguns casos são desculpadas pela jovialidade. Uma mulher com essas características tem a possibilidade de dançar um tango argentino sem escandalizar os grupos e a sua simples presença no espaço não gera repulsa. Já para as mulheres mais pobres estar em alguns espaços, trabalhar, assumir uma família não era uma opção, era posto como prática aceita e elas não lutavam para tais atividades. Isso lhes era imposto muitas vezes sem terem a opção de pensar se era o tipo de vida. As mulheres negras, mesmo quando vestidas segundo os padrões requisitados não eram bem vistas. E apenas a sua presença em alguns espaços, quando estivesse a realizar atividades comuns do seu cotidiano, já era um incômodo pelo estigma étnico que as marcavam.

2.2.

Truculentos ou regenerados: a presença de militares nos morros

Dentro do acervo de fontes há algumas que trazem a figura de alguns militares e outras que abordam sobre o militarismo, mas não são compostas por militares. Das 6 fontes que contam com a presença de militares fardados, são representados 7 militares (4 são brancos e 3 são negros). Entre eles, 1 porta uma arma de fogo, 2 portam uma espada, 1 porta um cassete e 3 não possuem nenhum tipo de arma em evidência. É possível notar que há três possíveis formas de dividir essas fontes: as que possuem algum diálogo tranquilo, as que possuem intervenções bruscas e a que pode ser pensada como um movimento “revolucionário”. Já entre as fontes que abordam a questão militar, mas que não possui figuras militares é composta por um acervo de 5 fontes e também podem ser classificadas em 3 grupos: as remoções, o policiamento na Favela²⁴ e ações militares durante a Revolta da Chibata²⁵.

²⁴ Para mais informações sobre a história da polícia no Brasil, olhar BRETAS (1997) e BRETAS & ROSENBERG (2013).

²⁵ Para mais referências sobre Revolta da Chibata buscar Almeida (2018), Barbosa (1999), Ferreira (2002), Maestri (2014), Morel (1986), Nascimento (2015).

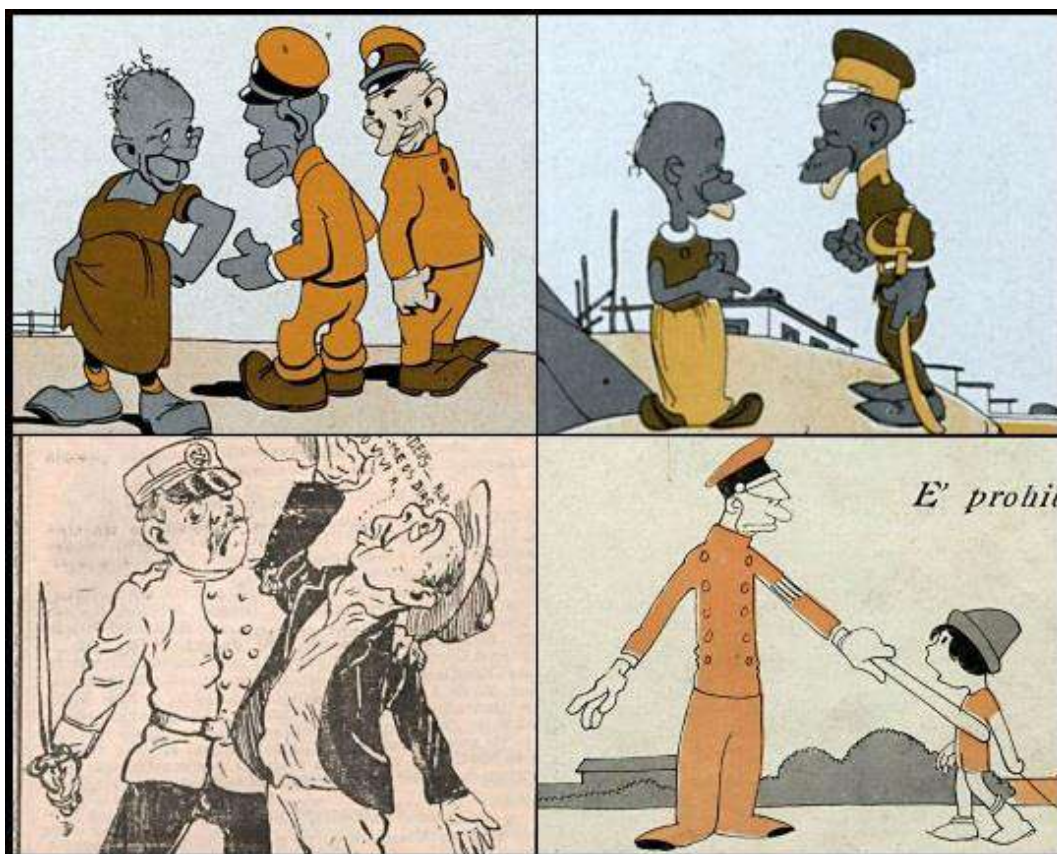


Figura 6 - Militares²⁶

Dentre as 3 fontes que apresentam um diálogo tranquilo, em duas há a presença de um militar negro a conversar com uma moradora do morro sobre algum acontecimento. Em ambas se dá a entender que o militar possuía algum tipo de intimidade com elas e que há uma possibilidade de suas origens serem daquele local. Na Fonte 148 (O Careta, 28 set. 1929), apesar de ocorrer um diálogo tranquilo entre a mulher e o militar, ela se queixa que alguns militares estiveram na casa dela e a trataram de forma truculenta e desrespeitosa²⁷. Segundo Mattos (2011), era muito comum que militares que morassem nos morros intervissem em dados momentos em conflitos locais quando estavam relacionados a outros moradores ou a outros praças que habitassem na região. Na Fonte 133 (O Careta, 24 set. 1927), durante o diálogo entre uma mulher negra moradora do morro e um militar, foi mostrado um processo de reeducação vivido por esse militar ao deixar a vida no morro e ingressar na carreira militar. Ele passa a ser visto e apresentado como bem vestido, educado, com boas maneiras e delicado. Além disso, há um pedaço do diálogo que diz: “O meio influi muito”, o que acentua o entendimento de que no morro não há pessoas

²⁶ Fontes usadas: Fonte 1, Fonte 82, Fonte 133, Fonte 147.

²⁷ Olhar Mattos (2004).

com tais qualidades, já que ali os vícios e os maus costumes corrompem as pessoas.²⁸

Segundo Mattos (2011), muitos das pessoas que ocuparam os primeiros morros do centro da cidade do Rio de Janeiro, que mais tarde ficaram conhecidas como favelas, foram militares que sofreram fortemente com os impactos da crise habitacional existente na cidade. Alguns teriam ocupado o morro de Santo Antônio após a Revolta da Armada e outros teriam ocupado o morro da Favela após a Guerra de Canudos. Todavia esses militares de baixa patente recebiam uma série de estigmas o que os colocava muitas vezes muito mais na posição de suspeitos perigosos que precisavam ser vigiados do que na posição de defensores da pátria, por isso eram um perigo à ordem e suas habitações um problema para a saúde pública. Por isso, na Fonte 133 (O Careta, 24 set. 1927) quando a mulher ressalta as qualidades que percebe naquele homem ela faz, de forma irônica, uma antítese de tudo que se esperava de um militar de baixa patente naquele momento. As carreiras militares são tratadas como uma forma de acentuar estigmas relacionados ao local de origem, já que até 1874 uma forma de punição era levar um homem a ingressar na carreira militar. Eram vistos como contraventores desonrados que possivelmente haviam cometidos pequenos delitos. Muitas vezes eram desertores cansados de receber muitas punições físicas e péssimos tratamentos que, por exemplo, militares negros recebiam na marinha como pode ser observado com a eclosão da Revolta da Chibata. Mas alguns desses desertores permaneciam com suas fardas para que, se fosse necessário, conseguissem driblar algumas intervenções policiais.

A Fonte 38 (Fon Fon, 07 dez. 1918), composta por 9 quadros caricaturais, e entre muitas representações que a compõe, possui a representação de um militar negro que participa de uma folia de carnaval. Ele carrega o estandarte “Soviet dos guardas roxos”. E dentro daquele conjunto de foliões, está próximo ao estandarte “Liga dos desordeiros da Favella”²⁹. É importante pensar que essa fonte é de 07 de dezembro de 1918, período posterior (e bem próximo) da Revolução Russa e da Primeira Guerra Mundial. Esse militar armado e zombeteiro faz parte de um conjunto de representações problemáticas e caóticas. E em seus traços não possui o braço direito e parece ter uma bengala amarrada em tal parte do corpo. Yantok, autor dessa fonte, os coloca como

²⁸ Para mais informações sobre carreira militar: Marques (2013), Guedes (2008), Nascimento (2015), Souza (2007).

²⁹ Essa fonte será melhor tratada no Capítulo 3.

revolucionários, mas não explicou e nem respondeu a que tipo de revolução eles pertenciam.

A primeira fonte do acervo dessa pesquisa (Fonte 1) já é composta por uma abordagem policial truculenta em um morador do morro da Favella. Em sua contextualização, ela traz a participação significativa dos moradores daquela região durante a Revolta da Vacina, como foi mencionada no subcapítulo da introdução

Revisão histórica”, e o quanto as autoridades locais estavam insatisfeitas com tal fato. Outra questão que foi trazida em evidencia é o quanto após esse ocorrido muitos vícios e comportamentos negativos foram associados àquela região por causa do levante, como a preguiça e a vadiagem. Dentro dessa contextualização, o morador negro do morro, que trajava roupas velhas, com os estigmas relacionados ao seu local de origem, foi rapidamente acusado de forma truculenta pelo policial com a devida voz de prisão decretada. E sem mesmo uma acusação formal, o policial disse que o morador teria que o seguir à delegacia.

Já as Fonte 76 (Fon Fon, 05 nov. 1921) e Fonte 82 (O Careta, 12 nov. 1921), apesar de serem militares fardados a realizarem intervenções, eles são colocados em situações semelhantes à de guardas de trânsito. Na Fonte 76, enquanto um homem realiza uma travessia, é surpreendido com uma ação inesperada do guarda que o impossibilita de percorrer o caminho. Na Fonte 82, o policial, que parece estar com a função de verificar quem pode passar a partir daquele pedaço, utiliza um cassetete para impedir que um menino vá até o morro do Castelo. O que mostra um pouco dessa rotina militar pelas cidades e que em muitos momentos poderia até não ter um policiamento nos morros, mas que em torno dos morros havia algum tipo de policiamento que verificava as ações dos moradores que desciam dos morros para realizarem suas atividades cotidianas.

Dentre as fontes que fazem referência a militares, as que tratam sobre remoção abordam duas principais questões: as tentativas de remoção dos moradores da Favella por parte de Oswaldo Cruz e a circulação de policiais nos morros. Na clássica Fonte 12 (O Malho, 08 jun. 1907), Oswaldo Cruz, ao pentear o morro, queixa-se sobre o quanto os moradores da Favella geram problemas e dores de cabeça para a polícia. Na Fonte 11 (O Malho, 04 maio 1907), ao conversar sobre o problema das possíveis tentativas de remoções promovidas por Oswaldo Cruz, um casal afirma que quem passava a informação pelo morro

de que os moradores teriam um prazo de 21 dias para saírem de suas casas era o chefe de polícia, evidenciando a união entre as atividades policiais e as demandas higienistas promovidas por algumas autoridades.

A Fonte 21 (O Malho, 09 jan. 1909) indica que se há um crescimento de habitações nos morros e se ocorre uma permanência dessas pessoas em tais regiões é porque ocorre uma permissividade das autoridades locais em relação a isso. E que essas práticas deveriam ser impedidas e fiscalizadas por todas as autoridades, mas em especial pela força policial. Já a Fonte 34 (O Malho, 08 mai 1915) trata especificamente sobre o policiamento na Favella e afirma que um posto policial havia sido criado em tal espaço. Todavia, o editorial considera que a polícia não deveria realizar tal trabalho e sim o entregar ao poder paralelo que existia no morro. Por compreender que se fossem pessoas daquele próprio meio que devessem revolver os problemas daquele espaço. Como se fossem questões inferiores e a polícia tivesse assuntos mais sérios para tratar.

A Fonte 26 (O Malho, 17 dez. 1910) tem a abordagem mais distinta das outras fontes que abordam questões militares. Ela descreve momentos de tensão e o susto vivido por moradores de alguns morros da cidade no momento em que a marinha disparou canhões contra a Ilha das Cobras. Dentro desse contexto histórico, alguns prisioneiros tentaram realizar uma segunda Revolta da Chibata em 09 de dezembro de 1910. Porém, devido a proporção que a primeira teve, a marinha realizou os tiros para a encerrar e não permitir que ganhasse tanto espaço.

Essas fontes nos possibilitam pensar sobre a presença de moradores dos morros na vida militar e a presença de militares na vida de moradores dos morros. Se para os moradores ingressar na vida militar era apresentado como uma possibilidade aumento de estigmas. As fontes também nos dizem sobre como os demais moradores dos morros eram vistos e tratados durante ações militares, ou seja, problemas que o Estado precisa resolver de uma forma mais coercitiva e truculenta.

2.3. O Rio por fora e por dentro...



Figura 7 - Estrangeiros³⁰

Algumas fontes apontam a presença de estrangeiros que moravam ou que estiveram no Brasil em algum momento. Entre as 12 fontes que tratam dessa questão, é possível observar que 3 delas tratam de questões de estrangeiros que viviam no Brasil e se envolveram em alguma questão relacionadas aos morros; 3 tratam de visitantes que estiveram aqui em especial no período das comemorações do centenário da independência do Brasil, e 6 abordam questões que relacionam visitas de estrangeiros para tratarem de questões de finalidade política e/ou econômica (muitas voltadas de forma especial ao desmanche do morro do Castello).

Entre os personagens que aparecem com características estrangeiras, a Fonte 15³¹ (O Malho, 22 jun. 1907) traz um homem com características judaicas

³⁰ Fontes utilizadas: Fonte 15, Fonte 33, Fonte 73, Fonte 81, Fonte 91, Fonte 92, Fonte 99, Fonte 100, Fonte 119, Fonte 120, Fonte 141, Fonte 149.

³¹ Apesar de não ser confirmado que é um estrangeiro o estereótipo aponta para isso. Parece um judeu da comunidade judaica da Cidade Nova. Para saber mais sobre essa comunidade, olhar o trabalho de Kushnir (1996).

a tocar uma sanfona. A letra de sua canção é composta de um alerta sobre o perigo de uma possível remoção que ronda o morro da Favella. Além disso, traz uma possível solução para os moradores caso esse perigo seja executado, que eles ocupem a sede do governo federal no Catete. Na Fonte 100 (O Careta, 10 fev. 1923), um francês³² está a dançar com uma mulher durante o baile da alta sociedade. Durante o seu diálogo ele demonstra conhecer bem as áreas que turistas normalmente não se familiarizavam, como o morro da Favella. A sua fala é carregada de estereótipos sobre os moradores deste espaço. Na Fonte 141 (O Careta, 27 out. 1928) há a representação de um português, um homem branco, de bigode, com uma barriga saliente e com nome de Manoel. Ele tipifica muitas figuras da época que tinham algum tipo de comércio nos morros e acabava sendo alguém influente nesses locais. Muitos desses comerciantes chegavam a construir casas em morros para alugar e eram conhecidos como faveleiros³³.

A Fonte 33 (O Malho, 18 abr. 1914) aborda reformas urbanas feitas na cidade do Rio de Janeiro e todo o embelezamento inspirado na França. Essas reformas, segundo a fonte, trouxeram turistas para a cidade que queriam conhecer as expressões da Belle Époque promovidas no centro da cidade. Nessa fonte, 3 homens e 1 mulher, que utilizam trajes ingleses e binóculos, ficam atentos aos detalhes da formosura da cidade, representada por uma jovem mulher bem trajada. O fundo da imagem dá algumas pistas do roteiro escolhido pelos turistas. Nele aparece a Avenida Atlântica, a Avenida Rio Branco, Botafogo, Corcovado e Paquetá. Essa fonte também deixa claro que essas pessoas não iriam conhecer as áreas da cidade consideradas mais problemáticas e que havia um projeto institucional de evitar que turistas chegassem nessas zonas.

A Fonte 92 (O Careta, 01 abr. 1922) tem como contexto o centenário da independência do Brasil e as expectativas que turistas criavam em relação ao evento de comemoração³⁴. Na cena relatada, enquanto um homem trabalha no desmonte do morro do Castelo, um turista se aproxima para tirar uma dúvida

³² As vestimentas e os traços estereotipados foram os indicativos utilizados para chegar a tal conclusão.

³³ O assunto sobre alugueis em favela será retomado no subcapítulo 3.4.

Alugam-se cômodos arejados.

³⁴ No subcapítulo 4.2.

O primeiro centenário da independência do Brasil será retomado o assunto sobre as comemorações sobre o Primeiro Centenário da Independência do Brasil e sobre as suas comemorações. Mas, para quem tiver mais interesses sobre charges e caricaturas sobre a comemoração do centenário, olhar Magno (2023).

sobre o evento de setembro³⁵. É possível observar que no plano de fundo há um canteiro de obras que seria o local da exposição. No entanto, a obra aparenta não ter tido quase progresso algum. Frente a isso, o trabalhador informa ao turista que provavelmente ainda demorará uns dois anos para tudo ficar pronto e que considera impossível a inauguração em cinco meses.

A Fonte 99 (D. Quixote, 30 ago. 1922), que também é relacionada ao centenário, coloca que não há uma estrutura adequada na cidade para receber os turistas. E por acreditar que não haverá hospedagens suficientes, o chargista insinua que os morros da cidade serão os espaços onde os turistas irão ter que recorrer para se acomodar. Nela aparece um espaço vazio no morro da Viúva, com apenas duas árvores e em uma delas com uma placa “Aluga-se um comodo”³⁶. Na outra árvore há uma rede amarrada e em sua ponta um guarda-sol está preso. O que sugere que ali é o cômodo alugado para o descanso. Uma família com trajes europeus, na tentativa de se acomodar, pendura uma mala em um dos galhos da árvore e deixa um baú aberto no chão com os demais pertences. Para se alimentarem, improvisaram uma fogueira e cozinham em um caldeirão.

Essa fonte também é composta por 4 pessoas de uma mesma família e por um cachorro. As personagens femininas estão de costas, um tanto escondidas. A forma singela em que são representadas demonstra que apesar de aparecerem as suas identidades não possuem nenhuma relevância. Se por um lado as faces femininas são omitidas, por outro, as faces masculinas ganham destaque. O homem aparece de lado, com o rosto em perfil e a mexer na panela em que ocorre o preparo da refeição. O menino, sentado em um pano, olha sorridente para o pai que retribui o sorriso. Se há algum tipo de diálogo divertido, fica restrito apenas aos dois. O cachorro, parado na beira do alto do morro da Viúva, observa e admira a cidade. Para completar a composição da cena, há o seguinte texto: “Problema resolvido... As excellentes accomodações do morro da viúva para os tourists que queiram vir a esta Capital ver a Exposição.”

A Fonte 73 (D. Quixote, 27 jul. 1921) aborda algumas questões e debates que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro. Primeiro, a eletrificação da Central do Brasil³⁷. É demonstrado que o cabeamento da rede elétrica caiu em parte da

³⁵ A fonte é de abril de 1922, cinco meses antes da data do evento.

³⁶ Para mais referências sobre aluguel nas favelas, ver Gonçalves (2012).

³⁷ Para mais referências sobre o processo de eletrificação na cidade do Rio de Janeiro, olhar Silva (2020), Hansen (2012), Lamarão (1997), Mansur (2020), Rocha (2020), Weid (2003).

linha férrea. O que gerou um problema de eletrificação dos trilhos. Os diversos problemas relacionados a empresa responsável pela eletrificação da cidade, a Light, eram bem recorrentes nas revistas ilustradas (em especial na *O Malho*). Segundo, a crise habitacional da cidade. Nela, há uma chamada que afirma que um senador discute o problema habitacional da cidade. Porém, o suposto senador é retratado como um homem que repousa em uma poltrona com um charuto aceso na mão. Como se o problema apresentado na mensagem não fosse algo tão relevante para aquele momento e tivesse sido deixado de lado, mesmo, como aponta Mattos (2008), a crise habitacional era um assunto importante para a cidade e que não havia começado durante a Primeira República. Além disso, também é possível pensar que para o senador os grupos que mais enfrentavam problemas com a crise habitacional não faziam parte do seu eleitorado e nem das questões relevantes para o grupo no qual ele estava inserido.

O terceiro debate proposto pela Fonte 73 está relacionado ao centenário da independência. O projeto para o evento é representado por um ovo com cerca de onze vezes o tamanho da galinha que o choca. Assim, o projeto é visto como algo maior e quase que utópico em relação aos que o planejavam. Algo que para eles estaria fardado ao fracasso. O quarto debate é sobre o arrasamento do morro do Castelo³⁸. Durante o desmonte é colocado que insetos também eram removidos do morro. De forma semelhante a Fonte 12 (*O Malho*, 08 jun. 1907). O quinto debate é a luta trabalhista contra o capitalismo e a burguesia, intitulado de “O eterno match”. Nessa competição são representados 3 homens, mas apenas 2 parecem lutar (por estarem calçados com luvas de boxe) e 1 parece estar ali apenas para ficar deitado no chão e dar tamanho e impulso para um dos homens acertar o adversário. O homem deitado representa o comércio. Que apoia e sustenta o capital para agredir o trabalho em um ponto sensível capaz de nocauteá-lo.

Dentro desse cenário composto por muitas questões que geram grandes debates sobre algumas crises vivenciadas na cidade do Rio de Janeiro, ao final da Fonte 73, há a problemática relacionada aos estrangeiros que são bem tratados quando chegam, recebem benefícios e riquezas do Brasil e mesmo assim não fala bem do país ao voltarem para as suas casas. Há uma representação adaptada do que seria a figura estadunidense do tio Sam. Ele é representado de costas, como se retornasse ao seu país e fosse uma figura

³⁸ Essa semelhança será retomada no quarto capítulo.

antropomórfica. Com tronco, membros superiores e cabeça de humano e cauda de escorpião, patas e unhas afiadas. Além disso, na ponta da cauda está escrito veneno e na mão um saco de dinheiro.

Na Fonte 81 (*O Careta*, 05 nov. 1921), o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio, apresenta um baú de tesouros, encontrado no morro do Castelo, para os bancos holandeses e ítalo-belga e para o tio Sam. O tio Sam parece não acreditar muito no que lhe é proposto e no próprio tesouro, e, por isso, levanta questionamentos aos outros bancos sobre a veracidade da descoberta. Parece que a cena ocorre no próprio morro do Castello e o baú é posto como se estivesse exatamente no local que havia sido encontrado. Três trabalhadores observam a imagem, e um ainda chega a portar uma picareta – como se estivesse pausado o trabalho por conta da chegada do prefeito e de seus convidados. Carlos Sampaio, por ter sido considerado uma das pessoas que iriam se beneficiar com o desmanche do morro, já que a sua empresa havia ganhado anos antes a concessão para realizar tal obra, e por ter sido apontado como alguém que beneficiou seus amigos durante o seu governo, foi acusado de corrupção. Além disso, existia uma lenda de que as riquezas dos jesuítas estavam enterradas naquele morro. E, por isso, falavam que Sampaio o havia encontrado. O que seria um desses possíveis tesouros que ele teria negociado.

Na Fonte 91 (*D. Quixote*, 29 mar. 1922) a figura do tio Sam aparece novamente. Dessa vez ele está a enriquecer no Brasil as custas de riquezas encontradas no morro do Castelo, que na fonte anterior haviam sido questionadas. Agora não há um baú, mas sim todo o morro é posto como um grande tesouro que é formado por muitas moedas. No topo do morro há uma bandeira do Brasil e abaixo dela está escrito “Thesouro do Brazil”. Há uma escavadeira que trabalha no morro para remover as moedas que o formam. Só que ao invés dessas riquezas serem removidas e ficarem no país, elas são despejadas em vagões de um trem que pertence ao tio Sam. Ele, por sua vez, está deitado no último vagão, como quem confere se todas as riquezas estão a cair nos vagões. E, entre os vagões é possível ler que o nome do trem é “Bolso Americano”.

As Fonte 119 (*O Malho*, 29 maio 1926) e Fonte 120 (*O Malho*, 05 jun. 1926) trazem como principal questão a visita de Filippo Marinetti, o italiano pai do futurismo, ao Brasil, em 1926. Elas abordam a visita que o italiano fez ao morro da Favella, organizada por Assis Chateaubriand (diretor de *O Jornal*), e

como isso levou os morros cariocas para o debate público da cidade³⁹. Na Fonte 119 Marinetti aparece no topo do morro da Favella em uma pose confiante e é indicado como o responsável por uma solução para o problema das habitações irregulares feitas nos morros da cidade. Fundador do movimento futurista, ele é apresentado como aquele capaz de pensar em estratégias mais modernas. A Fonte 120 tem uma perspectiva semelhante da fonte anterior. Nela, Marinetti está a subir o morro da Favella com uma comitiva e se depara com um morador, que tinha por nome de Marcolini, sentado na frente de sua casa. Marinetti afirma para o morador “Io sono il maggiore riformatore de questa “bagunça” artística e literária. Capiste, signor Marcolini?”. E Marcolini, sem compreender o que o italiano havia dito, apenas dá licença para que ele passe e tenta o deixar tranquilo ao afirmar que o seu cachorro não o morderia.

A Fonte 149 (O Careta, 05 out. 1929) apresenta o personagem ficcional inglês Lord D’Albernon, da obra “The Berlin Embassy of Lord D’Albernon (1920-1926)”. Nela, o diplomata inglês, que teria sido o primeiro diplomata inglês a ir na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, faz uma visita ao Brasil. E, como está escrito no palito dele, veio a mando da missão econômica inglesa em busca de informações sobre o Brasil. Para conseguir obter tais informações, sobe um morro da cidade do Rio de Janeiro e pergunta a um morador que residia no cume deste lugar se ele poderia fornecer as tais informações necessárias sobre as finanças do país. Porém, esse morador que é apresentado como “Jeca”⁴⁰ (devido a algumas perspectivas que alguns morros também eram um espaço rural) informa ao diplomata que naquele período ele não encontraria as informações verídicas. Que seria necessário esperar passar o período eleitoral para encontrá-las.

Essas fontes que tratam sobre estrangeiros que viviam nos morros da cidade ou que tinham algum tipo de envolvimento com aqueles espaços são importantes para pensar certa diversidade étnica que existiam em alguns morros e pagar um pouco a ideia de estrangeiros que chegavam na cidade e ficavam bem sucedidos financeiramente. Sidney Chalhoub (2018), ao tratar trabalhar com arquivos policiais da cidade do Rio de Janeiro, expõe a precariedade e a dificuldade que muitos deles viviam. E um pouco como funcionavam algumas relações e conflitos étnicos na cidade. Elas também nos permitem pensar sobre

³⁹ Olhar Barros (2011).

⁴⁰ Jeca é uma referência ao personagem Jeca Tatu, da obra *Urupês* (1918), de Monteiro Lobato. Nela, Lobato fez uma coletânea de contos e crônicas com uma característica regionalista no qual apresenta o cotidiano e as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador rural de São Paulo.

quais eram os tipos de estrangeiros que poderiam circular nesses espaços e quais, de preferência, nem precisavam saber que esses espaços existiam. Então um turista que chegava na cidade para conhecer as maravilhas naturais e as belas e modernas construções, os morros era um lugar que ele não deveria passar. Um estrangeiro que vinha com alguma finalidade comercial, ou para estabelecer alguma atividade ou parceria com o país, ou até mesmo para propor melhorias urbanísticas poderia até passar por lá como um possível colaborador que traria soluções para a cidade. Mas, na maioria dos casos, os únicos estrangeiros que eram destinados aos morros eram os pobres que viveriam em condições tão precárias quanto as pessoas que já estavam por lá. E por já carregarem os estigmas relacionadas a conduta que a classe mais pobre já levava, a presença nesses espaços passava até ser vista como positiva por se aproximar do projeto de embranquecimento da população brasileira que havia começado a ser construído na época que o Brasil ainda era império.

2.4.

A construção de um perigo em potencial

Dentre as fontes utilizadas por essa pesquisa, há 21 delas que de algum modo aparecem crianças em alguma situação, seja como figurantes para compor o cenário ou como personagem principal na composição da cena. Entre elas, há um total de 36 crianças, mas 25 delas são apenas figurantes. Das 11 crianças que aparecem em destaque, 9 delas possuem algum tipo de fala nas fontes que estão inseridas e 5 dessas são moradoras de algum morro. Delas, apenas 10 não aparentam serem pobres e 26 são identificadas por estarem na pobreza devido a suas roupas, atividades e aos ambientes que estão inseridas. E em um período pós-abolição, a questão dos calçados ainda era muito importante. Dentro do período imperial e colonial no Brasil as pessoas escravizadas, normalmente, não utilizavam sapatos. Além deles, muitas vezes os mais pobres também não utilizavam. Então não usar sapato também era uma forma de falar sobre estigmas de origens que uma pessoa carregava. É possível observar que 10 crianças estão calçadas, que 19 estão descalças e em 7 não é possível observar se possuem algum tipo de calçado. 23 delas habitam em algum morro da cidade e 2 delas são turistas que estão a passear no Brasil. É possível notar que 9 crianças realizam algum tipo de trabalho ou auxiliam em alguma atividade: 6 crianças carregam água para as suas casas, 2 crianças

ajudam lavadeiras a carregarem trouxas de roupas e 1 ajuda a vender galinhas. Outro ponto que marca a análise sobre crianças é a questão da cor, 7 crianças são negras, 28 são brancas e não é possível identificar a cor de uma delas.

Na Fonte 107 (Para Todos, 04 jan. 1923), duas crianças conversam no morro da Favella. De forma distinta de outras representações, a subida do morro foi representada com casas de dois andares, feitas de alvenaria e a rua é pavimentada. Contudo, em um ponto mais distante da rua é possível observar que começa a ganhar um aspecto mais rural, com uma casa mais distante com uma cerca de arame e madeira⁴¹. É interessante observar que essa fonte traz uma representação muito semelhante as feitas em relação ao morro do Castelo.⁴² Dentro das questões trabalhadas, há um indicativo de trapaça por parte dos moradores dessa região. Uma criança fala para outra que o pai a viu e diz que ele é o homem cego que está com um cachorro. Essa insinuação, ainda que sutil, descredibiliza os necessitados da região por indicar que, na verdade, o pedinte é um golpista que usa da boa vontade das pessoas para tirar vantagens. E, para indicar que esse mau costume é algo aprendido desde a infância, a outra criança pede para a primeira dizer ao pai que é apenas um colega de escola que a viu e pediu uma esmola.

Na mesma linha de prática de golpes, a Fonte 118 (O Careta, 17 abr. 1926) traz um diálogo na mesma temática. Uma criança é questionada sobre onde vendeu as galinhas. Mas, quando a criança informa a localização, o homem que a questiona fica indignado pela distância e revela a prática golpista que realizava. Segundo ele, o acordo era o menino vender as galinhas perto de casa e, durante a noite, o homem voltaria aos endereços para as roubar e as levar novamente para o morro. E assim, no dia seguinte, o menino deveria vender as galinhas novamente. Essa charge levanta a questão sobre a confiabilidade de estabelecer práticas comerciais com os moradores do morro, já que os clientes estariam vulneráveis a possíveis golpes. E mais, é mostrado que os vícios e maus costumes eram ensinados para as crianças e por isso nem as crianças dos morros eram honestas, por estarem em um ambiente corrupto. O que segundo Goffman (2017), essas crianças ganhavam neste momento os estigmas relacionados às suas origens. Já que a conduta e a moral delas

⁴¹ Segundo Leonardo Pereira (2023 : 8 e 9), em 1860 já era possível encontrar anúncios de aluguéis e vendas de habitações no morro da Providência que eram bem estruturadas, como sobrados e casas com três ou quatro ambientes, e que tinham um preço mais acessível que as casas da região central da cidade do Rio de Janeiro.

⁴² Esse ponto será retomado no Capítulo 4.

passavam a ter marcas invisíveis mais que se sobressaíam tanto quanto as marcas físicas que os gregos utilizam para marcar e estigmatizar algumas pessoas.

A Fonte 6 (O Malho, 19 jan. 1907) traz a questão do problema da água. Um menino acompanha sua mãe pela primeira vez até uma bica para buscar água. A charge aponta que há uma dificuldade de acesso a serviços básicos por partes dos moradores dos morros. Na mesma questão da problemática de infraestrutura, a Fonte 10 (O Malho, 06 abr. 1907) traz a insatisfação dos moradores dos morros por não terem habitações adequadas, saneamento básico e pagarem alugueis que consideram altos em meio a tais condições. E, para piorar suas insatisfações, sabiam que o prefeito Sousa Aguiar se preocupava apenas com outras regiões da cidade e não dava atenção para aquela área. Em meio as insatisfações dos adultos, um menino fala e demonstra conhecer bem a realidade que está inserido. Segundo ele, “O homem [Sousa Aguiar] era capaz de arrasar tudo”. Para o menino, o perigo das remoções poderia os atingir a qualquer momento e eles teriam que procurar outro local para morarem.

As Fonte 97 (Fon Fon, 05 ago. 1922) e Fonte 101 (D. Quixote, 18 abr 1923) demonstram como crianças que não moravam em morros já haviam aprendido a não gostarem dos morros e a terem ideias negativas sobre seus moradores. Na Fonte 97, o menino faz uma confusão com as palavras ao receber uma pergunta de seu professor. Ele revela que na sua opinião os morros são habitados por canalhas e que a polícia frequenta esses espaços para buscar tais pessoas. Já na Fonte 101, enquanto uma família branca de classe média discute para onde irá se mudar em meio a um período de crise habitacional que a cidade passava, uma menina diz que não aceitaria morar nem no morro da Favella e nem perto dele. Segundo o argumento dela, essa era uma região repleta de salteadores. Assim, é possível identificar, em ambas as fontes, que as crianças realizavam associações diretas entre os morros e a criminalidade.

A Fonte 82 (O Careta, 12 nov. 1921) e a Fonte 94 (D. Quixote, 12 abr. 1922) trazem as obras que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro e a relação das crianças com elas. Na Fonte 82 um menino que estava a puxar o seu carrinho com uma corda é impedido de continuar o seu caminho por um policial. Mas o menino tenta persuadir o policial ao afirmar que está naquele trajeto porque trabalha na obra do desmonte do morro do Castello. Já na Fonte 94, um menino reclama com o prefeito Carlos Sampaio que quer estudar, mas que não havia

vaga e aponta para o problema do número insuficiente de escolas pela cidade. O prefeito, que carrega muitos projetos relacionados a exposição do centenário de independência do Brasil, do morro de Santo Antônio e do morro do Castelo, afirma que a questão educacional não é um problema que tenha que ser resolvido por ele. Um detalhe importante dessa charge é que ao contrário dos outros, o nome do morro do Castelo está escrito em um saco que parece ser de dinheiro. O que demonstra uma insinuação sobre como algumas pessoas estavam lucrando com o desmonte do morro e que possivelmente o prefeito estava envolvido com esse alto faturamento⁴³.

A presença das crianças nas fontes na maioria do caso não as coloca em uma posição de muita relevância ou participação. Mas ao as observar, é possível notar o quanto essas crianças recebiam as percepções sobre os outros e sobre os espaços que estavam inseridas a partir da educação que recebiam. Além disso, há uma diferença entre classes que fica bem nítida. As crianças de classe média e alta são bem vestidas, demonstram algum nível de instrução e aprendem desde pequenas os diversos estereótipos e estigmas carregados aos moradores dos morros. De modo que sem hesitar apresentam as suas ideias sobre quem seriam essas pessoas. Já as crianças que pertenciam às classes mais pobres desde cedo já se deparavam com as condições mais duras presentes em seus cotidianos ao ponto de se preocuparem com assuntos como a remoção dos moradores dos morros. As fontes também apresentam esse último grupo como pessoas que o meio já as corrompiam desde a infância e que os estigmas que recebiam em suas origens já as colocavam como um problema em potencial para os demais grupos da sociedade.

2.5.

A construção da noção de um espaço formado por fome e miséria

Uma das fontes mais expressivas e que marca muitos dos pontos trabalhados nesse trabalho devido a sua riqueza de informações é a Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912). Nela os corpos magros das pessoas e dos animais marcam significativamente o espaço dos morros como uma área de fome e de miséria. Embora, em alguns momentos, a população favelada ganhasse

⁴³ Leu (2020) e Motta (1992) levantam algumas contradições sobre a participação de Carlos Sampaio no desmanche do morro do Castelo. Esse assunto será retomado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** 4.

algumas vestes bonitas, a fome e a miséria ainda eram associadas a ela – como é o caso da Fonte 39 (D. Quixote, 08 jan. 1919). Esses estigmas eram dados de forma tão certa, que ao reclamarem que as suas necessidades básicas não eram supridas, na Fonte 121 (O Malho, 12 jun. 1926), alguns deputados insinuaram que teriam que se mudar para o morro da Mangueira, pois, para eles, eram nos morros que condizia viver quem passava por precariedade e fome. E também, como pode ser visto na Fonte 111 (D. Quixote, 02 abr. 1924), no morro da Favella havia muita fome e, por boa parte dessa população estar inserida em tal situação, alguns até desmaiavam pelas ruas da cidade.

A pratica de mendicância ou a insinuação que os moradores são pedintes também foi uma outra forma de associar os morros como um espaço de fome e miséria. Na Fonte 124 (O Careta, 25 dez 1926), o morro do Pinto foi nomeado como desgraçado. Sua população foi representada como um homem miserável que morava em um sapato velho e implorava ao prefeito Prado Junior que lhe doasse parte de suas compras da ceia de natal. Afirma que apesar de não ter dentes, gostaria de ao menos ganhar algumas nozes. Como representantes do governo e da população do morro do Pinto, as duas figuras expõem a desigualdade social presente na cidade ao relatar sobre a fartura presente na casa dos governantes enquanto no morro os moradores não teriam nem o que comer. O prefeito Paulo de Frontin também foi abordado pela população em relação a fome, como pode ser visto na Fonte 41 (Para Todos, 26 abr. 1919). Uma mulher, acompanhada por sua família, mostra ao prefeito que a panela está vazia ao virá-la para baixo. E de forma ingênua, a criança pede ao prefeito que ele solde a panela para que a panela volte a ficar cheia.

Na Fonte 37 (Fon Fon, 28 set. 1918), um homem com um aspecto de extrema pobreza descansa dentro de uma manilha. Enquanto isso, outro homem, que também tem um aspecto de extrema pobreza, senta na manilha e se apresenta como da Embaixada do Morro da Favella e relata que está em missão diplomática para estreitar relações. Mas, o homem deitado diz que não tem nada que possa oferecer já que o último osso que tinha já havia dado para outro. Nela fica clara a apresentação do morro como um espaço de miséria e fome e que em dados momentos até busca ajuda em outros lugares cometidos pela fome e pela miséria. E nesse ambiente precário, os ossos que são restos de alguma possível lixeira é apenas o tipo de ajuda que poderia ser dado. Já na Fonte 19 (O Malho, 27 jul. 1907), durante uma crítica sobre as pessoas que desciam o morro de Santo Antônio para pegar água no chafariz da Carioca, é

colocado que essas pessoas são miseráveis “pendentes de um pedaço de pão”⁴⁴.

Outro ponto que acompanha de forma muito próxima a questão da fome e da miséria, é a questão das doenças. Em algumas fontes os moradores são representados como doentes e em outros momentos são representados como a própria doença ou como proliferadores de doenças. Na Fonte 7 (O Malho, 09 fev. 1907), enquanto um médico dá um parecer sobre um diagnóstico a um paciente, ele o informa que o que tem é grave e, por isso, seria necessário seguir algumas orientações, como: medicação, dieta e a não realização de esforço físico. Todavia, o homem é um morador do morro da Favella e afirma que pobres como ele não possuem condições de ter um outro local para habitar. E que também não seria possível seguir as instruções de dieta proposta pelo médico, porque os moradores pobres do morro não possuem condições de comer carne branca. Além disso, levanta a problemática dos mais pobres só comerem quando conseguem algo e que quase sempre não há muita possibilidade de escolha e tem que se contentar com o que tiver disponível.

A Fonte 122 (O Malho, 25 set. 1926) trouxe dois pontos sobre uma doença que assolava a cidade do Rio de Janeiro: a sífilis. Se, por um lado, aborda os debates médicos inconclusivos, que as vezes eram acalorados, sobre quais seriam os tratamentos médicos mais adequados. Por outro lado, aponta sobre um consenso dos conselhos médicos sobre a sífilis ser uma doença diretamente relacionada com a imoralidade sexual. E, dentro desse momento em que o pensamento higienista era predominante, para resolver o problema da sífilis seria necessário realizar uma higienização moral e sexual na cidade. Dentre essas questões, a fonte aponta que no morro da Mangueira a sífilis estava a perturbar a ordem. E apesar de parecer um simples apontamento sobre um possível foco da doença, esse comentário é carregado da ideia desse morro ser um local em que a imoralidade e a promiscuidade são muito presentes entre os moradores.

Os morros e seus moradores em dados momentos eram apresentados como a própria doença. Na Fonte 12 (O Malho, 08 jun. 1907), uma das charges mais conhecidas e utilizadas sobre favela no período da Primeira República, Oswaldo Cruz está a pentear o morro da Favella. Os moradores são apresentados como parasitas semelhantes a piolhos que infestavam o morro

⁴⁴ No subcapítulo 3.5.

A busca rotineira de um tesouro é falado um pouco mais sobre o morro de Santo Antônio.

(que é posto como a cabeça da polícia) e precisavam ser removidos para dar paz. Na Fonte 9 (O Malho, 06 abr. 1907) há um receio sobre a cidade do Rio de Janeiro regredir e voltar a ser uma “Porcópolis”. E, apesar do morro não ter sido chamado diretamente de uma doença, dentro desse contexto repleto do pensamento higienista, esse espaço é compreendido com um local propício e repleto de proliferação de doenças.

Das muitas figuras que formam a composição das fontes, há algo nelas que em um primeiro olhar ou para um olhar desatento não possui relevância alguma, mas que podem ser indicativos de algum tipo de informação que direcione ou complemente a cena, e muitas vezes são formas de fortalecer alguns tipos de estigmas. É o caso, por exemplo, da presença de animais. Seja para indicar que aquele espaço é ruralizado ou que há problemas, como no caso da fome e da miséria, eles criam sempre uma ampliação de perspectiva. Há 33 fontes com representações de animais, e os mais recorrentes são os pássaros e os cães. Apesar de passarem de forma despercebida pelas fontes, é possível identificar 110 pássaros, dentre 15 fontes. Em quase todas elas, eles possuem a função de localização espacial, já que é a presença deles que apontam para qual lado está o mar.

Os cães, já representados em um número mais singelo em relação ao das aves, aparecem 14 vezes entre 13 fontes. Dentre eles, 4 aparecem de forma desnutrida e bem malcuidados. E entre esses, 3 são inseridos dentro de fontes que alguma figura de autoridade pública também está inserida ou citada. Na Fonte 10 (O Malho, 06 abr. 1907), alguns moradores do morro da Favella conversam e relatam algumas queixas que tem em relação ao prefeito Sousa Aguiar. Dentre eles, há a presença de um cão com olhar cabisbaixo que olha diretamente para quem observa a fonte, ao contrário dos humanos, e com uma expressão de quem compreende o que foi dito e convida o observador a se inteirar e também participar da conversa. Já na Fonte 130 (O Careta, 30 jul. 1927) e na Fonte 149 (O Careta, 05 out. 1929), em que as figuras de autoridade estão presentes na cena, os olhos dos cães já estão voltados fixamente para tais figuras. Assim como na fonte anterior, aqui eles também demonstram entender o que é tratado. E pela situação de precariedade e pela fome que passam (ideias reforçadas pelos seus pesos corpóreos), posicionam-se como se participassem das conversas e possuem olhares esperançosos de que talvez seus problemas sejam solucionados. Igualmente, na Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912), o cão faminto reforça a perspectiva do espaço do morro da Favella ser um espaço

caótico de fome. Ele, entre muitos outros elementos que compõem a charge, possui um nítido papel de reforço de estereótipos.

Nas Fonte 44 (D. Quixote, 28 abr. 1920), Fonte 120 (O Malho, 05 jun. 1926) e Fonte 135 (O Malho, 12 nov. 1927) os cães foram colocados em um plano de maior destaque. Na Fonte 44, que trata sobre construções de habitações populares no morro do Salgueiro, é apresentada a proposta de isenção de impostos para a construção de casas para cachorros. As casas populares de madeira que a empresa pretendia construir são representadas como casas de cachorros e o próprio cobrador, que também parece ser o vigia da obra, é representado por um cão. Há também um trocadilho com o nome do morro, que aparece assim: “Sal(gu)eiró”. E o nome da firma que está a construir as habitações é “Saleiro”. Essa ideia do Salgueiro como algo salgado e que não é agradável ao paladar, o torna ainda mais difícil de ser engolido, já que a Saleiro irá construir habitações que o torne ainda mais intragável. Outro tipo de crítica presente nessa fonte ocorre no momento da animalização dos futuros moradores, que carrega uma ideia de inferiorização relacionada aos futuros habitantes.

Na Fonte 120, enquanto o já mencionado Filippo Marinetti sobe o morro da Favella, Marcolino (um morador do morro) não compreende o que o italiano Marinetti diz e acha que ele pede licença com receios de Marcolino mandar que o seu cachorro avance nele e na comitiva que o acompanhava. Por isso, o morador disse ao estrangeiro que ele podia passar tranquilamente que o cão era manso e não o morderia. O cão, que é representado solto e sem coleira, é representado com expressões amigáveis e fica a observar o que está a acontecer. A imagem desse cachorro colabora com a ideia de uma população rural e ingênua que não compreende as possíveis soluções que Marinetti possivelmente levaria para aquele espaço. A Fonte 135 também trata sobre uma presença ilustre no morro da Favella. Contudo, nessa fonte é comentado sobre um monumento que havia sido construído no morro em homenagem a um senador ilustre, porém desconhecido. Nela, dois cães compõem a cena e representam a curiosidade e apreciação dos que por aquele lugar passam.

Nas Fonte 31 (O Malho, 02 ago. 1913), Fonte 96 (O Malho, 06 maio 1922), Fonte 107 (Para Todos, 04 ago. 1923) e Fonte 127 (O Careta, 18 maio 1927) os cães aparecem como parte da composição do cenário. Todavia, não representam nenhuma relevância e servem mais para montar um cenário para o diálogo principal. Já na fontes Fonte 9 (O Malho, 06 abr. 1907) e na Fonte 99 (D.

Quixote, 30 ago. 1922), apesar dos animais serem apenas parte da composição do cenário, a presença deles possui uma finalidade. Na Fonte 9, o cachorro, juntamente com os demais animais que aparecem na cena, transmite a ideia de zona rural que em alguns momentos era atribuída aos morros. Já na Fonte 99 o cachorro reforça a ideia de uma viagem familiar em que nem o cão ficou para trás.

Nas Fonte 9 (O Malho, 06 abr. 1907), Fonte 109 (O Careta, 22 dez. 1923), Fonte 112 (O Malho, 12 abr. 1924), Fonte 116 (O Malho, 14 fev. 1925), Fonte 120 (O Malho, 05 jun. 1926), Fonte 129 (O Malho, 30 jul. 1927) e Fonte 141 (O Careta, 27 out. 1928) os animais trazem a questão da ruralidade do espaço das favelas e as põem, em muitos momentos, em uma posição ambígua ou de tradição e simplicidade ou de sujas e periféricas que fere a beleza e a modernidade da cidade do Rio de Janeiro. Na Fonte 112, em uma conversa sobre melhorias que o prefeito Alaor Prata pretendia fazer melhoras nos morros da Favella e do Pinto, mas ao mesmo tempo alguns moradores as via como problemáticas. Um dos moradores declara que as reformas seriam “Uma vergonha [...] uma miséria, um grande desamor às tradições”. A imagem é composta por patos, galinhas, pintinhos, galo, burro e pássaro. Já a Fonte 9, que trata o espaço como “Porcópolis”, compreende o espaço como sujo (que é reforçado pela presença de ratos e um porco).

As fontes que trazem a questão da ruralização, com exceção da Fonte 109⁴⁵, trazem algumas características em comum. A primeira são os animais. Os mais comuns entre eles são as galinhas e os pintinhos (que só não aparecem na Fonte 109 e na Fonte 129). Ao todo é possível identificar 18 pintinhos, 8 galinhas, 2 galos, 5 patos, 4 pássaros, 3 burros, 2 bois, 2 cães, 2 ratos, 1 porco e um peru. A segunda característica é que as habitações são representadas como simples e precárias. A terceira característica é a simplicidade dos moradores nas vestimentas e na fala, com exceção da Fonte 116 em que os moradores são intitulados como a nobreza da favela. A Fonte 129 tem uma peculiaridade de perspectiva sobre o que seria ser bem vestido. Para alguém que não fizesse parte do morro e não fosse envolvido com a cultura afro-brasileira, possivelmente veria o morador com uma roupa feia, por serem peças características da figura do malandro. Porém, aquelas mesmas roupas para um

⁴⁵ Ao contrário das classificações trabalhadas nesse parágrafo, a fonte 115 representa o morro do Pinto como um espaço que pode ser transformado. A proposta é manter o aspecto rural mas construir novas habitações no estilo colonial. E que essas mudanças fizessem o espaço gerar um retorno financeiro ao governo.

morador do morro poderiam ser vistas como uma boa vestimenta. Uma quarta característica é a associação das pessoas desses espaços com a questão étnica. Das 11 pessoas que aparecem, 10 são negras.

Dentro de algumas fontes que trazem uma característica mais urbana também é possível encontrar a presença de animais, como é o caso de algumas fontes que tratam sobre o desmanche do morro do Castelo. Nas Fonte 72 (O Careta, 23 jul. 1921) e Fonte 75 (O Careta, 10 set. 1921) é possível observar a presença de burros no transporte do que era removido do morro e levado para outro lugar através de carroças. Assim como também é possível ver a presença de animais, como ratos e aranhas, quando o projeto relacionado ao morro do Castelo é apresentado como algo que havia sido planejado há muito tempo e que só era tirado do papel naquele momento. Já na Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912), os animais que formam o cenário dão uma intensidade no sentido do morro da Favella ser um espaço problemático, sujo, abandonado e repleto de miséria.

A partir das fontes foi possível notar a construção de alguns estigmas que diversos grupos que formavam a composição dos morros da cidade recebiam. Além disso, é possível notar que entre as representações dos diversos grupos apresentados neste capítulo, há algumas diferenças que são bem marcantes no que diz respeito às diferenças de classe, de raça e de gênero. Que quando um grupo é representado é muito importante observar se ao menos uma dessas três questões é possível identificar. E que muitas dos pontos que as fontes levantaram serviram de base para muitas das noções construídas sobre os morros, sobre quem neles habitavam e quem poderia conhecer e habitar nesses espaços.

3

Uma percepção a partir da percepção do outro

Segundo Bolsanello (1996), na segunda metade do século XIX, foi desenvolvido na Inglaterra, a partir de uma análise sócio-filosófica do filósofo Hebert Spencer sobre os estudos evolucionistas de Charles Darwin, a teoria do darwinismo social. Se em *A origem das espécies*, de 1859, Darwin defendeu que as espécies que existem evoluem a partir do momento em que as que se adequam melhor as condições do planeta conseguem sobreviver e as que não se adequam deixam de existir, e formam assim um processo de seleção natural. Spencer defende que esse processo de seleção natural ocorria dentro da espécie *homo sapiens* e que, por isso, ela acabava se dividindo entre raças e sociedades superiores e inferiores. Por isso, alguma raça teria habilidade física e intelectual mais desenvolvidas em relação a outras e isso seria indício de sua superioridade biológica. Por essa razão teriam sociedades mais desenvolvidas em relação a outras e a partir dessa hierarquia social seria possível justificar o domínio de algumas sociedades sobre outras e a extinção de alguns grupos sociais e/ou de uma sociedade inteira.

O darwinismo social criou bases para explicações preconceituosas e racistas, colaborando com ideais nacionalistas e com a formação do pensamento eugenista. Isso justificou o imperialismo, as desigualdades raciais e mesmo a dizimação de alguns povos. Foi uma teoria europeia que teve bases eurocêntricas para exaltar e criar uma pirâmide social no qual os europeus ocupavam o topo. E por se alto-qualificarem como os mais desenvolvidos, também utilizaram tal ideia para justificar o que chamaram de missão civilizadora. Assim, ao imporem o seu domínio político e econômico, a sua cultura, suas tradições e as suas regras se explicavam a partir da perspectiva de que tinham uma obrigação moral de levar a civilização para os incivilizados.

No final do século XIX, também na Inglaterra, surge uma outra teoria chamada de eugenia. Essa teoria surge a partir das pesquisas de Francis Galton (Cont, 2008), que ao realizar algumas observações sociais e ler o trabalho de seu primo Charles Darwin, propõem que para um melhor desenvolvimento da sociedade seria importante realizar uma seleção artificial reprodutiva como meio de melhorar o intelecto e as habilidade humanas, do mesmo modo como já era

feito com algumas plantas e animais. Plantas e animais que apresentassem as melhores características era incentivada a reprodução para que as suas melhores características fossem repassadas pela hereditariedade. Já os que apresentassem algum tipo de fraqueza, doenças ou problemas de desenvolvimento eram retirados do circuito de reprodução para que seus problemas e fraquezas não fossem repassados para outras gerações.

Dentro desse debate eugenista, que começou na Inglaterra e depois foi levado para outras partes do mundo, há um debate do que seria considerada as melhores características dos seres humanos, quais deveriam ser incentivadas a serem repassadas pela hereditariedade e quais deveriam ser evitadas. Discursão essa que embasava ideologicamente discursos racistas e segregacionistas que propunha uma higienização racial. Dentro dessa hierarquia de boas características, a pirâmide social construída colocava os brancos no topo, os amarelos no meio e os negros na base. As pessoas brancas eram consideradas com características mais completas e capazes de fazer com que a sociedade desenvolvesse da forma mais positiva possível. As pessoas amarelas seriam voltadas para as questões materiais e com boas capacidades comerciais, mas não possuíam imaginação e um intelecto tão bom para outras áreas. As pessoas negras eram consideradas as mais desqualificadas, indolentes, preguiçosas, degenerada, imorais e propícias aos vícios e por isso eram postas quase como animais.

No século XIX, surgiu também o higienismo em que foi voltada uma atenção especial para os espaços das cidades e seus hábitos. Esses eram considerados como fatores que afetavam a saúde e a moralidade dos habitantes. E, a partir dessas ideias, diversas ações passaram a ser realizadas para mudar os quadros epidêmicos, a infraestrutura e o comportamento das pessoas. Assim, grandes obras foram feitas para cuidar da salubridade, do saneamento básico, para remover habitações consideradas como inadequadas (como alguns tipos de habitações coletivas), para abrir vias e melhorar a circulação do ar nas cidades. Outra parte importante do higienismo foi a imposição dos valores e costumes burgueses, principalmente nos grandes centros urbanos, e da exclusão dos mais pobres das áreas centrais da cidade⁴⁶.

Dentro desse contexto histórico em que teorias racistas eram consolidadas e que medidas excludentes eram tomadas, as charges e caricaturas, ainda que

⁴⁶ Sobre esse debate, ver: Chalhoub (1996), Mattos (2004), Mattos (2008), Abreu (2003), Sevcenko (1984).

sem interesse ou pretensão de fazer isso, conseguiram registrar práticas, questões e pensamentos relacionadas a este momento. Todavia, segundo Marissa Gorberg (2022), as produções humorísticas eram feitas por pessoas brancas e tinham como público alvo pessoas brancas, por este motivo, as formas satíricas que as pessoas negras eram representadas eram normalizadas. Segundo Marcolino G. Oliveira Neto (2015), o humor e as representações feitos nesses espaços eram inseridos em um local que ditava o que deveria ser considerado normal e anormal para privilegiar e reforçar as ideias de uma superioridade branca e realizar uma subalternização dos negros. E era uma forma de colocar os brancos como o padrão de normalidade do que era ser um ser humano e negar a plena existência dos negros.

Por isso, para Oliveira Neto (2015), o papel do humor, dentro desse contexto histórico, também era criar uma dicotomia entre a exaltação do homem branco e a negação do homem negro. No qual, o branco era colocado como alguém moderno, urbano, que ama o progresso, a tecnologia, e que era capaz de romper com o passado enquanto o negro era colocado como rural, passadista, apegado as tradições arcaicas e ignorante. Assim, o padrão considerado adequado era o padrão heteronormativo, branco e masculino e por isso era ele que era utilizado na hora de escolher os padrões e os critérios para representar as pessoas negras. Além disso, colabora para que muitas vezes as relações de dominação e a visão escravagistas eram disfarçadas com discursos higienistas que buscam falar de características físicas, sociais e culturais de pessoas negras e elas eram apontadas como anti-higiênicas, inadequadas e fora dos padrões aceitáveis, ou seja, o padrão branco.

Segundo Gorberg (2022), na Inglaterra, durante o século XVII, durante algumas representações teatrais pessoas brancas começaram a se fantasiar de pessoas negras e a usar adereços, roupas e produtos para pintar a pele. Durante esses espetáculos, os comportamentos, as roupas, as falas e as escolhas desses personagens buscavam naturalizar que pessoas negras agiam de forma vexatória e exagerada, além de terem péssimos hábitos e não serem confiáveis. Segundo Douglas Rodrigues e Janaina Santos (2021), nos Estados Unidos, no século XIX, uma antiga cantiga afro-estadunidense conhecida como *Jim Crow*, inspirou a forma como as leis de segregação ficaram conhecidas e as performances teatrais dos *minstrels* iniciadas pelo ator Thomas D. Rice. Essa cantiga que era uma expressão cultural afro-estadunidense foi apropriada pelas

peessoas brancas dos Estados Unidos e se tornou uma forma de caçoar e ridicularizar as pessoas negras.

Os homens brancos passaram a se apresentarem em shows de menestréis com práticas teatrais em que atores brancos coloriam suas peles com verniz para sapatos, tinta para graxa ou carvão de cortiça, para representarem personagens negros de forma vexatória e exagerada, além de preguiçosos, alcoólatras e analfabetos, estimulando o humor e a zombaria àqueles, uma vez que essas caricaturas adentravam ao imaginário americano, reforçando estereótipos (Rodrigues; Santos, 2021, p.143).

Essas peças ficaram conhecidas como *Ministrel Show*. Inicialmente foram breves apresentações durante o intervalo de um ato para o outro e depois se tornam espetáculos completos com dança, música, anedotas e etc. Essa característica de vestimenta e maquiagem dos atores ficaram conhecidas como *blackface* e através das práticas vexatórias eram expostas formas de dominação e segregação presentes naquela sociedade, em que pessoas brancas eram sempre apresentadas de forma superior a pessoas negras. Rodrigues e Santos (2021) apontam que a prática do *blackface* não foi uma forma de produzir um humor inocente e sim um instrumento racista que contribuiu para a disseminação do racismo na sociedade. E, segundo Marissa Gorberg (2022), essa prática influenciou várias partes do mundo, como: Brasil, França, Inglaterra e Alemanha.



Figura 8 - Blackface⁴⁷

O blackface, através de algumas características estéticas, produziu uma forma de representação social estereotipada das pessoas negras e de algumas características culturais afrodescendentes. E essas formas de representações não se restringiram apenas a questão teatral. Dentro das caricaturas, das charges e dos quadrinhos, elas também foram feitas e com uma função muito semelhante as das interpretações teatrais. É possível observar que na maior parte das vezes os traços relacionados aos corpos das pessoas negras seguem alguns padrões, como: olhos arregalados e grandes, lábios exageradamente grossos, poses e feições animais (muitas vezes simiescas), características que dentro dos padrões eurocêtricos são consideradas feias e, em alguns casos, luvas brancas.

Segundo Gorberg (2022), uma outra característica importante que deve ser ressaltada em relação ao blackface é sobre a moralidade. Há uma sensualização e uma imoralidade fortemente relacionada as pessoas negras dentro dessas representações, mas em especial aos corpos das mulheres negras. Os corpos femininos semidesnudos e com curvas ressaltadas (sobretudo das nádegas), ora eram apresentados como objeto de desejo, ora como algo repulsivo. Esses

⁴⁷ Fontes usadas: Fonte 49, Fonte 110, Fonte 112, Fonte 114, Fonte 115, Fonte 116, Fonte 118, Fonte 138, Fonte 141.

traços acentuados eram carregados por um mito científico que vinculava proporcionalmente o tamanho das nádegas ao apetite sexual. E, assim como os corpos masculinos, os corpos possuíam traços animalizados, grotescos e risíveis.

Quando os traços das pessoas negras eram associados aos traços simiescos, reforçavam ideias de ausência de inteligência e questionamento sobre ser totalmente humano. Quando os traços eram permeados por feições mais alegres e contentes, mesmo em situações caóticas, ele na verdade levava para o debate que as pessoas negras teriam características infantis, e por isso mais uma vez eram colocadas como inferiores. E, além disso, nesses mesmos traços eram questionadas se deveriam receber a cidadania de forma plena, já que teriam uma natureza que os desqualificavam e os tornavam inaptos para tal exercício.

É importante destacar-se que, independentemente da ascendência dos caricaturistas, era traço comum a associação a noções de selvageria, licenciosidade, infantilidade e inferioridade em arquétipos negativos definidos pelo blackface. (Rodrigues; Santos, 2021, p. 88).

Segundo Rodrigues e Santos (2021), esses estereótipos do blackface possuem uma função de naturalizar e fixar a concepção do que deveria ser aceitável e o padrão, de enfatizar que o que fosse considerado fora desses padrões deveria ser reduzido. Esse tipo de representação reforçava obviamente uma ordem social e simbólica. Assim, vários elementos passam a serem inseridos para complementar as características fenotípicas e os aspectos morais, como as roupas e as formas de comunicação. As roupas, como Norbert Elias (2011) aponta, é um diferencial dentro do processo civilizatório e uma forma de marcar os grupos. Por isso, quase sempre, as roupas das pessoas negras representam pobreza, ruralidade, grupos considerados perigosos (como os malandros), e etc. A comunicação das pessoas negras era feitas de forma muito primária para demonstrar o quão inferior eram em relação a das pessoas negras. Além disso, com os erros gramaticais, os problemas de concordância e de coerência, e com discursos mal formulados era uma forma vexatória de pontuar suas habilidades intelectuais e o seu preparo para receber uma cidadania plena.

Dizer que o racismo recreativo é um tipo de política cultural significa reconhecer seu caráter discursivo, implica a necessidade de examinarmos os processos responsáveis pela produção das representações derogatórias sobre minorias raciais. [...] Portanto, pode-se concluir que o blackface enquanto “racismo recreativo almeja preservar um sistema de representações culturais que legitima a

dominação branca por meio da desqualificação sistemática de minorias raciais [...]. Nesse sentido, o racismo recreativo não só operou para a cristalização de estereótipos como para o “discurso de ódio corrente que torna o sofrimento de negros algo intensamente desejado para alguns e inteiramente indiferente para muitos (Moreira, 2019, p. 98, 151, 171).

Ainda segundo Adilson Moreira (2019), quando o humor é utilizado como uma forma de praticar o racismo e por ser jocoso não é questionado e facilmente propagado na sociedade pode ser chamado de racismo recreativo. “O racismo recreativo [...] visa problematizar o racismo através das manifestações que se valem do humor para disseminar estigmas e preconceitos raciais sobre a população afrodescendente” (Cardão, 2020, p. 134). Esses espaços de recreação são utilizados para realizar práticas e discursos racistas e esse racismo passa a ser visto de forma positiva, já que foi apenas “uma brincadeira”. É posto que já que ocorreu dentro do humor não há problemas em realizar tal prática. Todavia, é importante ressaltar que esses estigmas raciais só conseguem atingir um nível cômico, porquê é feito e apresentado para um público racista que enxerga os negros como subalternos, brutos, animais e inferiores.

O blackface só reforçou o pensamento racista e supremacista que já existiam na sociedade. Ele surgiu dentro de uma sociedade que criou hierarquias raciais e normalizou a discriminação e o desprezo por alguns grupos étnicos através do humor. Dentro dessa dinâmica racista, o humor é uma forma de manter práticas e ideias racistas e de as fazer circular livremente pela sociedade como algo positivo e inocente. Porém, o que circula na verdade é a expressão de formas de dominação existentes na sociedade, que afeta vários âmbitos da vida desses grupos étnicos. Assim, tais grupos sofrem com o racismo com a circulação de imagens que reforçam ideias de inferioridade e normalizam tais representações. Esses discursos opressores, ditos como ingênuos, criam problemas a nível social e pessoal para essas pessoas atacadas por tais falas e expressões ditas como jocosas, ou seja, reforçam o preconceito e a discriminação e naturaliza a perpetuação da desigualdade racial.

Segundo Marcos Cardão (2020), pelo humor ter uma característica transgressora e irreverente, no qual a prática humorística mesmo quando feri alguma minoria marginalizadas e / ou quando utiliza alguns estereótipos racistas que inferiorize e ofenda um grupo é vista de modo positivo, isenta de críticas e apenas como um produto de entretenimento. E, quando acontece em algum momento de ser apontado que o humorista passou dos limites de tolerável e que

tal prática foi racista, muitos se voltam contra a crítica e apoiam o ato racista por afirmarem que na verdade o que a crítica pretende é um tipo de censura que visa limitar a liberdade de expressão do humorista. Há uma afirmação de que em alguns espaços as práticas e os discursos racistas não são tolerados, mas que dentro do humor não existem restrições e uma ética bem delimitada. Além disso, o autor afirma que os valores e as normas racistas que passam a ser reforçados a cada expressão de humor racista colabora com a perpetuação de formas de dominação e subalternização existentes desde o período colonial que tinha um pensamento que hierarquizava pessoas por uma perspectiva étnica e eurocêntrica.

Essas formas de representações contribuem para reforçar os estereótipos e até mesmo implicar no processo da formação da identidade das pessoas negras, que por tantas vezes são colocadas nessa posição de inferioridade ao ponto de levar a muitas a não gostarem do seu fenótipo, da sua origem e a terem dificuldade de se permitirem a frequentar determinados espaços. Essas pessoas muitas vezes são ensinadas a se perceber a partir da percepção do outro, e um outro que as percebem como um problema, como algo inferior. Essa estrutura de inferiorização e menosprezo gera uma dificuldade de construção da subjetividade da pessoa negra, menosprezada e disseminada cada vez mais pelo racismo recreativo.

3.1. O “ideá” é apenas “sabê” se comunicar?

Para compreender um pouco mais sobre as formas de representações dos moradores dos morros, nesse subcapítulo não foram utilizados o conjunto de 149 fontes utilizadas por esse trabalho, mas apenas as 67 fontes em que aparecem os moradores dos morros – sejam eles como personagens principais ou como figurantes. E, dentre essas fontes, 44 apresentam ao menos um morador que participa do diálogo proposto. Também é possível notar que, dentre as fontes com diálogos, em 22 delas há algum tipo de fala que expressa alguns tipos de características, como: pouca instrução, ruralidade, gírias e metáforas.

Tabela 5 - Palavras escritas propositalmente de forma incorreta

Ácabe = acabem	Dotô = doutor	Mudá = mudar	Quizere = quiser
Adonde = aonde	Doutô = doutor	Mudemos = mudaremos	Repubrica = República
Afiná = afinal	Eleitô = eleitor	Muié = mulher	As = senhora
Antão = então	Faltare = faltar	Negoço = negocio	Sabê = saber
Aquerdito = acredito	Farta = falta	Óio = olhos	Seu = Senhor
Botá = botar	Fios = filhos	Otomoves = automóveis	Sinhô = senhor
Botá = botar	Fó = for	Palaço = palácio	Tá = está
Carnavá = carnaval	Fôro = foram	Papé = papel	Tambain = também
Comê = comer	Ideá = ideal	Pinião = opinião	Tardare = tardar
Comprò = comprou	Inleições = eleições	Porguersos = progressos	Tê = ter
Despois = depois	Logá = lugar	Princez = príncipe	Títlo = título
Di = de	Mardito = maldito	Pru = por	Vae = vamos
Diffice = difícil	Memo = mesmo	Pruquê = porquê	Vancê = você
Doitori = doutor	Morá = morar	Quá = qual	Zaminá = examinar

Fonte: Autoria própria (2023).

Como pode ser observado na tabela 2, muitas das palavras caracterizam formas de se falar muitas vezes utilizadas para se referir a pessoas que moram no campo. E elas trazem justamente essa ideia que horas é passada de que os morros eram algo muito semelhante a uma vida rural. Contudo, é importante ressaltar que esses atributos não são associados aquelas ideias de na vida rural as pessoas serem mais ingênuas e boas. Mas é associado a ideia de uma ruralização como algo oposto ao moderno que pretendiam que predominassem nas cidades, e de forma mais significativa ainda na capital federal. Outro elemento que é possível notar nas palavras é a forma que muitas palavras são escritas de forma errada para demarcar a falta de escolaridade e de instrução dos moradores do morro. O que, principalmente para as figuras masculinas, reforça a ideia de incivilidade, já que é um homem que não está com as roupas e a aparência adequada, que não tem escolaridade e não possui empregos considerados relevantes para a sociedade burguesa daquele período.

Além das palavras, há nas fontes algumas expressões e gírias que necessitam de compreensão para melhor descrever os diálogos presentes nas fontes. Algumas delas podem ter significados semelhantes, por isso, essas 14 palavras ou expressões foram divididas em 6 grupos. O primeiro é sobre algum tipo de figura compreendida como liderança masculina, representado pelas palavras “bam-bam-bam” e “yoyo”. Bam-bam-bam era uma referência utilizada para um chefe de um local e / ou de um grupo, e no caso da Fonte 123 (O Malho, 11 dez. 1926) essa figura é atribuída ao prefeito da cidade do Rio de

Janeiro daquela época, Prado Junior e na Fonte 129 (O Malho, 30 jul. 1927) a um possível chefe local do morro da Favela. Yoyo é uma palavra de herança colonial utilizada por pessoas escravizadas para se referir ou se comunicar com o senhor. Ela aparece na Fonte 35 (O Malho, 10 fev. 1917) para se referir a um inspetor das águas que havia comunicado que possivelmente faltaria água na cidade.

O segundo grupo é relacionado há algum tipo de confusão, representado pelas palavras “calafetaro”, “lufa-lufa”, “sururús” e “turubamba”. Calafetar é um verbo relacionado a vedar, tampar a passagem de algo dentro da norma culta da língua portuguesa. Porém, na Fonte 148 (O Careta, 28 set. 1929), esse verbo ganha um sentido de agressão física, em um momento que uma moradora de um morro reclama que no momento em que uns policiais estiveram em sua casa a trataram com truculência “Ah, seu Barbino, que lufa-lufa! Seus companheiros fôro lá em casa na terça-feira; me reviraro a casa, me expurgaro e até me calafetaro!”. Nessa mesma fonte aparece a expressão lufa-lufa, que traz um sentido de confusão, agitação e desorganização.

Na Fonte 122 (O Malho, 25 set. 1926) encontramos a expressão sururús em meio a um conflito entre médicos em relação a sífilis: “A syphilis é a causa de todas as moléstias! E’ a causa até de ‘sururús!’”. Ela tem exatamente o sentido de brigas, confusões e tumultos, como é representado na fonte. Já na Fonte 1 (O Malho, 03 dez. 1904), em meio a um diálogo entre um policial e um morador da favela, no qual o segundo é acusado de ter participado da Revolta da Vacina, é possível encontrar a palavra turubamba no diálogo, que também traz o sentido de confusão, briga e desordem. O morador afirma: “Tenho horror ao trabalho e esse turubamba foi um trabalho pesado”. E ele se refere nesse momento em como os moradores do morro da Favella se empenharam nos conflitos que ocorreram durante a revolta.

O terceiro grupo tem a ver com características pejorativas atribuídas a alguém ou a algum lugar, com as palavras “bungalatas” e “acanalhar”. Na Fonte 123 (O Malho, 11 dez. 1926), os bungalatas são alguns moradores do morro da Favela, considerados os charlatões, que o prefeito Prado Júnior irá enfrentar. Já a expressão acanalhar é encontrada na Fonte 129 (O Malho, 30 jul. 1927) entre um diálogo entre o presidente Washington Luís e um chefe local do morro da Favella, no qual o presidente faz algumas propostas ao “bam-bam-bam” do local e ele considera que elas irão acanalhar o morro. Essa palavra é um verbo que carrega o sentido de tornar algo canalha e também de tornar algo desmoralizado

e covarde. Já o quarto grupo é relacionado a características físicas atribuídas a alguém e consideradas como pejorativas, com as palavras “beijo” e “gaforinha”. Beijo, que aparece na Fonte 7 (O Malho, 09 fev. 1907), é uma forma pejorativa de se falar sobre lábios. Porque normalmente é associado a lábios mais grossos, como o da maioria das pessoas negras, e visto como algo fora do padrão de beleza tomado como o aceitável. Já gaforinha, que aparece na Fonte 119 (O Malho, 29 maio 1926), é uma forma pejorativa de se falar de cabelos crespos que ficam arrepiados. O que novamente retoma uma questão de padrão de beleza que coloca o cabelo crespo como inadequado.

O quinto grupo está associado a uma noção de local, através das palavras “tóca” e “jacá”. “Tóca” (que na atualização gramatical da língua portuguesa é uma palavra escrita sem o acento agudo na vogal o) é uma palavra comumente utilizada para falar sobre abrigo de animais, contudo, na Fonte 1 (O Malho, 03 dez. 1904), tem o sentido de casa, para dizer que o morador do morro da Favela se escondeu dentro de casa enquanto acontecia a Revolta da Vacina. Já a palavra jacá é um tipo de cesto, feito de bambu e sisal, também conhecido como balaio em algumas regiões do país, e que era utilizado para transportar coisas (principalmente em animais de carga). Na Fonte 5 (O Malho, 09 dez. 1905), enquanto dois moradores de um morro conversam sobre a promessa não cumprida de construção de casas operárias para trabalhadores, eles discutem sobre os governantes não colocarem essa promessa como prioridade porque possuem casas confortáveis enquanto eles sofrem com habitações precárias. E ao tentar expressar o que sentia ao chegar em casa, um dos homens diz que se sente como “gallinha em jacá”. Ou seja, preso em um espaço pequeno e desconfortável.

O sexto e último grupo é formado por duas expressões utilizadas pela população: “O’xente” e “Vá à fava”. Oxente é uma expressão muito utilizada, em especial no nordeste do Brasil, que representa algum tipo de surpresa, susto, admiração, espanto ou estranheza. Na Fonte 84 (O Careta, 10 dez. 1921) ela representa a surpresa de uma moradora do Morro do Castelo ao saber que para realizarem uma obra no pátio de uma igreja iriam tirar as pedras do morro “O’xente! Antão lá em baixo não há pedra? Precisa vir buscar cá em cima?”. Já “Vá à fava” indica que quem falou está insatisfeito com algo que alguém fez ou falou e por isso quer que a pessoa saia de perto, fique distante e deixe de aborrecer. Na Fonte 11 (O Malho, 04 maio 1907), um casal comenta sobre uma medida higienista que determinava que os moradores do morro da Favella teriam

21 dias para deixarem o morro. A moradora, por considerar um tempo insuficiente, diz: “Vá à fava, ella! Pois antão vinte dias é tempo que chegue pr’a gente encontra casa?!”.

Outro elemento que há uma necessidade especial de atenção presente nesses diálogos são algumas metáforas que compõem em especial as Fonte 108 (D. Quixote, 28 nov. 1923), Fonte 123 (O Malho, 11 dez. 1926) e Fonte 140 (O Careta, 06 out. 1928). A Fonte 108, produzida em um período que muito se falava sobre alguns cruzadores (um tipo de navio), já que um cruzador argentino e um uruguaio haviam ancorado no Rio de Janeiro para as festividades de 15 novembro de 1923, que a marinha britânica anunciava uma viagem pelo mundo que seria iniciada por um de seus navios, e que a marinha dos Estados Unidos anunciava a venda de alguns cruzadores. Então há um título “Entre cruzadores” que traz um pouco dessa força militar para se referir a homens que possivelmente participavam de um poder paralelo presente no morro do Vintém. Porém, é possível observar que a fonte também está relacionada a metáforas que utilizam a questão monetária para produzir um significado. Durante esse período, a moeda oficial do país era o réis (o real antigo) e entre as moedas que circularam dentro dessa unidade monetária estavam o vintém, o cruzado e a pataca. E, ao falar desse morro, que recebeu o nome de uma moeda dessas moedas, é feito um jogo de palavras para comentar sobre o morro e sobre os homens. “Conheces? São dois cruzados do Morro do Vintem, um delles é meio pataca..”. Entre as moedas, o vintém era a que possuía o menor valor (20 réis). Assim, o nome do morro já o desqualificava como o de menor valor entre as moedas e notas. E ao chamar um dos homens de meia pataca, não se tinha a intenção de dizer que ele valia mais (já que a pataca valia 320 réis), mas ao dizer que algo valia meia pataca era o mesmo que dizer que algo ou alguém era sem valor e sem importância. Então é atribuído um valor maior para esses homens pelo possível papel social que exerciam no morro (já que o cruzado valia entre 400 e 480 réis aproximadamente), mas ao mesmo tempo há uma desqualificação ao colocar a expressão “meio pataca”.

A Fonte 123 carrega um detalhe cheio de significados. Ao observar o grande martelo carregado pelo prefeito Prado Junior, é possível notar que está escrito em latim “In hoc signo vincēs”, que significa “com este sinal vencerá”. Essa não foi uma escolha aleatória para demonstrar uma erudição de J. Carlos (autor da charge). Segundo Jefferson Ramalho (2015), essa frase é relacionada a história do imperador romano Constantino que, segundo o historiador Eusébio

de Cesareia, teria olhado para o céu e visto uma cruz luminosa com essa frase antes de entrar e vencer uma batalha. Prado Júnior é colocado como alguém que também travaria uma grande batalha contra alguns inimigos, mas que seria vitorioso. Todavia, ao invés da cruz, há um martelo que seria utilizado para desmontar e destruir todas as habitações consideradas precárias e inadequadas que existiam no morro da Favela.

A Fonte 140, ao ser observada rapidamente, aparenta apenas que um morador do morro do Pinto observa e estuda o espaço que habita. O que até gera um estranhamento em uma outra moradora. Contudo, ao responder “Estou estudando a remodelação do Morro do Pinto agachado...” há um trocadilho com as palavras para se falar sobre o plano de remodelação da cidade que era projetado naquele período pelo arquiteto francês Alfred Agache⁴⁸. Chico, o morador representado na fonte, utiliza um teodolito (instrumento utilizado para medir ângulos horizontais e verticais) para analisar a topografia da região. E esse agachado não é uma referência apenas a posição que o homem se encontra ao manusear o teodolito, mas também é uma brincadeira com o nome de Agache.

3.2. Malandros, brutos e viciados

Algumas das formas que os moradores dos morros, em especial os homens, foram representados os apontam como pessoas difíceis que eram possíveis malandros, brutos e viciados. Por isso, eram pessoas perigosas que tornavam a vida ao entorno desses morros mais difíceis. E, que as autoridades deveriam dar mais atenção a tais figuras. Em um samba de Ismael Silva, de 1931, chamado de *O que será de mim*, é contado um pouco sobre como essas figuras, em especial a do malandro era pensada. Nesse samba é descrita essa figura que tem aversão ao trabalho e prefere um tipo de vida que se apoia em outras pessoas e tirar vantagens delas para viver.

⁴⁸ Foi um arquiteto francês que esteve no Brasil em 1927, por convite de Prado Jr. (que era prefeito da cidade do Rio de Janeiro), para fazer um plano urbanístico para a cidade – no qual foi elaborado entre os anos de 1928 – 1930. Ele foi o primeiro plano direto da cidade e ficou conhecido como Plano Agache.

Se eu precisar algum dia
De ir para o batente
Não sei o que será
Pois vivo na malandragem
E vida melhor não há [...]
O trabalho não é bom
Ninguém pode duvidar
Oi, trabalhar só obrigado
Por gosto ninguém vai lá.

O malandro normalmente é caracterizado nas imagens pelo seu chapéu, a blusa listrada, o sapato branco de bico afinado. Tipifica a figura do ocioso, aproveitador e persuasivo. Que no máximo de trabalho que aceita é dos com ações consideradas inadequadas ou criminosas. O viciado é caracterizado principalmente por aqueles que possuem vícios relacionados ao álcool, a furtos e a moralidade. Era considerado um ser degenerado que estava bem distante dos padrões modernos de comportamento. Os brutos eram associados aos conflitos, brigas, revoltas e algum outro tipo de agressividade, como os dois exemplos que tratam sobre violências doméstica⁴⁹. Apesar de aqui essas características terem sido divididas, nas fontes elas se misturam e alguns personagens podem ter apenas uma dessas características como pode ter todas elas.

⁴⁹ Essas fontes que abordam a questão da violência doméstica no subcapítulo 2.1. As revistas como manuais de comportamento feminino.

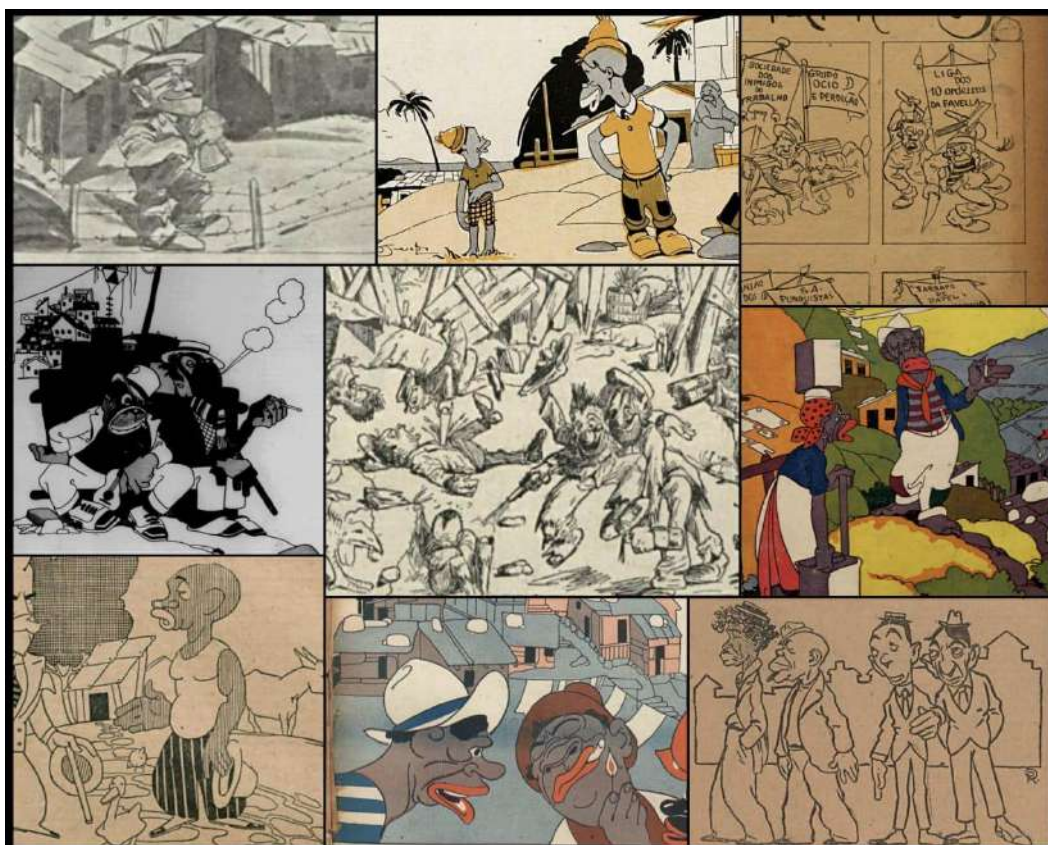


Figura 9 - Malandros, brutos e viciados⁵⁰

Essas são as figuras que representam grandes problemas dentro dos morros por estarem mais distantes do que se esperava da maior parte da população. Como pode ser visto na Fonte 12 (O Malho, 08 jun. 1907), eram vistos como “parasitas” que faziam a cabeça da polícia coçar devido aos constantes problemas que arrumavam e crimes que cometiam. Por isso, nessa mesma fonte a proposta de Oswaldo Cruz é remover todos os moradores do morro da Favela para que esse foco de parasitas seja desfeito. Ele não foi a única autoridade a realizar tal proposta. Prado Junior, na Fonte 123 (O Malho, 11 dez. 1926), foi apresentado como o que iria acabar com todos esses malandros, charlatões e criminosos que habitavam no morro da Favela. Já na Fonte 119 (O Malho, 29 maio 1926), o mencionado italiano futurista Marinetti é apresentado como o que será capaz de levar uma solução para acabar com o problema gerado pelo morro da Favela e levar o futurismo (e toda a noção de progresso que ele carregava) por toda a região central da cidade.

Em alguns casos, essas pessoas eram apontadas como aquelas que impediam que houvesse melhoria na vida dos próprios moradores dos morros,

⁵⁰ Fontes utilizadas: Fonte 28, Fonte 34, Fonte 38, Fonte 49, Fonte 108, Fonte 118, Fonte 119, Fonte 129, Fonte 139.

como pode ser visto na Fonte 129 (O Malho, 30 jul. 1927). Washington Luís demonstra interesse em realizar melhorias no morro da Favela e vai conversar diretamente com o um dos homens que exerce uma forma de poder paralelo naquela região e esse homem se nega a atender ao pedido do presidente. Inclusive, considera a ideia de melhorias e a participação de algum representante do morro no Conselho Municipal um insulto ao morro. Essas figuras de autoridades locais dentro dos morros tomavam conta de vários aspectos do cotidiano e muitas das coisas precisavam de suas autorizações. A fama desse grupo era espalhada pela cidade, por isso que na Fonte 97 (Fon Fon, 05 ago. 1922) o menino fala com tanta naturalidade sobre os canalhas que lá habitam e a menina da Fonte 101 (D. Quixote, 18 abr. 1923) tem medo de se aproximar deles.

Por serem considerados preguiçosos, como o homem da Fonte 1 (O Malho, 03 dez. 1904), também é considerado que tinham grande ociosidade e tempo disponível para essas práticas violentas, como pode ser visto na Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912) que são vistos como bêbados que atiram em outra pessoa por diversão, brigões e que encerram os seus conflitos com uma facada no rival. Na Fonte 139 (Para Todos, 28 abr. 1928), dois homens são apontados como pessoas preguiçosas e avessas ao trabalho. São associados a vadiagem pelos seus instrumentos musicais, a flauta e o violão, usam roupas de malandros e possivelmente tocam em algum baile dançante. Já que além dos instrumentos, um deles afirma ser presidente de um desses clubes⁵¹.

Como foi visto no subcapítulo 2.1.

As revistas como manuais de comportamento feminino, uma das formas que vai marcar essa questão da brutalidade dessa população está na forma como os homens tratam suas companheiras. Então a fama dessa brutalidade era muito corriqueira pela cidade, como pode ser observado na Fonte 100 (O Careta, 10 fev. 1923), no qual é mencionado que para uma mulher ter a experiência de se relacionar com um homem mais bruto não necessitaria ir à Paris, mas precisaria apenas ter um relacionamento com um homem que morasse no morro da Favela. Assim como é ressaltado em algumas fontes a violência doméstica, como apare nas Fonte 132 (O Careta, 10 set. 1927) e Fonte 147 (O Careta, 15 jun. 1929). Uma outra forma de apontar a questão da brutalidade tem a ver com a etiqueta, a vestimenta, o nível de escolaridade e a profissão, pontos esses,

⁵¹ Para mais informações sobre clubes e bailes dançantes no Rio de Janeiro durante a Primeira República ver Pereira (2020).

segundo Norbert Elias (2011) importantes pois são criados pelos grupos dominantes para diferenciarem dos outros grupos sociais.

A escola do malandro
 É fingir que sabe amar
 Sem elas perceberem
 Para não estrilar...
 Fingindo é que se leva vantagem
 Isso, sim, que é malandragem [...]
 Oi, enquanto existir o samba
 Não quero mais trabalhar [...]
 Tomo a grana da mulher, [...]
 Oi, a nega me deu dinheiro
 Pra comprar sapato branco,
 A venda estava perto, [...]
 (Silva, Ismael. *Escola de malandro*. 1933).

Outro samba de Ismael Silva, *Escola de Malandro*, também nos ajuda a compreender essa imagem do malandro que não gosta de trabalhar e se apoia em uma mulher para não ter que trabalhar e não realizar atividade alguma. Na Fonte 49 (O Careta, 28 ago. 1920), é possível observar que enquanto uma mulher se esforça para realizar as atividades diárias, nesse caso seria carregar as latas d'água para as necessidades básicas da casa, e que possivelmente era lavadeira (já que a fonte destaca algumas roupas no chão para serem quaradas enquanto outras já estão no varal para secar), o malandro está a fumar o seu cigarro, sem demonstrar preocupações. Além da sua roupa com características de malandro, é possível notar que o homem portava um punhal, que faz alusão aos delitos e problemas associados a esse grupo.

3.3.

Quem é o “tá”?

Entre as fontes é possível notar algumas figuras públicas que aparecem ao serem mencionadas ou retratadas através dos traços. Há figuras públicas ficcionais como o Lord D'Albernon e o Tio Sam e há figuras públicas reais que faziam ou que fizeram parte de cargos políticos do Brasil, ou que exerciam funções de destaque (como médico ou sanitarista), ou o estrangeiro Filippo Marinetti. Alguns deles circularam entre diversos cargos, mas o que foi levado em consideração era a função que a pessoa exercia quando foi representado em uma das fontes. Entre eles, apenas Paulo de Frontin foi representado enquanto ocupava diferentes funções ao longo dos anos. Na Fonte 27 (O Malho, 11 nov.

1911) ele era diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, na Fonte 41 (Para Todos, 26 abr. 1919) ele era prefeito da cidade do Rio de Janeiro, e na Fonte 125 (O Malho, 05 fev. 1927) ele era senador.

Tabela 6 - Figuras Públicas

Cargo	Nome	Quantas vezes foram representados por traços
Prefeito	Bento Ribeiro	1
	Carlos Sampaio	4
	Paulo de Frontin	1
	Prado Jr.	6
	Serdezelo Correia	1
	Sousa Aguiar	4
Presidente	Afonso Penna	1
	Epitácio Pessoa	1
	Nilo Peçanha	1
	Washington Luís	4
Senador	Arnolpho Azevedo	1
	Irineu Machado	1
	João Lyra	1
	Lauro Sodré	1
	Paulo de Frontin	1
	Rui Barbosa	1
Deputado Federal	Alaor Prata	1
	Júlio Prestes	1
	Manuel Pedro Villaboim	1
Ministro	Barão do Rio Branco	1
	Esmeraldino Bandina	1
	Pandiá Calógeras	1
Vice-Presidente	Melo Vianna	1
Governador	Alfredo Backer	1
Intendente Municipal	Monteiro Lopes	1
Outros	Filippo Marinetti	2
	Lopes Trovão	2
	Oswaldo Cruz	2

Fonte: Autoria própria (2023).

Entre as figuras públicas que mais apareceram nas fontes, os prefeitos foram o que apareceram com mais recorrência. Dos 13 prefeitos da cidade do Rio de Janeiro que ocuparam o cargo dentro do período da pesquisa, 6 deles foram representados em 17 fontes distintas. Entre eles, Prado Jr. foi o prefeito que ganhou maior destaque com um total de 6 representações. Ele, que ocupou

esse cargo entre novembro de 1926 até outubro de 1930, apareceu nas Fonte 123 (O Malho, 11 dez. 1926), Fonte 124 (O Careta, 25 dez. 1926), Fonte 126 (O Malho, 12 mar. 1927), Fonte 128 (O Malho, 23 jul. 1927), Fonte 131 (O Malho, 13 ago. 1927) e Fonte 143 (O Careta, 08 dez. 1928) foi posto como alguém que resolveria o problema das favelas e que removeria as pessoas que lá estavam daqueles morros. Com uma picareta contra os “bungalatas” e uma vassoura que varreria a Favella, deixou-se bem claro que a sua principal missão era “desinfetar o Rio”.

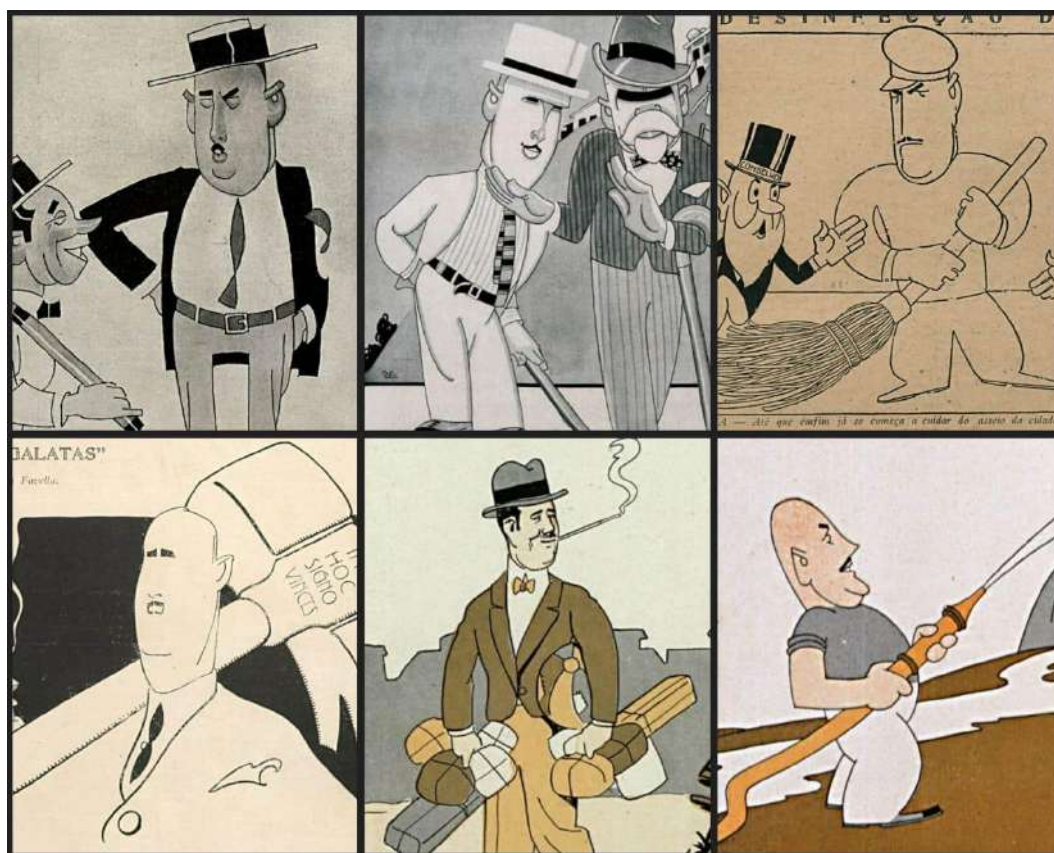


Figura 10 - Prefeito Prado Jr.⁵²

Além dele, há outros dois prefeitos que ganharam uma certa aparição. O primeiro foi Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, que governou entre novembro de 1906 e julho de 1909. Um dos principais motivos que o fez aparecer com certa recorrência nos traços e em alguns textos que compunham as fontes foram as transformações higienísticas propostas por Oswaldo Cruz, mas em especial a de remover os moradores do morro da Favella em 1907 – como pode ser observado nas Fonte 9 (O Malho, 06 abr. 1907), Fonte 14 (O Malho, 22 jun. 1907), Fonte 20 (O Malho, 09 jan. 1909) e Fonte 21 (O Malho, 09 jan. 1909). Já

⁵² Fontes utilizadas: Fonte 123, Fonte 124, Fonte 126, Fonte 128, Fonte 131, Fonte 143.

Carlos Sampaio, que governou entre junho de 1920 e novembro de 1922, ganhou maior destaque por participar dos preparativos das comemorações do Centenário de Independência, em 1922, e por participar do processo do desmanche do Morro do Castelo. Apareceu, entre as Fontes 48 (D. Quixote, 18 ago. 1920), Fonte 54 (Fon Fon, 28 ago. 1920), Fonte 81 (O Careta, 05 nov. 1921) e Fonte 98 (O Malho, 12 ago. 1922), como aquele que conseguiria resolver um problema que há muito tempo estava em pauta, o Castelo.



Figura 11 - Sousa Aguiar e Carlos Sampaio⁵³.

Os prefeitos Bento Ribeiro (governou entre novembro de 1910 e novembro de 1914) e Serdezelo Correia (governou entre julho de 1909 e novembro de 1910) não ganharam grandes destaques, assim como a maioria das figuras públicas que apareceram entre as fontes. O presidente Washington Luís (que governou entre novembro de 1926 e outubro de 1930) também recebeu certo destaque e apareceu por 4 vezes, entre as Fonte 128 (O Malho, 23 jul. 1927), Fonte 129 (O Malho, 30 jul. 1927), Fonte 130 (O Careta, 30 jul. 1927) e Fonte 134 (O Careta, 29 out. 1927), como uma figura que estava preocupada com o

⁵³ Fontes utilizadas: Fonte 9, Fonte 14, Fonte 20, Fonte 21, Fonte 48, Fonte 54, Fonte 81, Fonte 98.

que ocorria os morros da cidade e que não apenas esperava notícias do que lá se passava, mas também como uma figura que visitava e percorria os morros para identificar o que por eles se passava e como alguém que buscava uma solução para esse problema.

Oswaldo Cruz e Filippo Marinetti também apareceram principalmente pelas grandes movimentações que promoveram em relação ao morro da Favella. Oswaldo Cruz, em 1907, como médico sanitaria vii na remoção dos moradores da Favella, morro localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro, atrás da estação ferroviária Central do Brasil, uma boa forma intensificar a higienização da cidade. A medida por ela causou tal alvoroço que fez com que esse fosse o período de maior destaque da revista ilustrada *O Malho* sobre os morros. Apesar de aparecer apenas por duas vezes, nas Fontes 12 (*O Malho*, 08 jun 1907) e Fonte 21 (*O Malho*, 09 jan. 1909), as medidas que ele propunha e o alvoroço que ela causou apareceu em muitas outras. Já Marinetti, ao visitar o Brasil em 1926, apareceu nas fontes Fonte 119 (*O Malho*, 20 maio 1926) e Fonte 120 (*O Malho*, 05 jun. 1926), fez um passeio pelo Morro da Favella juntamente com uma comitiva. Por ser o representante do futurismo foi visto como aquele que traria ideias inovadoras que seriam ótimas para pôr fim de uma vez nas favelas. Mas chocou os jornais pelo certo fascínio que demonstrou em relação ao morro.



Figura 12 - Washington Luís, Marinetti e Oswaldo Cruz ⁵⁴

A presença dessas figuras entre as fontes demonstram a dimensão que a noção de favela começa a tomar dentro da sociedade carioca. Porque ainda que continue a ser a imprensa a falar sobre os morros, nessas fontes que através do humor não possuem a pretensão de alcançar o real, o real foi capturado e é indicado que a temática ganhou proporção e relevância. E também demonstram através de um imaginário sobre como essas figuras estariam lhe dando e entrando em contato com os morros, os seus moradores e todas as figuras problemáticas e o próprio problema que esses espaços eram compreendidos.

3.4. Alugam-se cômodos arejados

Segundo Lilian Vaz (1998), durante as reformas urbanas que ocorreram entre o fim do período imperial e a Primeira República a crise habitacional ganhou proporções cada vez maiores⁵⁵. Com a derrubada dos cortiços das áreas

⁵⁴ Fontes utilizadas: Fonte 12, Fonte 21, Fonte 81, Fonte 119, Fonte 120, Fonte 128, Fonte 129, Fonte 130.

⁵⁵ Como pode ser visto em Abreu (1986), Vaz (1998), Mattos (2008).

centrais da cidade, o problema da habitação popular só foi intensificado e boa parte dessas pessoas se realocaram em áreas suburbanas. Mas nem todos tiveram como ir residir em locais economicamente mais em conta e mais distantes e viram nos morros da cidade uma alternativa para permanecerem mais próximos das áreas centrais. Vaz (1998) aponta sobre ocupações nos morros relacionadas aos soldados que voltaram da Guerra do Paraguai, em 1870, assim como Licia Valladares (2000) aponta para a chegada de soldados da Guerra de Canudos.

Além dessas formas de ocupação, Rafael Gonçalves (2012) aponta para uma outra atividade que movimentou e gerou algumas formas de ocupação nos morros da cidade do Rio de Janeiro que foi o mercado de aluguel nas favelas cariocas. Segundo Gonçalves, muitos morros foram ocupados com a autorização de supostos donos dos terrenos que alugavam ou parte de seu terreno ou algum tipo de casebre que houvesse construído em tal localidade. É o caso, por exemplo, do Morro da Providência, que teria recebido moradores do cortiço Cabeça de Porco, cujos parte dos proprietários mantiveram suas atividades no morro. Apesar de estarem nas regiões centrais, as favelas se mantiveram o menos em um primeiro momento mais distantes da fiscalização higienista (Gonçalves, 2013).

A discursão sobre o processo de formação dos morros muitas vezes é associado apenas a ocupações ilegais feitas por pessoas miseráveis e marginalizadas e não é pensada também pelo mercado informal de alugueis. Gonçalves (2013) discorre não apenas sobre esse processo de ocupação por parte dos proprietários, mas afirma também que, em certos contextos, pagar aluguel poderia ser interessante para conferir um status legal de inquilino aos moradores. Compreende-se, assim, que relações que iniciavam o deslocamento de pessoas para esses espaços eram mais complexas e que em muitos momentos é possível perceber algum tipo de tolerância do governo em relação a esses tipos de habitações.

Em maio de 1924, o escritor Benjamim Costallat fez uma série de crônicas para o *Jornal do Brasil* que ficaram conhecidas como *Mistérios do Rio*. Entre tais crônicas, a “A favela que eu vi” cita em dado momento a questão dos alugueis:

Na Favela, não há divórcios, porque ninguém se casa. Não se fazem contratos. Não há inquilinos, nem senhorios. Não há despejos. Se o inquilino é mais forte do que o senhorio, o aluguel nunca é pago. Se o senhorio for mais valente, então, sim, a casa é paga, pontualmente, todos os começos do mês. É a lei do inquilinato da Favela! (Costallat, 1990, p. 37).

Gonçalves (2013) aponta que além da crônica de Benjamim Costallat ser uma possível fonte para pensar sobre essa prática, o Código de Obras de 1937 da cidade do Rio de Janeiro (Art. 349, § 7) indica que havia algum tipo de preocupação por parte das autoridades públicas, já que no mencionado artigo foi dada uma atenção para a questão dos alugueis.

§ 7º Quando a Prefeitura verificar que existe exploração de favela pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo, as multas serão aplicadas em dobro, observado o que prescreve o § 4º do artigo 348, no caso de ultrapassar, o montante da multa a ser aplicada, da importância de dois mil cruzeiros (Cr\$ 2.000,00).

Apesar do Código de Obras de 1937 ser temporalmente posterior ao recorte temporal realizado nessa pesquisa, ele é importante para se pensar como desdobramentos de situações que vinham sendo constituídas nas décadas anteriores. Entre as fontes utilizadas nesse trabalho também é possível localizar três charges que apontam para esse mercado informal de alugueis nas favelas. Na Fonte 10 (O Malho, 06 abr. 1907), durante um diálogo entre moradores do Morro da Favela, é possível notar que um deles questiona sobre a precariedade do casebre que vive e que mesmo assim precisa pagar aluguel: “Moro num barracão feito de caixas de batatas e pago oitenta mil réis por mez...”. Essa fonte, de 1907, retrata muito sobre o que Vaz (1998) e Gonçalves (2012) trabalham, por pensar sobre estruturas precárias semelhantes a cortiços construídas por supostos donos de terrenos, que se distanciavam dos olhos da fiscalização para continuar a arrecadar algum tipo de aluguel. Gonçalves (2012) afirma que em dado momento, essas pessoas que exploravam os moradores com esses tipos de alugueis ganharam o apelido de “faveleiros” por serem pessoas que produziam favelas e que muitas vezes nem nelas moravam.

A Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912), uma das mais ricas desse acervo, ao se tratar sobre imaginário sobre favelas no período da Primeira República, também trata sobre a questão dos alugueis nos morros. Ela, que retrata o morro da Favella, apresenta uma série de casebres em situações bem precárias. É possível ver em um desses casebres que ele tem um telhado furado, que suas paredes são compostas por tábuas bem espaçadas, que tem uma chaminé feita possivelmente de algum tipo de lata e que está prestes a desabar. Além disso, como se fosse em uma porta desse casebre, há um homem com uma expressão séria. O formato do nariz do homem e o tipo de bigode que compõem os traços utilizados para o fazer são os mesmos que muitas vezes são utilizados para

representar portugueses. Esse pedaço da charge indica possivelmente a representação de um português “faveleiro” que constrói habitações precárias no morro para arrecadar algum valor com os alugueis. E, de forma irônica, o casebre também possui uma placa com o seguinte texto: “Alugam-se commodos arejados”. Se a fiscalização higienista exigia espaços bem arejados, uma parede sem tábuas que a complete e um telhado com buracos poderiam arejar tranquilamente o espaço.



Figura 13 - Alugam-se commodos arejados (recorte da Fonte 28).

A Fonte 99 (D. Quixote, 30 ago. 1922), que também foi ricamente detalhada no subcapítulo 2.3.

O Rio por fora e por dentro...” traz a questão do aluguel e da precariedade dos espaços que eram alugados em alguns morros. Contudo, se na Fonte 10 (O Malho, 06 abr. 1907), o morador se queixa de uma casa feita de caixas de batata e na Fonte 28 (O Malho, 20 abr. 1912) o casebre apresentado é muito precário e quase desaba, na Fonte 99 (D. Quixote, 30 ago. 1922) apenas o terreno é alugado sem ao menos um casebre precário no morro da Viúva. O que retoma a ideia trabalhada inicialmente nesse subcapítulo de terrenos que eram procurados para locação.

3.5. A busca rotineira de um tesouro

Apesar das muitas reformas urbanas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX, o acesso à água potável permaneceu como um grande problema que necessitava ser resolvido. O Rio de Janeiro desde sua fundação teve esse como um grande dilema. Pra boa parte da população a obter era difícil e ao mesmo tempo, nos períodos das cheias dos rios, a cidade alagava. Ou seja, ou era algo dificultoso ou era algo catastrófico. Para a maioria dos que passaram a habitar nas colinas a busca por água era uma dificuldade diária que precisava ser vencida. Por isso, é possível notar que em muitas das fontes as latas d'água, no qual os moradores utilizavam para transportá-la até as suas casas, era algo muito comum. Em algumas das fontes elas aparecem, mas nem fazem parte da temática ou do diálogo. Contudo, está ali por se tornar um dos objetos mais comuns no cotidiano das favelas.



Figura 14 - Lata d'água⁵⁶

⁵⁶ Fontes utilizadas: Fonte 6, Fonte 19, Fonte 28, Fonte 30, Fonte 35, Fonte 49, Fonte 118, Fonte 147.

Para obter água, os moradores dos morros precisavam, na maioria dos casos, descer os morros com suas latas d'água e ir até a algum ponto da cidade mais próximo que tivesse alguma bica ou algum chafariz para que pudessem as encher e as levar para as suas casas. Só que uma lata d'água não supria a demanda de uma casa. Por isso, era muito comum que esses moradores realizassem essas atividades várias vezes ao dia. E que não apenas um membro da família ficasse responsável por tal atividade, mas sim era uma atividade que envolvia o máximo de membros possíveis. Como é possível observar na Fonte 19 (O Malho, 27 jul. 1907), no qual é feita uma crítica a estes moradores que circulavam pela cidade em busca de água. Nela há uma exaltação a formosura que a cidade do Rio de Janeiro, ao menos o centro da cidade, possuía. Todavia, há um desapontamento que afirma que a circulação das pessoas em busca de água colocava a cidade feia e com aspectos de miséria.

Essa fonte trata especificamente das pessoas que desciam o Morro de Santo Antônio e iam para o Largo da Carioca pegar água no chafariz. Parte do Largo dava para a Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, que havia sido aberta pelo prefeito Pereira Passos como um dos grandes símbolos da modernidade e beleza de suas obras e em uma área considerada o coração da cidade. Na fonte, essas pessoas são descritas como: “pretos curvados ao peso de latas”, “pendentes de um pedaço de pão” (famintos), “preta decotada” (mulher vulgar), “negrinha beijuda” (fenótipo negro considerado pelo artista como feio e inferior ao fenótipo caucasiano), “moleque peralta” (comportamento inadequado e com falta de educação), “rosário de calamidade” (ao pensar em um rosário como uma forma extensa de rezas realizada por católicos). Essas descrições presentes na fonte são encerradas com a afirmativa de que seria possível sumir com essas pessoas da paisagem da cidade se fosse dado água pra elas de alguma forma que não fosse necessário que elas se deslocassem até ali.



Figura 15 - Água⁵⁷

Segundo Rafael Gonçalves (2013), essa insatisfação de parte da população com a circulação dos moradores do morro de Santo Antônio era algo que era possível notar para além da questão da água. Através de um Projeto de Lei de 1899, nº 121, tentou-se proibir que fossem feitas novas construções e reformas nas habitações dos morros de Santo Antônio e do Castelo. Essa seria uma forma de evitar o aumento de habitações e fazer com que as que estivessem sido feitas não resistissem por tantos anos. Assim, gradativamente aquela população deveria deixar o local e não haveria novas pessoas. Nos jornais, a partir da década seguinte, já era possível localizar reportagens que afirmavam que os casebres que eram feitos no morro eram feios e que contribuíam com a crise sanitária por ser um epicentro de sujeira. Além disso, Gonçalves apresenta que a promulgação do Decreto nº 2.636, de 30 de setembro de 1914, é relacionada com o incomodo que os moradores do morro de Santo Antônio causavam ao descerem os morros em busca de água e uma tentativa de criar novos pontos para que esses fossem encher as suas latas d'água. Inclusive, ele utiliza um trecho das justificativas do conselheiro Leite Ribeiro para o projeto legislativo desse decreto, como pode ser visto abaixo,

⁵⁷ Fontes utilizadas: Fonte 6, Fonte 19, Fonte 35.

para melhorar a percepção sobre o tamanho incomodo que era vista a circulação dessas pessoas pelo centro da cidade em busca de água.

ahi estão, repito, presos ao nosso viver como os tentáculos do polvo ao corpo que lhe é presa, costumes anacrônicos, dignos de Benguela e Moçambique, não próprios de uma cidade civilizada e sim de uma aldeia, mas aldeia sem governo, de populacho sem cultura, de multidão semi-selvagem.

As infectas pocilgas dos morros de Santo Antônio, Favella, Babylônia e outros, talvez inferiores às cubatas dos cafres de Zululândia; a récula de indivíduos que, esfarrapada, mulambenta, semi-nua, a todas as horas do dia e da noite busca água, em velhas latas à cabeça, no chafariz da Carioca, situado este a poucos metros de distância da nossa principal artéria, bem defronte do maior dos nossos hotéis, onde pousa grande número dos forasteiros que visitam esta cidade; as velhas pretas esqueléticas, do typo exposto bem no primeiro plano de um estapafúrdio quadro preso nas paredes dessa sala - triste herança do tráfico de carne humana com que nossos antepassados enlamearam a história dos nossos primeiros dias. (Gonçalves, 2013, p. 72).

Essa justificativa utiliza ideias muito semelhantes às da Fonte 19. É possível notar uma inferiorização dos costumes e práticas relacionados às pessoas negras e que o conselheiro faz um apontamento relacionado a um ponto étnico. Então é posto a continuidade da circulação de corpos negros pela cidade que remetia ao passado escravocrata e era distante do padrão moderno e da beleza almejada para a capital. A pobreza e as roupas são criticadas e a mulher negra mais uma vez é apresentada como um ser vulgar que desnudo ofende os padrões morais necessários às mulheres. E quão indesejado era ver aquela cena rotineiramente.

A água não era apenas um problema relacionado a circulação de pessoas, os morros muitas vezes também eram acusados de colaborarem significativamente com as inundações que a cidade sofria. Entre eles apareciam alguns morros, como Favella e Castelo, mas o que aparecia de forma mais recorrente era o de Santo Antônio. Entre março e abril apareciam reclamações nas fontes sobre os estragos que eram feitos devido a quantidade de água e de barro que desciam dele e deixavam a cidade caótica.



Figura 16 - Alagamento⁵⁸

As fortes críticas as formas de habitação que tinham no morro de Santo Antônio, as insatisfações com a população que lá residia e os problemas gerados pela chuva na cidade foram pontos que reforçaram ideias de arrasamento do morro. Ao contrário do Castelo, ele conseguiu sobreviver a Primeira República, mas os seus dias não foram muito longos. Na década de 1950, boa parte dele foi removida e obrigatoriamente aquela população foi removida daquela região central.

Gonçalves (2013), ao analisar os estudos feitos por Maurício de Almeida Abreu, afirma que na segunda década do século XX a palavra favela é consolidada como um espaço de contraste com os demais espaços da cidade. Mas que antes, em algumas notícias, já era possível encontrar em alguns momentos a palavra favela utilizada tanto para se referir ao morro da Providência quanto aos morros da cidade de um modo mais generalizado. Esses espaços foram construídos não apenas fisicamente, mas também no imaginário coletivo. Pensar em quem eram essas pessoas, quais eram as suas principais características e comportamentos, quais problemas elas poderiam gerar à cidade, e sobre como principalmente as autoridades lidavam com isso e

⁵⁸ Fontes utilizadas: Fonte 86, Fonte 88, Fonte 90, Fonte 93, Fonte 95.

colaboraram com a construção da noção do que seria uma favela. A maioria das pessoas não subiam os morros, mas as notícias de jornais e o racismo recreativo sobre esses espaços circulavam e chegavam em muitos pontos da cidade.

4

Entre traços e textos: as semelhanças entre as colinas

O Tratado de Tordesilhas, de 1494, no qual dividia os possíveis territórios que europeus pretendiam explorar e colonizar apenas entre Espanha e Portugal não foi bem visto por todos os europeus. Franceses, por exemplo, não concordaram com isso e se aventuraram a explorar territórios na tentativa de buscar metais preciosos e outras possíveis riquezas. Assim, um dos fatos históricos que marcaram o início do processo de colonização dos portugueses na América foi a invasão francesa e a fundação da França Antártica. Esse conflito levou os portugueses a dar uma atenção especial à região da Baía de Guanabara e a fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1565. De modo estratégico, dois anos depois, portugueses compreenderam que o aldeamento no Morro Cara de Cão deveria ser transferido e por isso decidiram refundar a cidade em um dos morros que ficava de frente para a Baía de Guanabara, que dava uma vista privilegiada para pontos importantes onde poderiam ocorrer possíveis novas tentativas de invasão e para vigiar pontos que anteriormente já haviam sido utilizados por franceses como base, e que era longe das regiões pantanosas. Assim, em 1567, a cidade foi refundada no Morro do Descanso que passou a ser conhecido como Morro do Castelo.



Figura 17 - "Fundação da Cidade do Rio de Janeiro", de Antônio Firmino Monteiro, 1881.⁵⁹

⁵⁹ Fundação da cidade do Rio de Janeiro, 1881, Antônio Firmino Monteiro (Pintor Paisagista Brasileiro, 1855-1888), fotocromolitografia, 52.2 x 76 cm, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Óleo sobre tela, 200 x 300 cm, Palácio Pedro Ernesto, Rio de Janeiro.

A cidade surgia naquele espaço com uma população de aproximadamente 200 pessoas com forte presença de jesuítas. Aos poucos, algumas estruturas foram construídas, como: a Igreja de São Sebastião do Castelo (igreja dos Capuchinhos onde foram armazenados os ossos de Estácio de Sá), o Armazém Real, a Casa de Câmara, a Cadeia, as primeiras ruas da cidade (como a Ladeira da Misericórdia), a Fortaleza de São Sebastião, a Casa do Governador, o Colégio dos Jesuítas, a Igreja de Santo Inácio (dos Jesuítas) – posteriormente ela foi transformada em um hospital militar e também se transformou na sede da primeira faculdade de medicina da cidade. De lá também partiam os alarmes de focos de incêndio da cidade e a orientação de horário através do relógio da torre. Todas essas estruturas são importantes para pensar tamanha a importância que essa região teve entre os primeiros passos que a cidade deu e como ela foi pensada para ser a marca do poder da coroa portuguesa do outro lado do Atlântico⁶⁰. O Morro do Castelo, inicialmente, foi visto como fundamental para o desenvolvimento da colonização portuguesa no Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, o morro ficou cada vez mais povoado e ao mesmo tempo algumas áreas de pântanos da cidade foram drenadas. Deste modo, uma região de áreas mais planas, conhecidas como “várzea” também foram ocupadas. E juntamente com o Morro do Castelo, passou a formar os limites da cidade. Essa região, que estava localizada entre os morros de São Bento, Santo Antônio e da Conceição, tinha alguns locais de mais fácil acesso a água e a mercadorias, o que incentivou gradualmente a população a deixar o Castelo e a optarem pelas áreas planas. E, aos poucos, o perfil de moradores e de habitações foram mudando. Se, no século XVI, o Morro do Castelo era visto como um símbolo de poder do reino português e que os mais estimados membros da sociedade ali habitavam, no início do século XX, já era visto como um local decadente e povoado por muitos criminosos na jovem República.

⁶⁰ Nesse período, Salvador era a capital da América portuguesa e tinha uma estrutura melhor que a da cidade do Rio de Janeiro. Mas dentro das limitações de infraestrutura da cidade, foi construída uma arquitetura que representava o poder da coroa portuguesa.



Figura 18 - "Panorama do terraço da Igreja da Glória", de Richard Bate, Aquarela, 1807.

Na Figura 17 **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, Antônio Firmino representou o que seria essa segunda vez que a cidade do Rio de Janeiro havia sido fundada e quem era essa população que foi formada nos primórdios da cidade. No centro e com maior destaque é possível notar a presença de portugueses e dos padres jesuítas. E, juntamente com eles, mas sem serem representados com muita relevância, indígenas. Alguns já eram apresentados como convertidos ao cristianismo e que haviam adotado o ideal civilizatório europeu, por usarem roupas europeias e demonstrarem certo interesse pela missa e pelos ritos ali feitos, o que sinaliza o projeto colonizador europeu para a cidade. Já na Figura 18, a aquarela de Richard Bate revela uma vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro. E, bem no centro dela, é possível ver o Morro do Castelo, com seu forte, sua igreja e a expansão da cidade. Entre as muitas representações artísticas que foram feitas sobre o Morro do Castelo, também estão presentes as charges e as caricaturas. Devido à importância histórica do Morro do Castelo para a cidade do Rio de Janeiro e por ele fazer parte das grandes obras que marcaram a cidade durante as três primeiras décadas do século XX, optou-se por colocar boa parte do acervo sobre ele presente nas revistas ilustradas para pensar sobre esse morro e sobre os seus moradores.

Tanto os governos do prefeito Pereira Passos (1902-1906) quanto de Carlos Sampaio (1920-1922) ficaram conhecidos pelas reformas urbanas

empreendidas na cidade. Tais intervenções mudaram significativamente a infraestrutura da cidade, em especial da sua região central. E entre elas, ambas as reformas colaboraram com o desmanche do Morro do Castelo. Pereira Passos removeu parte dele ao fazer a Avenida Central. Já Carlos Sampaio, ao preparar a cidade para as festividades do centenário da independência do Brasil, terminou o seu arrasamento. Grande símbolo de poder colonial, esse morro havia passado a ser visto como símbolo de atraso, propagação de doenças e empecilho de crescimento da cidade. Essas obras também marcaram o processo de tentativa de expulsão dos pobres do centro da cidade, apesar de muitos não terem ido e sim se instalado nas colinas da cidade, dando origem as primeiras favelas.

Pereira Passos se arvorou como missão retirar os vestígios coloniais da capital a partir do modelo das obras promovidas em Paris pelo prefeito Georges-Eugène Haussmann. Segundo Nicolau Sevecenko (1999), o Rio de Janeiro tinha ruas estreitas, o que dificultava o transporte de mercadorias na região portuária, o cais era inadequado para embarcações de grande porte, a cidade tinha vários pântanos, a insalubridade gerava muitos focos de doenças. A presença e a cultura da população negra não eram bem vistas, por serem consideradas distantes do padrão europeu e gerarem insegurança aos que chegavam ao país, ou seja, o modelo civilizatório se baseava no embranquecimento do centro tanto pela expulsão da população negra quanto o ocultamento das práticas cotidianas desses grupos. O morro do Castelo, berço da cidade e transformado em uma área popular do centro da cidade, também foi incluído como área a ser arrasada pelo bem do progresso e da sociedade carioca. Segundo Topalov (2015), essas reformas, que se reproduziram em outras cidades do mundo, não se resumiam na melhoria de infraestrutura, mas buscavam transformar o espaço urbano através da mudança de indivíduos e de hábitos.

Segundo Marly Motta (1992), a administração do prefeito Carlos Sampaio começou com dois problemas postos como prioritários: o saneamento e a higienização. Em seu discurso de 01 de junho de 1961 para a Câmara Municipal, ele defendeu que já haviam ocorrido progressos nas melhorias da cidade, mas que ainda não era o suficiente. A higienização da cidade ainda deveria ser tratada com tamanha importância que ela merecia e que a cidade continuaria a trabalhar para permanecer no grupo de lugares que haviam eliminado as “doenças do século” (Motta, 1992, p. 52). A escolha do engenheiro, que anteriormente havia ganhado a concessão para remover o morro do

Castelo, para prefeito da cidade foi uma sentença de execução contra o Castelo. Projeto esse que já havia começado muito anteriormente, mas até então não havia ganhado forças suficientes para se concretizar. Assim, em agosto de 1920, dois meses após a sua posse, foi decretada a demolição do morro do Castelo e em novembro daquele mesmo ano as obras foram iniciadas.



Figura 19 - Os jatos de água⁶¹

Com a argumentação de que seria necessário um arrasamento feito o mais rápido possível, já que em parte da região que estava localizado o morro do Castelo seriam construídas as estruturas para a exposição internacional em comemoração ao centenário da independência de 1922. A prefeitura contratou uma empresa estadunidense, Leonard Keneddy, que usava a técnica de desmontar o morro com a utilização de jatos de água. O arrasamento do Castelo foi visto naquele momento por muitos como um símbolo de vitória civilizatória em relação a aquela região degradante, violenta, promiscua e incivilizada, que teimava em existir de forma escandalosa no coração da cidade. O Castelo, deste modo, fora apontado como um símbolo de barbárie por estar repleto de práticas da cultura africana com seus centros de candomblés. Começou a desaparecer

⁶¹ Fontes utilizadas: Fonte 65, Fonte 78, Fonte 92.

para dar espaço aos desejados esplendorosos bons ares da cultura europeia, ou seja, uma cultura branca e burguesa.

Segundo Lorraine Leu (2020), Carlos Sampaio, como engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (e professor da mesma instituição), positivista, que fazia parte de uma classe média urbana em ascensão, e que tinha relações próximas com pessoas influentes da época (como o próprio presidente Epitácio Pessoa que o indicou para o cargo), levou para os seus projetos de urbanização de saneamento e de beleza uma posição ambivalente no qual adaptava os pensamentos das oligarquias tradicionais juntamente com as principais ideias de modernidade e civilização burguesas. Essa ambivalência era permeada pelas ideias de eugenia e da política de branqueamento da sociedade brasileira que já estava em curso desde o Império. O projeto de arrasamento do Castelo, que era classicista e racial, tornou-se um grande símbolo da pretensão de colocar o Brasil definitivamente entre as nações civilizadas.

4.1.

Preservar o passado ou abraçar o futuro?

Segundo Marly Motta, a partir da perspectiva da classe dominante: “No caso do Rio de Janeiro de 1922, o evento emblemático dessas múltiplas faces da modernidade é o arrasamento do morro do Castelo, berço de fundação da cidade e local de identificação da população carioca” (1992, p. 54). Porém, não foi algo unísono. Houve muitos debates sobre se era realmente necessário e se isso realmente seria uma forma de se sintonizar com a modernidade. Para Lorraine Leu (2020), o projeto de arrasamento do Castelo foi uma continuidade da obra de Pereira Passos no sentido de europeizar a cidade e apagar um passado e alguns grupos que não eram bem quistos. Tais obras estavam diretamente vinculadas ao projeto de Brasil que se pretendia alcançar nos anos seguintes. Para exemplificar esse projeto nacional, é pensada a primeira exposição internacional organizada por um país latino-americano como evento principal de comemoração do centenário da independência do Brasil.

O projeto de arrasamento do morro do Castelo e outros morros da cidade era algo que já havia começado a ser discutido no século XVIII, como forma de conseguir matéria prima para aterrar e acabar com as regiões pantanosas e

alagadiças da cidade. Esse projeto de planificação também era pensado como uma forma de melhorar a circulação do ar pela cidade e evitar algumas doenças, já que o Castelo ficava bem no centro e era visto como um empecilho de uma circulação adequada de ar no centro da cidade que já tinham construções maiores que também geravam tal dificuldade. Outra vantagem pensada era sobre a expansão do centro comercial nessa região, que facilitaria o progresso do local. E, por último, mas um motivo muito considerado, seria uma forma de tirar as habitações precárias e a população pobre que lá habitava da área e fazer com que o centro ficasse livre daquele aspecto miserável.

A idéia de arrasar o Castelo é antiga. O inquérito efetuado por três médicos e apresentado ao Senado da Câmara, no final do século XVIII, serviu de base para que o bispo Azeredo Coutinho, no início do século seguinte, apresentasse um relatório indicando a necessidade de demolir "o grande Monte do Castelo, que serve de padrao àquela cidade [o Rio de Janeiro] e que lhe impede quase toda a viração do mar", contribuindo para tornar aquele "belo sítio" local propício a doenças e "malefícios". Em 1838, Pedro Belegarde e Conrado Niemeyer justificavam um pedido de concessão para o arrasamento do Castelo, alegando que "com o rápido crescimento da população, as contínuas edificações [...], a comodidade de trânsito, o aformoseamento da capital", tornavam-se indispensáveis medidas no tocante à salubridade pública, comprometida pelas "exalações miasmáticas" provenientes do morro. Sócios fundadores do IHGB, Belegarde e Niemeyer faziam coro com a maioria dos intelectuais que no Instituto apoiava a demolição do marco fundador da cidade. A única voz dissonante era a de Varnhagen, que argumentava que "a demolição seria obra gigantesca, dispendiosa e que [...] iria fazer a cidade mais monótona e menos fresca do que se em suas encostas se plantassem árvores, destinando-as ao passeio público da cidade ..." A possibilidade de transformar o Castelo num lugar aprazível, propício a "belos passeios", foi aventada posteriormente por aqueles que consideravam um "sacrilégio" destruir a "colina sagrada" (Motta, 1992, p. 55).

Em 1860, a partir da Lei do Orçamento, fora autorizado pelo governo a liberação de vantagens para a empresa que se prontificasse a realizar o arrasamento do Morro do Castelo. Todavia, apenas 18 anos depois, houve uma primeira solicitação e uma autorização para tal atividade dada ao comendador Joaquim Antônio Fernandes Pires (que acabou por não desempenhar tal atividade). Doze anos depois, através do Decreto nº 759, de 18 de setembro de 1890, o projeto foi repassado para outra empresa que teria um prazo de cinco anos para derrubar o morro com o direito de usar a área. Todavia, devido a uma crise econômica que ocorreu no país, a empresa também não conseguiu levar adiante o projeto de arrasamento do Castelo. Mas algo que deve ser ressaltado sobre essa última empresa, que se chamava "Empresa do Arrasamento do Morro do Castelo", é que ela era dirigida por Carlos Sampaio. Em 1920, quando ele assumiu a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro também enfrentou uma séria dificuldade financeira, já que as obras começaram dois anos após o

término da Primeira Guerra Mundial. Quase todos os países estavam com problemas econômicos, o que não seria diferente no Brasil. Quando Sampaio assumiu a prefeitura, em junho de 1920, já estava a par das dificuldades econômicas que enfrentaria e da missão de embelezamento e preparo da cidade que fora incumbido. Assumiu o desafio de criar uma capital moderna, que representaria, de certa forma, a República que se consolidava. E para realizar as obras, algumas medidas tiveram que ser tomadas, como a emissão de papel moeda e empréstimo feitos no exterior.

Essa obra não foi bem vista por todos. Lima Barreto, por exemplo, escreveu textos críticos, evocando a história da cidade para defender que a memória e os patrimônios históricos deveriam ser preservados. Além disso, ressaltava o problema da crise habitacional vivida na cidade. E, ao invés do prefeito se voltar para a construção de mais moradias, como as que haviam sido prometidas na região da Praça da Bandeira, ele se inclinava para deixar mais pessoas desabrigadas na cidade e sem uma perspectiva de nova habitação. Em resposta a pessoas como Lima Barreto que defendiam a valorização do passado histórico do Morro do Castelo como um patrimônio nacional que deveria ser preservado, foi levantado um pensamento na cidade, segundo Leu (2020), que era inadequado levar em consideração um passado que exaltasse os interesses de Portugal. Assim, o centenário da independência não deveria valorizar um local que representou o poder português. Figuras como Estácio e Mem de Sá deveriam perder lugar na história nacional para figuras como Pereira Passos ou Paulo de Frontin. A comemoração do centenário e o desmanche do Castelo seriam formas de celebrar a derrota da barbárie e a vitória da civilização.

Segundo Marly Motta (1992), o *Correio da Manhã*, que era um jornal de oposição ao governo, demonstrou apoio a empreitada e o *Jornal do Brasil*, apesar de ser favorável ao governo de Epitácio Pessoa, se posicionou de forma contrária ao desmanche do morro do Castelo. O periódico defendeu que era uma obra inútil, já que seria muito menos custoso e mais adequado que fosse feito um projeto de urbanização no Castelo e que a partir dele fossem construídas habitações populares no morro e uma estrutura para coleta de águas pluviais. Propostas como essa do *Jornal do Brasil* levantaram alguns debates na cidade sobre quais seriam as reformas urbanas realmente necessárias para a capital e qual deveria ser o padrão a ser seguido, já que a Primeira Guerra Mundial havia tornado a Belle Époque obsoleta. O *Jornal do Brasil* se aproximou de defesas semelhantes a umas das linhas defendidas dentro da Igreja Católica, que via nos

valores da natureza e das antigas tradições uma forma de restaurar as virtudes perdidas da sociedade.

Nessa perspectiva das tradições, para ocorrer um resgate dessas virtudes, seria necessário abandonar o progresso urbano e industrial. E no Castelo estava uma das igrejas mais antigas da cidade e que era muito frequentada, o que reforçava essa ideia de algo mais antigo, religioso e virtuoso. Além disso, os escombros do Castelo seriam utilizados para aterrar muitas áreas da cidade, tirando muito da beleza natural da cidade e afetando a natureza. O arrasamento do morro também deixaria a cidade à mercê dos ventos da Baía de Guanabara, já que era o Castelo que tinha a função de proteger a cidade deles. Para ganhar um embasamento maior, buscaram apoio em um parecer feito pelo engenheiro Vieira Souto, de 1915. Ele não concordava com a ideia de que o morro do Castelo dificultava a circulação do vento pela cidade e achava que a abertura de túneis resolveria o possível problema de circulação de ar e do tráfego da cidade. Também defendia que houvessem obras de higienização e embelezamento no Castelo para que ele se tornasse uma agradável área para belos passeios.

Se a ideia do saneamento unia gregos e troianos, a questão era como se fazer isso. Para uns, sanear era preciso, derrubar não era preciso; para outros, era impossível sanear sem derrubar. Boa parte da argumentação dos "higienistas sacrílegos" (em especial, Carlos Sampaio) se sustentava na evocação dos malefícios provocados pelo "infecto monturo": os relatórios do século XVIII, denunciando a falta de ventilação, a umidade e os "miasmas febríferos"; e as famosas "águas do monte", terríveis enchentes que assolaram a cidade em fevereiro de 1811, provocadas, em grande parte, pela lama que descera do Castelo. O telegrama de Belisário Pena, figura luminar da saúde pública, nacionalmente conhecido por sua atuação na profilaxia rural, parabenizando Sampaio pelo decreto de 17/08/1920, era a prova "científica" da necessidade de eliminar aquele "quisto" de terra vermelha. Ou, como dizia a imprensa, aquele "tumor infeccionado" que "obstruía o seio do Rio" e ameaçava contaminar a cidade (Motta, 1992, p. 61).

Enquanto os debates sobre o arrasamento do morro do Castelo aconteciam dentro do Congresso e na sociedade, no dia 11 de novembro de 1920, pelo Decreto nº 4.175, ficou decidido que haveria uma exposição internacional para a comemoração do Centenário da independência do Brasil. E o Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, reforçou as obras e eventos que seriam feitos para tal comemoração. Carlos Sampaio, para embasar a sua proposta, utilizou um relatório, de 126 anos antes, que apontava o Castelo como um dos culpados pelas epidemias que aconteciam na cidade. O arrasamento favoreceu muitos dos seus amigos e a iniciativa privada abria um excelente espaço na área central da cidade para a especulação imobiliária e o comércio.

Opções que favoreciam boa parte da elite local, que se inclinava a ser favorável e a dar apoio a Carlos Sampaio e as comemorações do Centenário.

4.2.

O primeiro centenário da independência do Brasil

Uma das questões nacionais que marcaram profundamente o Brasil no início da década de 1920 foi um debate que já havia surgido nos anos anteriores sobre o que poderia definir o que era a nação brasileira, quais eram os elementos simbólicos que poderiam gerar esse sentimento de nacionalidade e quais eram os personagens e fatos históricos que deveriam compor essa narrativa. Por não ser algo natural, esses símbolos, práticas e valores que formariam essa memória e essa identidade nacional foram elementos que passaram por muitas disputas entre diversos grupos que compunham a sociedade brasileira daquele período e tinham as suas próprias vertentes do que seria a nação e sobre o que aspiravam para a nação.

Não vemos essas disputas no campo intelectual como meras expressões de interesses materiais ou de correntes políticas distintas; embora ligadas ao contexto "externo", elas exprimem com maior vigor as relações de força internas ao próprio universo social onde pessoas, grupos e instituições se constituem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si. Aspectos específicos do campo intelectual, como a legitimidade cultural, a identidade em torno de uma "escola" ou os temas de época que caracterizam uma geração, mediatizam a relação que um intelectual mantém com sua classe social de origem ou de fato (Motta, 1992, p. 5).

Dentro desse debate sobre a formação da ideia de nação, o centésimo aniversário da independência do Brasil surge como um momento que dá um destaque ainda maior para esse debate e o coloca como adequado para que houvesse definições mais consolidadas no período das celebrações. O evento colaboraria com a construção de um Brasil definitivamente moderno. Segundo Motta (1992), foi compreendido nesse momento que seria necessário destacar três elementos: passado, presente e futuro. Era necessário apagar algumas memórias e enfatizar outras para criar uma narrativa histórica condizente com o que se fosse projetar como nação. Era necessário realizar um diagnóstico do presente para avaliar quais mudanças seriam necessárias para atingir essa modernidade e o ideal de nação almejado. Era necessário projetar um futuro que serviria de base para as decisões que seriam tomadas no presente. Assim, o Centenário não seria apenas uma festividade.

A celebração de 1922 deveria ser caracterizada, pois, pela inequívoca disposição da "jovem" nação em marcar seu lugar no século XX. Para tanto, penso que um dos requisitos indispensáveis seria a Modernização da capital federal, cabeça da nação e seu cartão postal. [...] A meu ver, a preparação da "cidade maravilhosa" para as festas do Centenário, com destaque para a Exposição Internacional, revestiu-se de um significado todo especial: era preciso que o Rio de Janeiro se tornasse a apoteose da modernidade brasileira. A reforma urbana então planejada teve como alvo o "velho" morro do Castelo, berço da cidade, agora habitado por uma população pobre, e envolvido numa aura de misticismo, magia e superstição (Motta, 1992, p. 6).

Enquanto os debates se acirravam, algumas questões significativas foram levantadas e se baseavam sobretudo no esforço de comemorar um evento sem valorizar a casa de Bragança ou o Império. O esforço tinha que centrar as comemorações nos valores da República de forma a exaltar o novo regime.

Entre os debates, o Brasil também vivenciou experiências históricas que marcaram a sociedade dentro desse contexto histórico, como: a Semana de Arte Moderna de 1922, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e o tenentismo. Esses eventos fizeram parte desse momento de efervescências e de busca por compreender o que seria o Brasil, de planejar o que alguns setores da sociedade almejavam para o país e estabelecer a forma como o Brasil seria consolidado como nação moderna. A Belle Époque já era vista como ultrapassada por boa parte desses grupos, já que seus valores já não faziam mais tanto sentido após a guerra. Pensamentos mais tradicionalistas e nacionalistas ganhavam espaço no Brasil e no mundo. Vanguardas artísticas surgiam, e em oposição aos tradicionalistas, queriam abandonar as velhas tradições e criar novos costumes.

Entre as múltiplas formas de compreensão sobre o que era modernidade, as reformas da cidade do Rio de Janeiro para a preparação do Centenário foram uma forma concreta de expressar as definições de modernidade que haviam sido adotadas pelo país. As exposições internacionais aconteceram em várias partes do mundo, como: Londres, Sevilha, Paris e Chicago. Elas mostravam o que havia de mais moderno, quais eram os melhores produtos e principais tecnologias da época, se algo significativo havia sido descoberto e, juntamente com isso, a potência que aquela nação se tornava. Foi entre a Avenida das Nações e os seus pavilhões e palácios iluminados com uma variedade de estilos arquitetônicos, construídos na cidade do Rio de Janeiro, que os valores e ideais modernos brasileiros e o seu rompimento com um passado de atraso foram representados.



Figura 20 - O Centenário⁶²

Em 1920, uma figura começou a ser representada entre as páginas das revistas ilustradas, o Centenário, representado principalmente em trabalhos como os de J. Carlos. Representado como um idoso preocupado com as obras que pareciam estarem atrasadas. Ele as fiscalizava de perto e suspeitava que o arrasamento seria feito dentro do prazo. Na Fonte 53 (Caretta, 06 nov. 1920), o Centenário parte o morro do Castelo ao meio, derruba habitações que lá estavam construídas e diz “O’ abre alas, que eu quero passar!”⁶³. Demonstrava que as comemorações estavam diretamente relacionadas com a remoção do Castelo, que seria ocupado pela exposição. Já na Fonte 60 (Caretta, 19 fev. 1921), o Centenário tenta persuadir homens que trabalhavam com explosivos para que colocassem explosivos na base do morro do Castelo. Já na Fonte 62 (D. Quixote, 09 mar. 1921), o Centenário olha preocupado para o projeto de arrasamento do morro do Castelo, que juntamente com projetos como o da Avenida da Independência e o da Lagoa Rodrigo de Freitas, chega a ter teias de aranha devido ao tempo que não é manuseado. Na Fonte 67 (Caretta, 23 abr. 1921), o Centenário, ao ler as notícias no jornal sobre o arrasamento do Castelo,

⁶² Fontes utilizadas: Fonte 53, Fonte 60, Fonte 64, Fonte 67, Fonte 72.

⁶³ Em 1899, Chiquinha Gonzaga compôs uma marchinha chamada de “Ó abre alas”. Nesse período essa marchinha era muito famosa e criava bases para paródias como essa.

não compreende porquê foi tomada a decisão de utilizar jatos de água e não outra coisa que ele considerasse mais eficaz. Já na Fonte 72 (Careta, 23 jul. 1921), o Centenário se questiona se ao longo dos últimos cem anos não se aprendeu nada, já que considera que o morro do Castelo era removido com técnicas rudimentares e ineficientes.

O Castelo foi arrasado a tempo e em parte do seu espaço foram construídas as diversas estruturas da comemoração do centenário. Os produtos de cada região do país que queriam exhibir, quais as tecnologias nacionais que seriam exaltadas e os setores produtores industriais nacionais foram selecionados e o mundo se reuniu pela primeira vez após a Primeira Guerra Mundial para participar de uma exposição de caráter universal. Vários países se fizeram presentes na exposição, que foi um enorme sucesso de público, atraindo muitos turistas para a capital da República.

Mas não era apenas a imagem de um Brasil "promissor" que se queria construir, e nem somente o "público externo" que se visava atingir. Como em bastante frisado pela revista da Comissão Organizadora, a Exposição do Centenário era uma "aula de civismo", preenchendo "objetivos patrióticos", afastando "o pessimismo mórbido dos maus brasileiros" e promovendo "a harmonia nos gestos e a paz no coração. [...] E até mesmo os que haviam sido expulsos do Castelo, em virtude do arrasamento do morro, dever-se-iam sentir recompensados "pelos prazeres que desfrutavam naquele bazar de deuses, pensando que a beleza do Palácio dos Estados compensava a beleza tradicional do Castelo". Nos olhos e nas mentes dos visitantes deveria, pois, ficar gravada a imagem de uma nação coesa e unida, não apenas pela integração de suas diversas regiões, mas também pelo "clima de harmonia e paz" que reinava entre os seus habitantes. A nação era uma só e estava exposta nas vitrines e nos mostruários da Exposição do Centenário. Combater a Exposição era negar a nação. [...] De qualquer modo, era impossível desconhecer que, com seus pavilhões e palácios profusamente iluminados, a Exposição oferecia aos seus visitantes mais do que um retrato da nação presente; o que estava em evidência eram os sonhos e as aspirações da nação moderna que se queria ser" (Motta, 1992, p. 71-72).

Na inauguração da Exposição Internacional do Centenário, Epitácio Pessoa, então presidente do Brasil, fez um discurso no qual destacou a importância das medidas higienistas que haviam sido adotadas na cidade nos últimos anos e que foram capazes de combater boa parte dos surtos epidêmicos que a cidade sofria em quase todos os anos, como as de varíola e febre amarela (Chalhoub, 1996). A exposição foi realizada em parte do espaço que anteriormente era ocupado pelo Morro do Castelo, considerado um dos epicentros das doenças. Segundo Lorraine Leu (2020), outro ponto fortemente acentuado pelo presidente foi a importância do "fortalecimento da raça brasileira", que também era realizado em meio ao projeto de urbanização e da

criação de um ambiente adequado favorável ao branqueamento da população. A remoção do Castelo também teria sido um projeto de fortalecimento racial, por ter tirado um ambiente degenerado do centro da cidade e ter aberto espaço para o projeto arquitetônico e higiênico sócio espacial que aquela região merecia.

Em 1922, as ideias eugenistas de um país formado por pessoas brancas ainda era dominante sobre o que se almejava para o país. As reformas também seriam uma forma de criar uma distância entre pessoas, e as consideradas indesejadas eram colocadas afastadas do centro. Segundo George Reid Andrews (2004), o projeto de urbanização também era um projeto de branqueamento do centro no qual reconfigurava para além da infraestrutura e reorganizava a partir das perspectivas de classe e de raça. E que tais medidas foram tomadas como necessárias para alcançar o ideal de modernidade e apagar um passado escravocrata que fazia parte de um passado bem recente do país. Dentro do que era pensado como moderno, não cabiam pessoas negras, nem suas características fenotípicas, suas culturas, religiões, hábitos, relações, nem nada que não fosse considerado dentro do padrão branco europeu. Por isso, até pobres imigrantes europeus, que se envolviam com esse tipo de cultura e tinham filhos mestiços, também não eram considerados qualificados para estar na região central. Já que além de serem pobres, eram considerados como se tivessem se corrompido e adquirido hábitos inadequados.

Essas reformas também ocorreram para alterar formas de socialização, que existiam entre os pobres e/ou negros no centro da cidade para substituir por valores burgueses. O pensamento eugenista criava as bases para o desenvolvimento e apoio de tais medidas para melhorar a “raça brasileira”. A chegada de imigrantes ao país e a miscigenação eram vistas como focos de esperança para clarear a nação e alcançar um futuro regenerado. Segundo Leu (2020), ao terem usado palavras como preguiça, sujeira e feiura em discursos higienistas em relação a obras públicas, quem discursava não se referia apenas a questões de infraestrutura, mas faziam críticas diretas a questões raciais. Assim, pessoas negras eram apontadas como degeneradas, parasitas, incapazes de se adaptarem à modernidade. Ao mesmo tempo eram punidas, constrangidas e era negado o direito de muitos de entrarem e de serem treinados e qualificados para entrar no mercado de trabalho formal.

4.3. Trajetórias distintas e representações semelhantes

O Morro do Castelo era composto por uma diversidade cultural e tais práticas socioculturais se espalhavam pelo centro da cidade. Devido a sua localização, tais práticas demonstravam a pluralidade presente naquela região, que dificultava uma definição mais homogeneizada daquele espaço e dos que lá estavam. Esse lugar possuía um passado glorioso e participou de eventos importantes da história da cidade e que teve um fim inglório. Possuía construções históricas importantes e que também possuía habitações e ruas precárias que estavam bem distantes dos padrões higienistas. Era apontado como um bairro tomado pela miséria, com habitações precárias, com uma população degenerada, com poucos adeptos ao trabalho, dados a malandragem e a vadiagem, sem educação. Esse espaço seria repleto de superstições e práticas religiosas consideradas inadequadas, como as relacionadas a de religiões de matriz africana, que eram tão famosas que chegaram a aparecer em obras da época como *Esaú e Jacó* (1904), de Machado de Assis.

Segundo Lorraine Leu (2020), os principais grupos étnicos que habitavam o Morro do Castelo eram os imigrantes italianos, portugueses e os negros brasileiros. Dentre eles, o grupo que predominavam eram os italianos. E que em alguns momentos portugueses e brasileiros se uniam para combater os italianos. Alguns desses conflitos foram tão violentos que as vezes a polícia era chamada para os encerrar. No entanto, a presença da polícia também não ocorria apenas nesses momentos, eram comuns a realização de perseguições policiais violentas e, às vezes, pessoas inocentes eram atingidas durante tais perseguições. As ações policiais eram violentas até mesmo com as crianças quando eram pegas em conflitos.

It appears that public perception continued to associate the hillside with black social “types”; for example, “candomblé priests, ex-slaves and *capoeiras*” (Stuck-enbruck 1996, 56), even after the demographic shift. Despite the diminished demographic presence of Afro-descendants in the neighborhood by the early twentieth century, blackness continued to signify the space, and accounts of the time often produced white residents as black. The neighborhood acquired a racial script that gave certain meanings to the spatial and cultural practices of its inhabitants. [...] In this sense, if we understand Castelo as a “black space” in an

urban imaginary, we can comprehend the vehemence and determination with which it was destroyed (Leu, 2020, p. 9)⁶⁴

Lorraine Leu (2020) acredita que mesmo com a mudança do perfil do Morro do Castelo, que antes era formado por boa parte de pessoas negras e depois passou a ser formado principalmente por imigrantes, mas os estereótipos vinculados a ideia de ser “espaço negro” continuaram. E, com o ideal de modernização da nação, que tinha como parte do projeto eliminar da região central alguns grupos e apagar vestígios do passado escravocrata, e realizar obras segundo os padrões higienistas para melhorar algumas questões sanitárias da cidade, a remoção dos moradores do Castelo foi muito bem vista por muitos grupos. Erradicar pessoas negras das áreas mais caras da cidade também era uma forma de fomentar a política de branqueamento, já que a capital serviria de modelo para o projeto que se pretendia ser alcançado por todo o Brasil. E não era um projeto apenas de afastamento de pessoas, mas de afastamento das suas práticas culturais, das suas redes de apoio e das suas formas de sociabilidade. Nessas formas de interação não eram predominantes os valores e ideias burgueses, pelo contrário, muitas vezes eram ações vistas como práticas alternativas de habitar e compreender a cidade que beiravam a barbárie e, por isso, eram criminalizadas e demonizadas.

Em crônicas, matérias, fotografias, charges e caricaturas, o Morro do Castelo foi posto como algo desqualificado e degenerado. Como pode ser visto na crônica abaixo.

Descemos a rua da Misericórdia, eu ainda hesitando diante das lanternas com vidros vermelhos. A'S esquinas grupos de vagabundos e desordeiros parolavam, e afundando o olhar pelos becos estreitos em que a rua parece vasar a sua imundície, por aquela rede de becos, víamos outras lanternas em forma de foice alumando portas equivocadas. Havia casas de um pavimento só, de dous, de tres; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas uma à outra, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. O passo do soldado ressoava forte nos lajedos desiguais e arrebatados. A rua, mal iluminada, tinha candeeiros quebrados, sem a capa Auer, de modo que a brancura de uns focos envermelhecia mais a chamma pisca dos outros. Os prédios antigos agarravam-se uns aos outros, amparavam-se com as fachadas esborcinadas. De repente, uma porta abria, tragando na treva dos corredores algum retardatário, trechos da

⁶⁴ Tradução livre: “Parece que a percepção pública continuou a associar a encosta com negros “tipos” sociais; por exemplo, “sacerdotes de candomblé, ex-escravos e *capoeiras*” (Stuckenbruck 1996, p. 56), mesmo após a mudança demográfica. Apesar da diminuição da presença demográfica de afrodescendentes no bairro no início do século XX, a negritude continuou a significar o espaço, e os relatos de a época muitas vezes produzia residentes brancos como negros. O bairro adquiriu um roteiro racial que deu certos significados às práticas espaciais e culturais dos seus habitantes. [...] Nesse sentido, se entendermos Castelo como um “espaço negro” no imaginário urbano, podemos compreender a veemência e determinação com que foi destruído.”

calçada, imersos na escuridão, encobriam cafajestes de bombacha branca, gingando, e constantemente o monótono apito do guarda noturno trilava, corria como um arrepio na artéria do susto, outro responder e mais longe ainda o apagado éco de outro rouquejava. (Rio, 1904).

Em uma crônica publicada na capa da Gazeta de Notícias, em 10 de junho de 1904, intitulada “No sono da miséria”⁶⁵, João do Rio fez um relato sobre uma das principais ruas do Morro do Castelo, a Rua da Misericórdia. Em uma visita acompanhado da polícia, ele descreve que viu becos imundos, ruas mal iluminadas, prédios antigos, fachadas destruídas. E também conta que a população que andava pela rua naquele horário era formada por “vagabundos”, “desordeiros” e “cafajestes”. Luís Edmundo, em uma série de crônicas organizadas em um livro chamado *O Rio de Janeiro do meu tempo*, publicado pela primeira vez em 1940, escreveu uma delas intitulada *O Morro do Castelo* no qual fez alguns relatos da terrível perspectiva que ele tinha da região.

O que muito impressiona a quem galga os caminhos dessas íngremes e ásperas encostas é a série de paredões, muros, fortes muralhas de sustentação, baluartes antigos, alguns de dois ou três séculos e sobre os quais o casario assenta; solares que a indigência dos moradores do lugar transformou em reles casas de alugar cômodos, palácios retalhados em cubículos, muitos deles com compartimentos mostrando divisões de anagem ou tabiques forrados a papel, sem ar, sem luz, onde se reúnem, para dormir, promiscuamente, inúmeras famílias; gente que sai de casa pela madrugada, para exercer empregos em lugares distantes, a lata do almoço embrulha da em papel de jornal; homens de carão pálido e chupado, o cabelo por cortar, a barba por fazer denunciando moléstia ou penúria extrema; mulheres, das que são o “tombo da casa”, as “burras de trabalho”, de ar desalinhado e pobre, as saias de cima, em rodilha, na cintura, úmidas da água dos tanques onde trabalham o dia inteiro; crianças de ar enfermo, amarelas e secas, o corpo coberto de feridas, embora bulhentas e endiabradas, enxameando as casas, os quintais, subindo pelos muros, pelos combustores da iluminação pública, sujas, espalhafatosas, terríveis, discutindo em calão e a pedrada, provocando os transeuntes com torpíssimas desconveniências ou aos berros, aos murros, aos atrações... [...] Todo um conjunto de telhados pardos e tristonhos, erguidos numa feição desirmanada e chué: prédios desrebecados, encardidos, remanescentes, embora, de nobres residências, verdadeiros frangalhos arquitetônicos. [...] Por entre todas essas construções, por vezes, surgem barracos de madeira, inúmeros barracos, com coberturas de zinco enferrujado, o pé de chuchu ou de maracujá florindo à beira, res guardando-o da inclemência do sol (Edmundo, 1940).

Ao observar o perfil no qual o Morro do Castelo foi retratado nessas crônicas é possível notar algo muito semelhante nas descrições que eram feitas

⁶⁵ Em algumas bibliografia foi encontrado o nome desse artigo como “O sono calmo”. Todavia, ao verificar na Hemeroteca Digital a Edição 162, da Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, do dia 10 de junho de 1904, na primeira página, aparece essa crônica com o título de “No sono da miséria”.

aos outros morros da cidade, em especial ao Morro da Favella⁶⁶. O Castelo tinha alguns pontos que o diferenciavam, que estava nas suas origens e em sua localização. Primeiro pelo fato de ser considerado como o berço da cidade e por ter algumas moradias construídas de alvenaria, ainda que a maioria delas já estivessem em situações precárias por falta de manutenção. No entanto, o Castelo também era um espaço com habitações precárias, considerado degenerado e que apresentava práticas culturais associadas a pessoas negras e, por consequência, identificadas como práticas de vadiagem e malandragem. A questão é: por que o Castelo era visto apenas como um morro problemático e outros morros entravam dentro da noção de favela que começava a se formar? Em uma matéria do Jornal do Brasil, de 01 de março de 1920, houve uma indicação sobre a semelhança entre o Morro do Castelo e o Morro da Favella.

Os morros da Favella e da Providencia pouco diferem desse de que estamos tratando [Morro do Castelo] com a diferença, que o Castello está situado no coração da cidade, têm uma história, a maior e a melhor do Rio de Janeiro e no seu cume estão situados importantes serviços públicos (Jornal do Brasil, 1920).

Em algumas fontes também é possível notar tais semelhanças, como é possível observar entre as Fonte 25 (Fon Fon, 16 dez. 1911) e a Fonte 84 (Careta, 10 dez. 1921). Se os títulos e as legendas forem apagados, não há como identificar qual conteúdo menciona o Morro do Castelo e qual o Morro da Providência. Ambas são compostas por um cenário bem semelhante, com lavadeiras durante suas atividades diárias a conversar com homens que, pelas vestes, foram associados a vadiagem e a malandragem. Ambas as conversas têm em comum as obras públicas que ocorrem na cidade. Uma fala sobre a remoção do Castelo promovidas por Carlos Sampaio enquanto a outra fala sobre a abertura de uma avenida promovida por Pereira Passos com entulhos de parte do Morro do Castelo que ele havia construído.

⁶⁶ Para mais referências sobre abordagens sobre o Morro da Favela durante as primeiras décadas do século XX, olhar a dissertação de mestrado de Romulo Mattos “*A ‘aldeia do mal’: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*”, de 2004.



Figura 21 - Semelhanças⁶⁷

O passado histórico do Castelo, com suas construções coloniais e por ser a primeira ocupação da cidade, o afastava muitas vezes de ser associado aos demais morros da cidade. Após mais de três séculos de sua ocupação, é possível questionar se o perfil que lhe fora atribuído não poderia estar em mutação. Apesar da historiografia não trabalhar com a ideia do Castelo como uma favela, nas três primeiras décadas do século XX, parte das representações das charges traziam similitudes com as representações de outros morros da cidade, considerados posteriormente favelas.

Diante do seu arrasamento, jamais teremos como responder tal questionamento, mas ele nos traz um elemento importante para compreender as favelas como uma construção social. Foi justamente na década de 1920, que a ideia de favela começa a se consolidar e, à imagem do Morro da Favella (atual Providência), outros morros e localidades passaram a ser denominadas como favelas. A definição de um espaço como favela está diretamente relacionado com os pretensos aspectos e práticas espaciais, que não se conformariam como o modelo de sociedade que se desenhava para a cidade. Os aspectos de classe e racial da ocupação das favelas são aspectos importantes para definir tais espaços. Como analisamos anteriormente, as representações raciais do Morro do Castelo eram mais heterogêneas e não definiam esses espaços somente como um espaço negro. Da mesma forma, o passado histórico do Castelo questionava a construção das favelas como espaços provisórios, precários, relativamente recentes e pretensamente sem história.

Assim, não nos cabe definir os rumos que as representações e classificações do Morro do Castelo se desdobrariam, caso ele não tivesse sido removido, mas esse debate traz a noção da construção social do espaço e da

⁶⁷ Fontes utilizadas: Fonte 25 e Fonte 84.

complexidade de definição do que seria um espaço favelado. Como uma construção social, o conceito de favela é dinâmico e compreender historicamente tais processos nos ajuda a compreender novos contornos que tal conceito pode adquirir nos tempos atuais.

5

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa e da análise das fontes se procurou compreender como as revistas ilustradas colaboraram com a formação da noção do que eram as favelas. Inicialmente, a palavra favela foi atribuída apenas para se referir ao morro da Providência, denominado como Morro da Favella. Já na década de 1920, como afirma Mattos (2004), ocorreu uma substantivação dessa palavra e ela passou a ser utilizada para se referir aos demais morros com aspectos considerados semelhantes aos do morro da Providência. As revistas ilustradas, como foram analisadas no decorrer da tese, participaram da produção e da projeção do que era consolidado, no início do século XX, como favela.

Das 4781 edições das revistas ilustradas *Careta*, *D. Quixote*, *Fon Fon*, *O Malho*, *Para Todos* e *Tagarela* que foram analisadas, apenas 3,04% tinham alguma fonte condizente com a pesquisa. Esse levantamento das fontes seriais foi longo, contudo possibilitou uma certificação maior da quantidade de fontes que realmente poderiam ser utilizadas para o trabalho por estarem dentro do recorte feito pela pesquisa. Esse levantamento resultou em um número final de 149 charges e caricaturas. Entretanto, é importante destacar que apesar da busca por todos os editoriais disponíveis na Hemeroteca, não foi possível encontrar uma colaboração da revista ilustrada *Tagarela*. Ainda sim, ela entrou nos dados como uma forma de demonstrar que nem todas as revistas tornaram as favelas um objeto que fizesse parte do seu editorial em algum momento. As revistas que mais se destacaram na produção dessas fontes foram *O Malho* e *Careta*, juntas somaram um total de 67% das fontes. Os períodos que mais se destacaram nas fontes foram o ano de 1907 e o início da década de 1920. O ano de 1907 está relacionada a tentativa de Oswaldo Cruz de remover as pessoas do morro da Providência e o início da década de 1920 com os debates sobre a remoção do morro do Castelo.

Algumas das fontes encontradas ao longo da pesquisa já foram amplamente utilizadas em outros trabalhos para ilustrar alguns debates sobre as favelas no período da Primeira República. Assim, algumas já eram bem familiares para aqueles que discutem a cidade do Rio de Janeiro e, em especial, as favelas no período. Todavia, optou-se nesse trabalho por utilizar essas fontes

primárias como as principais fontes trabalhadas. E, a partir desse levantamento das fontes seriais das revistas ilustradas, foi possível realizar uma análise iconográfica quantitativa e qualitativa. Em cada fonte foi realizada um estudo sobre como as favelas e os seus moradores eram tratados e representados, quais eram os principais debates que circularam entre essas fontes e como as figuras externas à favela, como figuras públicas ou a população comum, se referiam e pensavam sobre esses espaços e sobre os que neles habitavam. Em vista disso, a pesquisa procurou colaborar com a lacuna histórica da área de pesquisas sobre favelas durante a Primeira República.

As charges e as caricaturas não possuem imparcialidade e foram traçadas para representar um editorial e um tipo de perspectiva, ainda que, dentro das diferenças de quem as desenhava, estivessem sujeitas a variadas opiniões. Elas estavam inseridas em revistas que eram instrumento de orientação dos comportamentos considerados como adequados dentro daquele período. Os morros aparecem como algo distante do modelo urbano moderno que se desenhava para o Rio de Janeiro nos primeiros anos da jovem república.

Ao longo do trabalho foi possível perceber que o morro da Providência ganhou muito mais destaque em relação aos demais, ao ponto de aparecer 53 vezes entre as fontes. As representações sobre esse morro se tornam referência para pensar os demais. O morro da Favella, como fora denominado o Morro da Providência, era representado a partir de um conjunto de ideias que tipificaria e colaboraria com a substantivação do termo favela. Representações que também foram muitas vezes aproximadas das manchetes policiais que noticiavam e criminalizavam os residentes desses morros. Diante das medidas higienistas contra os cortiços, as favelas foram inicialmente toleradas como forma de acesso à moradia no início do século XX, mas, rapidamente, passaram também a ser associadas a focos de doença e criminalidade.

Ao analisar as fontes foi possível identificar temáticas distintas, como a questão do acesso à água nas favelas, a cobrança de alugueis ou a demanda por obras públicas. Essa última temática foi um dos assuntos de maior destaque e refletiu momentos de profundas transformações pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro. O padrão de modernidade ambicionado para a cidade questionava a presença de habitações consideradas precárias. Tais transformações urbanas significavam também mudanças no cotidiano dos moradores da cidade. As revistas adquiriram um papel moral de formatar os novos cidadãos do Rio de Janeiro moderno. Como grandes manuais, ensinavam

homens e mulheres a se comportar, determinando o que deveriam ter e ser. Esses padrões se distanciavam muito da realidade dos residentes das favelas, alçados à antítese do modelo de cidadão desejado.

As mulheres, como foi analisado no decorrer dessa tese, foram representadas negativamente em muitas das charges e caricaturas aqui analisadas. As representações dessas mulheres foram sistematicamente pautadas por um forte racismo, que associava a população negra das favelas a toda espécie de vício. Assim, mulheres brancas eram representadas como, por exemplo, a justiça ou personalizavam a própria cidade do Rio de Janeiro, enquanto que mulheres negras simbolizavam a fome ou a miséria. Se, para as mulheres pobres e negras, a associação a vulgaridade era algo muito marcante nas charges e caricaturas, aos homens a malandragem e outros vícios eram considerados suas grandes marcas. Mais do que a vadiagem, eram apontados como brutos e viciados e que se envolviam com toda espécie de criminalidade.

Da mesma forma, as charges já demonstravam também o aspecto ambíguo de inserção das favelas na cidade. Apesar desses espaços e seus moradores serem considerados perigosos, eram também objeto de curiosidade. Assim, as charges e caricaturas representaram frequentemente a visita de personalidades às favelas, que subiam os morros seja por curiosidade, como foi o caso da visita de Marinetti, seja com o intuito de empreender obras no local e, eventualmente o próprio arrasamento do morro ou da favela, como foi o caso das visitas dos prefeitos Prado Júnior, Sousa Aguiar ou Carlos Sampaio

Finalmente, é importante salientar que os cenários descritos e suas composições como vestes, objetos, falas e expressões consolidavam mensagens que muitas vezes não apareciam dentro dos textos. Associar as favelas a espaços rurais ou infantilizar ou vulgarizar seus moradores não foram escolhas aleatórias. Tais representações do humor carioca do período tiveram um duplo papel: de um lado, sintetizavam representações que circulavam na sociedade da época e, por outro lado, colaboravam na própria construção dessas representações sobre as favelas. Tais representações traduziam, assim, o imaginário de uma sociedade que estabelecia as suas primeiras reflexões e convicções sobre o que eram as favelas e os favelados.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 47-58, abr. 1986.

ABREU, M. A. **Evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: INPLARIO, 1997.

ABREU, M. A. A periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro, 1870-1930. **Espaços & Debates**, ano 7, n. 21, 1987.

BARROS, J. D'Assunção. **Fontes Históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

BURKE, P. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Unesp, 2017.

CARDÃO, M. O blackface em Portugal: breve história do humor racista. **Vista**, n. 6, p. 121-142, 2020. (In)Visibilidades: imagem e racismo. DOI: 10.21814/vista.3063.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COSTALLAT, B. **Mistérios do Rio**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

ECO, U. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FERREIRA, J. (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais**: Ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2017.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano**: O tempo do liberalismo excludente da Proclamação – da República à Revolução de 1930. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FONSECA, J. da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GARRONI, E. **Projeto de Semiótica**. Lisboa: Edições 70, 1972.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GOMES, A. de C. **Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, R. S. O mercado de aluguel de favelas e sua regulação em uma perspectiva histórica. **GEOgraphia**, n. 26, p.114-135, 2012.

GORBERG, M. Entre a negrofilia e a negrofobia: caricaturas dos anos 1920 em perspectiva transnacional. **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 89, p. 61-92, jan./abr. 2022.

IPANEMA, R. M. **Arte da imagem impressa**: a construção da ordem autoral e a gravura no Brasil do século XIX. Niterói, 2007. 252 p. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

JANOTTI, M. L. M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Ed. Brasiliense S. A., 1986.

LIMA, H. **História da caricatura no Brasil**. v. 3. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

LIMA, H. **História da caricatura no Brasil**. v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

LUSTOSA, I. **Brasil pelo método confuso**: humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1993.

LUSTOSA, I. **História de Presidentes**: a República no Catete. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

LUSTOSA, I. Humor e política na Primeira República. **Revista USP**: Dossiê 100 Anos de República, n. 3, p. 53-64, set./nov. 1989.

MAIA, A. C. N. (Org.). **O mundo do trabalho**: nas páginas das revistas ilustradas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, R. C. **A “aldeia do mal”**: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República. Niterói, 2004. 270 p. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2004.

MATTOS, R. C. Militares de baixa patente na Primeira República: os primeiros moradores das favelas cariocas? XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, jul. 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

MATTOS, R. C. **Pelos Pobres! Campanhas pela construção de habitações populares e discursos sobre as favelas na Primeira República**. Niterói, 2008. 275 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

MAUAD, A. M.S. A. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Niterói, 1990. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Sociais e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

MOTTA, M. S. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. FGV: CPDOC, 1992.

MOTTA, R. P. S. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NETO, M. G. O. Entre o grotesco e o risível: o lugar da mulher negra na história em quadrinhos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 65-85, jan./abr. 2015,

OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. **O moderno em revistas**: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, L. A. M. **A cidade que dança**: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

RODRIGUES, A. E. M.; MELLO, J. O. B. As reformas urbanas na cidade do Rio de Janeiro: uma história de contrastes. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, v. 28, n. 1, jan./jun. 2015. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RODRIGUES, A. E. M. **João do Rio**: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na Belle Époque Tropic. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

RODRIGUES, D. L.; SANTOS, J. J. O racismo recreativo: uma análise discursiva do blackface. **Lingu@ Nostr@**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 133-150, jul./dez. 2021.

SALIBA, E. T. **Raízes do Riso**: a representação humorística na história brasileira – da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SALIBA, E. T.; VIEIRA, T. L.; ALMEIDA, L. A. (Org.). **Além do Riso**: reflexões sobre o humor em toda parte. São Paulo: LiberArs, 2021.

SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, L. F. P. **O povo no imaginário dos letrados**: as representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908). Juiz de Fora, 2014. 203 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

SILVA, M. A. **Caricata República**. Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

SODRÉ, N. W. A grande imprensa. In: _____. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed., 3. reimp. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 251-390.

TEIXEIRA, L. G. S. **O traço como texto**: a história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa: 2001.

TEIXEIRA, L. G. S. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

VALLADARES, L. A Gênese da favela carioca A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n.44, p. 5-34, 2000.

VAZ, L. F. Do cortiço à favela, um lado obscuro da modernização do Rio de Janeiro. In: SAMPAIO, M. R. A. (Ed.). **Habitação e cidade**. São Paulo: FAUIUSP, Fabesp, 1988, p.39-52.

VELLOSO, M. P. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VELLOSO, M. P. **A Cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30)**: Mediações, linguagens e espaços. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.

VELLOSO, M. P. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

VISCARDI, C. M. R.; ALENCAR, J. A. (Org.). **A República Revisitada**: construção e consolidação do Projeto Republicano Brasileiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

VOKS, D. J. As representações sociais sobre as mulheres na revista Careta (1910-1920): entre a mulher ideal e a independente. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, ed. 07, jan./jul. 2012.

Fonte 1 – O Malho. 03 dez 1904. p. 27



Fonte 2 - O Malho. 01 jul 1905. p. 39



Fonte 3 - O Malho. 29 jul 1905. p. 22



Fonte 4 - O Malho. 02 set 1905. p. 20.



Fonte 5 - O Malho. 09 dez 1905. p. 6.



Fonte 6 - O Malho. 19 jan 1907. p. 21.



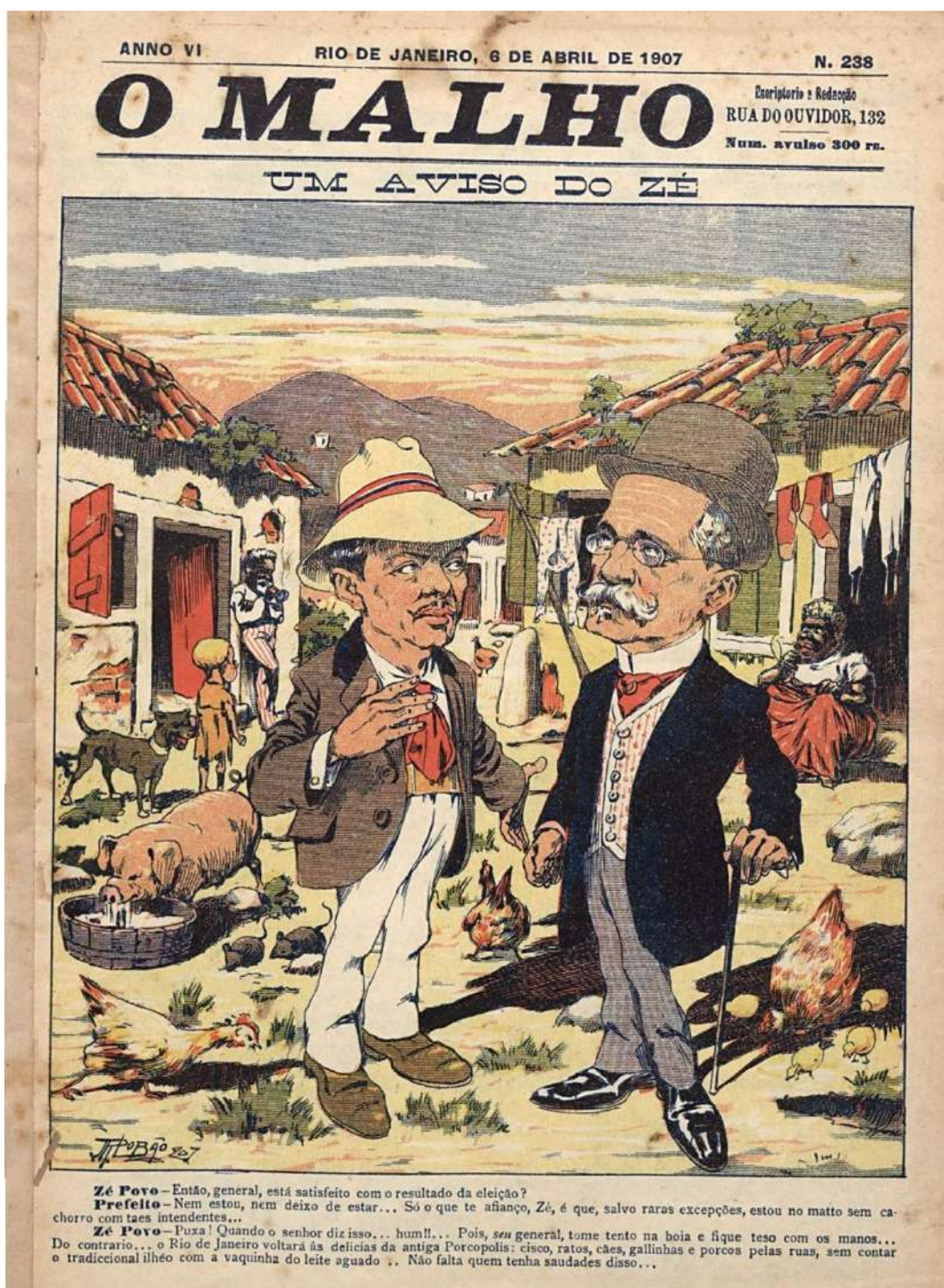
Fonte 7 - O Malho. 09 fev 1907. p. 24.



Fonte 8 - O Malho. 09 mar 1907. p. 33.



Fonte 9 - O Malho. 06 abr 1907. Capa.



Fonte 10 - O Malho. 06 abr 1907. p. 32.



Fonte 11 - O Malho. 04 mai 1907. p. 32.



Fonte 12 - O Malho. 08 jun 1907. p. 20.



Fonte 13 - O Malho. 15 jun 1907. p. 7.



Fonte 14 - O Malho. 22 jun 1907. p. 28.



Fonte 15 - O Malho. 22 jun 1907. p. 38.



Fonte 16 - O Malho. 13 jul 1907. p. 9.



Fonte 17 - O Malho. 13 jul 1907. p. 19.



Fonte 18 - O Malho. 13 jul 1907. p. 20.

A FEBRE DAS CONFERENCIAS

E' o sport ou a coqueluche da moda. Não ha ninguém que não queira fazer uma conferencia, litteraria, artistica ou philosophica. Dentro em pouco haverá mais conferencistas no Rio de Janeiro e no Brazil, do que coroneis na guarda nacional... Querem uma prova? Um dos nossos reporters artisticos conseguiu apanhar a *physiostria* de oito novos conferencistas que, successivamente, e certamente com successo, estreiarão na tribuna publica. São os seguintes :



Carlo Trinca-Espinha.
Fallará sobre— *O dinheiro... dos outros.*



Segismundo Carrapato.
Fallará sobre— *A hygiene da Favela.*



D. Pulcheria Mexerica
Perdigoto. Assumpto —
A vida... atheia.



Rev. Macario Ronha.
Dirá em latim sobre --
O habito não faz o monge.



Dr. Gatto 'Scaldato.
Conferenciara sobre —
*O automovel e... o diabo
que o carregue.*



D. Pudica da Encarnação.
Fallará sobre— *O povoamento do solo.*



D. Perpetua Bacalhão.
Dissertará sobre— *A beleza feminina e o collete devan-druá.*

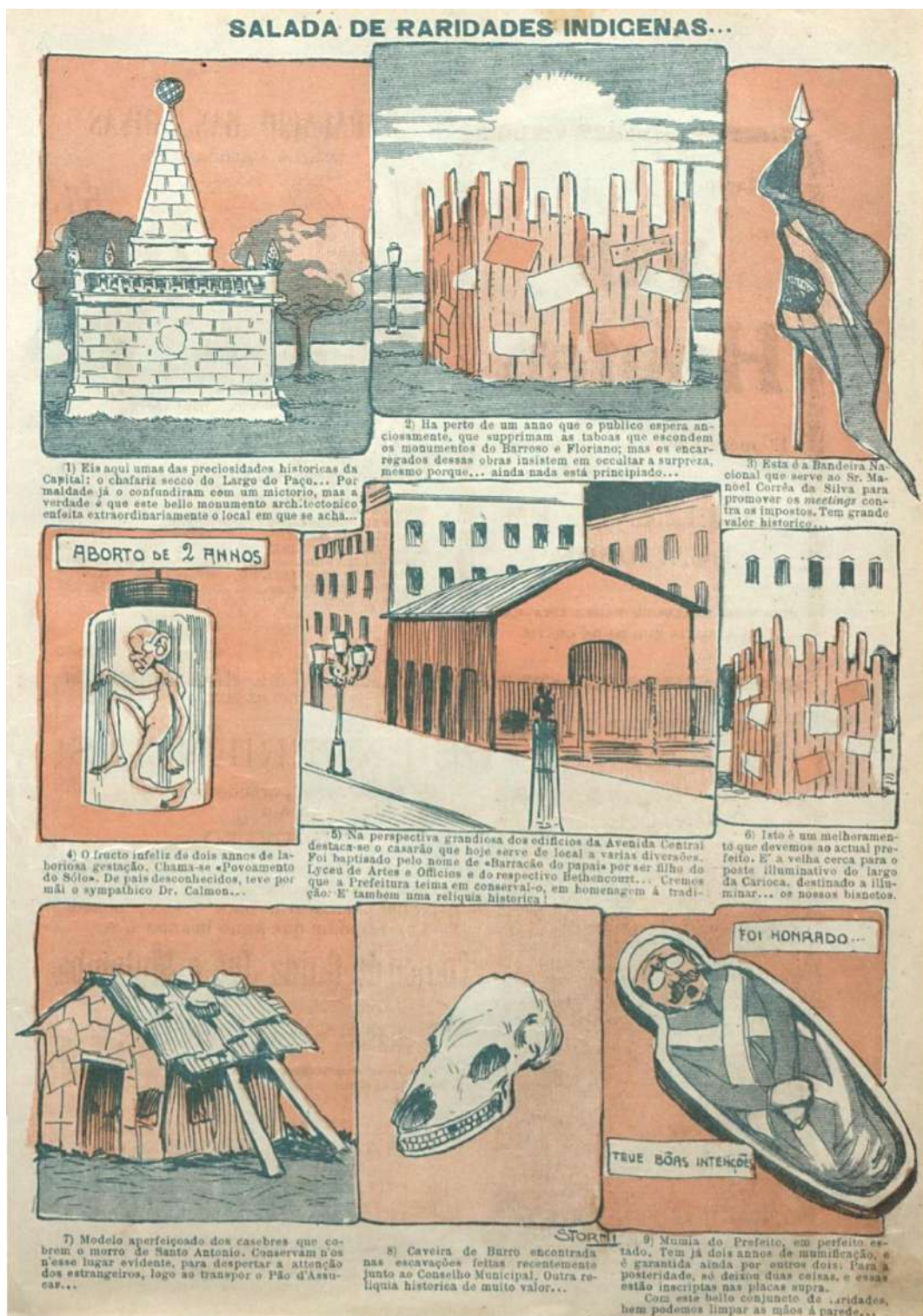


E, finalmente, o Sr. Zé Povo
que fallará sobre —
A utilidade das conferencias.

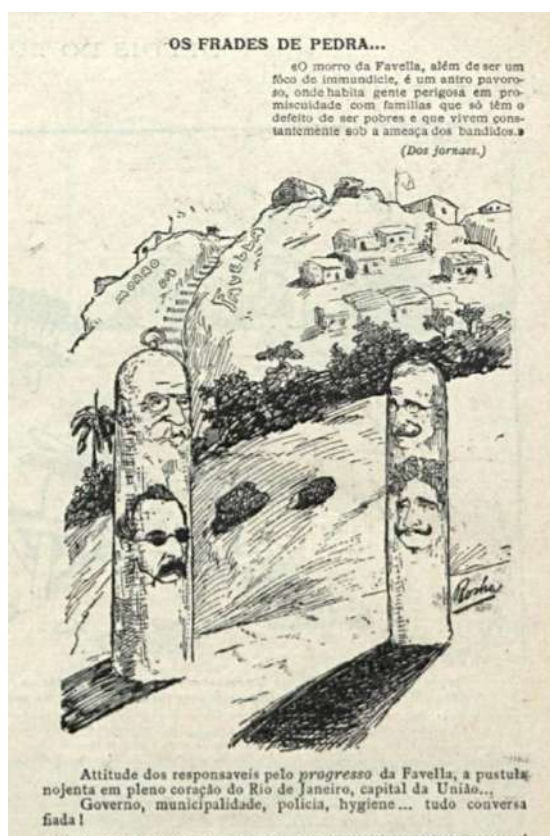
Fonte 19 - O Malho. 27 jul 1907. p. 30.



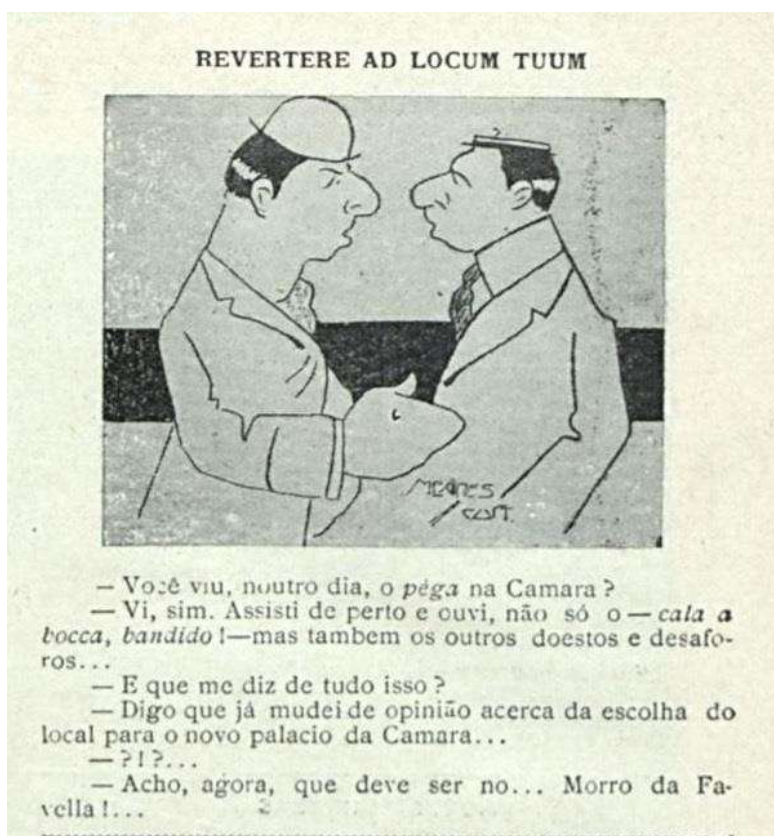
Fonte 20 - O Malho. 09 jan 1909. p. 35.



Fonte 21 - O Malho. 09 jan 1909. p. 47.



Fonte 22 - O Malho. 04 dez 1909. p. 46.



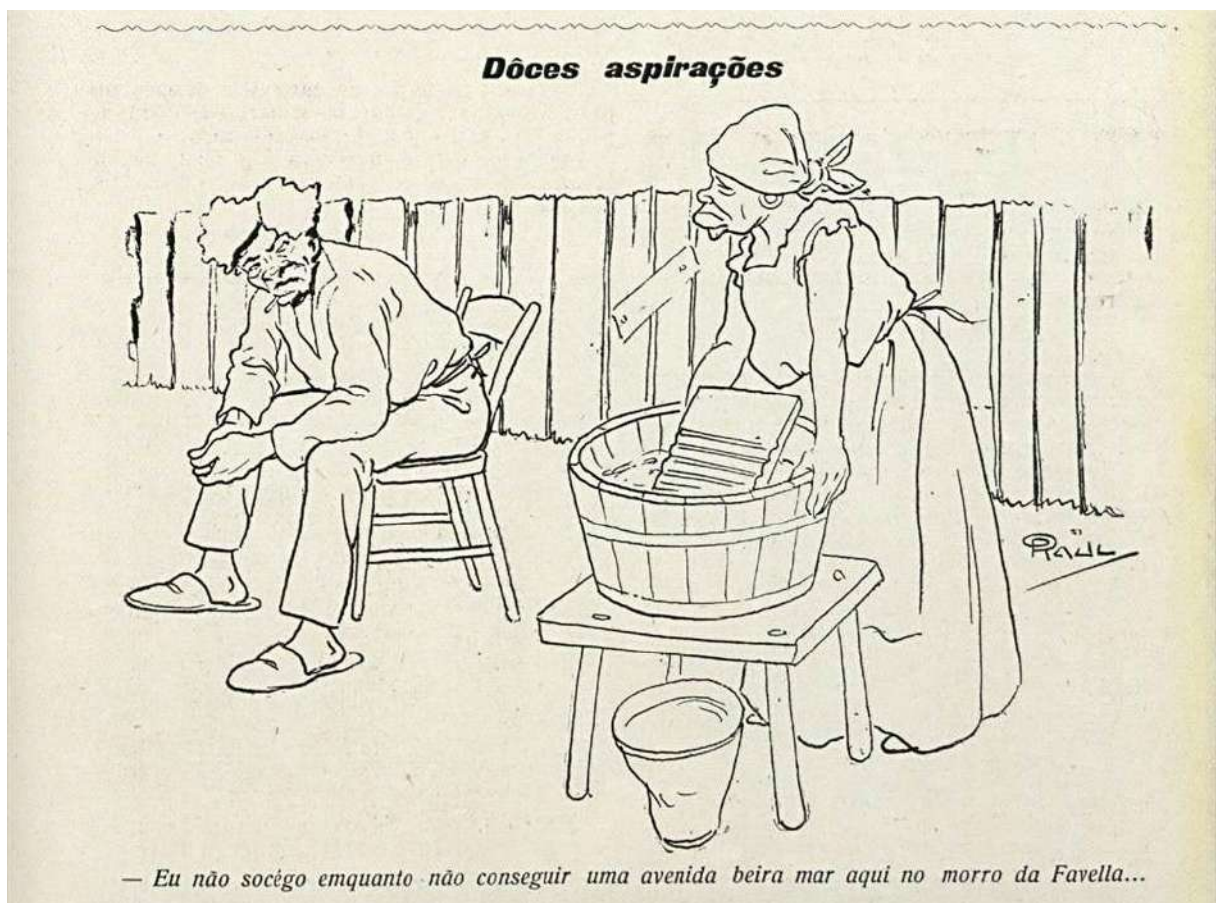
Fonte 23 - O Careta. 11 jun 1910. p. 15.



Fonte 24 - Fon Fon. 27 ago 1910. p. 30.



Fonte 25 - Fon Fon. 16 dez 1911. p. 27.

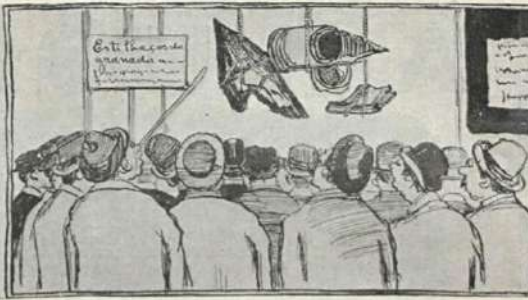


Fonte 26 - O Malho. 17 dez 1910. p. 18.

MAIS UMA...



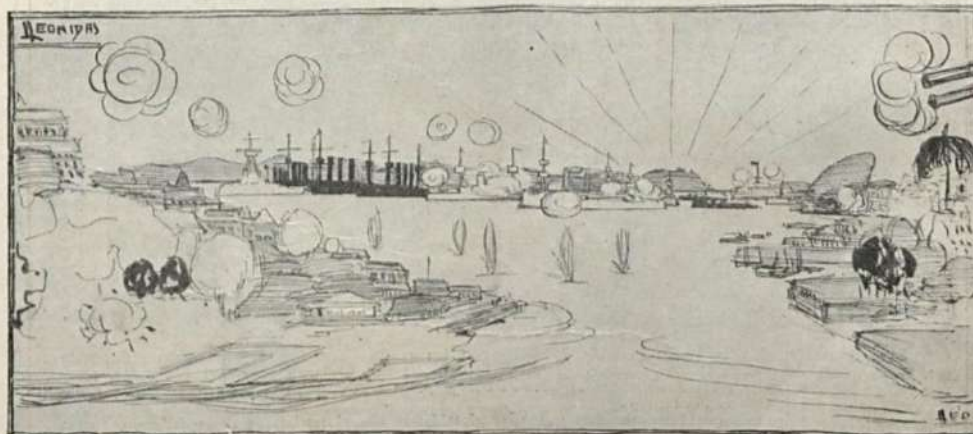
Na manhã do dia 10: Nova e caríssima espécie de despertador que o carioca não encomendou, mas que lhe veio inesperadamente...



Em vez de fléxas de foguetes, nas festas da Igreja, apanhámos pedaços de granadas para dependura nas redacções dos jornaes, e provocar phrases como esta:
—Oh! ferro! Nunca se viu tanto aço!



A pobre gente dos morros, sobresaltada e em trajes menores, fugia em debandada, quando ronzou o canhão... Era o caso: subia á serra, descendo...

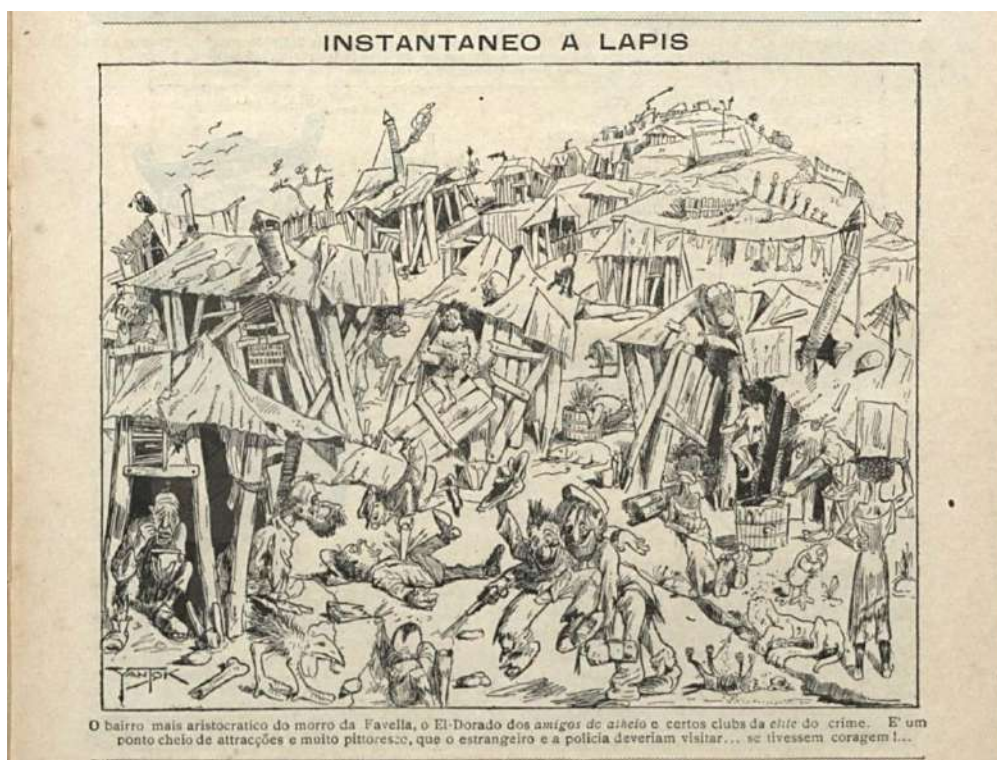


E o que se seguiu não foi para brincadeiras: foi uma scena dantesca. Toda a esquadra, as baterias dos morros de S. Bento e Conceição, as Pharoix e fortaleza de Willegaignon, despejavam os seus canhões para a ilha das Cobras, a ilha revoltada, que, arruinada, rendeu-se afinal!
E tudo isso «nas barbas» da divisão Inglesa, que testemunhava o feito, do alto dos seus negres e immensos canudos!...

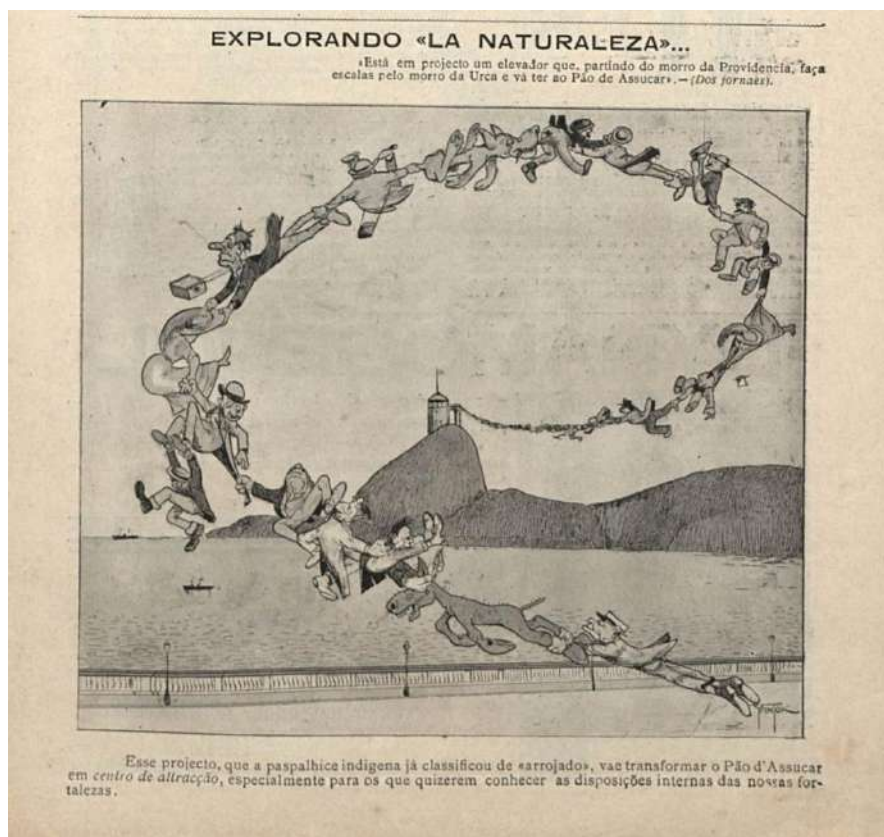
Fonte 27 - O Malho. 11 nov 1911. p. 23.



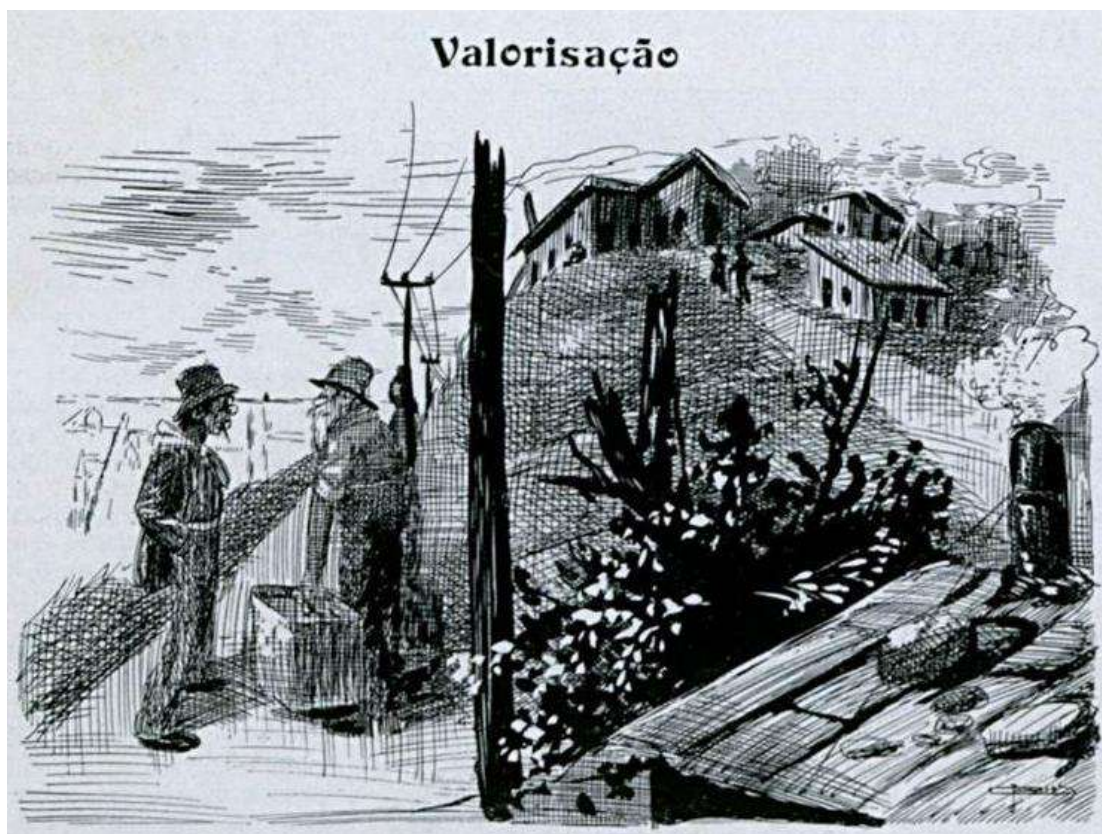
Fonte 28 - O Malho. 20 abr 1912. p. 43.



Fonte 29 - O Malho. 08 jun 1912. p. 29.



Fonte 30 - O Careta. 21 jun 1913. p. 14.



Fonte 31 - O Malho. 02 ago 1913. p. 46.



Fonte 32 - O Malho. 28 fev 1914. p. 14.



Fonte 35 - O Malho. 10 fev 1917. p. 16.



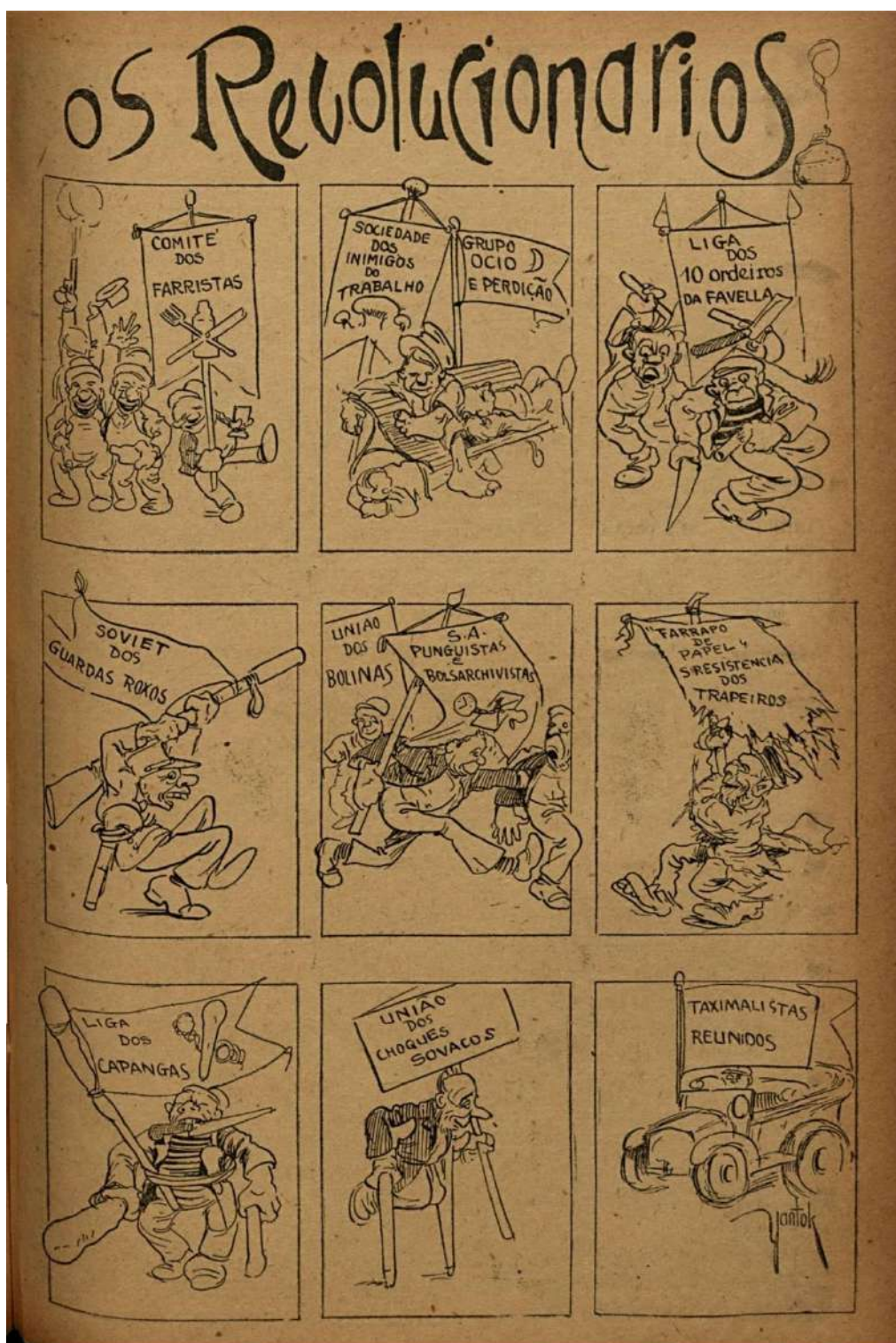
Fonte 36 - O Malho. 26 mai 1917. p. 43.



Fonte 37 - Fon Fon. 28 set 1918. p. 13.



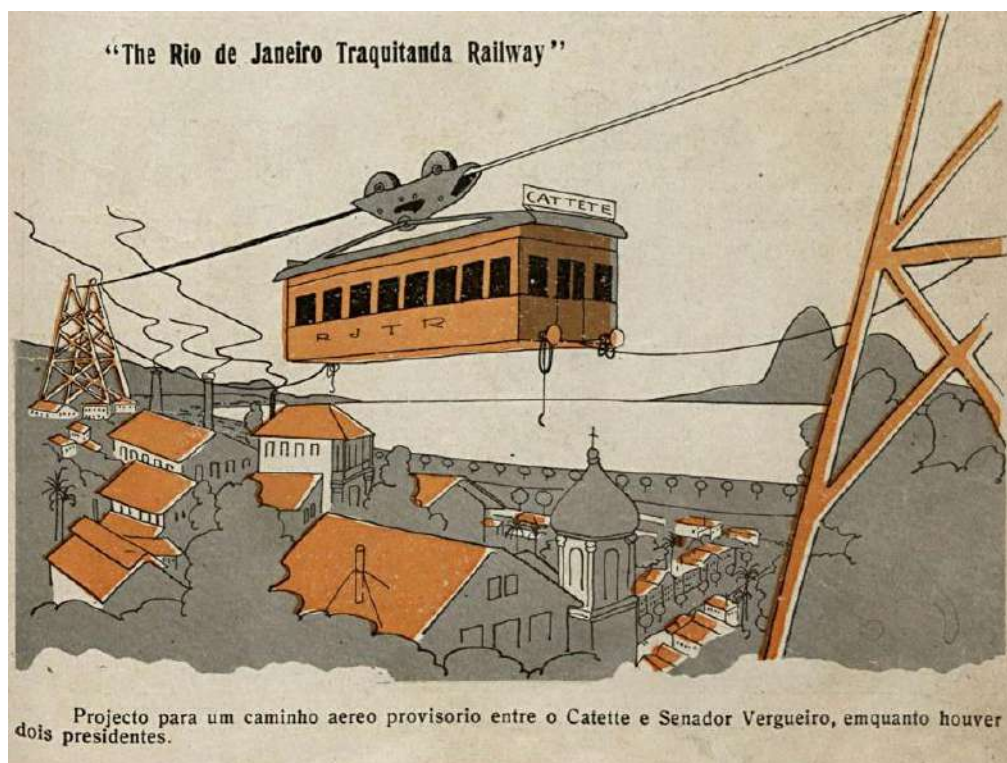
Fonte 38 - Fon Fon. 07 dez 1918. p. 44.



Fonte 39 - D. Quixote. 08 jan 1919. p. 10.



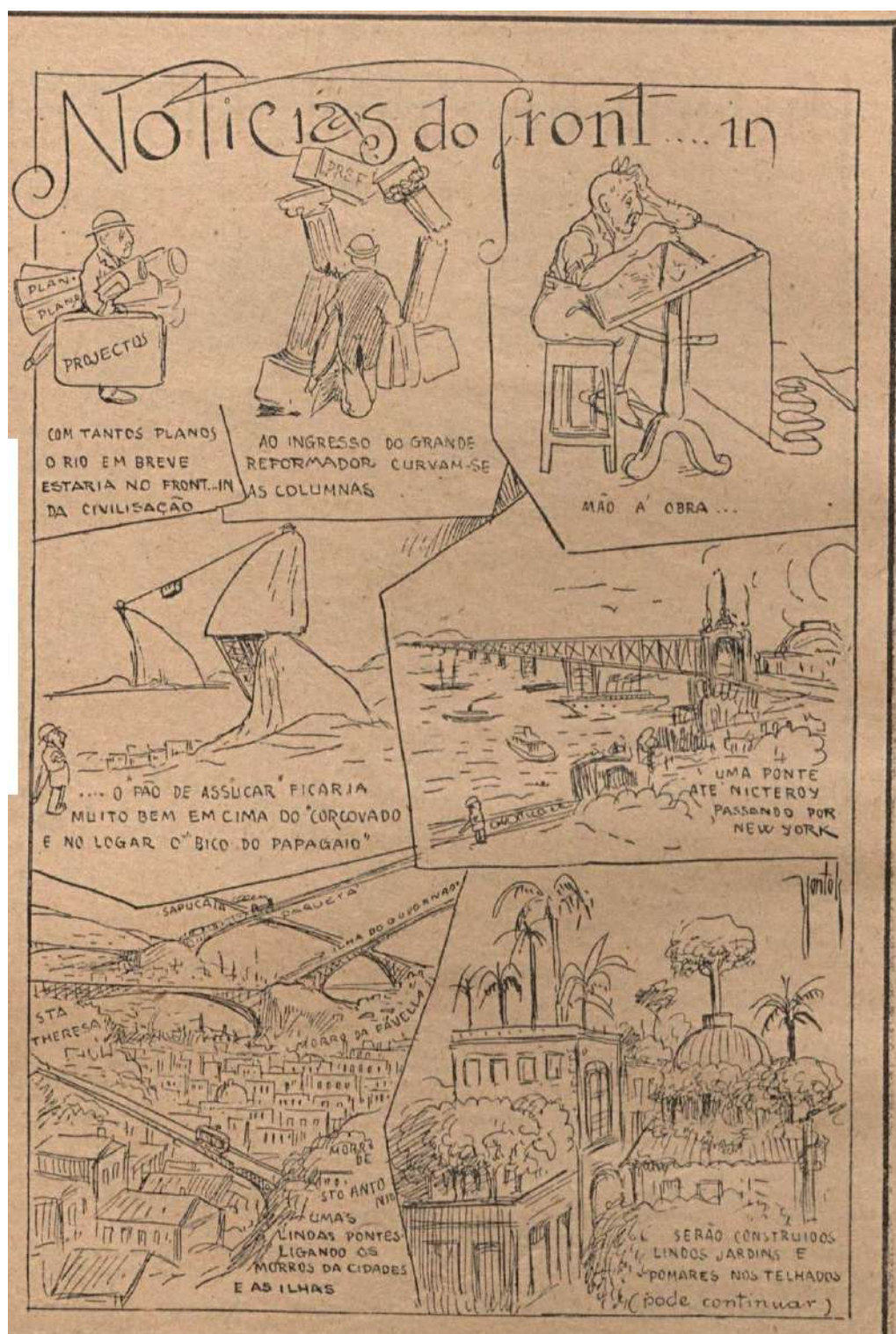
Fonte 40 - O Careta. 11 jun 1919. p. 9.



Fonte 41 - Para Todos. 26 abr 1919. p. 18.



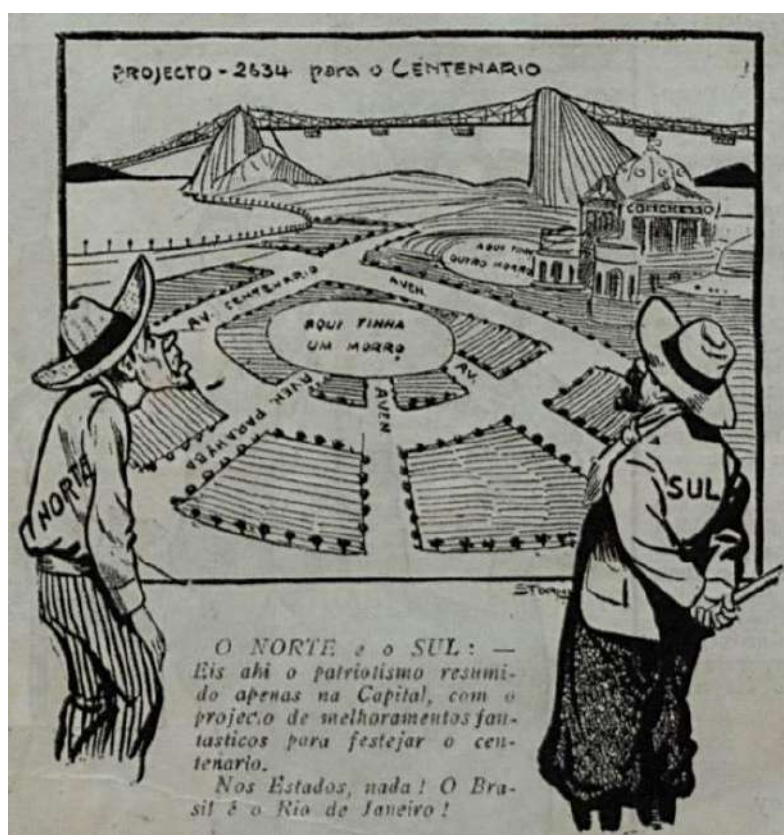
Fonte 42 - D. Quixote. 16 jul 1919. p. 18.



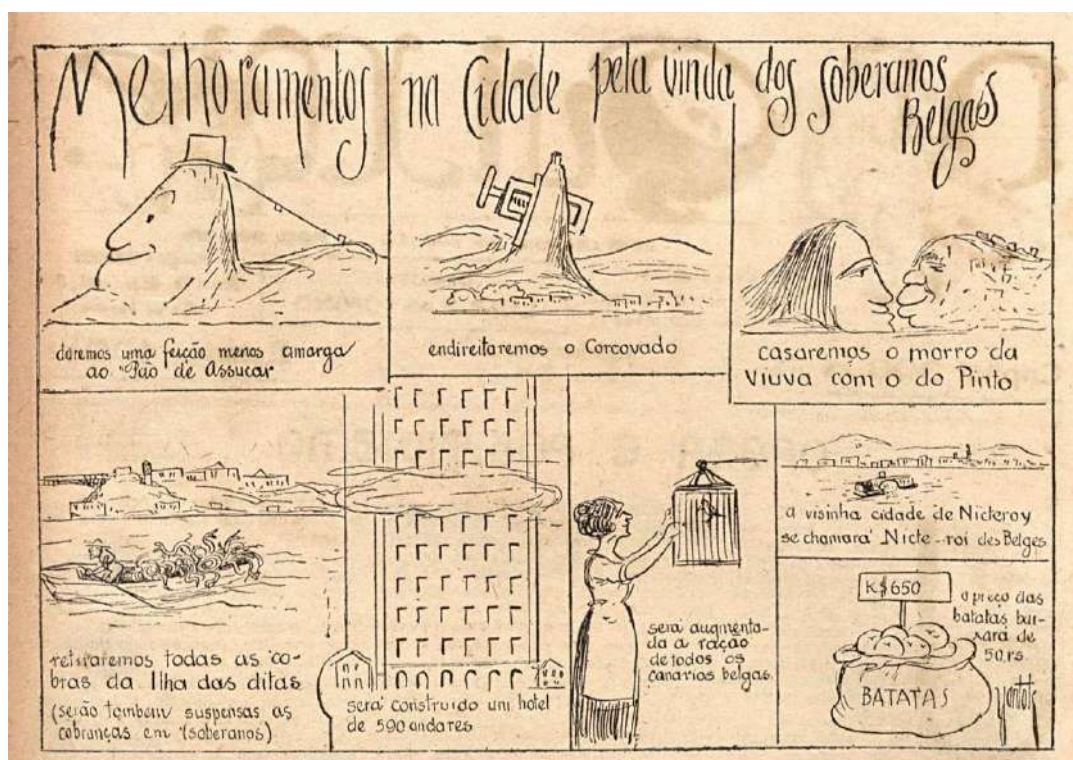
Fonte 45 - D. Quixote. 23 jun 1920. p. 16.



Fonte 46 - O Malho. 30 jul 1920. p. 11.



Fonte 47 - D. Quixote. 28 jul 1920. p. 12.



Fonte 48. D. Quixote. 18 ago 1920. p. 15.



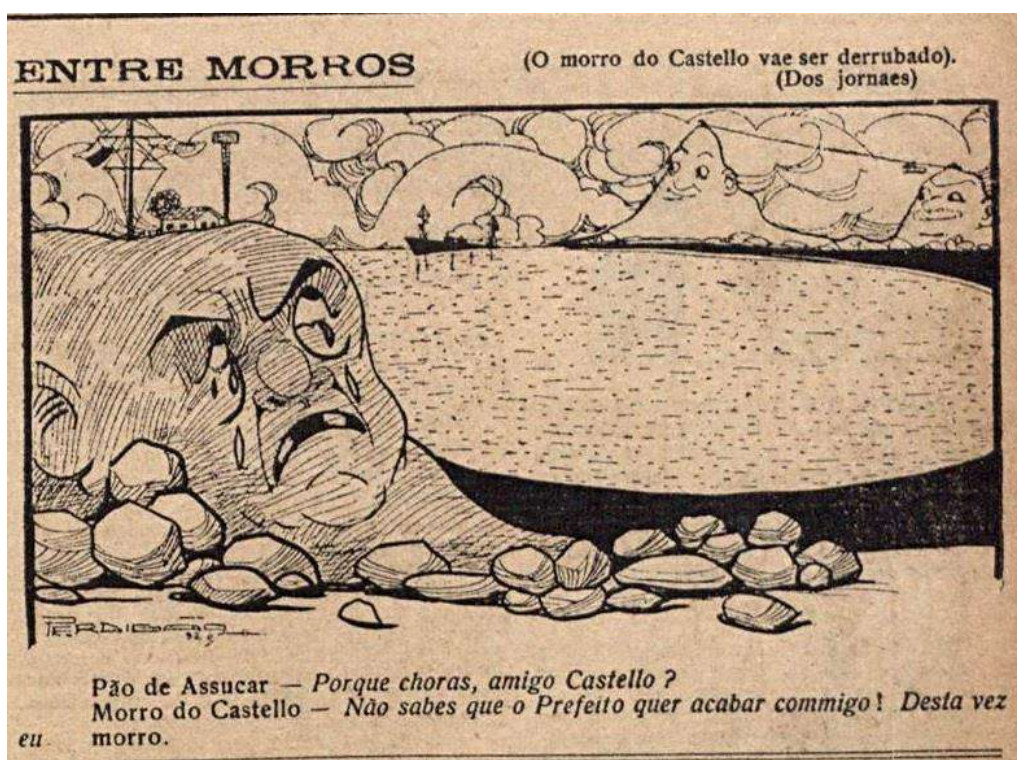
Fonte 49 - O Careta. 28 ago 1920. Capa.



Fonte 50 - D. Quixote. 08 set 1920. p. 17.



Fonte 51 - D. Quixote. 15 set 1920. p. 19.



Fonte 52 - O Careta. 16 out 1920. p. 19.



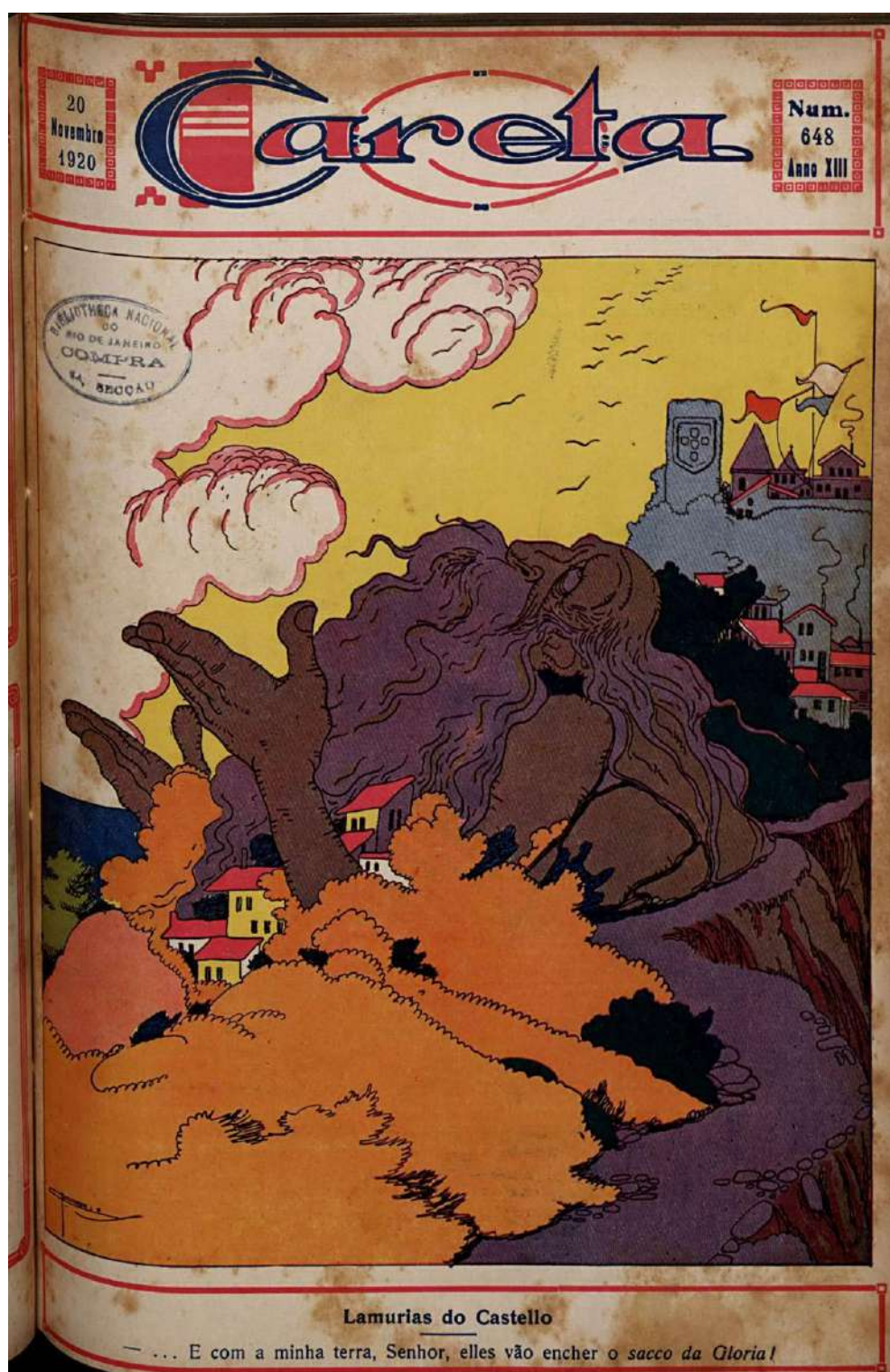
Fonte 53 - O Careta. 06 nov 1920. p. 17.



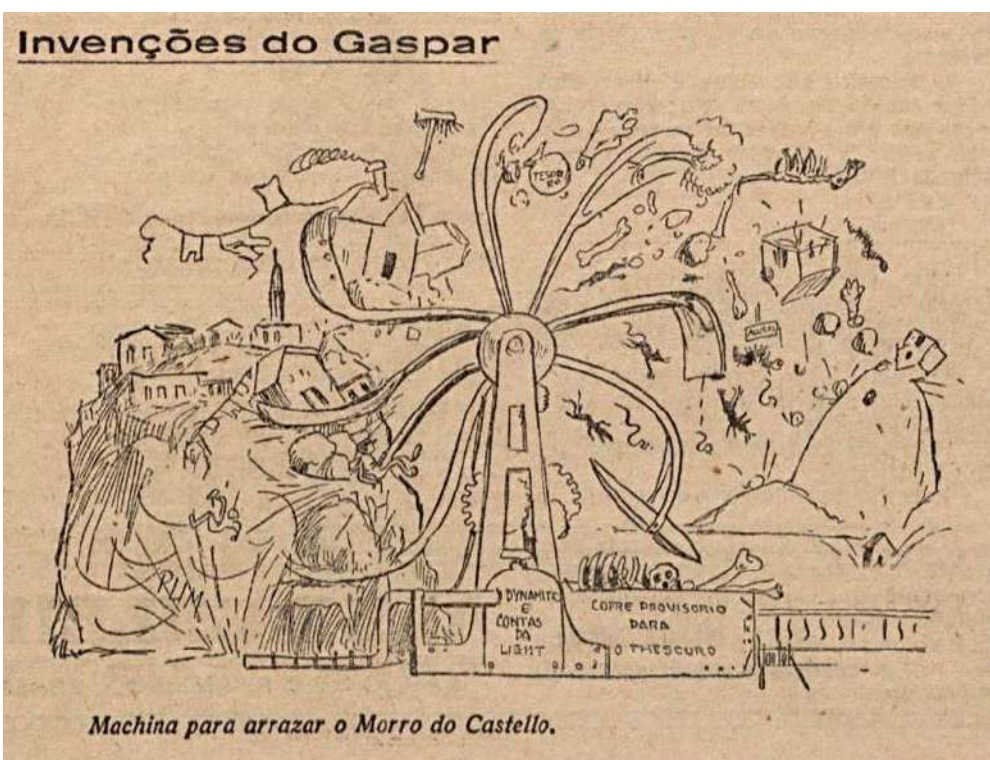
Fonte 54 - Fon Fon. 28 ago 1920. p. 41.



Fonte 55 - O Careta. 20 nov 1920. Capa.



Fonte 56 - D. Quixote. 17 nov 1920. p. 18.



Fonte 57 - Fon Fon. 20 nov 1920. p. 37.



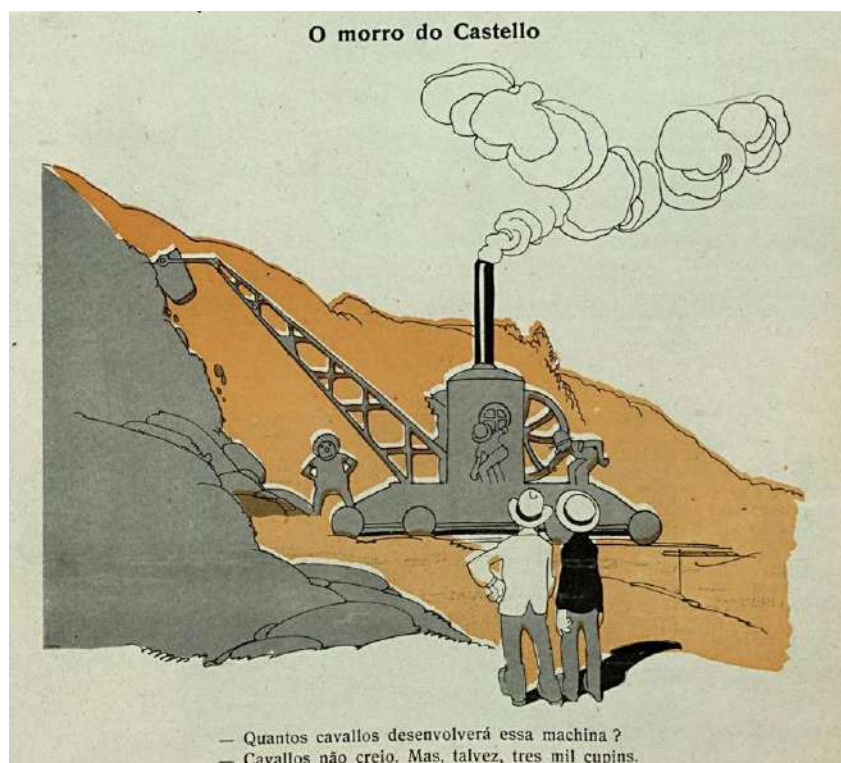
Fonte 58 - Fon Fon. 04 dez 1920. p. 42.



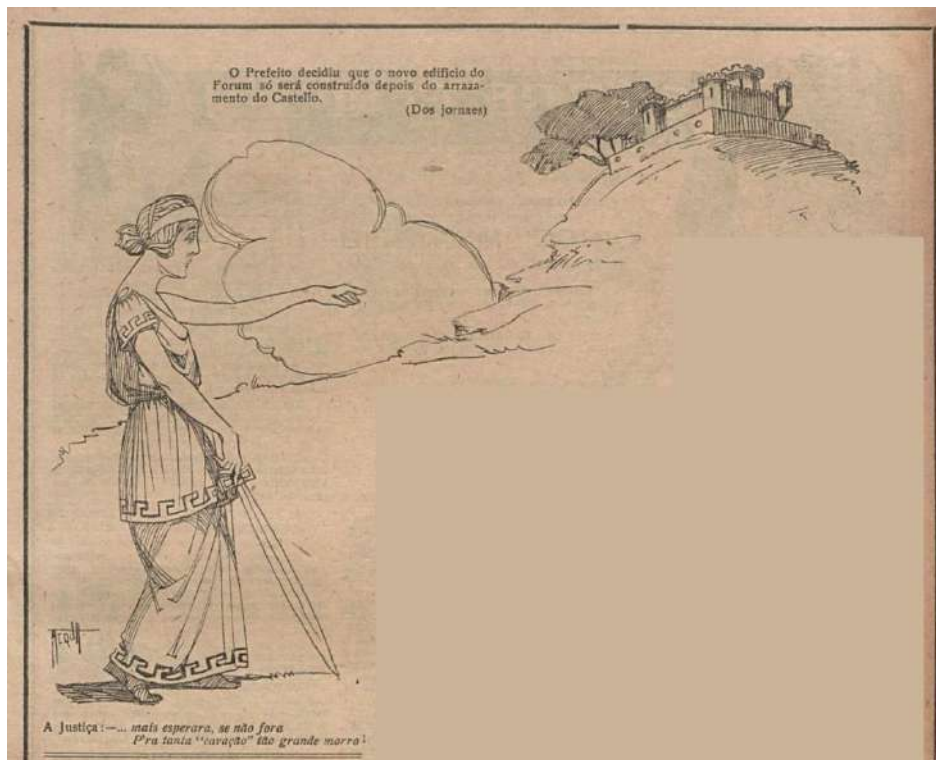
Fonte 60 - O Careta. 19 fev 1921. p. 26.



Fonte 61 - O Careta. 26 fev 1921. p. 19.



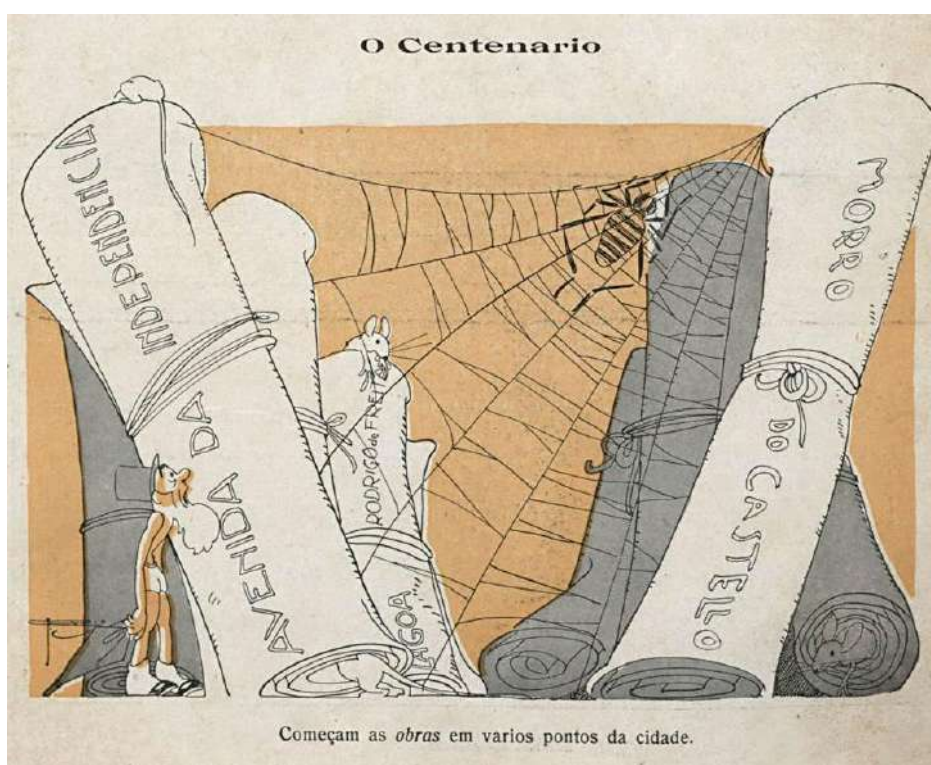
Fonte 62 - D. Quixote. 09 mar 1921. p. 19.



Fonte 63 - O Careta. 26 mar 1921. p. 17.



Fonte 64 - O Careta. 02 abr 1921. p. 15.



Fonte 65 - O Careta. 02 abr 1921. p. 25.



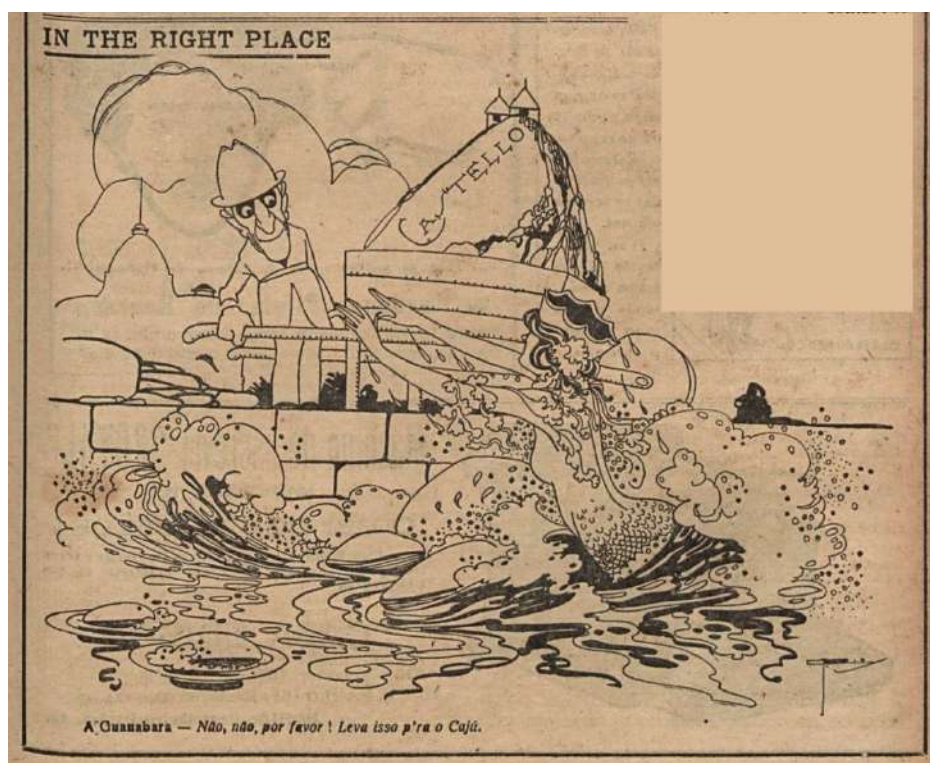
Fonte 66 - O Careta. 16 abr 1921. p. 38.



Fonte 67 - O Careta. 23 abr 1921. p. 19.



Fonte 68 - D. Quixote. 25 mai 1921. p. 19.



Fonte 69 - D. Quixote. 01 jun 1921. p. 10.



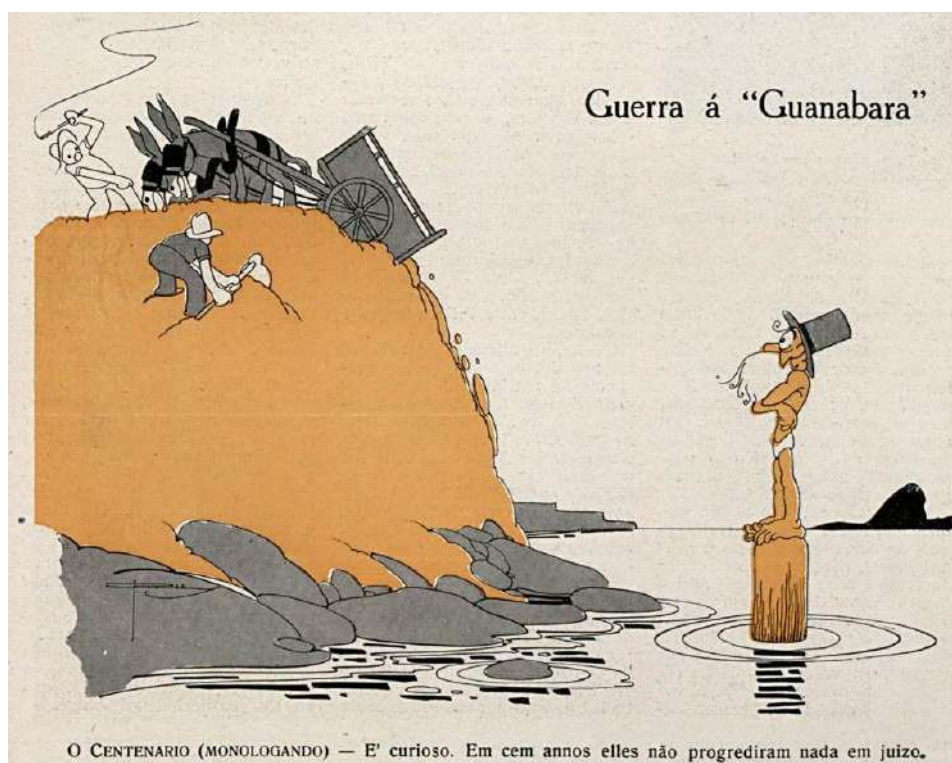
Fonte 70 - O Careta. 11 jun 1921. p. 21.



Fonte 71 - O Careta. 16 jul 1921. Capa.



Fonte 72 - O Careta. 23 jul 1921. p. 19.



Fonte 73 - D. Quixote. 27 jul 1921. p. 19.



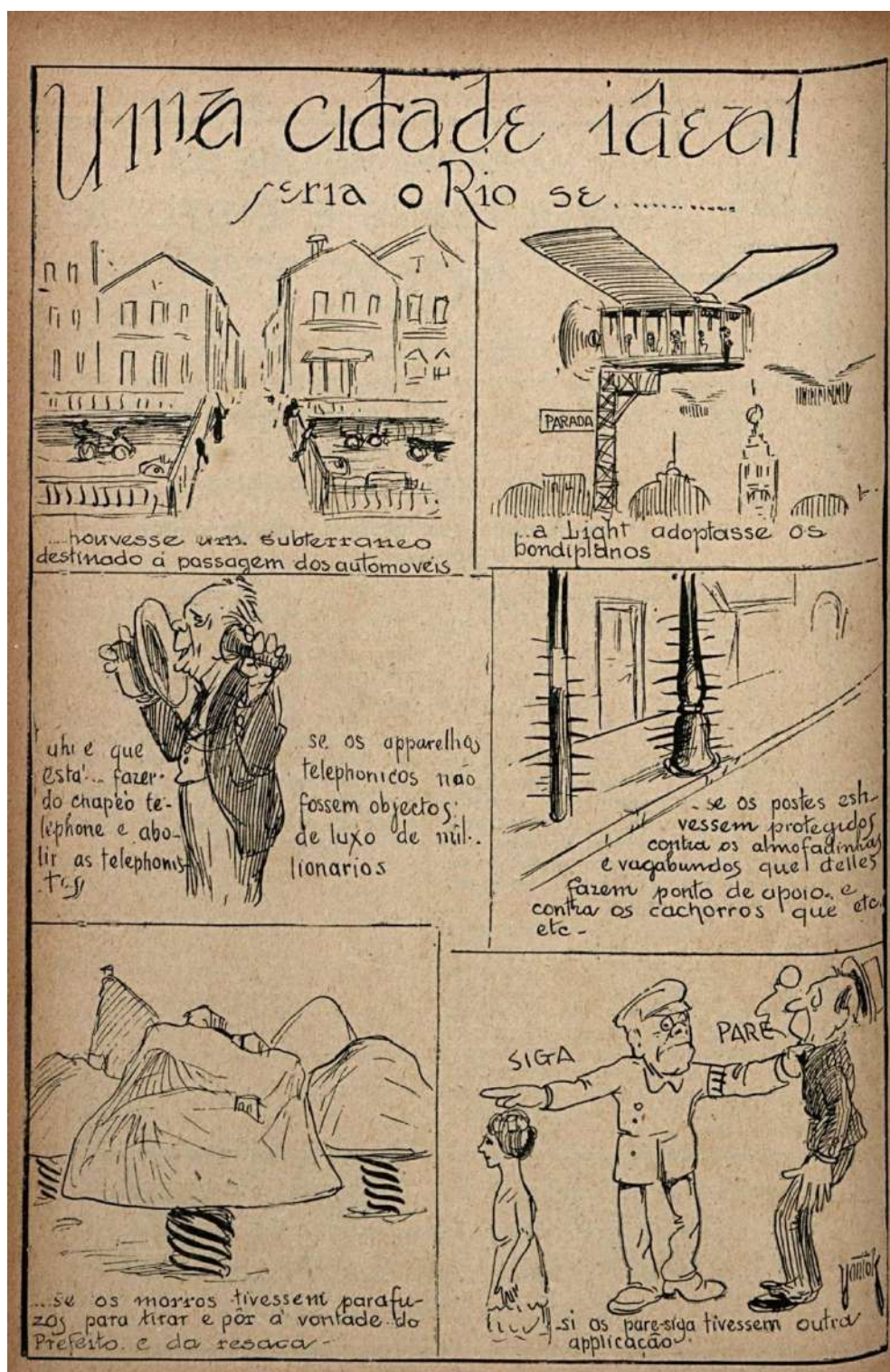
Fonte 74 - O Careta. 13 ago 1921. p. 23.



Fonte 75 - O Careta. 10 set 1921. p. 19.



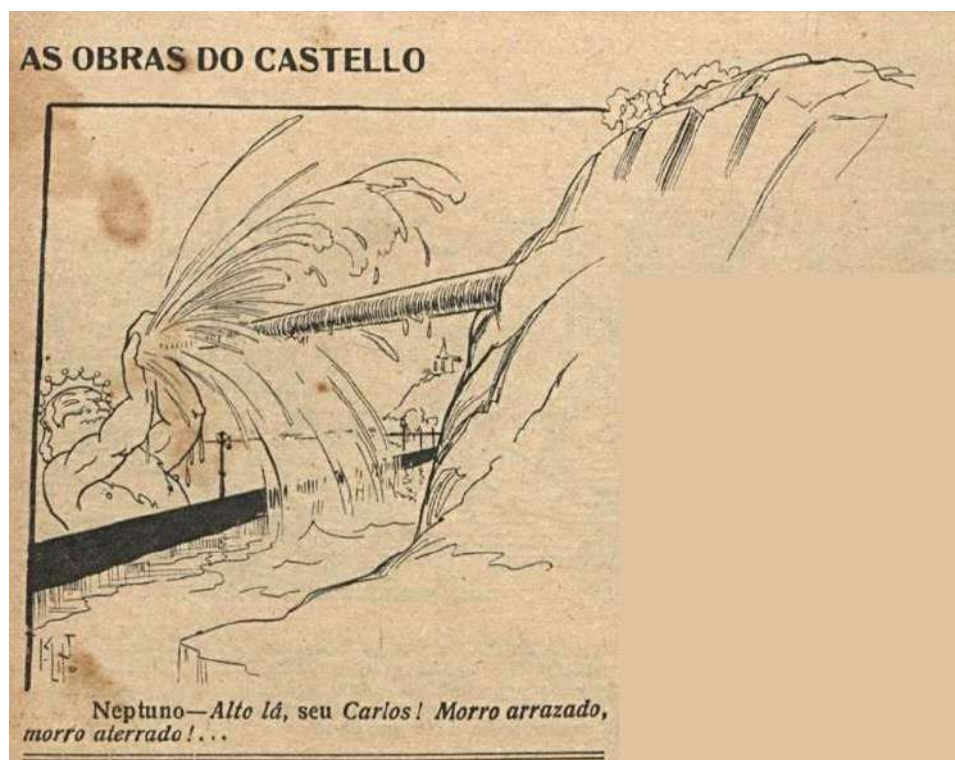
Fonte 76 - Fon Fon. 05 nov 1921. p. 45.



Fonte 77 - O Careta. 15 out 1921. p. 17.



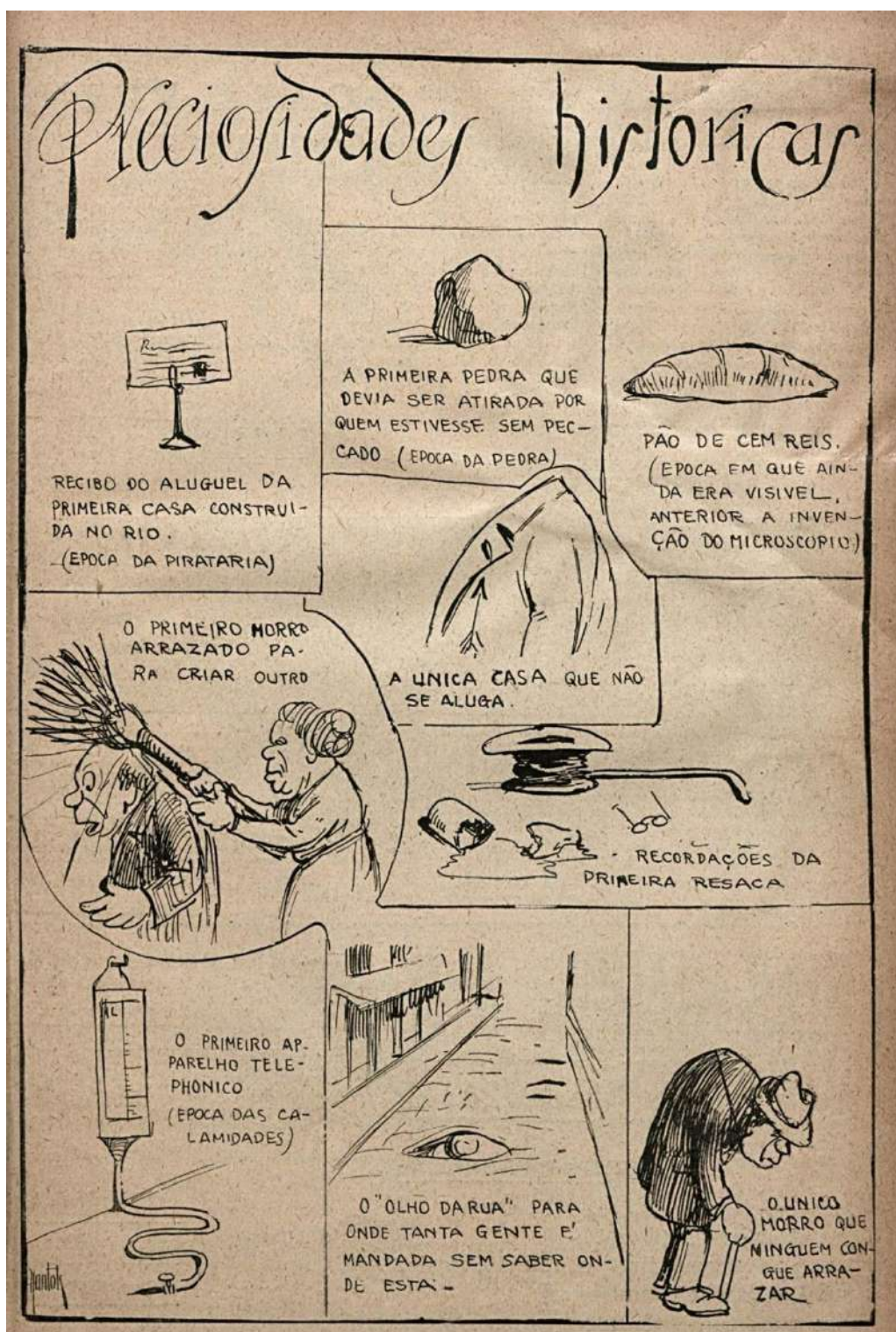
Fonte 78 - D. Quixote. 19 out 1921. p. 18.



Fonte 79 - O Careta. 29 out 1921. p. 21.



Fonte 80 - Fon Fon. 29 out 1921. p. 44.



Fonte 81 - O Careta. 05 nov 1921. Capa.



Fonte 82 - O Careta. 12 nov 1921. p. 15.



Fonte 83 - Fon Fon. 03 dez 1921. p. 49.



Fonte 84 - O Careta. 10 dez 1921. p. 15.



Fonte 85 - D. Quixote. 25 jan 1921. p. 21.



Fonte 86 - O Malho. 11 mar 1922. p. 37.



Fonte 87 - O Malho. 18 mar 1922. p. 23.



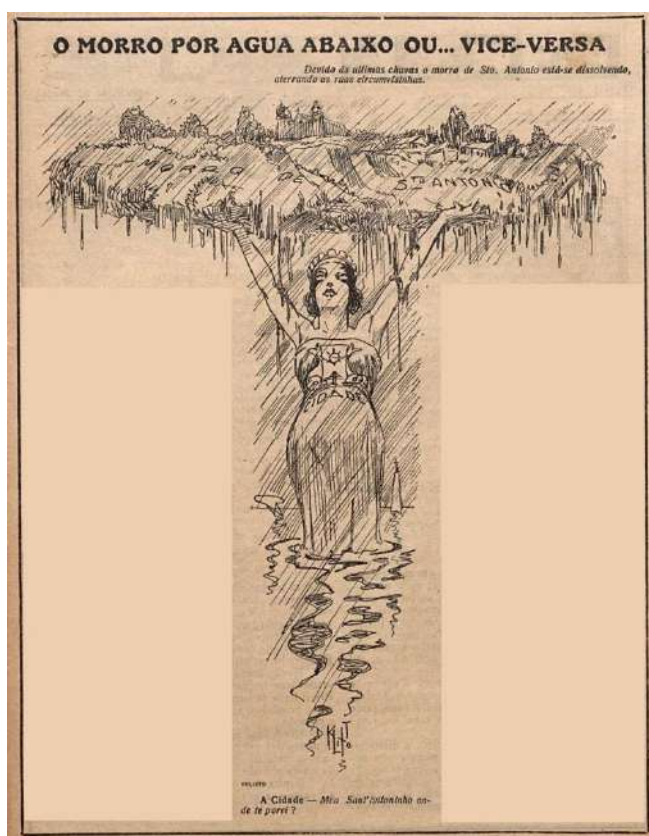
Fonte 88 - O Malho. 18 mar 1922. p. 38.



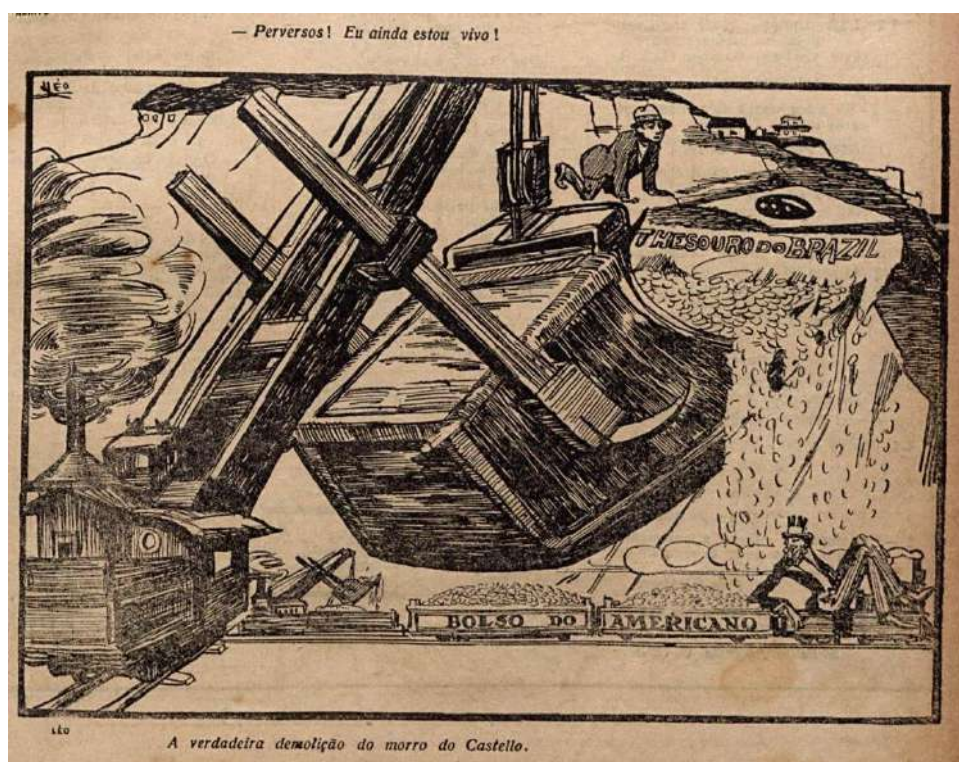
Fonte 89 - D. Quixote. 22 mar 1922. p. 14.



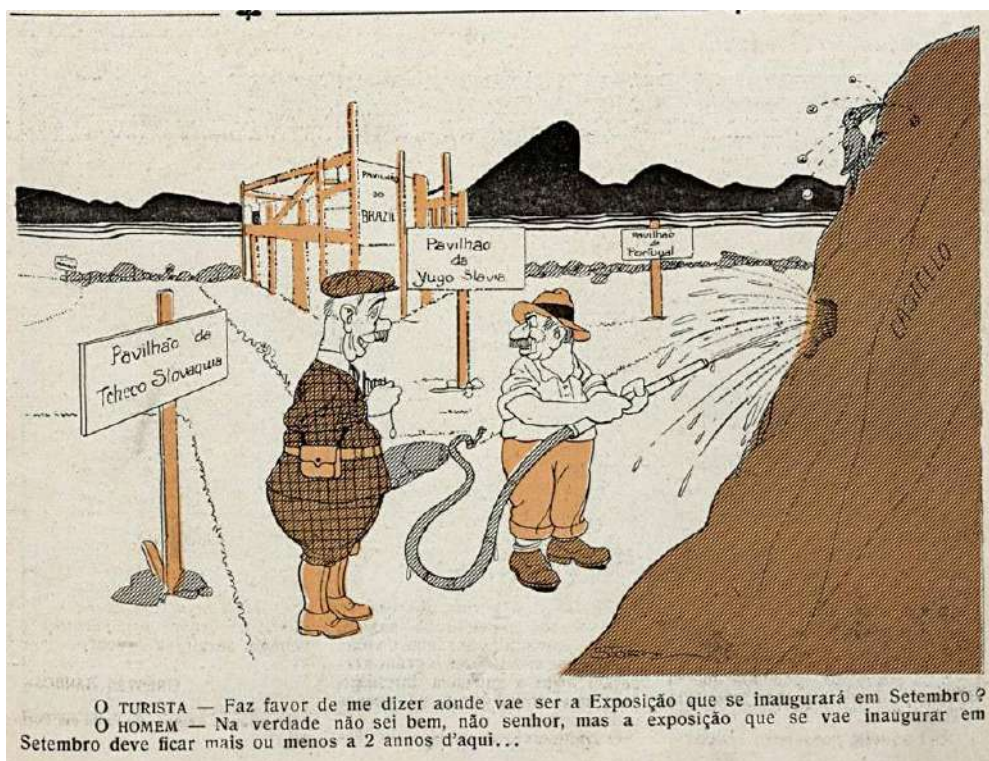
Fonte 90 - D. Quixote. 29 mar 1922. p. 12.



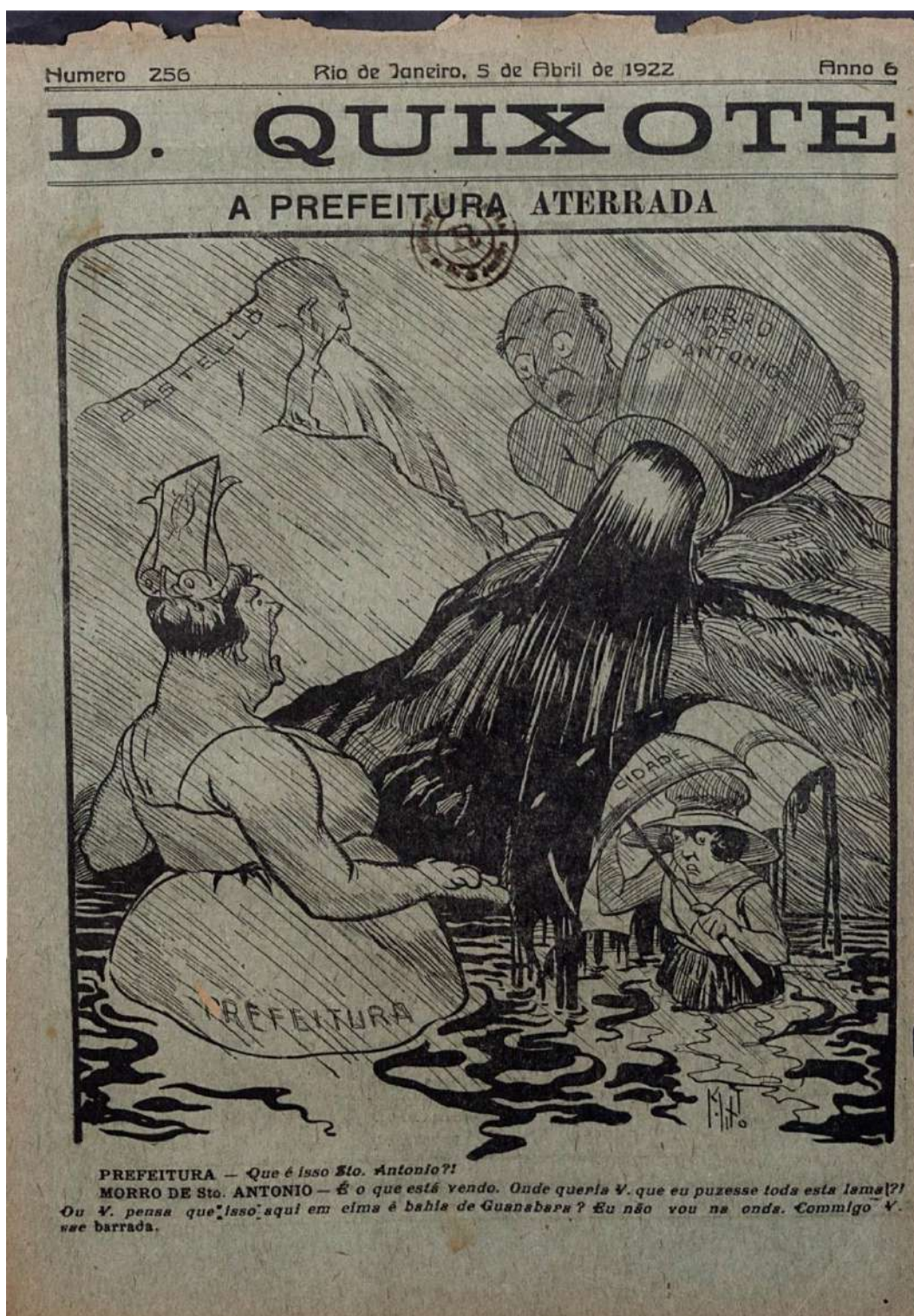
Fonte 91 - D. Quixote. 29 mar 1922. p. 15.



Fonte 92 - O Careta. 01 abr 1922. p. 19.



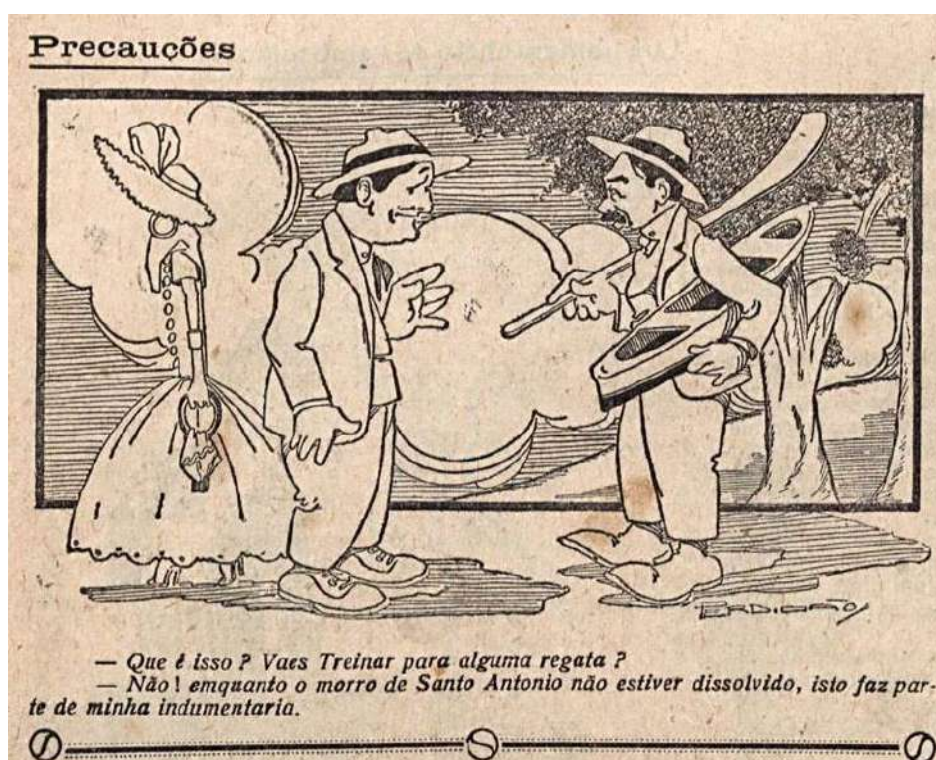
Fonte 93 - D. Quixote. 05 abr 1922. Capa.



Fonte 94 - D. Quixote. 19 abr 1922.p. 23.



Fonte 95 - D. Quixote. 19 abr 1922. p. 24.



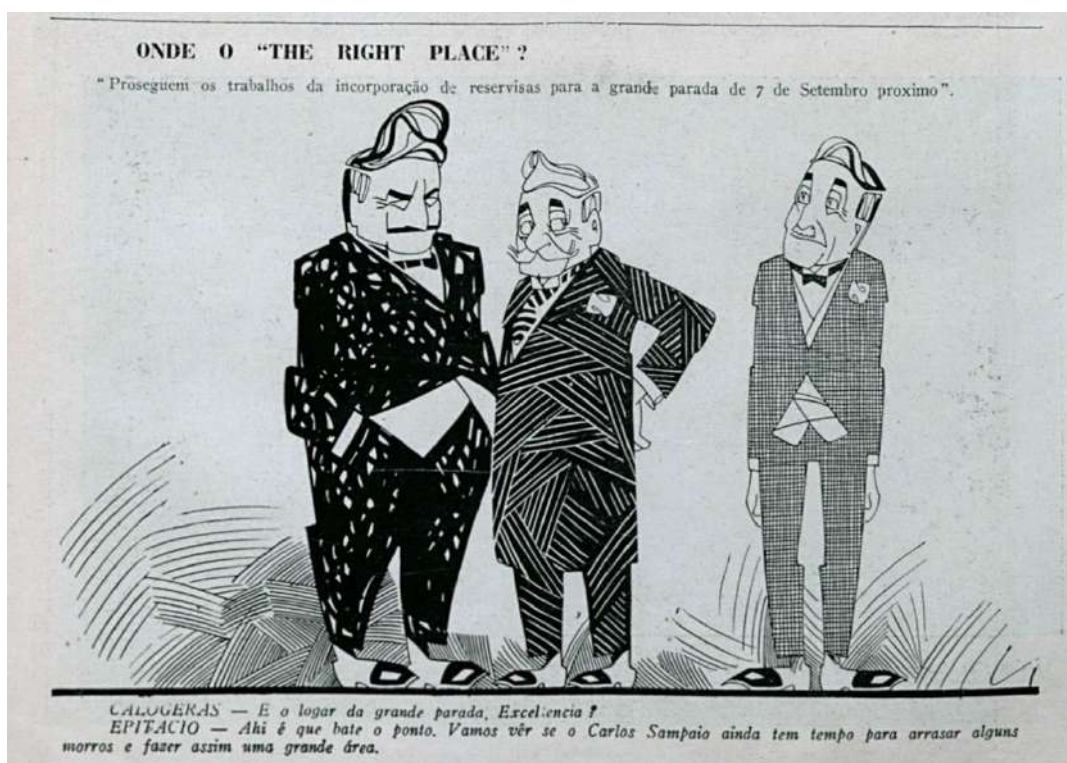
Fonte 96 - O Malho. 06 mai 1922. p. 35.



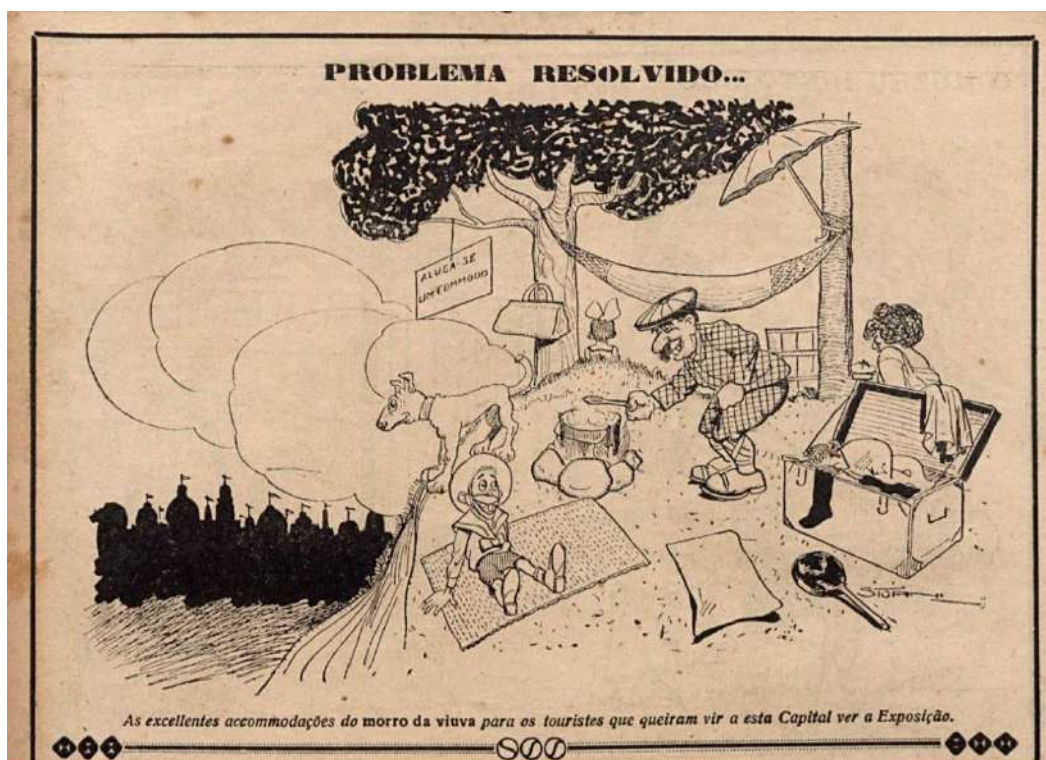
Fonte 97 - Fon Fon. 05 ago 1922. p. 42.



Fonte 98 - O Malho. 12 ago 1922. p. 25.



Fonte 99 - D. Quixote. 30 ago 1922. p. 14.



Fonte 100 - O Careta. 10 fev 1923. p. 19.



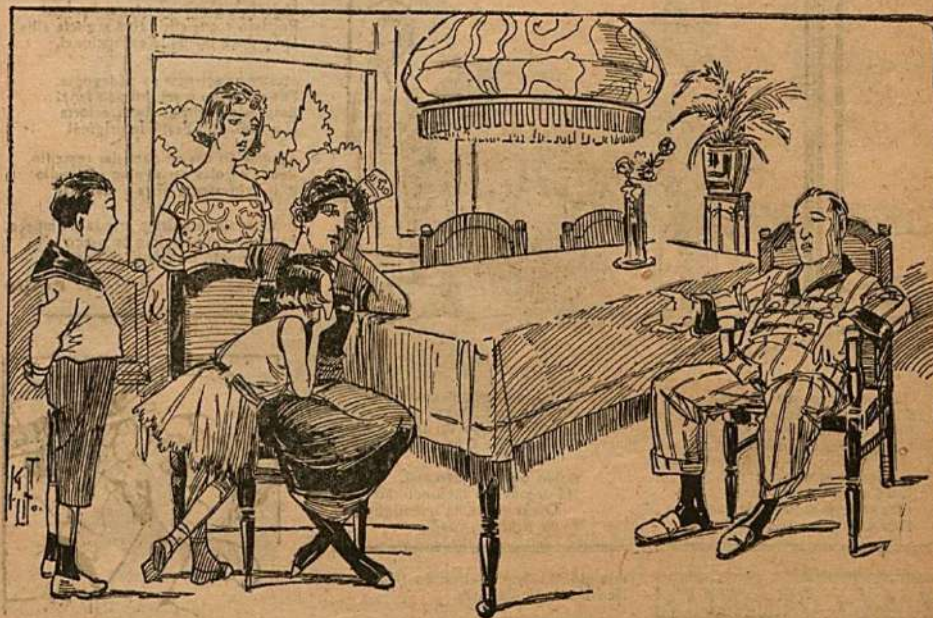
ELLA — Ah! o meu ideal era ir a Paris e conviver nesse meio de vicio, entre os apaches, e ser amada por um desses brutos...

EU — Mas não é preciso ir tão longe... Nós aqui temos o morro da Favella...

D. QUIXOTE

A crise de habitações

DIALOGO DOMESTICO



—Agora, minha filha, não ha remedio sinão nos mudarmos; disse-me o advogado que já estão esgotados todos os recursos da lei, em nosso favor.

—Mas para onde? ahi é que está o *busilhis*!

—Vi annunciada uma boa casa com trez quartos, duas salas, pequeno quintal, na rua da America.

—Onde é isto!

—America? Pois não te lembrás da geographia que aprendeste no collegio?

—Lá vens tu com as tuas brincadeiras! Pergunto a rua; é em Botafogo?

—É perto; é na Favella.

—Na Favella? Deus me livre; aquillo é um lugar de saltadores.

—Isso não quer dizer nada; a Avenida Rio Branco tambem o é.

—Vamos adiante; não sabes de outra?

—Informaram-me de uma na rua D. Gurdulina, em Catumbi; dois quartos, duas salas, cosinha ..

—Não tem banheiro?

—Tem na rua do Carmo,

—Ora essa! e o aluguel?

—Quatrocentos mil reis e carta de fiança do Visconde de Moraes, do Gulule ou do Lafon,

—Que horror!

—É isso, meu amor; além das casas caras elles escolhem as caras que garantam as casas... Mas não desanimemos, um collega de repartição falou-me numa magnifica e por preço relativamente barato.

Fica em Larangeiras..

—Bom bairro...

—Optimo. Tem quatro quartos, duas salas e bom quintal; trezentos mil reis...

—Não é caro; e, demais, tem o quintal para as crianças brincarem...

—Nada, nada! Ah! é que pega o carro ..

—Porque?

—É que a casa só se aluga a casal sem filhos. É a campanha infame dos proprietarios contra o povoamento do solo.

—Mas isso é um absurdo!

—Despovoar o solo? Tambem acho. Mas eu não vou nisso; ou melhor, nós não vamos...

—Ainda se houvesse aqui, como já ha em S. Paulo, as casas de madeira vendidas a prestações, compravamos um terrenzinho...

—Isso é si houvesse, mas não ha aqui, no que respeita a ganancia dos proprietarios, *só a pão*...

—Afimal não sei como sahiremos dessa encrenca...

—Nem eu, mas o caso é que nós temos de mudar, seja como fôr e nem que seja para o inferno para a casa do diabo!

—Uma idéa!

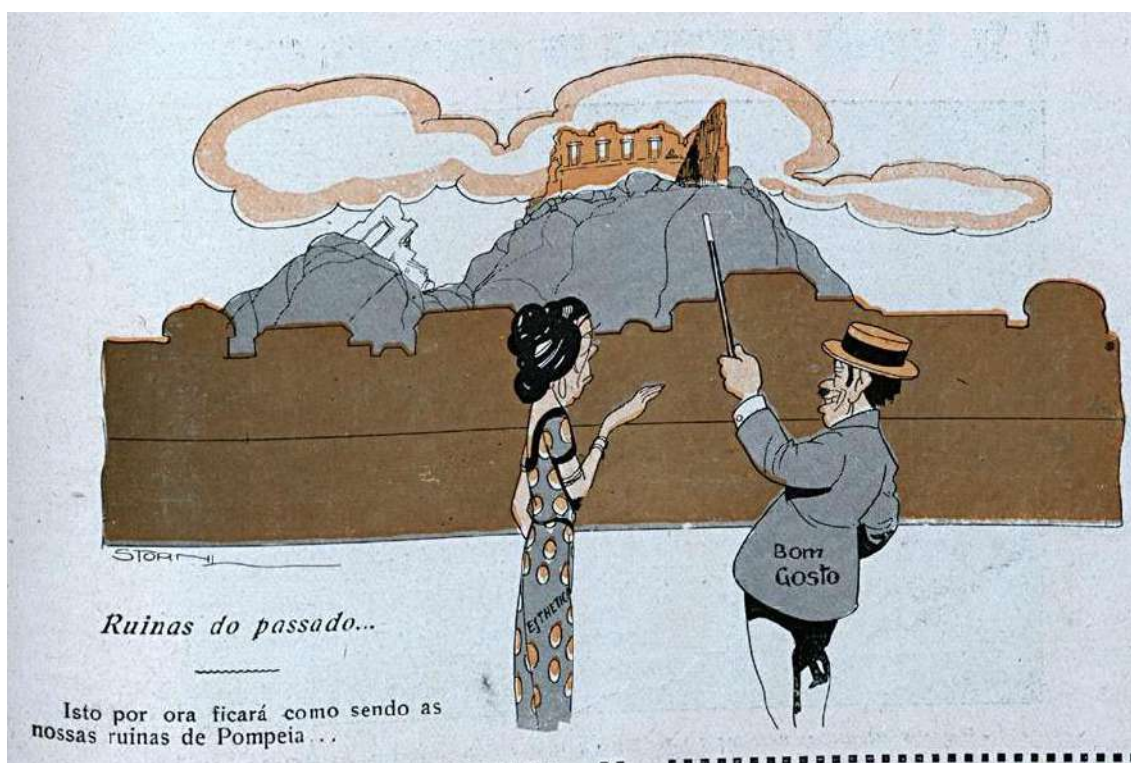
—Dize-a lá.

—Si fossemos passar uns dias em casa da mamãe, enquanto não aparece casa!

—O' filhinha, tu és terrivel; vaes logo pegando na minha palavra ..

OSCAR A. MELLO

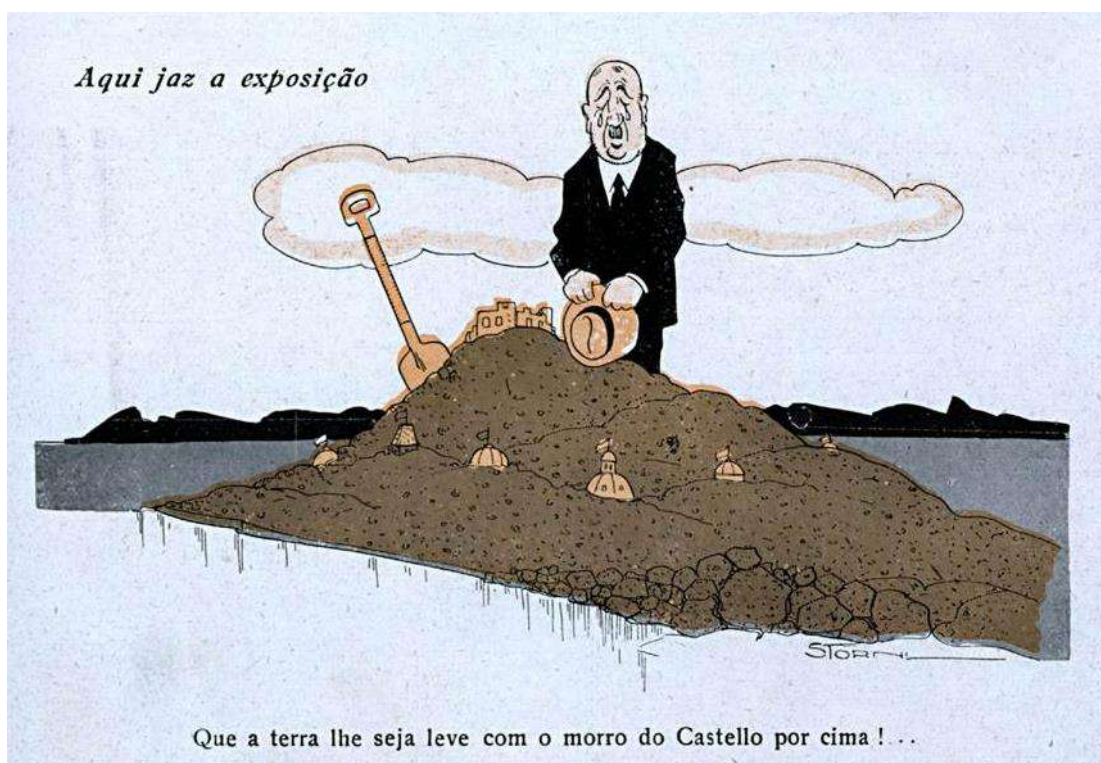
Fonte 104 - O Careta. 26 mai 1923. p. 35.



Fonte 105 - D. Quixote. 04 jul 1923. p. 26.



Fonte 106 - O Careta. 21 jul 1923. p. 31.



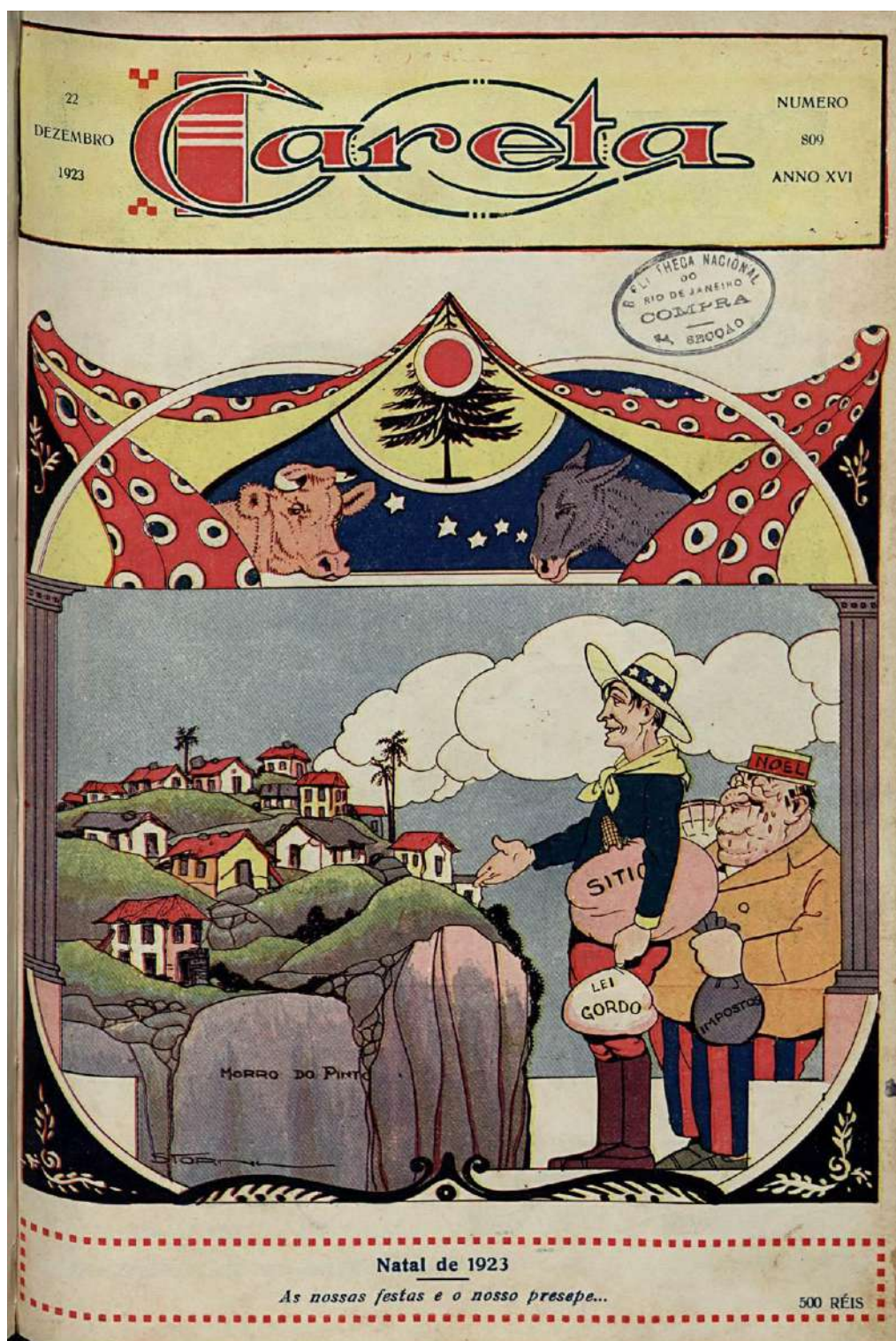
Fonte 107 - Para Todos. 04 ago 1923. p. 14.



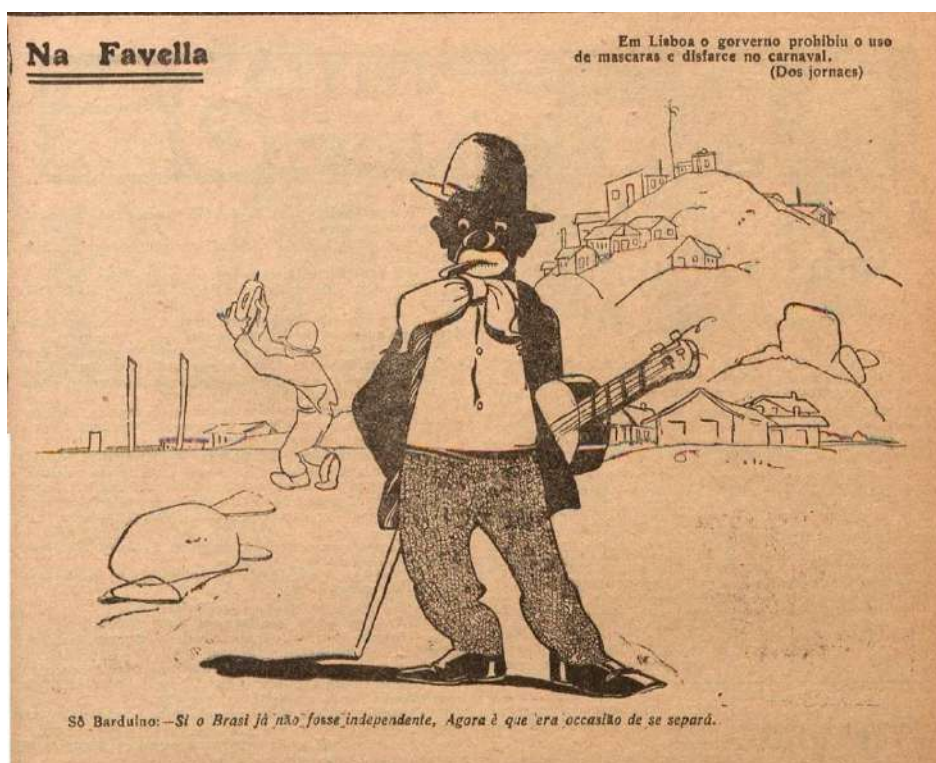
Fonte 108 - D. Quixote. 28 nov 1923. p. 16.



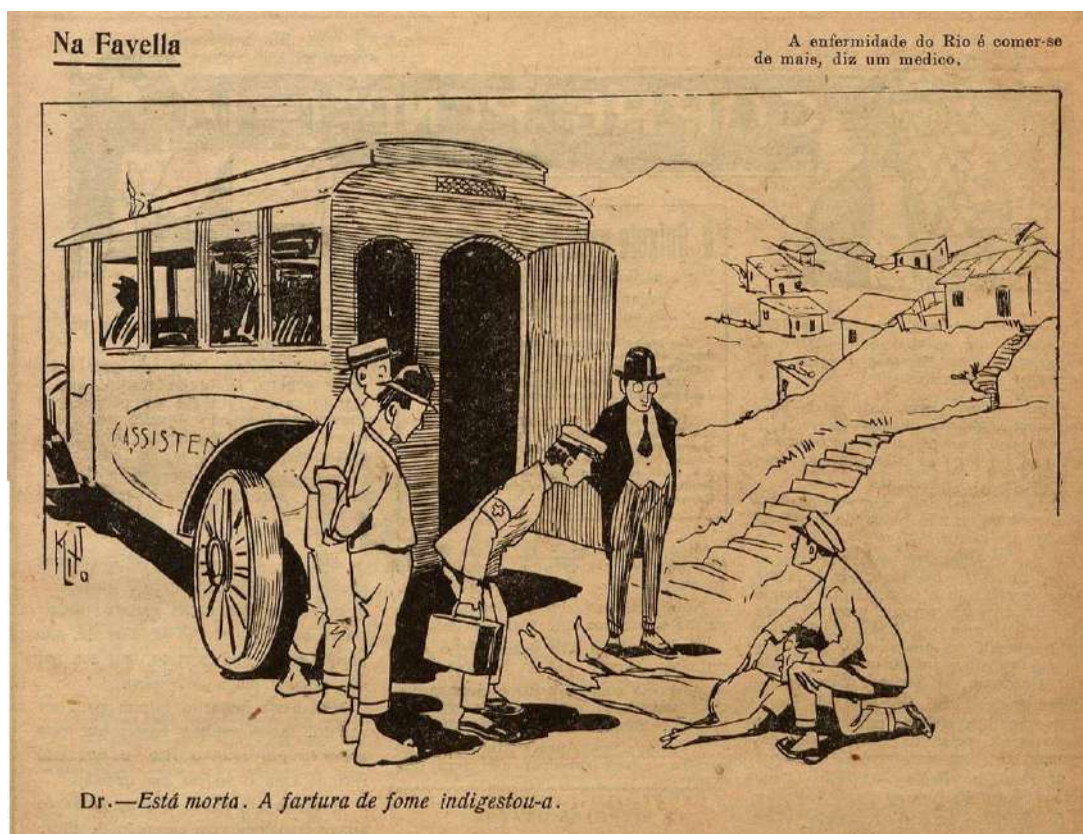
Fonte 109 - Careta. 21 dez 1923. Capa.



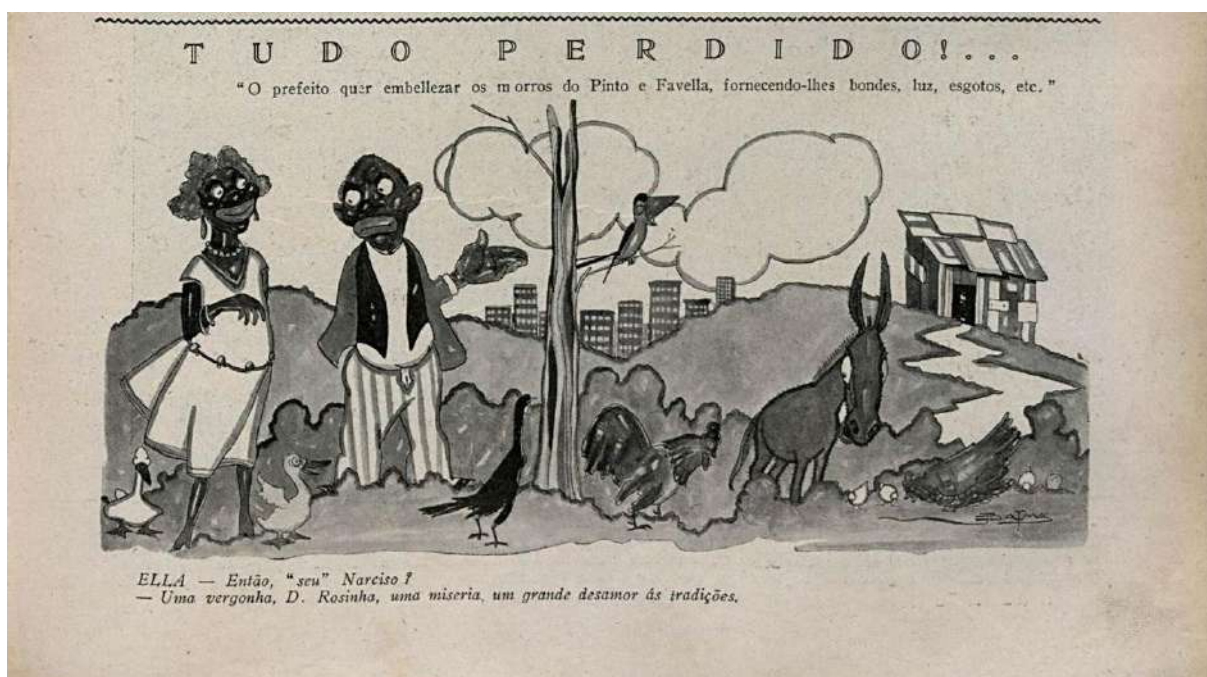
Fonte 110 - D. Quixote. 05 mar 1924. p. 17.



Fonte 111 - D. Quixote. 02 abr 1924. p. 15.



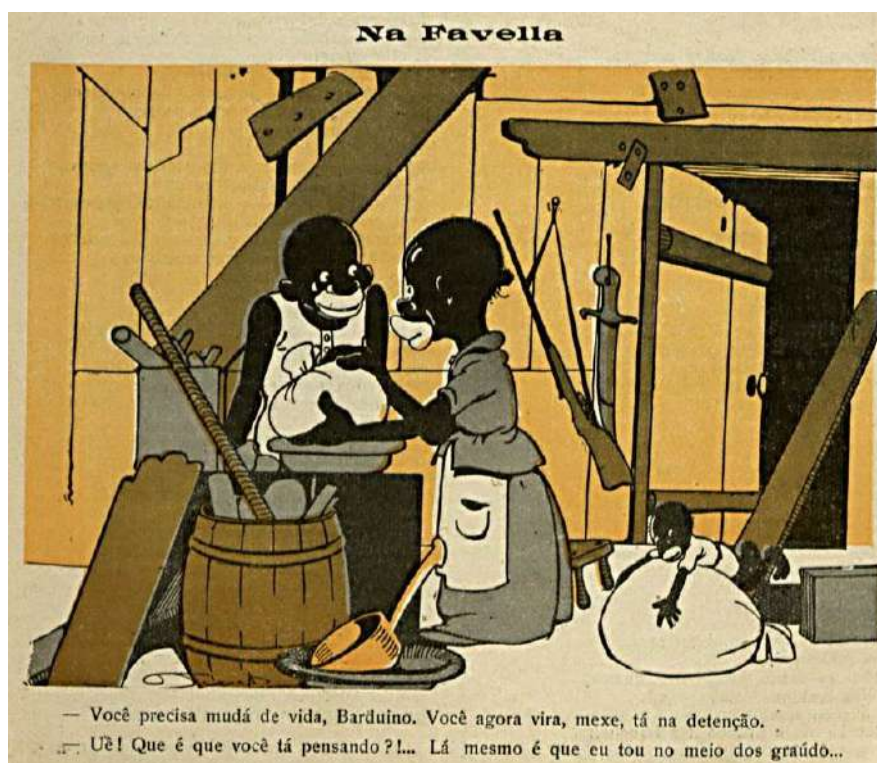
Fonte 112 - O Malho. 12 abr 1924. p. 39.



Fonte 113 - O Careta. 20 set 1924. p. 36.



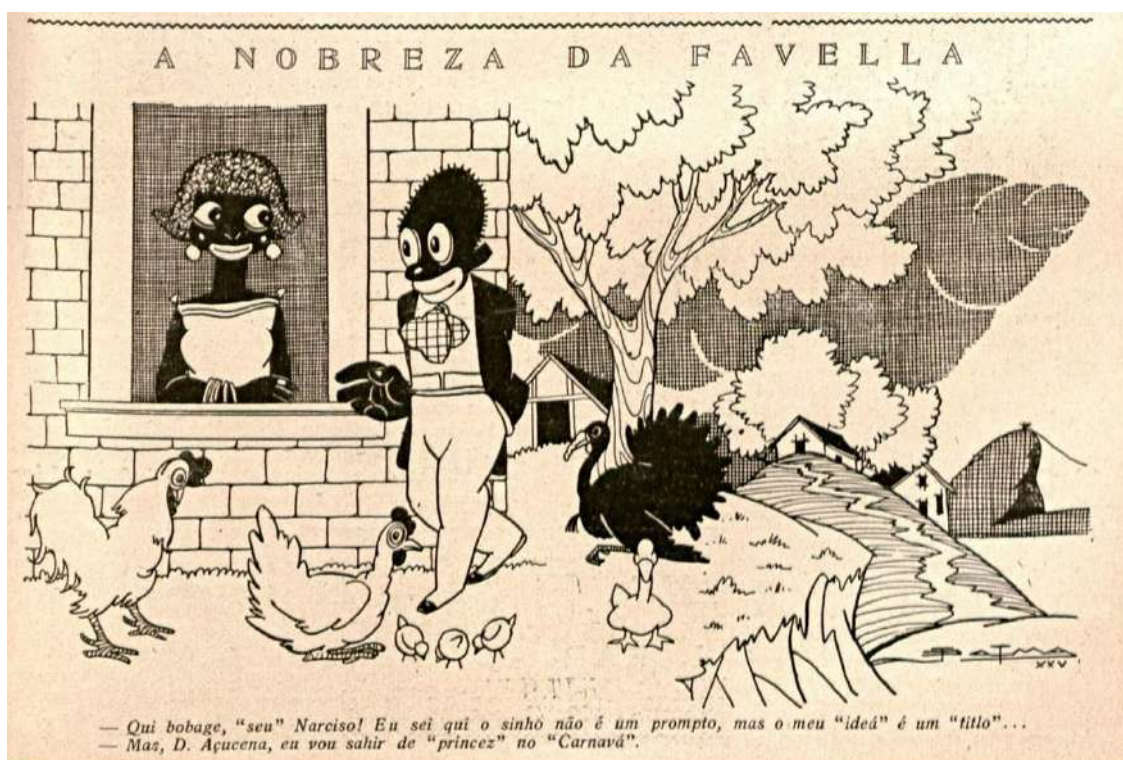
Fonte 114 - O Careta. 29 nov 1924. p. 41.



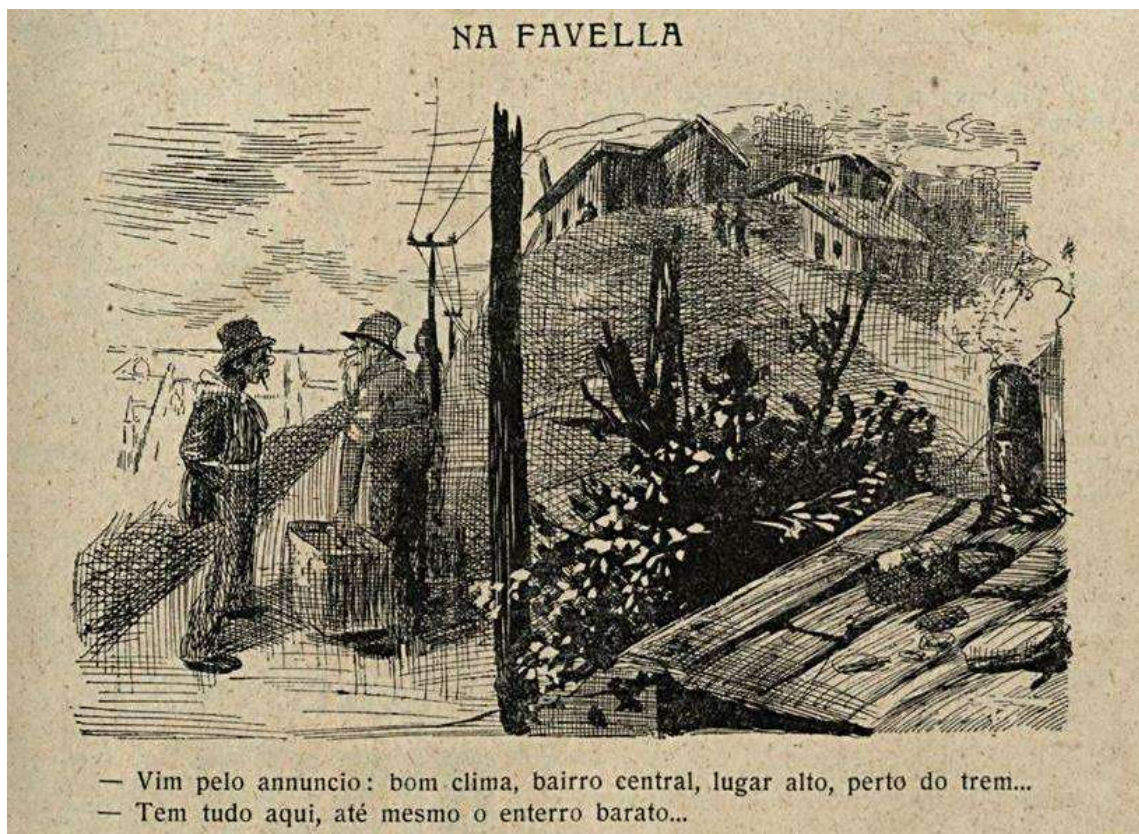
Fonte 115 - O Careta. 07 fev 1925. p. 47.



Fonte 116 - O Malho. 14 fev 1925. p. 36.



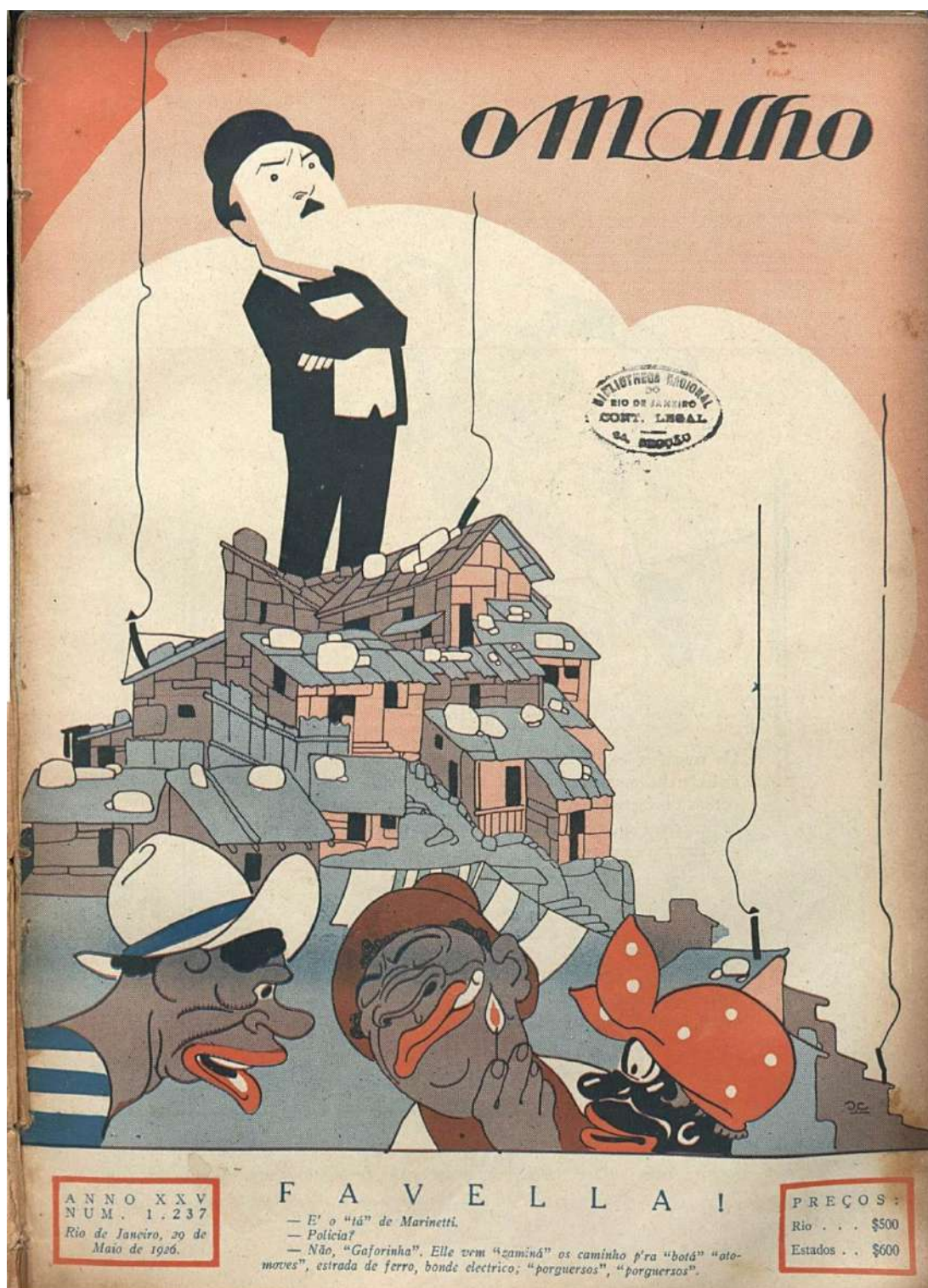
Fonte 117 - O Careta. 30 jan 1926. p. 45.



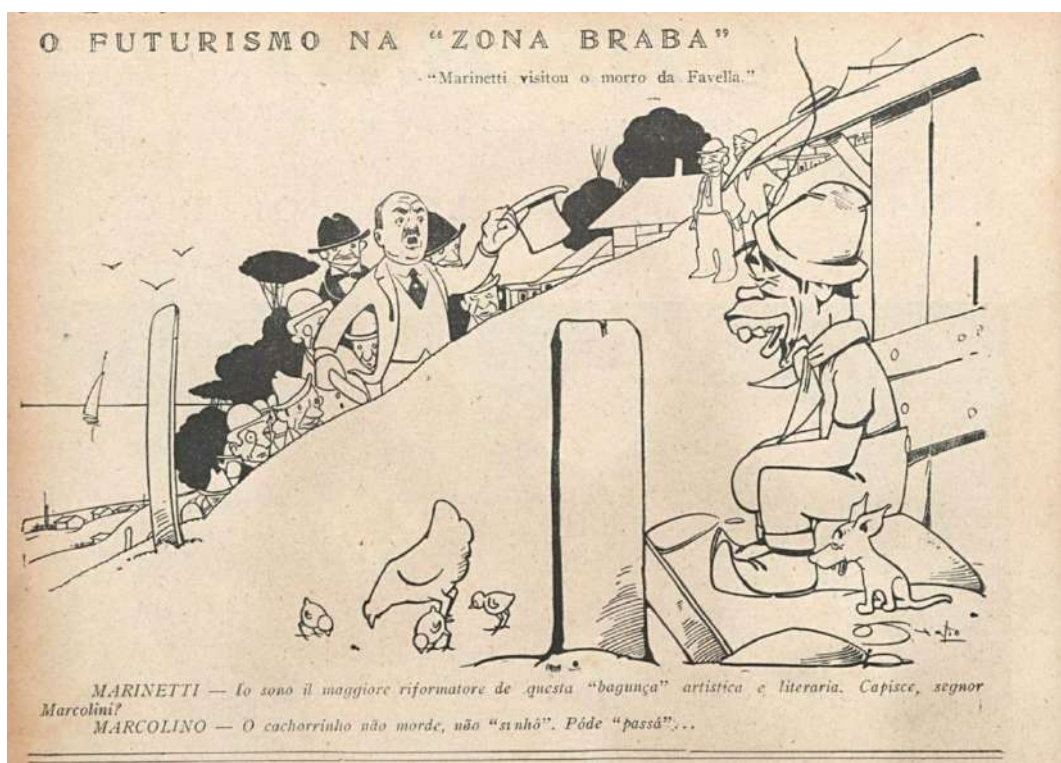
Fonte 118 - O Careta. 17 abr 1926. p. 38.



Fonte 119 - O Malho. 29 mai 1926. Capa.



Fonte 120 - O Malho. 05 jan 1926. p. 24.



Fonte 121 - O Malho. 12 jun 1926. p. 29.



Fonte 122 - O Malho. 25 set 1926. p. 62.



Fonte 123 - O Malho. 11 dez 1926. p. 24.



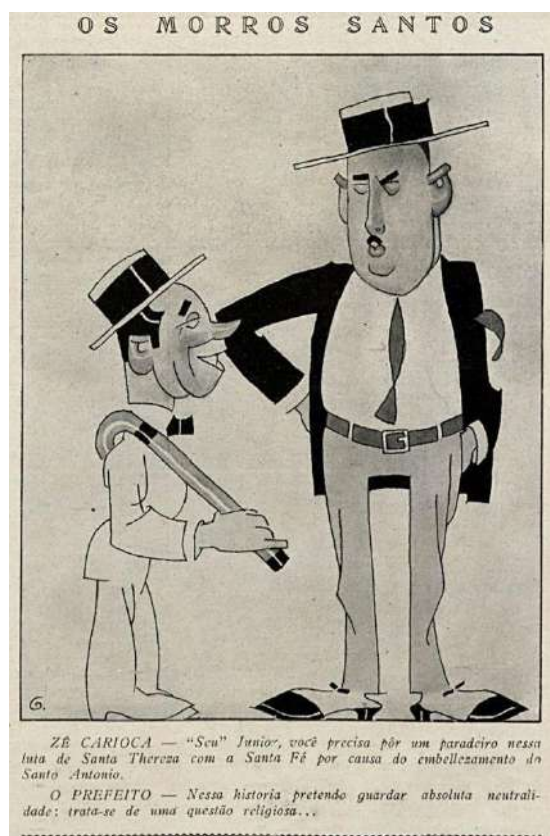
Fonte 124 - O Careta. 25 dez 1926. p. 19.



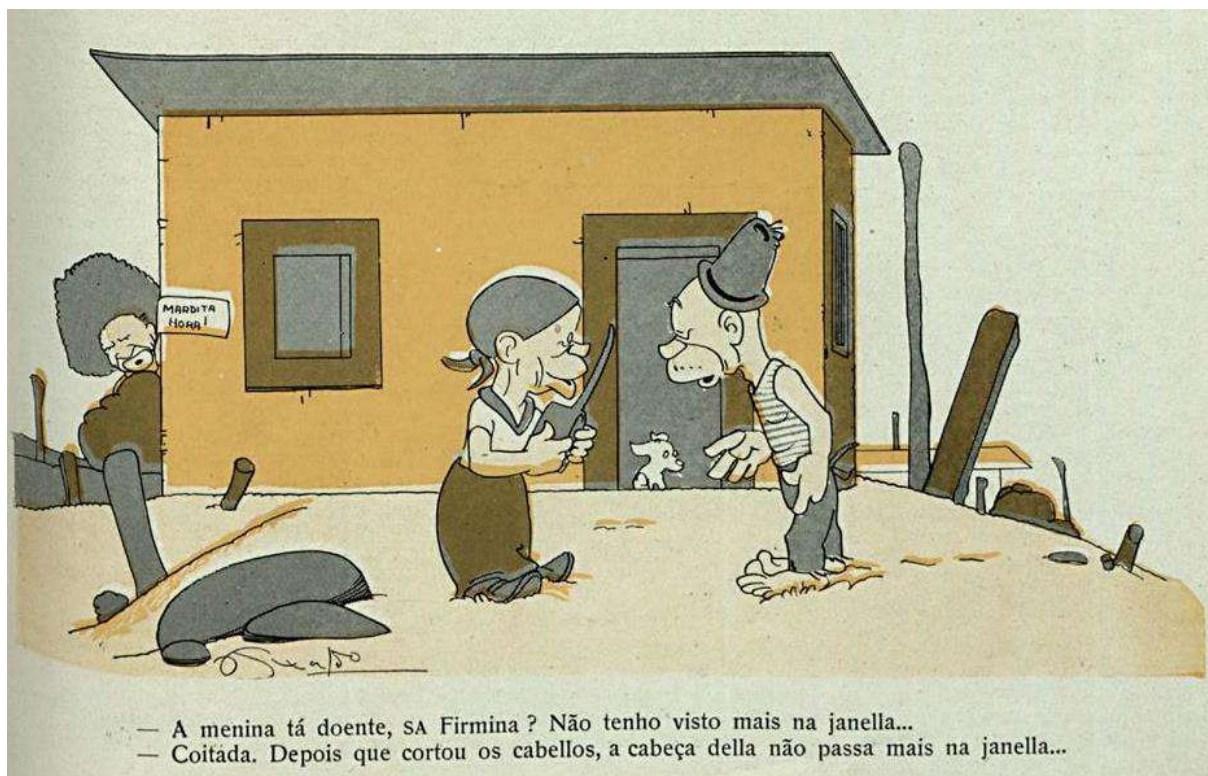
Fonte 125 - O Malho. 05 fev 1927. p. 42 e 43.



Fonte 126 - O Malho. 19 mar 1927. p. 35.



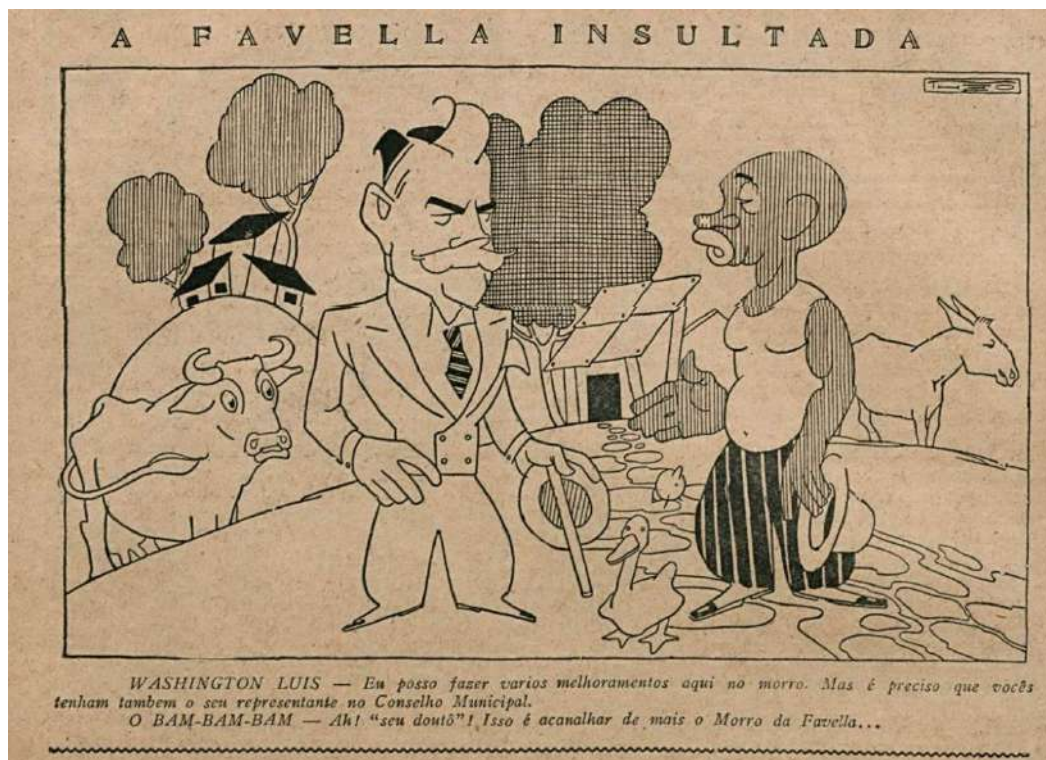
Fonte 127 - O Careta. 28 mai 1927. p. 27.



Fonte 128 - O Malho. 23 jul 1927. p. 27.



Fonte 129 - O Malho. 30 jul 1927. p. 10.



Fonte 130 - O Careta. 30 jul 1927. Capa.



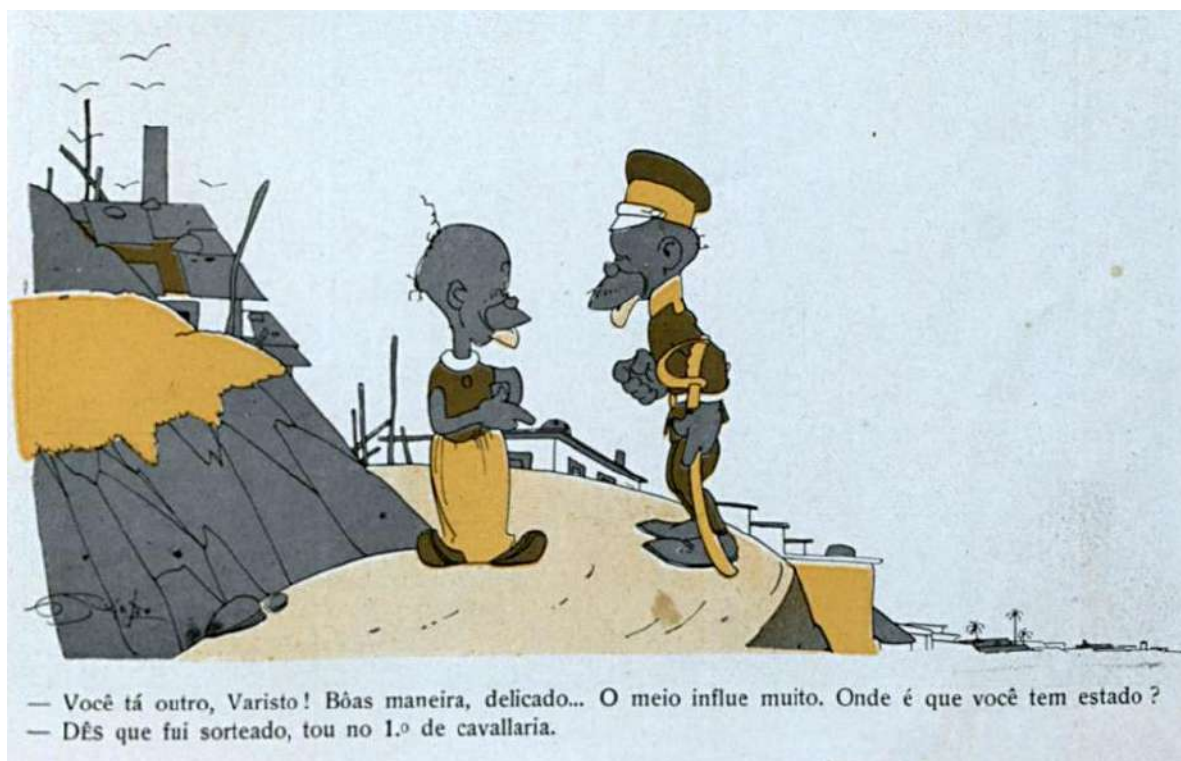
Fonte 131 - O Malho. 13 ago 1927. p. 11.



Fonte 132 - O Careta. 10 set 1927. p. 27.



Fonte 133 - O Careta. 24 set 1927. p. 31.



Fonte 134 - O Careta. 29 out 1927. p. 26.



Fonte 135 - O Malho. 12 nov 1927. p. 25.



Fonte 136 - O Malho. 26 nov 1927. p. 60.

CIRCO DE VARIEDADES

NOS TEMPOS DE MATHUSALEM



-TENHAM PACIENCIA. COM 68 ANOS VOCÊS SÃO AINDA CRIANÇAS. NÃO PODEM SE CASAR.



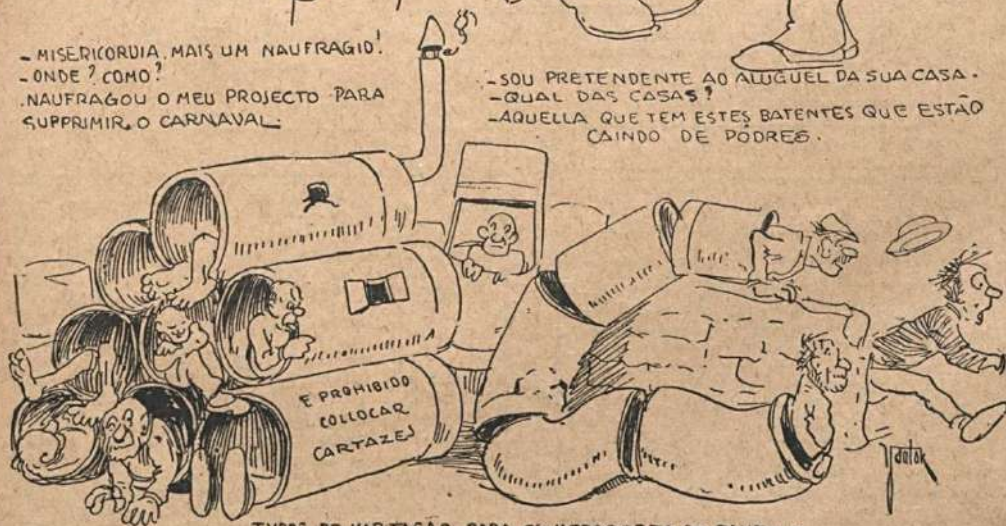
-PATRÃO, MANDAM DIZER QUE A SUA SENHORA DEU À LUZ DUAS CRIANÇAS.
-É UMA DUPLICATA. SELLE E MANDE COBRAR.



-MISERICORDIA, MAIS UM NAUFRAGIO!
-ONDE? COMO?
-NAUFRAGOU O MEU PROJECTO PARA SUPPRIMIR O CARNAVAL.



-SOU PRETENDENTE AO ALUGUEL DA SUA CASA.
-QUAL DAS CASAS?
-AQUELLA QUE TEM ESTES BATENTES QUE ESTÃO CAINDO DE PODRES.



TIPOS DE HABITAÇÃO PARA OS MORADORES DA PAVELLA

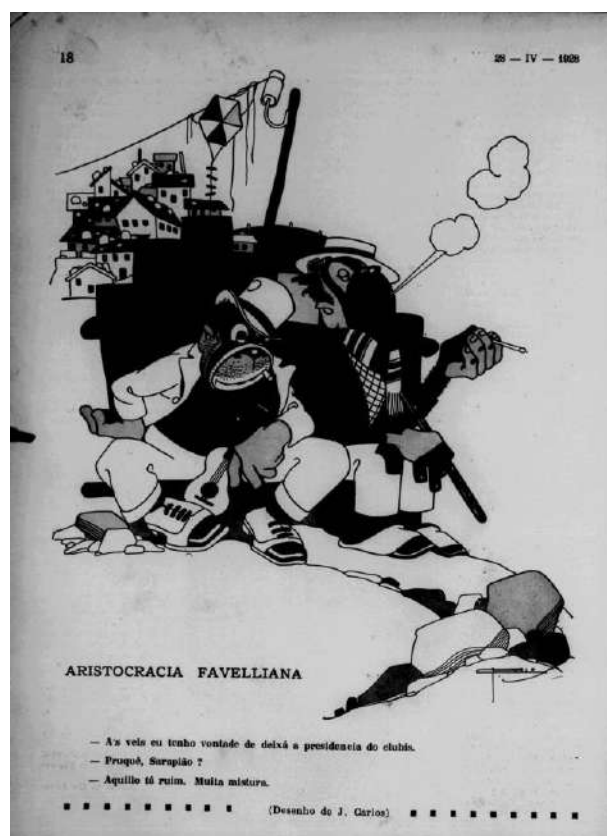
Fonte 137 - O Careta. 10 dez 1927. p. 29.



Fonte 138 - O Malho. 14 abr 1928. Capa.



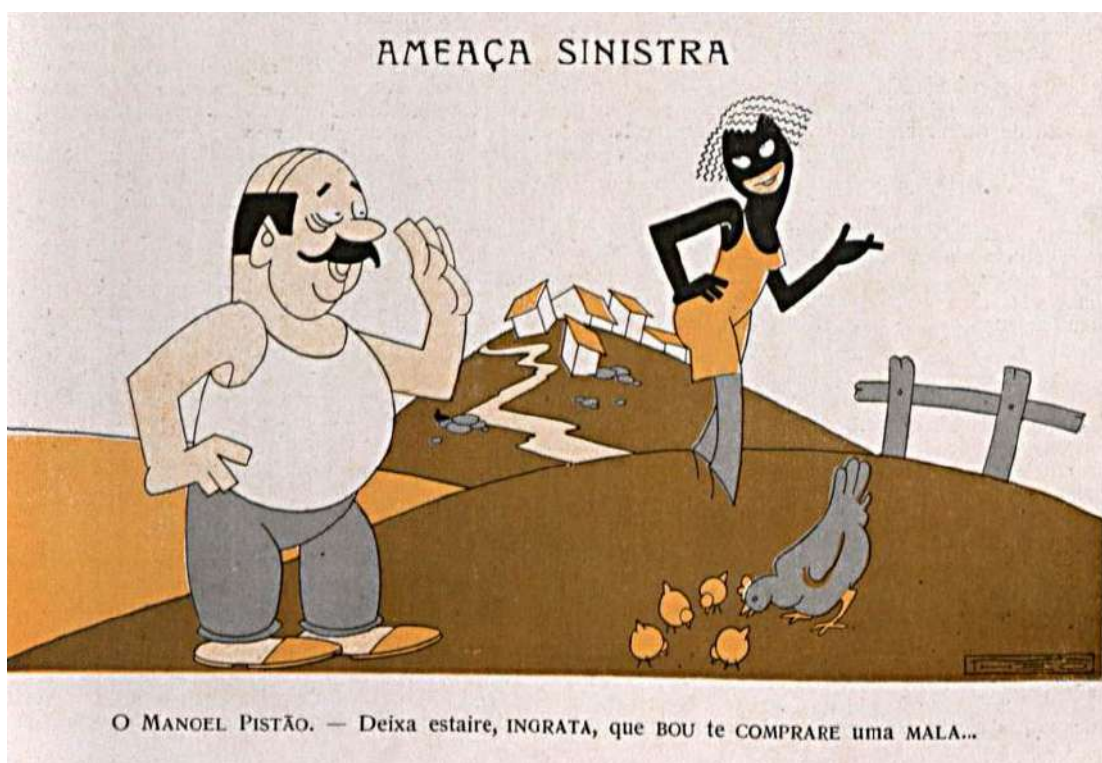
Fonte 139 - Para Todos. 28 abr 1928. p. 18.



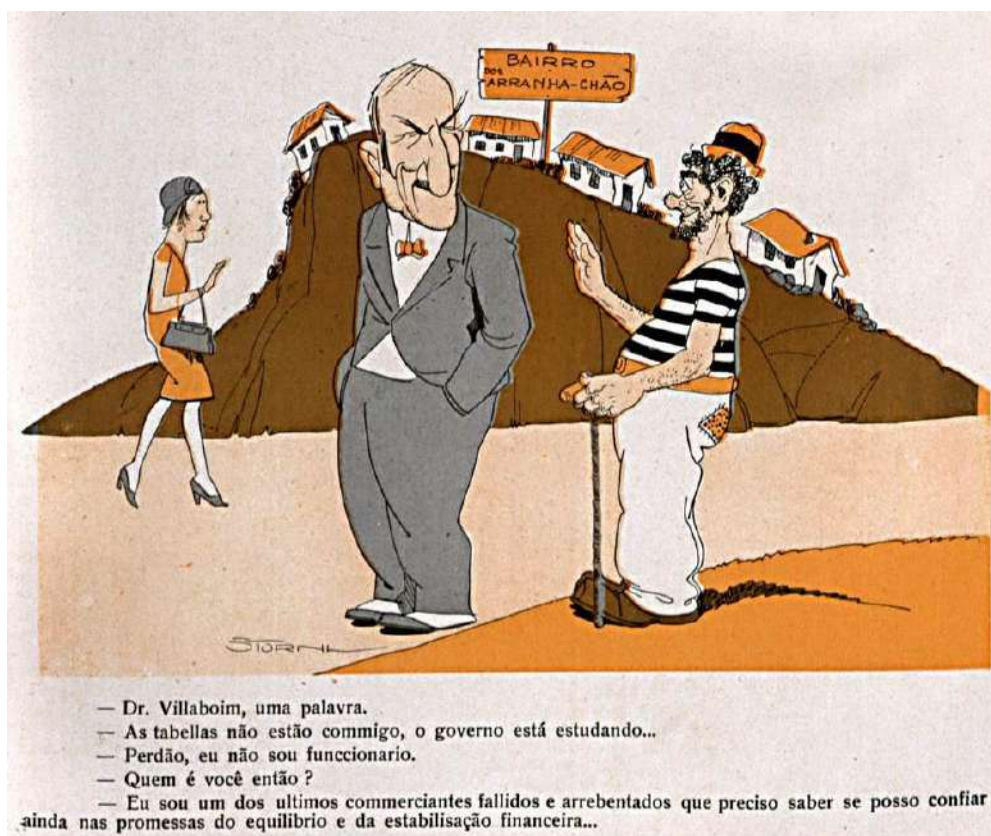
Fonte 140 - O Careta. 06 out 1928. p. 16.



Fonte 141 - O Careta. 27 out 1928. p. 23.



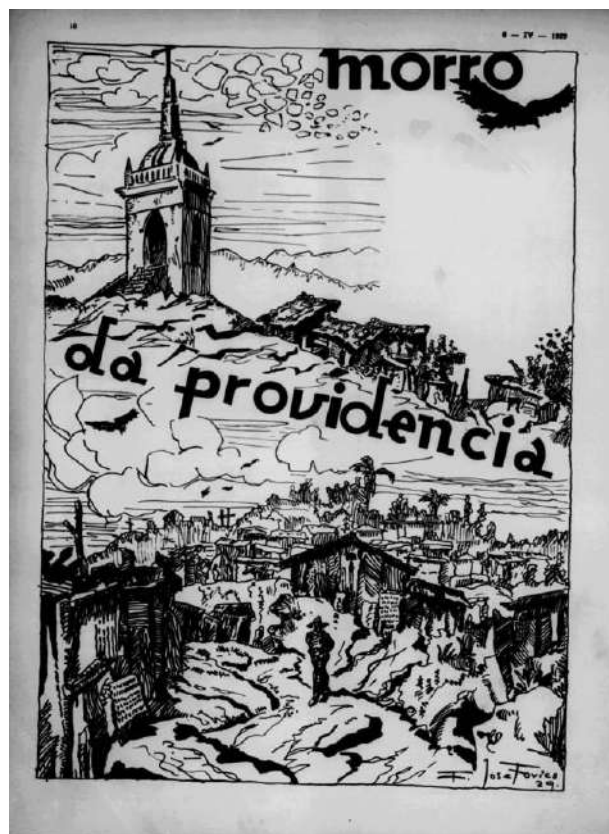
Fonte 142 - O Careta. 01 dez 1928. p. 31.



Fonte 143 - O Careta. 08 dez 1928. p. 31.



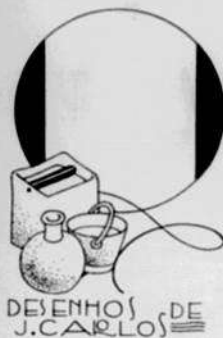
Fonte 144 - Para Todos. 06 abr 1929. p. 14.



Fonte 145 - Para Todos. 11 mai 1929. p. 14.

O Morro de São Carlos

DE BARRO VIDAL



iluminem os destinos dos seus moradores, que lutam de sol a sol, buscando o pão que diminui à medida que aumentam as dificuldades para encontrá-lo.

Que Deus derrame sobre eles todas as suavidades do seu grande espírito e lhes atenuem, com o milagre da resignação, os flagellos da fome, os horrores da sede e as vigílias do frio. Quem quer que gague o Morro de São Carlos pelo seu caminho mais acessível, sente, no fundo do coração, uma emoção estranha porque tudo ali respira uma vaga tristeza e dá a impressão de uma grande desgraça...

Vamos andando e nas casinhas tósicas, sem pintura e sem alegria não se vêem caras, espian-do, mas braços estendendo roupas nas cordas improvisadas pelas janellas. Quanto mais se sobe mais sobe na alma da gente uma exquisi-ta melancolia que nos põe nos olhos as côres mais sombrias e no cerebro as mais sombrias idéas... Neste largo trecho que já vencemos não se nos deparou um unico sorriso; encontra-mos, sim, physionomias tristes e duas la-grimas só...

O Morro de São Carlos não tem histo-ria mas tem alma... Torturada pelos mais rudes dissabores e pelos reveses mais duros, todo o seu rosario de amarguras vale pelas mais cruentas paginas de soffrimento por-

que desde o seu berço abrigou a desgraça e abriu os seus braços acolhedores para os desgraçados. O morro injuriado não tem uma data historica que se festeje com pompas. Contam-se pelos seus dias as suas grandes datas, as datas em que não poucas vezes a hospitalidade, o amor ao proximo e a piedade humana se casaram, com a fome, com a miseria e com o infortunio. E é exactamente por isso que sem ter historia o morro de São Carlos é a pagina mais emocionante de toda a emocionante historia da cidade...

Na sua vida paradoxal o Morro de São Carlos teve duas phases distinctas. Berço da capoeiragem, a principio e malandragem, em seguida, da terra carioca, elle durante mais de um quarto de seculo fez tremer de pavor grande parte da população á simples annuciação do seu nome. E isso bem se explica porque se abrigavam nos

seus trechos mais elevados todas as castas de malfeitores que campeavam no Rio, encastelando-se nos seus pincaros, favorecidos pela inacessibilidade do morro e por uma dezena de circunstancias com que a Natureza se acumpliciava com elles. Annos a fio subir o morro de São Carlos era para a caravana policial como uma sentença de morte. Os animos mais decididos e as disposições mais heroicas fraccassavam ante o inimigo



invisível que os obrigava a retroceder em retiradas precipitadas, pois um minuto perdido podia ser o preço de uma vida... Com casebres tóscos espalhados pela sua encosta, o Morro de São Carlos era então uma "zona" aliada de todas as idéas de Remodelação, abandonada ao seu destino de valla commun da mais torpe degradação... Mas com o desnovellar dos annos, grande numero de familias de trabalhadores, acoçadas pelas mais duras necessidades, movimentaram-se para a elevação de tão sombrias tradições, onde a falta de garantias para uma vida tranquilla compensava fartamente a falta de impostos pesados.

E, assim, São Carlos se foi povoando de uma outra



gente pobre mas pacata que ali mesmo assistia, apavorada, as scenas brutaes que a todo instante se desenrolavam nos valhacoutos dos criminosos, espalhados por toda a encosta do morro. Em quinze annos a população ordeira dominou-o, deixando aos que ali viviam fóra das leis um limitado espaço, num lento, glorioso e quasi imperceptível saneamento. Hoje São Carlos abriga ainda regular numero de malandros, mas o forte da sua população é gente pobre, que vive do suor do seu rosto que escorre de sol a sol, na agitação das officinas, no rude labor das pedreiras e em todos os misteres que o Destino creou para uma parte da humanidade enriquecer a outra parte.

Um dos grandes flagellos que até dez annos atraz torturaram a pobreza conformada

do Morro de São Carlos foi a falta de agua. E era a ausencia do liquido precioso que forçava as mulheres ali residentes a offerecer, aos olhos curiosos dos que pelas manhãs passavam pela rua Frei Caneca, um espectáculo curioso. A uma e uma, n'uma extensa fila que se perdia de vista, as latas d'agua re-

brilhando á cabeça ao sol forte que as beijava, ellas desciam ás centenas, na triste romaria da sede... E sem precipitações n'uma disciplina nascida da identidade de infortunios ellas, chegando á fonte, paravam e enchiam a lata enquanto a procissão parava. Servida, caminhava e as outras avançavam, assim se desdobrando a manha das bernaventuradas infelizes... A subida era vagarosa porque o declive exaggerado, exigia uma gymnastica difficil. E uma gotta de agua que se derramasse, era como ouro que se perdesse...

Póde-se affirmar que o Morro de São Carlos tem uma phvsionomia só porque quasi todas as suas casas são iguaes, suas viellas com os mesmos accidentes e as mulheres parecidas. Voltavamos com essas impressões vivas na imaginação e nos cruzavamos de novo com as duas lagrimas que á nossa chegada mais nos emocionaram.

— Que é que você tem?

— Não tenho nada...

E elle nada tinha mesmo, coitadinho, os pés beijando a poeira eterna, a cal

ça em frangalhos e nu' da cintura para cima.

— Você chorou, por que?

— Coisas da vida...

— E como se as coisas da vida, ali começassem a atormentar as pessoas aos quattros annos elle rematou:

— Não se tem direito a nada!...

Conte, então, o que houve!... Elle os olhos de novo inundados de lagrimas:

— Fui lá embaixo com a minha "Gaby" levar uma trouxa de roupa. Tão distraído fiquei ao atravessar a rua que a "Gaby" ganhou distancia fugindo. Corri atraz della e ao desembocar numa rua aquelles malvados da carrocinha agarraram-na!

E a voz quasi embargada pelos soluços:

— Agora não sei como vae ser. Ella era a minha unica companheira!...

— Arranja outra... arriscamos. E elle, ofendido, pondo na phrase um pouco da alma angustiada:

— E' que o senhor não sabe o que é gostar de uma pessoa...

E limpando os olhos com as costas das mãos, sumiu-se no casebre immundo e em ruínas onde ia começar a viver um outro soffrimento, tão grande, talvez, como o da miséria: a funda saudade da "pessoa" querida...

E com esse episodio, vasio de importancia mas cheio de suavidade e ternura, na imaginação, vencemos a pequena ladeira e attingimos a cidade, pensando na felicidade daquella gente

que ás vezes não tem pão para comer mas tem na alma grandes subtilezas...



Fonte 147 - O Careta. 15 jun 1929. p. 35.



Fonte 148 - O Careta. 28 set 1929. p. 17.



Fonte 149 - O Careta. 05 out 1929. p. 35.



8

Apêndice – Tabela

Revista	Ano	Edição	Data	Nº de arquivos encontrados	Ano	Local	Data de acesso	Arquivo(s) encontrado(s) [notação]	Temática	Observação	Caricaturista	Classificação
O Malho	1904	Edição 0116	12/03/1904	1	III	Rio de Janeiro	9/1/17	O Malho_Ano III_Rio de Janeiro_03 dez1904_Circunstanciada agravane_p.27	/	/	Alfredo Cândido	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Ação policial.
O Malho	1905	Edição 0146	01/07/1905	1	IV	Rio de Janeiro	20/02/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_01 jul1905_No Morro da Favella_p39.jpg	/	/	Raul Pederneiras	Desmanche do Morro do Castelo

O Malho	1905	Edição 0150	29/07/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_29 jul1905_Discussão do Problema_p22	/	A charge trabalha a questão da habitação e não a temática sobre favelas.	Raul Pederneiras	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas; Discurso higienista; Habitação popular
O Malho	1905	Edição 0155	02/09/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_02 set1905_Descendo o Castello_p 20	/	A charge é sobre pessoas saindo do Morro do Castelo.	Raul Pederneiras	Remoção dos moradores do morro (Morro do Castelo); Desmanche do Morro do Castelo
O Malho	1905	Edição 0169	09/12/1905	1	IV	Rio de Janeiro	27/06/2017	O Malho_Ano IV_Rio de Janeiro_09 dez1905_Tal Qual!_p06	/	A charge trabalha a questão da habitação e não a temática sobre favelas.	Sem Assinatura	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas; Habitação popular
O Malho	1907	Edição 0227	19/01/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_19	/	/	J. R. Lobão	

jan1907_p21												
O Malho	1907	Edição 0230	09/02/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_09 fev1907_Medico e doente_p24	/	/	Sem Assinatura	
O Malho	1907	Edição 0234	09/03/1907	1	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_09 mar1907_No Morro da Providencia_p33	/	/	Assinatura não identificada	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas; Discurso higienista; Habitação popular
O Malho	1907	Edição 0238	06/04/1907	2	VI	Rio de Janeiro	24/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_06 abr1907_Capa; O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_06 abr1907_No Morro da Favella_p. 32	/	/	J. R. Lobão, Assinatura não identificada	9. Figura pública; Dircurso higienista; Depreciação dos morros; Depreciação dos moradores do morro. / 10.

O Malho	1907	Edição 0242	04/05/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_04 mai1907_ Que taes os da Favella_p3 2	/	/	Jayme *Esse caricatur ista assinou algumas charges mas ninguém sabe qual é a sua verdadei ra identida de*	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas; Discurso higienista; Habitação popular
O Malho	1907	Edição 0247	08/06/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_08 jun1907_U ma limpeza indispensa vel_p20	/	/	Alfredo Storni	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas; Discurso higienista; Habitação popular
O Malho	1907	Edição 0248	15/06/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_15 jun1907_N o Cattete_p7	/	/	Assinatu ra não identific ada	Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela)

O Malho	1907	Edição 0249	22/06/1907	2	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_22 jun1907_E ngenharia humana_p 28; O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_22 jun1907_C antata na Cidade Nova_p38	/	/	Augusto Rocha, Assinatura não identificada	14. Obras públicas / 15. Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela)
O Malho	1907	Edição 0252	13/07/1907	3	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_13 jul1907_No Morro da Favella_p19; O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_13 jul1907_A febre das conferências_p20	/	/	Assinatura não identificada, Assinatura não identificada, Alfredo Storni	16. Depreciação do morro (Favela). / 17. Remoção dos moradores do morro (Morro da Favela); Obras públicas; Discurso higienista; Habitação popular. / 18. Depreciação do morro

(Favela);
Depreciação
dos
moradores
do morro;
Discurso
higienista

O Malho	1907	Edição 0254	27/07/1907	1	VI	Rio de Janeiro	30/10/2017	O Malho_Ano VI_Rio de Janeiro_27 jul1907_E m pleno progresso_ p30	/	/	J. Carlos	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro
O Malho	1909	Edição 0330	09/01/1909	2	VIII	Rio de Janeiro	10/11/2017	O Malho_Ano VIII_Rio de Janeiro_09 jan1909_S alada de raridades indigenas... _p35; O Malho_Ano VIII_Rio de Janeiro_09 jan1909_O s frades de pedra_p47	/	/	Alfredo Storni, Augusto Rocha	21. Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro. / 22. Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro (Favela); Discurso higienista.

O Malho	1909	Edição 0377	04/12/1909	1	VIII	Rio de Janeiro	21/11/2017	O Malho_Ano VIII_Rio de Janeiro_04 dez1909_R evertere ad locum tuum_p46	/	/	Assinatura não identificada	Depreciação do morro (Favela)
Careta	1910	Edição 0106	11/06/1910	1	Ano III	Rio de Janeiro	24/10/2019	O Careta. Ano II. Rio de Janeiro. 11 jun 1910. Inauguração de um collector de lixo no Morro da Favella. p. 15	/	/	Sem Assinatura	Figura pública
Fon Fon	1910	Edição 0035	27/08/1910	1	Ano IV	Rio de Janeiro	10/03/2020	Fon Fon_Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . O Castelo na altura... de um principio. Rio de Janeiro. 27 ago 1910. p. 30. Ed.	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXTO)	Desmanche do Morro do Castelo

0035

O Malho	1910	Edição 0431	17/12/1910	1	IX	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_Ano IX_Rio de Janeiro_17 dez1910_ Mais uma..._p18	/	/	Leônida s Freire (Léo)	
O Malho	1911	Edição 0478	11/11/1911	1	X	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_Ano X_Rio de Janeiro_11 nov1911_ Mania das grandezas _p23	/	/	Alfredo Storni	Obras públicas
Fon Fon	1911	Edição 0050	16/12/1911	1	Ano V	Rio de Janeiro	16/03/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiente . Dôces aspirações. Rio de Janeiro. 16 dez 1911. Dôces aspirações. p. 27. Ed. 0050	/	/	Raul Pederne iras	

O Malho	1912	Edição 0501	20/04/1912	1	XI	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_Ano XI_Rio de Janeiro_20 abr1912_Instantaneo a lapis_p43	/	/	Max Yantok	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro
O Malho	1912	Edição 0508	08/06/1912	1	XI	Rio de Janeiro	06/12/2017	O Malho_Ano XI_Rio de Janeiro_08 jun1912_E explorando La natureza. .._p29	/	/	Max Yantok	Obras públicas
Careta	1913	Edição 0264	21/06/1913	1	Ano VI	Rio de Janeiro	06/11/2019	O Careta. Ano VI. Rio de Janeiro. 21 jun 1913. Valorisaça o. p. 14. Ed. 0264	/	/	J. Carlos	
O Malho	1913	Edição 0568	02/08/1913	1	XII	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_Ano XII_Rio de Janeiro_02 ago1913_O crime de Paula Mattos_p46	/	/	Max Yantok	Violência

O Malho	1914	Edição 0598	28/02/1914	1	XIII	Rio de Janeiro	09/12/2017	O Malho_Ano XIII_Rio de Janeiro_28 fev1914_Na Favella_p14	/	/	Assinatura não identificada	Depreciação do morro (Favela)
O Malho	1914	Edição 0605	18/04/1914	1	XIII	Rio de Janeiro	11/12/2017	O Malho_Ano XIII_Rio de Janeiro_18 abr1914_O Rio por fóra e por dentro_p33	/	/	Assinatura não identificada	Depreciação dos morros; Obras públicas
O Malho	1915	Edição 0660	08/05/1915	1	XIV	Rio de Janeiro	02/01/2018	O Malho_Ano XIV_Rio de Janeiro_08 mai1915_Posto policial 8º Districto_p23	/	/	Sem Assinatura	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro.
O Malho	1917	Edição 0752	10/02/1917	1	XVI	Rio de Janeiro	07/12/2017	O Malho_Ano XVI_Rio de Janeiro_10 fev1917_Os sabios e os ignorantes encontro de	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXTO)	

opiniões_p
16

O Malho	1917	Edição 0767	26/05/1917	1	XVI	Rio de Janeiro	07/12/2017	O Malho_Ano XVI_Rio de Janeiro_26 mai1917_Justiça para os miseraveis_p43	/	/	Assinatura não identificada	Remoção dos moradores do morro (Morro da Babylonia)
Fon Fon	1918	Edição 0039	28/09/1918	1	Ano XII	Rio de Janeiro	09/04/2020	Fon Fon_Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . As Embaixadas. Rio de Janeiro. 28 set 1918. p. 13. Ed. 0039	/	/	Max Yantok	
Fon Fon	1918	Edição 0049	07/12/1918	1	Ano XII	Rio de Janeiro	10/04/2020	Fon Fon_Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . Os Revolucionarios. Rio de Janeiro.	/	/	Sem Assinatura	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro.

								7 dez 1918. p. 44. Ed. 0049				
D. Quixote	1919	Edição 0087	08/01/1919	1	III	Rio de Janeiro	13/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 8 jan 1919. Visita às redações. p. 10. Ed. 00087	/	/	Raul Pederne iras	
Careta	1919	Edição 0551	11/01/1919	1	Ano XII	Rio de Janeiro	28/11/2019	O Careta. Ano XII. Rio de Janeiro. 11 jan 1919. The Rio de Janeiro Traquitand a Railway. p. 9. Ed. 0551	/	/	Sem Assinatu ra	Obras públicas
Para Todos	1919	Edição 0019	26/04/1919	1	Ano I	Rio de Janeiro	30/01/2020	Para Todos. Ano I. Rio de Janeiro. 26 abr 1919. As excursões do prefeito. p. 18. Ed. 00019	/	/	Sem Assinatu ra	Figura pública; Fome

D. Quixote	1919	Edição 0114	16/07/1919	1	III	Rio de Janeiro	15/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 16 jul 1919. Notícias do front...in. p. 18. Ed. 00114	/	/	Max Yantok	Obras públicas
Careta	1920	Edição 0615	03/04/1920	1	Ano XIII	Rio de Janeiro	02/12/2019	O Careta. Ano XIII. Rio de Janeiro. 3 abr 1920. Quem é pobre também véve. p. 27. Ed. 0551	/	/	Sem Assinatura	
D. Quixote	1920	Edição 0155	28/04/1920	1	IV	Rio de Janeiro	20/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 28 abr 1920. Mexilhões; Morro do Salgueiro. p. 13. Ed. 00155	/	/	Max Yantok	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro (Favela); Habitação popular
D. Quixote	1920	Edição 0163	23/06/1920	1	IV	Rio de Janeiro	21/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 23 jun 1920. Solução do problema	/	/	Max Yantok	Obras públicas; Discurso higienista; Habitação popular;

								das habitações. p. 16. Ed. 00163			Depreciação do morro; Depreciação dos moradores do morro;	
O Malho	1920	Edição 0929	03/07/1920	1	XIX	Rio de Janeiro	09/12/2017	O Malho_Ano XIX_Rio de Janeiro_03 JUL1920_Pprojecto 2634 para o centenario_p11	/	A capa não estava disponível.	Alfredo Storni	Obras públicas; Centenário
D. Quixote	1920	Edição 0168	28/07/1920	1	IV	Rio de Janeiro	21/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 28 jul 1920. Melhoramentos na cidade pela vinda dos soberanos belgas. p. 12. Ed. 00168	/	/	Max Yantok	Obras públicas
D. Quixote	1920	Edição 0171	18/08/1920	1	IV	Rio de Janeiro	21/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 18 ago 1920. S. Ex. o visitador. p. 15. Ed.	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXTO)	Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas; Figura pública

00171

Careta	1920	Edição 0636	28/08/1920	1	Ano XIII	Rio de Janeiro	02/12/2019	O Careta. Ano XIII. Rio de Janeiro. 28 ago 1920. A Favella. p. 1. Ed. 0636	/	/	J. Carlos	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Obras públicas
D. Quixot e	1920	Edição 0174	08/09/1920	1	IV	Rio de Janeiro	21/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 8 set 1920. Morro abaixo! p. 17. Ed. 00174	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXT O)	Desmanche do Morro do Castelo
D. Quixot e	1920	Edição 0175	15/09/1920	1	IV	Rio de Janeiro	22/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 15 set 1920. Entre Morros. p. 19. Ed. 00175	/	/	Perdigã o	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1920	Edição 0643	16/10/1920	1	Ano XIII	Rio de Janeiro	03/12/2019	O Careta. Ano XIII. Rio de Janeiro. 16 out 1920. Lá se vão as	/	/	Sem Assinatu ra	Desmanche do Morro do Castelo

								reliquias. p. 19. Ed. 0643				
Careta	1920	Edição 0646	06/11/1920	1	Ano XIII	Rio de Janeiro	03/12/2019	O Careta. Ano XIII. Rio de Janeiro. 6 nov 1920.O Centenario _Ó abre alas que eu quero passar. p. 17. Ed. 0646	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo; Centenário
Fon Fon	1920	Edição 0045	06/11/1920	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	21/04/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiente . Rio de Janeiro. 28 ago 1920. Ainda o Castello. p. 41. Ed. 0045	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas
Careta	1920	Edição 0648	20/11/1920	1	Ano XIII	Rio de Janeiro	03/12/2019	O Careta. Ano XIII. Rio de Janeiro. 20 nov	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo

								1920.Lamu rias do Castello. p. 1. Ed. 0648				
Fon Fon	1920	Edição 0047	20/11/1920	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	21/04/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . Rio de Janeiro. 20 nov 1920. O Castello. p. 37. Ed. 0047	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
D. Quixot e	1920	Edição 0185	24/11/1920	1	IV	Rio de Janeiro	22/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 17 nov 1920. Invenções do Gaspar. p. 18. Ed. 00186	/	/	Max Yantok	Desmanche do Morro do Castelo
Fon Fon	1920	Edição 0049	04/12/1920	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	21/04/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . Rio de Janeiro. 4 dez 1920. p. 42. Ed. 0049	/	/	Max Yantok	Desmanche do Morro do Castelo

D. Quixote	1920	Edição 0190	29/12/1920	1	IV	Rio de Janeiro	22/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 29 dez 1920. Prophecias para 1921. p. 19. Ed. 00190	/	/	Max Yantok	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0661	19/02/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 19 fev 1921. Os Dynamiteiros. p. 26. Ed. 0661	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo; Centenário
Careta	1921	Edição 0662	26/02/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 26 fev 1921. O morro do Castello. p. 19. Ed. 0662	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
D. Quixote	1921	Edição 0202	23/03/1921	1	V	Rio de Janeiro	23/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 9 mar 1921. p. 19. Ed. 00202	/	/	Assinatura não identificada	Desmanche do Morro do Castelo

Careta	1921	Edição 0666	26/03/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 26 mar 1921. O período aureo. p. 17. Ed. 0666	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0667	02/04/1921	2	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 2 abr 1921. O Centenario . p. 15. Ed. 0667 ----- O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 2 abr 1921. Deleda Castello de lenda. p. 25. Ed. 0667	/	/	J. Carlos	69. Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas / 70. Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0669	16/04/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 16 abr 1921. Encastella do. p. 38.	/	/	Sem Assinatu ra	Desmanche do Morro do Castelo

Ed. 0669

Careta	1921	Edição 0670	23/04/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 23 abr 1921. Castellos por terra. Castellos no ar. p. 19. Ed. 0670	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo; Centenário
D. Quixot e	1921	Edição 0211	25/05/1921	1	V	Rio de Janeiro	24/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 25 mai 1921. In the right place. p. 19. Ed. 00211	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
D. Quixot e	1921	Edição 0212	01/06/1921	2	V	Rio de Janeiro	24/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 1 jun 1921. p. 10. Ed. 00212 / D. Quixote. Rio de Janeiro. 1 jun 1921. p. 31. Ed. 00212	/	/	Max Yantok	74. Desmanche do Morro do Castelo

Careta	1921	Edição 0677	11/06/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 11 jun 1921. O salso elemento. Castellos no ar. p. 21. Ed. 0677	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0682	16/07/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 16 jul 1921. Os extremos se tocam. p. 1. Ed. 0682	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0683	23/07/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	04/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 23 jul 1921. Guerra á Guanabara . p. 19. Ed. 0683	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo; Centenário
D. Quixote	1921	Edição 0220	27/07/1921	1	V	Rio de Janeiro	24/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 27 jul 1921. O arrazament	/	/	Max Yantok	Desmanche do Morro do Castelo

								o do Morro do Castelo. p. 19. Ed. 00220				
Careta	1921	Edição 0686	13/08/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 13 ago 1921. Mechanica e pitadas. p. 23. Ed. 0686	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0690	10/09/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 10 set 1921. Nas entranhas do Castello. p. 19. Ed. 0690	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
Fon Fon	1921	Edição 0041	08/10/1921	1	Ano XV	Rio de Janeiro	24/04/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . Rio de Janeiro. 5 nov 1921. p. 45. Ed.	/	/	Max Yantok	Obras públicas; Desmanche de morros

0041

Careta	1921	Edição 0695	15/10/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 15 out 1921. Os "sem tecto". p. 17. Ed. 0695	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
D. Quixot e	1921	Edição 0232	19/10/1921	1	V	Rio de Janeiro	27/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 19 out 1921.As obras do Castello. p. 18. Ed. 00232	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXT O)	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0697	29/10/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 29 out 1921. Jazidas preciosas. p. 21. Ed. 0697	/	/	Max Yantok	Desmanche do Morro do Castelo
Fon Fon	1921	Edição 0044	29/10/1921	1	Ano XV	Rio de Janeiro	24/04/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiente	/	/		Obras públicas; Desmanche de morros

								. Rio de Janeiro. 29 out 1921. p. 44. Ed. 0044				
Careta	1921	Edição 0698	05/11/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 5 nov 1921. Foi encontrado um cofre nos terrenos do Castello. p. 1. Ed. 0698	/	/	Sem Assinatura	Desmanche do Morro do Castelo
Careta	1921	Edição 0699	12/11/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 12 nov 1921. É proibida a passagem. p. 15. Ed. 0699	/	/	Sem Assinatura	Desmanche do Morro do Castelo
Fon Fon	1921	Edição 0049	03/12/1921	1	Ano XV	Rio de Janeiro	24/04/2020	Fon Fon_ Semanario Alegre, Politico, Critico e Espusiante . Rio de Janeiro. 3	/	/	Sem Assinatura	Desmanche do Morro do Castelo

								dez 1921. A demolição do Castello p. 49. Ed. 0049				
Careta	1921	Edição 0703	10/12/1921	1	Ano XIV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XIV. Rio de Janeiro. 10 dez 1921. No "Castello". p. 15. Ed. 0703	/	/	J. Carlos	Desmanche do Morro do Castelo
D. Quixote	1922	Edição 0246	25/01/1922	1	VI	Rio de Janeiro	28/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 25 jan 1921. Os divertiment os da Exposição. p. 21. Ed. 00246	/	/	Jefferso n	Desmanche do Morro do Castelo; Centenário
O Malho	1922	Edição 1017	11/03/1922	1	XXI	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_Ano XXI_Rio de Janeiro_11 mar1922_ Peorament o da cidade_p3 7	/	/	Raul Pederne iras	Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas; Desmanche do Morro de Santo Antônio; Chuva

O Malho	1922	Edição 1018	18/03/1922	2	XXI	Rio de Janeiro	12/12/2017	O Malho_Ano XXI_Rio de Janeiro_18 mar1922_ A lama da cidade_p2 3; O Malho_Ano XXI_Rio de Janeiro_18 mar1922_ Modas_p3 8	/	/	Sem Assinatura	93. Desmanche do Morro de Santo Antônio; Obras públicas. / 94. Obras públicas; Chuva
D. Quixote	1922	Edição 0254	22/03/1922	1	VI	Rio de Janeiro	29/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 22 mar 1922. No desvio. p. 14. Ed. 00254	/	/	Jefferson	Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas
D. Quixote	1922	Edição 0255	29/03/1922	2	VI	Rio de Janeiro	29/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 29 mar 1922. O Morro por água abaixo ou... vice-versa. p. 12. Ed. 00255 // D. Quixote. Rio de Janeiro. 29	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXTO) / Léo	96. Desmanche do Morro de Santo Antônio; Obras públicas. / 97. Desmanche do Morro do Castelo

								mar 1922. A verdadeira demolição do Morro do Castello. p. 15. Ed. 00255				
Careta	1922	Edição 0719	01/04/1922	1	Ano XV	Rio de Janeiro	05/12/2019	O Careta. Ano XV. Rio de Janeiro. 1abr 1922. p. 19. Ed. 0719	/	/	Alfredo Storni	Desmanche do Morro do Castello; Centenário
D. Quixot e	1922	Edição 0256	05/04/1922	1	VI	Rio de Janeiro	29/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 5 abr 1922. A prefeitura aterrada. p. 1. Ed. 00256	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXT O)	Desmanche do Morro do Castello; Obras públicas; Desmanche do Morro de Santo Antônio; Chuva 100.
D. Quixot e	1922	Edição 0258	19/04/1922	2	VI	Rio de Janeiro	29/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 19 abr 1922. Um homem cheio de “embrulhos	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXT O) / Perdigã o	Desmanche do Morro do Castello; Obras públicas; Desmanche do Morro de

O Malho	1922	Edição 1039	12/08/1922	1	XXI	Rio de Janeiro	28/12/2017	O Malho_Ano XXI_Rio de Janeiro_12 ago1922_ Onde o the righy place_p25	/	/	Sem Assinatura	Obras públicas; Figura pública
D. Quixote	1922	Edição 0277	30/08/1922	1	VI	Rio de Janeiro	30/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 30 ago 1922. Problema resolvido. p. 14. Ed. 00277	/	/	Alfredo Storni	Centenário; Obras públicas
Careta	1923	Edição 0764	10/02/1923	1	Ano XVI	Rio de Janeiro	09/12/2019	O Careta. Ano XVI. Rio de Janeiro. 10 fev 1923. p. 19. Ed. 0764	/	/	Benedito Belmonte	Depreciação do morro (Favela)
D. Quixote	1923	Edição 0310	18/04/1923	2	VII	Rio de Janeiro	31/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 18 abr 1923. A crise de habitações. p. 21. Ed. 00310 // D. Quixote. Rio de Janeiro. 18 abr 1923.	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXTO) / Sem Assinatura	107. Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro (Favela). / 108.

								Typos cariocas. A bahiana do grude. p. 22. Ed. 00310				
Careta	1923	Edição 0775	28/04/1923	1	Ano XVI	Rio de Janeiro	09/12/2019	O Careta. Ano XVI. Rio de Janeiro. 5 mai 1923. Uma habitação colletiva no Rio. p. 22. Ed. 0776	/	/	Alfredo Storni	Depreciação dos moradores do morro (Favela); Habitação popular
Careta	1923	Edição 0779	26/05/1923	1	Ano XVI	Rio de Janeiro	09/12/2019	O Careta. Ano XVI. Rio de Janeiro. 26 mai 1923. Ruínas do passado... p. 35. Ed. 0779	/	/	Alfredo Storni	Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas
D. Quixote	1923	Edição 0321	04/07/1923	1	VII	Rio de Janeiro	31/07/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 4 jul 1923. As surpresas do Castello. p. 26. Ed.	/	/	Assinatu ra não identific ada	Desmanche do Morro do Castelo

00321												
Careta	1923	Edição 0787	21/07/1923	1	Ano XVI	Rio de Janeiro	10/12/2019	O Careta. Ano XVI. Rio de Janeiro. 21 jul 1923. Aqui jaz a exposição. p. 31. Ed. 0787	/	/	Alfredo Storni	Desmanche do Morro do Castelo; Centenário
Para Todos	1923	Edição 0242	04/08/1923	1	Ano V	Rio de Janeiro	07/02/2020	Para Todos. Ano V. Rio de Janeiro. 4 ago 1923. Na Favella. p. 14. Ed. 00242	/	/	Luiz Peixoto	
D. Quixote	1923	Edição 0342	28/11/1923	1	VII	Rio de Janeiro	04/08/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 28 nov 1923. Entre cruzadores . p. 16. Ed. 00342	/	/	Raul Pederneiras	Depreciação dos moradores do morro (Morro do Vintem)
Careta	1923	Edição 0809	22/12/1923	1	Ano XVI	Rio de Janeiro	10/12/2019	O Careta. Ano XVI. Rio de Janeiro. 22 dez 1923. Natal de 1923. p. 1. Ed. 0809	/	/	Alfredo Storni	Obras públicas; Remoção de moradores (Morro do Pinto)

D. Quixote	1924	Edição 0356	05/03/1924	1	VIII	Rio de Janeiro	04/08/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 5 mar 1924. Na Favella. p. 17. Ed. 00356	/	/	Sem Assinatura	
D. Quixote	1924	Edição 0360	02/04/1924	1	VIII	Rio de Janeiro	04/08/2020	D. Quixote. Rio de Janeiro. 2 abr 1924. Na Favella. p. 15. Ed. 00360	/	/	Calixto Cordeiro (K.LIXTO)	Fome
O Malho	1924	Edição 1126	12/04/1924	1	XXIII	Rio de Janeiro	03/01/2018	O Malho_Ano XXIII_Rio de Janeiro_12 abr1924_Tudo perdido!..._p39	/	/	Assinatura não identificada	Obras públicas
Careta	1924	Edição 0848	20/09/1924	1	Ano XVII	Rio de Janeiro	12/12/2019	O Careta. Ano XVII. Rio de Janeiro. 20 set 1924. p. 36. Ed. 0848	/	/	Assinatura não identificada	Desmanche do Morro do Castelo; Obras públicas
Careta	1924	Edição 0858	29/11/1924	1	Ano XVII	Rio de Janeiro	13/12/2019	O Careta. Ano XVII. Rio de Janeiro. 29 nov 1924.	/	/	Assinatura não identificada	

								Na favella. p. 41. Ed. 0858				
Careta	1925	Edição 0868	07/02/1925	1	Ano XVIII	Rio de Janeiro	13/12/2019	O Careta. Ano XVIII. Rio de Janeiro. 7 fev 1925. Na favella. p. 47. Ed. 0868	/	/	Assinatu ra não identific ada	
O Malho	1925	Edição 1170	14/02/1925	1	XXI V	Rio de Janeiro	03/01/2018	O Malho_Ano XXIV_Rio de Janeiro_14 fev1925_A nobreza da favella_p36	/	/	Assinatu ra não identific ada	
Careta	1926	Edição 0919	30/01/1926	1	Ano XIX	Rio de Janeiro	17/12/2019	O Careta. Ano XIX. Rio de Janeiro. 30 jan 1926. Na favella. p. 45. Ed. 0919	/	/	J. Carlos	
Careta	1926	Edição 0930	17/04/1926	1	Ano XIX	Rio de Janeiro	18/12/2019	O Careta. Ano XIX. Rio de Janeiro. 17 abr 1926. Gallinhas de ida e	/	/	Assinatu ra não identific ada	Depreciação dos moradores do morro

volta. p.
38. Ed.
0930

O Malho	1926	Edição 1237	29/05/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_Ano XXV_Rio de Janeiro_29 mai1926_F avella_cap a	/	Capa	J. Carlos	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Obras públicas; Figura pública
O Malho	1926	Edição 1238	05/06/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_Ano XXV_Rio de Janeiro_05 jun1926_O futurismo na Zona Braba_p24	/	/	Assinatu ra não identific ada	Figura pública
O Malho	1926	Edição 1239	12/06/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_Ano XXV_Rio de Janeiro_12 jun1926_O augmento dos subsídios_ p29	/	/	Assinatu ra não identific ada	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Fome

O Malho	1926	Edição 1254	25/09/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_Ano XXV_Rio de Janeiro_25 set1926_T em costas largas..._p 62	/	/	Assinatura não identificada	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Discurso higienista
O Malho	1926	Edição 1265	11/12/1926	1	XXV	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_Ano XXV_Rio de Janeiro_11 dez1926_Contra os Bungalatas_p24	/	/	J. Carlos	Obras públicas; Figura pública; Depreciação do morro (Favela)
Careta	1926	Edição 0966	25/12/1926	1	Ano XIX	Rio de Janeiro	20/12/2019	O Careta. Ano XIX. Rio de Janeiro. 25 dez 1926. Lá no morro. p. 19. Ed. 0966	/	/	Alfredo Storni	Depreciação do morro (Pinto); Depreciação dos moradores do morro; Fome; Figura pública
O Malho	1927	Edição 1273	05/02/1927	1	XXVI	Rio de Janeiro	06/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_05 fev1927_A s sete	/	/	Sem Assinatura	Figura pública; Depreciação dos morros

								maravilhas do Rio de Janeiro_p. 42e 43						
O Malho	1927	Edição 1279	19/03/1927	1	XXV I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_19 mar1927_Os morros santos_p3 5	/	/	Andrés Guevara	Obras públicas; Desmanche do Morro de Santo Antônio; Centenário; Figura pública.		
Careta	1927	Edição 0988	28/05/1927	1	Ano XX	Rio de Janeiro	17/01/2020	O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 28 mai 1927. p. 27. Ed. 988	/	/	Assinatura não identificada			
O Malho	1927	Edição 1297	23/07/1927	1	XXV I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_23 jul1927_Nunca mais!_p27	/	/	J. Carlos	Figura pública		
O Malho	1927	Edição 1298	30/07/1927	1	XXV I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_30 jul1927_A	/	/	Théo	Obras públicas; Figura pública; Depreciação dos		

Favella insultada_p 10											moradores do morro;	
Careta	1927	Edição 0997	30/07/1927	1	Ano XX	Rio de Janeiro	21/01/2020	O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 30 jul 1927. S. Exa. na Favella!. p. 1. Ed. 0997	/	/	Alfredo Storni	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro; Figura pública
O Malho	1927	Edição 1300	13/08/1927	1	XXV I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_13 ago1927_A desinfecção do Rio_p11	/	/	Théo	Obras públicas; Figura pública; Depreciação do morro (Favela)
Careta	1927	Edição 1003	10/09/1927	1	Ano XX	Rio de Janeiro	21/01/2020	O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 10 set 1927. p. 27. Ed. 1003	/	/	Assinatura não identificada	
Careta	1927	Edição 1005	24/09/1927	1	Ano XX	Rio de Janeiro	21/01/2020	O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 24 set 1927. p. 31. Ed.	/	/	Assinatura não identificada	

1005

Careta	1927	Edição 1010	29/10/1927	1	Ano XX	Rio de Janeiro	21/01/2020	O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 29 out 1927. Visitando os morros. p. 26. Ed. 1010	/	/	Alfredo Storni	Figura pública
--------	------	----------------	------------	---	-----------	-------------------	------------	---	---	---	-------------------	-------------------

O Malho	1927	Edição 1313	12/11/1927	1	XXV I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_12 nov1927_ Monument o ao senador desconheci o[no alto do Morro da Favela]_p. 25	/	Recorte das "Notas Sociaes" de um dos jornaes do anno de '958: [...] Noutro jornal, havia uma interessante reportagem sobre o "Monument o ao Senador Desconheci do", obra d'arte magnífica, mandada construir pelo governo no alto do Morro da Favella. Depois de escrever o monumento , protestando contra o insulto de que fora	Sem Assinatu ra
------------	------	----------------	------------	---	----------	-------------------	------------	--	---	---	-----------------------

victima por
parte de
alguns cães
vagabundos
que
regaram o
mármore
cívico do
monumento
, o jornalista
dava, em
enorme
letras
garrafaes, a
notícia
sensacional
de que um
grande
egyptólogo,
depois de
profundas
pesquisas,
chegava a
conclusões
positivas
em torno
dos nomes
dos
Senadores
Desconheci
dos. Pelo
menos,
alguns
delles se
chamavam:

Carlos
Barbosa,
Ferreira
Chaves,
Costa
Rodrigues,
Carneiro
Leão,
Teixeira de
Mesquita,
Rocha
Lima,
Pereira de
Oliveira. No
numero
seguinte do
jornal, vinha
uma
tremenda
contestação
de outro
sábio
eminente.
Sustentava
este e
provava,
com farta
documentaça
ão, que
nunca
houvera
senadores
com taes
nomes.
(pág. 25)

O Malho	1927	Edição 1315	26/11/1927	1	XXV I	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVI_Rio de Janeiro_26 nov1927_Circo de variedades_p60	/	/	Max Yantok	Depreciação do morro (Favela); Depreciação dos moradores do morro;
Careta	1927	Edição 1016	10/12/1927	1	Ano XX	Rio de Janeiro	22/01/2020	O Careta. Ano XX. Rio de Janeiro. 10 dez 1927. Os taxilotação. p. 29. Ed. 1016	/	/	Alfredo Storni	
O Malho	1928	Edição 1335	14/04/1928	1	XXV II	Rio de Janeiro	08/01/2018	O Malho_Ano XXVII_Rio de Janeiro_14 abr1928_Aperfeiçoamento_Capa	/	/	Andrés Guevara	
Para Todos	1928	Edição 0489	28/04/1928	1	Ano X	Rio de Janeiro	17/02/2020	Para Todos. Ano X. Rio de Janeiro. 28 abr 1928. Aristocracia Favelliana. p. 18. Ed.	/	/	J. Carlos	

00489

Careta	1928	Edição 1059	06/10/1928	1	Ano XXI	Rio de Janeiro	23/10/2020	O Careta. Ano XXI. Rio de Janeiro. 6 out 1928. Urbanismo. p. 16. Ed. 1059	/	/	Alfredo Storni	Obras públicas
Careta	1928	Edição 1062	27/10/1928	1	Ano XXI	Rio de Janeiro	23/10/2020	O Careta. Ano XXI. Rio de Janeiro. 27 out 1928. Ameaça sinistra. p. 23. Ed. 1062	/	/	Théo	
Careta	1928	Edição 1067	01/12/1928	1	Ano XXI	Rio de Janeiro	23/10/2020	O Careta. Ano XXI. Rio de Janeiro. 1 dez 1928. p. 31. Ed. 1067	/	/	Alfredo Storni	
Careta	1928	Edição 1068	08/12/1928	1	Ano XXI	Rio de Janeiro	23/10/2020	O Careta. Ano XXI. Rio de Janeiro. 8 dez 1928. Ideia fixa. p. 31. Ed. 1068	/	/	Théo	Obras públicas; Desmanche do Morro de Santo Antônio; Figura pública.

Para Todos	1929	Edição 0538	06/04/1929	1	Ano XI	Rio de Janeiro	19/02/2020	Para Todos. Ano XI. Rio de Janeiro. 6 abr 1929. Morro da Providencia. p. 14. Ed. 00538	/	/	Assinatura não identificada
Para Todos	1929	Edição 0543	11/05/1929	2	Ano XI	Rio de Janeiro	21/02/2020	Para Todos. Ano XI. Rio de Janeiro. 11 mai 1929. O Morro de São Carlos. p. 14;15. Ed. 00543	/	/	J. Carlos
Careta	1929	Edição 1095	15/06/1929	1	Ano XXII	Rio de Janeiro	24/10/2020	O Careta. Ano XXII. Rio de Janeiro. 15 jun 1929. Cupido na favella. p. 35. Ed. 1095	/	/	Assinatura não identificada
Careta	1929	Edição 1110	28/09/1929	1	Ano XXII	Rio de Janeiro	24/10/2020	O Careta. Ano XXII. Rio de Janeiro. 20 out 1927. p. 17. Ed. 1110	/	/	Assinatura não identificada

Careta	1929	Edição 1111	05/10/1929	1	Ano XXII	Rio de Janeiro	24/10/2020	O Careta. Ano XXII. Rio de Janeiro. 5 out 1929. Pessima ocasião... p. 35. Ed. 1111	/	/	Alfredo Storni
--------	------	----------------	------------	---	-------------	-------------------	------------	--	---	---	-------------------
